



ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES
O FÓRUM DO RIO DE JANEIRO



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES



Ministro de Estado
Secretário-Geral

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente

Embaixador Gilberto Vergne Saboia

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Aliança de Civilizações

O Fórum do Rio de Janeiro



Brasília, 2011

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
André Yuji Pinheiro Uema
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas
Pablo de Rezende Saturnino Braga

Programação Visual e Diagramação:

Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2011

Aliança de Civilizações: o Fórum do Rio de Janeiro. /
Organização das Nações Unidas. – Brasília:
Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
244 p.

ISBN: 978.85.7631.292-5

I. Multiculturalismo. II. ONU.

CDU 316.44

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme
Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Prefácio, 7

Embaixador Celso Amorim

Introdução, 11

Embaixador Lindgren Alves

Coordenador Nacional para a Aliança de Civilizações

1 – A Sessão de Abertura, 23

2 – A Sessão Plenária de Cúpula, 47

3– Sessão Ministerial do Grupo de Amigos, 79

4 – Sessões Temáticas, 113

- a) Sessão Temática 1 – Democracia, boa governança e diversidade cultural, 113
- b) Sessão Temática 2 – Fortalecendo as mulheres por meio da educação, 122
- c) Sessão Temática 3 – Moldando percepções, desafiando estereótipos: o papel dos “media” hoje, 128
- d) Sessão Temática 4 – Vivendo juntos em sociedades urbanas, 129

- e) Sessão Temática 5 – Os novos “media”: em direção a novas formas de advocacia social e participação, 131
- f) Sessão Temática 6 – Direitos Humanos, ética e resolução de conflitos, 133
- g) Sessão Temática 7 – A História como ferramenta de cooperação cultural, 138
- h) Sessão Temática 8 – Emprego e redução de pobreza em tempos de crise, 140
- i) Sessão Temática 9 – O diálogo de civilizações e a reorganização da ordem mundial, 146
- j) Sessão Temática 10 – Os migrantes como agentes de mudança e desenvolvimento, 150
- k) Sessão Temática 11 – O impacto social da alfabetização mediática, 159
- l) Sessão Temática 12 – O papel dos líderes religiosos para a promoção do desenvolvimento humano e da paz, 164

5 – Sessão Especial – Construindo Parcerias Público-Privadas para a Diversidade e o Diálogo Intercultural, 173

6 – Sessão Plenária – Educação Para Uma Cidadania Intercultural (organizada pela UNESCO), 181

7 – Sessão Especial – A Aliança de Civilizações e o Haiti, 191

8 – Principais Encontros Formais do dia 27 (Pré-Fórum), 197

- a) Conferência Interparlamentar, 197
- b) Mesa-Redonda sobre a “Islamofobia”, 198
- c) Evento da Juventude, 206

9 – Sessão de Encerramento, 209

10 – Resultados Obtidos, 217

Anexos, 225

- I – Programa Completo, 225
- II – Recomendações do Evento da Juventude, 239
- III – A Declaração do Rio, 240

Prefácio

Embaixador Celso Amorim

A Aliança de Civilizações é uma iniciativa das Nações Unidas em favor da paz, de caráter preventivo, baseada na convicção de que o conhecimento adequado entre as diferentes culturas representa o melhor antídoto a estereótipos que geram tensões e conflitos. Seus programas são desenvolvidos, sobretudo, por entidades da sociedade civil – universidades, organizações não governamentais, movimentos sociais de base, órgãos de imprensa e de comunicação em geral, fundações e empresas privadas – com apoio e orientação dos governos.

A ideia da Aliança de Civilizações, mais abrangente do que a de diálogo intercultural, é de interesse evidente para o Brasil, nação multirracial e multirreligiosa, que assume a diversidade de contribuições culturais e o sincretismo como fatores marcantes de sua identidade.

O Grupo de Alto Nível que formulou as bases teóricas e práticas da iniciativa contou com a participação de um ilustre brasileiro, o Professor Candido Mendes. O Governo do Presidente Lula, por sua vez, agiu de diversas maneiras para inserir claramente o País na Aliança.

Muitos dos aspectos de nossa política externa já se adequavam perfeitamente aos objetivos da Aliança. A convocação da I Cúpula da ASPA (América do Sul e Países Árabes), a Cúpula ASA (América do Sul e África), bem como a prioridade conferida à Comunidade de Países Língua Portuguesa (CPLP) e a iniciativa do Fórum IBAS, que reúne três grandes democracias

multiétnicas e multiculturais (Índia, Brasil e África do Sul), são exemplos desta convergência de ideais. Era natural, portanto, que o Brasil se voluntariasse para acolher o grande fórum anual da Aliança de Civilizações.

A oferta brasileira da cidade do Rio de Janeiro como sede do III Fórum, que teve a honra de apresentar aos demais participantes da Aliança, em Istambul, foi aceita por aclamação. Na mensagem convocatória aos participantes, o Presidente Lula afirmou:

“Escolhi o Rio de Janeiro para abrigar o Fórum porque acredito que no Rio, como no resto do Brasil, as pessoas fazem de suas diferenças culturais um fator de enriquecimento. Como no resto do Brasil, o Rio acolhe diversas realidades sociais e culturais. Nossa nação é construída sobre o conceito de integração. Temos orgulho de afirmar que a diversidade nos define como brasileiros.”

Concebida após graves atentados extremistas em países do Ocidente, num momento que as políticas de “guerra ao terror” assumiam feições interpretadas como antimuçulmanas, a Aliança de Civilizações, embora tivesse, desde o início, objetivos globais, concentrava atenções quase exclusivamente nas relações entre o Islã e a Europa. Essa característica foi realçada pelos dois primeiros fóruns mundiais: em Madri, em 2008, e em Istambul, em 2009. O Fórum do Rio de Janeiro, sem renegar a prioridade original do Fórum, atraiu novos membros do continente americano – inclusive os Estados Unidos, que somente aderiram à iniciativa pouco antes – e da África. Reafirmou, assim, o alcance planetário da Aliança. Além disso, pelo fato de ocorrer em metrópole tão diversificada e culturalmente mesclada como o Rio de Janeiro, o evento propiciou aos participantes uma visão da experiência brasileira, que representa um caso ímpar de convivência intercultural. Conforme assinalado pelo Presidente Lula:

“Não só somos um povo misturado, mas um povo que gosta muito de ser misturado. E é isso que queremos mostrar no Fórum do Rio. (...) Nem todos os países precisam seguir o modelo brasileiro de integração. Todos, porém, devem aceitar as diferenças para viver em paz.”

Os participantes do “Evento da Juventude”, realizado durante o Fórum, tiveram a oportunidade de fazer, na véspera da abertura, uma caminhada

pelo centro do Rio de Janeiro. Puderam conversar com os comerciantes judeus e árabes, que há muitos anos convivem e trabalham em clima exemplar da harmonia.

Os fóruns da Aliança de Civilizações não costumam adotar documentos formais. Suas reuniões assemelham-se a seminários acadêmicos e ao formato do Fórum de Davos, em tamanho ampliado. Debatem-se linhas de ação, discutem-se tendências e aprovam-se projetos de cooperação intercultural no âmbito da sociedade civil. No último Fórum, contudo, diferentemente de Madri e Istambul, os representantes de governos adotaram a chamada “Declaração do Rio de Janeiro”. Nela, os Estados participantes reafirmaram seu compromisso com a Aliança de Civilizações, estimularam a preparação de planos nacionais e estratégias regionais e adiantaram sua satisfação com o fato de o Catar e a Áustria já se haverem oferecido como sede dos próximos fóruns, previstos para 2011 e 2012.

O Fórum do Rio de Janeiro da Aliança de Civilizações contou com mais de 7.000 inscritos, majoritariamente jovens, de todas as partes do Brasil e do mundo, e proporcionou um número incalculável de encontros políticos – inclusive bilaterais –, acadêmicos e culturais dentro e fora da programação oficial.

Este livro não constitui relatório exaustivo do Terceiro Fórum Mundial. Guarda, porém, a memória escrita dos aspectos mais significativos de um grande encontro mundial em favor da paz e do entendimento entre nações e culturas.



Introdução

Embaixador Lindgren Alves

Coordenador Nacional para a Aliança de Civilizações

Prevista como iniciativa de caráter permanente e natureza preventiva, a Aliança de Civilizações das Nações Unidas tem por finalidade imediata mobilizar a opinião pública em todo o mundo para superar preconceitos e interpretações equivocadas que, muitas vezes, levam a conflitos entre comunidades diversas. Seu objetivo mais amplo é de contribuir para o estreitamento das relações entre sociedades e segmentos populacionais de extração cultural e religiosa distintas, enquadrando a luta contra o extremismo na perspectiva do arrefecimento de tensões interétnicas.

1 - Origem

A ideia de uma “aliança de civilizações” foi proposta na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2004 pelo Presidente do Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero¹, chegado ao poder imediatamente após as explosões provocadas, com grande número de vítimas, no metrô de Madri poucos meses antes. Ao fazê-la, o Presidente de Governo Zapatero recebeu o apoio, como co-patrocinador original,

¹ *Statement by the President of the Government of Spain, Jose Luis Rodrigues Zapatero, at the Fifty-Ninth Session of the United Nations General Assembly, New York, September 24, 2004 (unofficial translation – Misión Permanente de España en las Naciones Unidas).*

do Primeiro-Ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, cujo país também vinha sofrendo atentados extremistas.

Num contexto de ações terroristas intrarreligiosas e contra alvos do Ocidente e operações militares declaradamente preventivas em territórios muçulmanos, a ideia da “aliança” claramente se propunha a estabelecer um contrapeso à noção do “conflito de civilizações”, teorizada por diversos autores, em particular Samuel Huntington, e disseminada como inevitável entre o islã e os países de tradição judaico-cristã, desde a destruição do *World Trade Center* e de uma ala do Pentágono, em 2001. Estimulavam essa interpretação fatalista, que ainda perdura, em todo o mundo, tanto a série de atentados por fanáticos autoconsiderados muçulmanos em *djihad* contra instalações norte-americanas civis e militares na África, no Oriente Médio, em Nova York, Londres e Madri, passando por discoteca de Bali frequentada por australianos, como, evidentemente, a reação bélica maciça ao Onze de Setembro, liderada pelos Estados Unidos, com o respaldo teórico dos chamados “neoconservadores”.

A proposta da aliança, na Assembleia Geral de 2004, muito pertinente e oportuna no contexto em que foi apresentada, mereceu, desde o princípio, boa acolhida, não sendo porém objeto de resolução nas Nações Unidas, até porque não se sabia como implementá-la. Mais ambiciosa na semântica do que o “diálogo de civilizações”, previamente proposto pelo então Presidente Khatami do Irã, ou o “diálogo interreligioso”, impulsionado originalmente pelo Vaticano, hoje replicado e multiplicado em várias iniciativas distintas, a Aliança de Civilizações era título expressivo para uma obra inteiramente em aberto.

Em 14 de julho de 2005, o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, formalizou, em comunicação própria à imprensa, o lançamento da Aliança de Civilizações como iniciativa da ONU “destinada a construir pontes sobre as divisões entre sociedades, exploradas pelos extremistas”², e anunciou a criação de um “Grupo de Alto Nível”, composto de 20 peritos de diversas regiões, com o objetivo de preparar estudo/relatório sobre o formato e o conteúdo a serem atribuídos à Aliança. Integrado por personalidades respeitadas em virtude de seu saber e atuação política, entre as quais o bispo sul-africano Desmond Tutu, o ex-presidente do Irã Seyyed Mohammad Khatami, o ex-chanceler da França, Hubert Védrine, o Secretário-Geral Ibero-Americano (SEGIB), Enrique Iglesias, uruguaio, e o professor, reitor e

² *Press Release SG/SM/10004*, 14 jul. 2005.

líder acadêmico brasileiro Cândido Mendes, o grupo reuniu-se, em diversas oportunidades, de novembro de 2005 a novembro de 2006, quando apresentou seu relatório³. As conclusões apontavam como focos prioritários para as ações, a serem desenvolvidas pelos Estados, organizações internacionais e entidades da sociedade civil, em níveis nacional, regional e internacional, quatro áreas específicas: educação, juventude, migrações e meios de comunicação. O relatório previa também várias medidas para a coordenação das ações e programas, entre as quais a realização de fóruns mundiais congregando todos os interessados.

2 - Eixos de atuação

2.1. Educação

A Educação foi escolhida como um dos pilares da Aliança porque o conhecimento e a informação histórica e antropológica, logo o estudo, o ensino e o estímulo à pesquisa sobre as diferentes culturas e religiões são essenciais para a gestão de ideias construtivas, no sentido da promoção de um ambiente naturalmente tolerante.

De acordo com o relatório do Grupo de Alto Nível, a educação sobre a história de cada povo constrói sentimentos de comunidade e solidariedade, mas deve ser balanceada com o ensino de temas globais e com a compreensão adequada de outras culturas, para que as pessoas não se fixem em concepções exclusivistas. O objetivo essencial é evitar a falsa percepção de que um grupo somente pode prosperar às custas de outros.

2.2. Migrações

As migrações, compreendidas como fenômeno histórico inexorável, acentuadamente acelerado nesta fase de globalização, foi tema escolhido em função do grande impacto que elas têm na esfera cultural. O entendimento do Grupo de Alto Nível era de que a questão da imigração deve ser analisada sempre sob o marco do respeito à soberania nacional, mas com observância dos direitos humanos universais, levando em conta o princípio básico da não

³ Publicado pela ONU em Nova York em 13 de novembro de 2006 com livreto com o título *Alliance of Civilizations – Report of the High-level Group*, o mesmo relatório original, com a composição completa do grupo, pode ser consultado no site da internet www.unaoc.org.

criminalização dos imigrantes pelo simples fato de se haverem deslocado. A sujeição do tema à agenda de segurança internacional e de combate ao terrorismo, longe de evitar a incursão de agentes extremistas, tende a gerar mais intolerância intercomunitária e entre Estados. Na análise do Grupo de Alto Nível, as migrações precisam ser encaradas sobretudo pelo impacto positivo que trazem às economias e à cultura dos países de destino. Para a promoção da tolerância, cumpre, pois, em primeiro lugar, adotar medidas de combate a manifestações de xenofobia, racismo e intolerância sob todas as formas, cabendo aos Estados garantir a aceitação do Outro, da diferença, com pleno respeito ao Direito Humanitário e ao Direito Internacional dos Direitos Humanos.

2.3. Juventude

Os jovens constituem um dos grupos mais vulneráveis às influências do fanatismo e da intolerância, além de serem frequentemente agentes principais e vítimas da violência intercomunitária. São, por outro lado, uma esperança e uma promessa para o futuro, desde que adequadamente orientados para o conhecimento e a aceitação do Outro. Podem, por sua natural abertura, representar importantes apoios, construindo elos para a promoção da tolerância e do respeito pelas diferenças. A integração do jovem em programas de diálogo e cooperação intercultural foi entendida, assim, desde o início, como crucial para os objetivos da Aliança de Civilizações. A eles se dirigem muitos projetos e é deles o “fórum paralelo”, deliberativo, com recomendações, que tem acompanhado cada um dos foros mundiais.

2.4. Meios de comunicação em massa

Com relação aos meios de comunicação em geral, verificou-se que eles têm papel decisivo na formação de estereótipos e valores, logo, também, na disseminação da tolerância ou intolerância em qualquer sociedade. Podem servir como pontes entre culturas e sociedades, assim como podem ser fatores destrutivos de vínculos de convivência. O estímulo a sua atuação construtiva é, portanto, indispensável para a promoção dos propósitos da Aliança de Civilizações.

É necessário, sobretudo, que os meios de comunicação ajam de forma responsável na divulgação da diversidade cultural e no estímulo ao diálogo inter-religioso e intercultural. Sua influência não ocorre somente por via de

artigos de fundo e análises, mas também pela própria forma em que são dadas as notícias. Nesta era de comunicação imediata, cada vez mais os incidentes e tragédias resultantes de ação não natural são divulgados sem explicações consistentes ou análise das causas.

3 - Estrutura e funcionamento

Em seguimento a recomendações do Grupo de Alto Nível, em abril de 2007, o novo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, designou o ex-Presidente de Portugal, Jorge Sampaio, seu Alto Representante para a Aliança de Civilizações, com a função de promovê-la e coordená-la. Desde então, o Alto Representante tem desenvolvido ações de articulação variadas e mantido intensa agenda para a diminuição de tensões e a promoção do diálogo intercultural em sentido abrangente, com prioridade não exclusiva às relações entre o Ocidente e o Islã.

O Alto Representante é auxiliado em sua função por um pequeno secretariado sediado em Nova Iorque, que conta com cerca de 15 funcionários responsáveis pela coordenação dos projetos da Aliança e pela organização de suas principais reuniões, além de suas assessoras, em Lisboa, funcionárias do Governo português.

As ações realizadas pelo Alto Representante do Secretário-Geral e aquelas que devem ser implementadas pelos Estados e organizações internacionais integrantes da Aliança são submetidas previamente ou relatadas a posteriori, em reuniões periódicas, ao Chamado “Grupo de Amigos da Aliança”. Este Grupo é, na verdade, o conjunto de Estados e de organizações internacionais que compõem oficialmente a Aliança. É assim chamado em virtude da relativa informalidade com que se pretende manter a iniciativa, não concebida nem estruturada como departamento ou agência das Nações Unidas.

O Grupo de Amigos é convocado para deliberar sobre o curso de ações da Aliança e receber relatórios de atividades do Alto Representante. Há, em média, duas reuniões anuais de nível ministerial, em Nova York, algumas em nível de Embaixadores junto às Nações Unidas, e pelo menos duas de “Pontos Focais”, em locais variados, oferecidos por Estados e organizações variadas.

Os Pontos Focais, conforme recomendação do Alto Representante do Secretário-Geral, são, em princípio, funcionários graduados, que se dedicam em seus ministérios, geralmente chancelarias, ou respectivos departamentos de organizações internacionais, ao tema da Aliança de Civilizações.

Frequentemente, como ocorre no caso brasileiro, o “Ponto Focal” é o mesmo que “Coordenador Nacional”, de funções quase equivalentes, cuja designação o Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas recomenda a todos os países, com vistas a coordenar, orientar e dar seguimento em nível nacional aos programas e projetos da iniciativa.

A primeira reunião do Grupo de Amigos da Aliança foi realizada em setembro de 2006. Desde então vêm ocorrendo regularmente. A primeira reunião dos Pontos Focais realizou-se em Paris, em 2008, repetindo-se depois em Istambul, logo após o Segundo Fórum Mundial, e Rabat, em 2009, assim como no Rio de Janeiro, na pré-conferência do Fórum Mundial, de maio de 2010.

Para evitar a “politização” da Aliança, a iniciativa funcionou até recentemente sem qualquer resolução das Nações Unidas que a respaldasse. Somente foi objeto de resolução específica da Assembleia Geral em novembro de 2009⁴.

Além das reuniões deliberativas ministeriais, de Chefes de Missão em Nova York e de pontos focais, são realizados, em princípio anualmente, os Fóruns Mundiais, multiformes, considerados os encontros mais importantes da Aliança, em países que tenham capacidade para acolhê-los e manifestem a disposição de fazê-lo.

Com exceção das salas e serviços para a realização dos encontros na sede das Nações Unidas, em Nova York, naturalmente cobertos no essencial pelo orçamento regular da ONU, todas as atividades da Aliança de Civilizações tem sido cobertas pelo Fundo Voluntário aberto para esse fim, ou então, conforme o caso, por ofertas individuais dos Estados e organizações integrantes de seu Grupo de Amigos, contribuições de fundações variadas e financiamento de projetos por empresas privadas.

Tratando-se de uma iniciativa voluntária, a que os Estados e organizações internacionais aderem ao expressar por escrito sua vontade de fazê-lo, os membros da Aliança de Civilizações não correspondem exatamente aos membros da ONU. Quando do Primeiro Fórum, em Madri, em 2008, a iniciativa contava com 60 membros. Em Istambul, em 2009, o número havia chegado a 100. Para o Fórum do Rio de Janeiro, o total de aderentes foi de 122, sendo 21 organizações internacionais e 101 Estados.

⁴ Apesar de já ter realizado inúmeras atividades e de contar com número expressivo de membros, a Aliança de Civilizações só foi objeto de resolução específica em novembro de 2009 (*Resolução 64/11*).

4- Os Fóruns Mundiais

O Relatório do Grupo de Alto Nível trazia, entre outras, a seguinte recomendação:

“Um Fórum para a Aliança de Civilizações deve ser estabelecido sob os auspícios das Nações Unidas para oferecer um sítio de encontros regulares onde os representantes de governos, organizações internacionais, a sociedade civil e o setor privado possam forjar parcerias e expressar seu compromisso de ação”⁵.

Os Fóruns Mundiais são, portanto, instrumentos essenciais para a divulgação e a concretização dos objetivos da Aliança. Deles, além dos representantes do Grupo de Amigos, preferencialmente em nível ministerial, participam outras autoridades de governos, representantes da sociedade civil, de organizações de jovens, líderes religiosos, acadêmicos de diversas áreas, escritores, artistas, jornalistas e personalidades internacionalmente conhecidas. É o momento em que os membros oficiais e interlocutores da sociedade civil podem dialogar amplamente, e em que todos os “parceiros” mais interessados no tema podem descrever sua atuação, apontar resultados, apresentar ideias e projetos a serem desenvolvidos e fazer recomendações à Aliança.

Os Fóruns buscam dar significativo espaço à sociedade civil, que, na prática, tem sido a principal agente nos projetos. O formato geral é mais assemelhado ao do Fórum Econômico de Davos, ou mesmo ao do Fórum Social Mundial, do que ao das conferências e encontros intergovernamentais das Nações Unidas.

O Primeiro Fórum da Aliança de Civilizações ocorreu em Madri, em janeiro de 2008. Nele se aprovaram o relatório e as recomendações do Grupo de Alto Nível, assim como as propostas do Alto Representante Jorge Sampaio que dão forma e conteúdo até hoje à Aliança. Entre estas, constava a de preparação de planos nacionais por cada Estado. O Brasil foi representado no Fórum de Madri pelo então Ministro da Justiça, Tarso Genro, que pela primeira vez assinalou a disposição brasileira de acolher o Terceiro Fórum.

⁵ *Alliance of Civilizations – Report of the High-level Group*, Parte II, Subtítulo VIII, recomendação 3.

O Segundo Fórum da Aliança de Civilizações ocorreu em Istambul, em abril de 2009. Nele foram assinados diversos memorandos de entendimentos entre a Aliança de Civilizações e várias organizações intergovernamentais, como a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), a SEGIB (Secretaria Geral Ibero-Americana), a Fundação Anna Lindh para o Mediterrâneo, e algumas outras exclusivas do mundo islâmico. O Chefe da delegação brasileira em Istambul, Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, convocou então todos os presentes a comparecerem ao Brasil para o Terceiro Fórum, em 2010. O convite brasileiro foi recebido com aplausos. Na mesma ocasião, o Chanceler brasileiro anunciou e entregou, em Istambul, ao Alto Representante Jorge Sampaio, o Plano Nacional do Brasil para a Aliança de Civilizações⁶.

A cada ano, cresce o número de participantes nos Fóruns Mundiais. Enquanto em Madri, em 2008, compareceram pouco mais de 500 pessoas, e em Istambul, em 2009, 2 mil, em 2010, no Rio de Janeiro, chegou-se à expressiva cifra de 7 mil inscritos.

4.1 – O Fórum do Rio de Janeiro

Independentemente de suas motivações imediatas, a ideia de uma “aliança de civilizações” se revelou, desde o início, assunto de interesse natural para o Brasil, país racial, cultural e etnicamente heterogêneo, que assume a diversidade como fator de sua identidade. Por esse motivo, e as outras motivações explicadas abaixo, acordou-se que o Terceiro Fórum seria em nosso país.

O Fórum do Rio de Janeiro realizou-se nos dias 28 e 29 de maio de 2010. Dentre os mais de 7 mil inscritos, contavam-se 6 Chefes de Estado ou de Governo (especificamente convidados para representar as diferentes áreas geográficas e a diversidade cultural do mundo, pois o Fórum, por definição, não é um encontro político de cúpula), 13 Secretários-Gerais de Organizações Internacionais (integrantes do Grupo de Amigos), incluindo o Secretário-Geral das Nações Unidas, 109 delegações oficiais, 39 delas chefiadas em nível de Ministro de Estado.

⁶ Composto de diversos programas e projetos desenvolvidos no país, sob a responsabilidade de diferentes ministérios. O Plano Nacional pode ser consultado no site www.aliancadecivilizacoes.mre.gov.br.

O evento foi precedido pela múltipla “pré-conferência”, no dia 27 de maio, que promoveu reuniões da sociedade civil, alguns encontros intergovernamentais importantes (como a mesa-redonda sobre a questão da “islamofobia”, organizada pela Aliança de Civilizações, com a Organização da Conferência Islâmica, o Conselho da Europa e o Conselho Britânico), dois encontros dos Pontos Focais (em que se negociou a Declaração do Rio de Janeiro, reproduzida neste volume), o Fórum – ou Evento – da Juventude e conferência da União Interparlamentar (com participação de Senadores e Deputados de diversos países).

A abertura formal, realizada na manhã do dia 28 de maio, seguiu o modelo dos fóruns anteriores, tendo como oradores o Chefe de Estado do país anfitrião, seguido do Secretário-Geral das Nações Unidas, os Chefes de Governos dos dois países co-patrocinadores originais da Aliança de Civilizações, o Alto Representante do Secretário-Geral e a Chefe da Delegação do país anfitrião do fórum seguinte, no caso, o Catar. Usaram da palavra, portanto, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva; o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon; o Primeiro-Ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan; o Ministro das Relações Exteriores da Espanha, Miguel Angel Moratinos, que falou em nome do Presidente de Governo José Luis Rodriguez Zapatero (impedido de comparecer em decorrência da crise econômica que se havia abatido sobre seu país); o Presidente Jorge Sampaio e a Sheika Mozah, Primeira Dama e coordenadora de projetos sociais e culturais do Catar.

Em seguida à sessão de abertura, foi realizada a chamada Sessão Plenária de Cúpula, também de nível de Chefes de Estado ou de Governo, tendo por tema: A Diversidade Cultural como Caminho para a Paz. Desta sessão participaram, como oradores convidados, o Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Ali Abdusalam Treki; o Chanceler do Reino da Arábia Saudita, em nome do Rei Abdullah bin Abdulaziz Al Saud; a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner; o Primeiro-Ministro da República Portuguesa, José Sócrates; o Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Amre Moussa; o Secretário-Geral da Cúpula Ibero-Americana (SEGIB), Enrique Iglesias; o Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales; o Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires; o Secretário-Geral da Organização da Conferência Islâmica (OCI), Sukru Tufan; o Secretário-Geral da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), Marc Perrin de Brichambaut; e a Diretora-

Geral da UNESCO, Irina Bokova. Moderaram a sessão a jornalista brasileira Guila Flint e o jornalista português Henrique Cymerman.

A tarde do mesmo dia foi dedicada, do lado oficial, à sessão ministerial do Grupo de Amigos da Aliança, aberta pelo Ministro Celso Amorim, juntamente com o Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Ali Abdusalam Treki, e presidida pelo Alto Representante Jorge Sampaio. A sessão durou seis horas seguidas, fato que demonstra de per si o grande interesse de todas as delegações em participar ativamente do Fórum.

Paralelamente, também na tarde do dia 28, foram realizadas sessões de trabalho temáticas, que abordaram questões como o desafio de promover a integração em sociedades multiculturais, o fortalecimento do papel das mulheres na sociedade por meio da educação, o papel de líderes religiosos na promoção da paz e o impacto dos meios de comunicação sobre a percepção de outras culturas.

As sessões temáticas contaram com a participação de diversos Ministros de Estado brasileiros, responsáveis por pastas afins à Aliança, entre eles, o Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto; o Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi; o Ministro da Cultura, João Luiz Silva Ferreira; o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Soares Dulci; a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; e o Ministro das Cidades, Marcio Fortes de Almeida.

A sessão temática que mais chamou a atenção dos participantes do evento foi a que debateu “O diálogo de civilizações e a reorganização da ordem mundial”. Dela participaram autoridades de diversos países e organizações, como os Ministros das Relações Exteriores da Turquia, Ahmet Davutoglu, e da Espanha, Miguel Moratinos, além do Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, e personalidades do mundo acadêmico, como a filósofa russa Alla Glinchikova e o Professor Cândido Mendes. Nesta sessão, discutiram-se as virtudes e as falhas do “diálogo Ocidente-Islã” após quase duas décadas desde a publicação do artigo de Samuel Huntington, “*Clash of Civilizations?*”⁷. Foi ainda discutido como a cooperação entre as diferentes comunidades tem ajudado ou não a diminuir as divisões interculturais existentes; como a atual crise econômica, financeira e social pode aumentar e gerar tensões; como um novo paradigma de diálogo cultural influenciaria a formação de uma nova ordem mundial.

⁷ Samuel Huntington, *The Clash of Civilizations?*, Foreign Affairs, verão de 1993.

O Fórum do Rio de Janeiro, como os dois anteriores, mostrou-se importante tanto pela plêiade de autoridades políticas e intelectuais que compareceram, como para que os respectivos proponentes e executores, governamentais e não governamentais, pudessem apresentar iniciativas e projetos pioneiros, com potencial para serem ampliados e reproduzidos em outras comunidades ao redor do mundo. Além disso, colocou em contato jovens ativistas, líderes empresariais, defensores dos direitos humanos, líderes políticos, chefes das comunidades religiosas, acadêmicos e jornalistas procedentes de países, regiões e culturas distintas.

Foram realizados dois segmentos dedicados inteiramente à juventude: uma caminhada para que os jovens participantes tivessem contato com a população do Rio de Janeiro e o Fórum, ou Evento, da Juventude propriamente dito. Durante a caminhada, os mais de 80 jovens do exterior e os mais de 20 jovens de todas as regiões do Brasil puderam ter contato direto com a diversidade brasileira e carioca, começando seu percurso pelo Centro do Rio de Janeiro na área do chamado SAARA (Sociedade dos Amigos dos Arredores da Rua da Alfândega), onde se concentram e convivem harmoniosamente, sobretudo, comerciantes de origem árabe e judaica, e outros de origem asiática. O Evento da Juventude, na área do Museu de Arte Moderna, realizou debates sobre os mesmos temas do Terceiro Fórum, ao qual apresentou suas recomendações.

O Fórum do Rio de Janeiro contribuiu, ainda, para se debaterem possíveis respostas à crise econômica. Foi realizada sessão temática sobre essa questão, além de sessão plenária dedicada exclusivamente à situação calamitosa no Haiti, decorrente do terremoto do início de 2010.

Nas reuniões dos Pontos Focais, realizadas no dia 27 de maio, às vésperas da abertura oficial do Fórum, ademais de outros assuntos, foi discutida e aprovada a Declaração do Rio de Janeiro, primeiro documento do gênero oriundo de um Fórum Mundial. Nela, os integrantes do Grupo de Amigos reafirmaram seu compromisso com a Aliança de Civilizações, estimularam os planos nacionais, a programação de estratégias regionais e reiteraram sua satisfação com o fato de o Catar e a Áustria já se terem oferecido como sede dos fóruns anuais de 2011 e 2012, respectivamente.

O Fórum do Rio de Janeiro foi o primeiro grande encontro anual da Aliança realizado fora da Europa. Consubstanciou, assim, oportunidade para a iniciativa se tornar realmente global, atraindo para integrar o Grupo de Amigos um número maior de países africanos e diversos da América Latina,

assim como os Estados Unidos (que somente no Rio de Janeiro participou como membro pleno). Com sua realização, da forma em que se deu, o Brasil, além de comprovar o interesse que atribui à Aliança de Civilizações, tornou-se, de direito e de fato, o Estado responsável por sua extensão à escala planetária.

Memória brasileira desse grande evento multiforme, o presente livro não se propõe constituir relatório exaustivo. O informe “autorizado”, em inglês, foi preparado em Nova York, sob responsabilidade e com apresentação do Alto Representante Jorge Sampaio. Pode ser encontrado na forma de caderno, fartamente ilustrado, sob a égide das Nações Unidas, com o título *Third UN Alliance of Civilizations Forum, 27-29 May, Rio de Janeiro, Brazil*, e no link correspondente do portal www.unaoc.org.

O relatório novaiorquino foi fonte de que se extraíram para este volume as descrições das sessões temáticas, plenárias especiais e dos principais encontros havidos na Pré-Conferência, aqui reproduzidas em português. A presente memória, do Governo brasileiro, é, porém, a única que traz a íntegra dos discursos originais feitos nas sessões de abertura e de encerramento e na plenária de Cúpula, assim como excertos selecionados da maioria das intervenções da sessão ministerial, a que foram acrescidas as contribuições escritas de vários dos oradores participantes, governamentais e não governamentais, das sessões de trabalho.

1 - A Sessão de Abertura

A sessão de abertura, na manhã do dia 28 de maio, contou com a participação do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Ban ki-moon, do Primeiro-Ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, do Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, Miguel Ángel Moratinos, do Alto Representante para a Aliança de Civilizações, ex-Presidente de Portugal, Jorge Sampaio, e, na qualidade de anfitriã do Fórum de 2011, a Sheika Mozah bint Nasser Al Missned, do Catar.

Os respectivos discursos pronunciados na ocasião são apresentados a seguir, integralmente.

A) Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil

Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas,

Senhores presidentes, chefes de Estado, convidados para participar do 3º Fórum da Aliança de Civilizações.

Primeiro, o governo brasileiro e o povo brasileiro, especialmente esta cidade maravilhosa, como é conhecido o Rio de Janeiro, dão as boas-vindas a todos os que nos honram com sua presença neste Fórum.

Esta Aliança foi a resposta de um expressivo grupo de nações à ofensiva obscurantista daqueles que pretenderam dividir a Humanidade a partir de um suposto choque de civilizações.

Nossa adesão a esse projeto está em sintonia com os princípios universalistas que regem o Estado brasileiro e sua política externa, mas também reflete o que foi a construção de nossa identidade nacional. Somos multiétnicos, acolhemos distintas religiões e culturas. A nação brasileira é formada por nossos povos originários, pelos milhões de africanos que para aqui vieram, forçados, para o trabalho escravo. Abriga sucessivas levas de imigrantes europeus e asiáticos. Aqui convivem pacificamente milhões de descendentes de árabes com centenas de milhares de judeus e descendentes de judeus.

O Brasil tem uma enorme dívida para com os povos de quase todo o mundo, que ajudaram a construir nossa riqueza material, mas, sobretudo, são responsáveis pela construção de nosso patrimônio cultural. Todos eles, sem exceção, fazem parte do que chamamos de civilização brasileira.

Aprendemos com nossa própria história que a tolerância e a igualdade de oportunidades são fundamentais para um ambiente de concórdia e de paz. Ela nos ensinou que a exclusão, o preconceito e a pobreza alimentam cenários de tensão e de conflito, fomentam situações de dominação e de injustiça, que impedem povos e nações de construir um futuro digno e pacífico.

Não haverá encontro fraternal de civilizações enquanto não forem enfrentadas as raízes profundas dos conflitos, enquanto houver fome e desemprego, mas também enquanto persistir a intolerância étnica, religiosa, cultural e ideológica.

A promoção de uma cultura de paz deve ser um dos pilares centrais deste Fórum. Para tanto, precisamos renovar mentalidades. Para renová-las é necessário oferecer oportunidade de crescimento econômico com justiça social aos milhões de homens e mulheres que vivem nas margens da Humanidade, humilhados e ofendidos, sem esperança.

São absurdas as teses sobre uma suposta fratura de civilizações no mundo que conduziria, inexoravelmente, a conflitos. Essas teorias são criminosas quando utilizadas como pretexto para ações bélicas, ditas preventivas.

O Brasil aposta no entendimento que faz calar as armas, investe na esperança que supera o medo, faz da democracia política, econômica e social sua única e melhor arma. Minha experiência como líder sindical ensinou-me

que posições inflexíveis só ajudam a confrontação e afastam a possibilidade de soluções de paz que a maioria aspira.

Com esses princípios, viajei a Tel Aviv e a Ramalá, tentando buscar a paz. Com esse propósito, o primeiro-ministro Erdogan e eu fomos a Teerã buscar, com o presidente Ahmadinejad, uma solução negociada para um conflito que ameaça muito mais do que a estabilidade de uma região importante do Planeta. O mundo precisa do Oriente Médio em paz e o Brasil não está alheio a essa necessidade.

Defendemos um planeta livre de armas nucleares e o pleno cumprimento, por todos os países, das determinações do Tratado de Não Proliferação. Acreditamos que a energia nuclear deve ser um instrumento para a promoção do desenvolvimento, não uma ameaça. Temos sólidas credenciais para exigir o desarmamento. O Brasil é um dos poucos países a consagrar, em sua Constituição, a proibição de produzir e de usar armas nucleares. A América Latina e o Caribe formam a primeira zona desnuclearizada do Planeta. A existência de armas de destruição em massa torna o mundo mais inseguro. Os arsenais nucleares são peças ultrapassadas e obsoletas de um tempo, já superado, de equilíbrio do terror.

Caros amigos,

A promoção da Aliança de Civilizações requer criatividade para forjar novos laços entre regiões e continentes. Reduzimos distâncias físicas, aproximando visões de mundo, integrando povos e culturas. Na América Latina e Caribe, estamos consolidando um projeto de integração regional que vai além da criação de um espaço econômico continental. Queremos que nossas diversidades sejam um fator de multiplicação de nossa força, não um pretexto para dissolver nossos objetivos comuns.

Foi a perspectiva de ampliação de um diálogo de civilizações que nos levou a realizar duas reuniões de Cúpula entre países da América do Sul com os países árabes, e outras duas com os países africanos. Estamos aprofundando nosso conhecimento mútuo, na certeza de que valores e heranças compartilhados nos farão mais fortes para enfrentar desafios como o aquecimento global, a insegurança energética e o terrorismo transnacional, mas, sobretudo, a fome e a miséria no mundo.

Amigas e amigos,

A crise financeira que se abateu sobre todos mostrou o quão necessário será contar com organizações multilaterais vigorosas, à altura de um mundo cada vez mais diverso e multipolar. Mas constatamos grande resistência à

mudança. Incapazes de assumir os seus próprios erros, alguns governantes buscam transferir o ônus da crise para os mais fracos. Adotam medidas protecionistas que oneram bens e serviços exportados por países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que se mostram lenientes com os paraísos fiscais, responsabilizam imigrantes pela crise social.

A comunidade internacional precisa reagir. Combater as manifestações de xenofobia e de racismo é tarefa inadiável. O Brasil continua um país aberto e solidário para aqueles que vêm buscar aqui trabalho digno e vida melhor. No momento em que a recessão ceifava milhares de empregos em nossa economia, não hesitamos em regularizar a situação de dezenas de milhares de migrantes.

Senhoras e senhores,

Os jovens constituem um dos grupos mais vulneráveis às influências do fanatismo e da intolerância, além de serem as principais vítimas da violência. Mas são também a melhor promessa para o futuro, sempre que orientados para o conhecimento do outro e para o respeito às diferenças. A participação jovem em programa de promoção do diálogo e da cooperação intercultural tem que ser o objetivo central de nossa Aliança.

É imprescindível um forte investimento na educação. O conhecimento e a informação histórica e cultural sobre diferentes civilizações são essenciais para a promoção de um ambiente naturalmente tolerante. Por isso, estamos implementando o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras. Povos sem conhecimento de sua história e de sua cultura não têm como avaliar o presente e serão incapazes de fazer as melhores opções para a construção do seu próprio futuro.

Os meios de comunicação também têm papel decisivo na formação de valores em qualquer sociedade. Sua atuação construtiva é indispensável para a promoção dos princípios de nossa Aliança.

Meus caros amigos,

Este 3º Fórum confirma que não nos deixamos vencer nem pela distância, nem pelo ceticismo dos que duvidavam de nossa capacidade de trabalhar juntos. Aqui prevalece a determinação de romper paradigmas para aperfeiçoar um diálogo pioneiro entre Estados e sociedades que desejam construir um mundo à imagem de suas melhores tradições de entendimento e de solidariedade. É essa a mensagem que nossa Cúpula lança.

O Brasil ajudará a solidificar cada vez mais essa ponte de amizade e cooperação que estamos construindo entre nossos povos.

Muito obrigado.

B) Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas

President Lula of Brazil, Prime Minister Erdogan of Turkey, Distinguished Heads of State and Government, Mr. President of the General Assembly, Her Highness Sheikha Mozah, President of the Qatar Foundation, Honourable Ministers, Distinguished Governors and Mayors, Excellencies, Delegates, Ladies and gentlemen, Bom Dia. President Lula, my deepest thanks to you and the Brazilian people for your hospitality and warm welcome. Muito Obrigado. To the original co-sponsors of the Alliance of Civilizations – Spain and Turkey – thank you for your consistent support. I thank High Representative Sampaio for his dedication.

I also commend the Custodian of the Two Holy Mosques, King Abdullah, for his interfaith initiative, including his call to live an authentic faith that emphasizes dialogue and cooperation.

Excellencies, Ladies and Gentlemen,

We meet at a unique moment. Times are changing. Power is shifting. Brazil is rising. I speak not just of the economy of Brazil, but the story of Brazil. This is a melting pot of cultures, peoples and traditions. All pulling as one, especially during World Cup season! There is no better place for the Alliance of Civilizations to meet and take its work forward.

On the surface, it may appear that I come from a different world. Growing up, my homeland of Korea was one of the most homogenous places on earth. But I was raised in the wake of the Korean war. The international community rebuilt my country. From an early age, I saw the power of cultures uniting in common cause. I saw solidarity in action. I am not merely a witness – I am a product of it. This is not just my history – it is an essential part of who I am. That is why this Forum means so much to me. And that is why I know the Alliance of Civilizations matters to the world.

Excellencies, Ladies and Gentlemen,

From the beginning, we all knew the Alliance could not be business as usual. The work could not be left to beautifully written reports stuck in the United Nations library. We understood the Alliance must be action-oriented. It must reach far and wide.

Since 2005, the Alliance of Civilizations has been doing just that. With your support, the Alliance is bringing together journalists from around the globe to confront prejudice and misunderstanding – including the first-of-its-kind joint reporting from Israel and the Arab world.

You are expanding dialogue for young people of different ethnicities in Burundi, promoting mediation and conflict resolution in South Asia, mentoring in immigrant neighborhoods in Europe, and providing jobs for young people throughout the Middle East and North Africa. At the same time, the Alliance is widening its own network of partners and community of friends. We are pleased to welcome the 100th member, the United States of America. All this is impressive. But it is only a start.

The Alliance is a process – a work in progress. In communities where symbols of religious minorities are seen as something to oppose or fear, we need continue engagement. In places where people are screened out of opportunity because of race, faith or even their name, we have more work to do. But the mission of the Alliance must go deeper still.

I would like to briefly point to three reasons why. First, and fundamentally, because your mission is among the most important of the 21st century. Three-quarters of the major conflicts in the world today have a cultural dimension. You are seeking to defuse those tensions by finding answers to some of the most urgent issues of our day:

How do we build inclusive societies? How can we strengthen education and empower women? How do we drown out the siren songs that divert young people to extremism? In short, how do we build communities rooted in “convivencia” – living together in peace, based on trust and mutual respect?

That leads me to the second reason for deepening our work – because the process of building inclusive societies must itself be inclusive. It takes each and every one of us. After all, peace and reconciliation cannot be imposed. They are seeds, planted by people, nurtured by communities. Day, after day, after day.

The Alliance cultivates through outreach, through understanding, through education. And we know that education is more than learning. Sometimes it is also unlearning. We must let go of the stereotypes of the monolithic “other”. We must put an end to labels that do more to divide than define.

The third reason to deepen our work: globalization. Globalization can both connect and alienate. We have access to more information, ideas and technology. And yet, fears and hatred are just a mouse click away. The gains of globalization are more visible – but so, too, is the feeling among many that those benefits are out of reach. In many places around the world, such fears cause people to retreat – away from “globalization” into an extreme “localization”.

One that sends the message: “Our way is best”. Or worse, “There is no other way but my way”. This creates tension and instability. Tackling this,

too, is the work of the Alliance. And as we expand all of our efforts, we must do even more to reach out, to listen and to learn from young people.

Tomorrow, I go to Africa. Seventy percent of Africans are under the age of 30. Half the world's population is under 25, the vast majority in the developing world. We need to tap this great potential. They need to see a world of hope and possibility, of quality education and decent work.

Yesterday I met with young people in the Babilonia favela here in Rio de Janeiro. One young woman said *"When I go to wealthy areas, they see what I am, not who I am."* But she showed all of us. The young people I met had such passion and commitment to work against discrimination and for a better life. I learn from you. You learn from me. We grow together. That was their message. That is our message.

Excellencies, Ladies and gentlemen,

I am not naive about the challenge. There is unease in our world. Tensions, rooted in fear. Fear, driven by ignorance. We live in a world where, too often, division sells. It wins votes. It gets ratings. It is much easier to blame others than to think for oneself. And yet wherever I go, I have found something else – a growing realization that we are in this together.

A sharper awareness that my child's future depends on your child's future. A greater understanding that we are a single global family with many members and no monoliths. We are not there yet. The journey is long. But I take strength from the Brazilian proverb: *"Goodwill makes the road shorter"*.

Your goodwill and your good works are making all our roads shorter. I can see on the horizon a world that understands that, together, we are better. I can hear shouting replaced with listening. I can feel a force committed to making it happen. Governments, civil society, the private sector, the faith community, young people. You – and all this Alliance represents. A global social movement. An Alliance of Humanity. Regardless of religious tradition, we have a common faith: a faith in our shared future. Let us harness our common humanity and make a better world.

Thank you.

C) Recep Tayyip Erdogan, Primeiro-Ministro da Turquia

Dear and esteemed presidents and prime ministers,
Esteemed ministers,

Distinguished participants,
Dear ladies and gentlemen,

With the deepest regards, I'd like to say welcome to the beautiful city of Rio de Janeiro, Brazil and welcome to the Third Forum of the Alliance of Civilizations.

Yes... Today, Rio de Janeiro is witnessing history. Today, here we are having what is a historic summit for our countries, our people and above all for our whole world and the future of humanity. Everyone here knows well the current problems of the world.

We are going through a global financial crisis... There are global problems like poverty and the unfair distribution of income. Nuclear arms, weapons of mass destruction and a lack of organized disarmament threaten our future. Terrorism at an international level, human trafficking, drug trafficking, global warming, environmental pollution, aridity and other threats...

My dear friends, we have known all threats... We have seen all these threats and their consequences. However, there is another threat which has gone unseen, and is growing imperceptibly while threatening our future at least as much other threats are. Prejudices, presumptions, intolerance, impatience and discrimination... In short, we have been witnessed to a wave of thinking setting off and forming a basis for polarization and even a clash of civilizations. Yes... We are here to bring attention to such a threat growing while the world is becoming smaller. Today, we are here, in Brazil, in Rio de Janeiro, to stand up to this danger and to show to the world that to eliminate this danger is possible.

My dear friends, we have never been pessimistic... We are never without hope... We believe that all problems arising from the past and here now are solvable. We believe that hostilities of the past and in our age, prejudices, intolerance are not the unchangeable destiny of humanity. We believe that we will dignify love and respect and have tolerance prevail. Believing that to change the path of history is certainly possible and what is real is love and peace not negative winds, we are here having these summits.

As a co-president of the Alliance of Civilizations, I'd like to express my gratitude to you, all participants and countries, for setting their hearts and contributing to such an important target. My wish is that this historic summit will play an important role in the meeting and merging of civilizations and today historic results will arise.

The Alliance of Civilizations attempts which as Turkish and Spanish Prime Ministers we started in 2005 under the United Nations is based on a belief that different cultures and civilizations can live together. I'd like to express my gratitude to Mr. Kofi Annan for his great contributions and United Nations Secretary-General Ban Ki-moon for his support since taking up his position. Also, I'd like to thank to Brazilian President Mr. Lula da Silva and the Brazilian people for hosting the meeting this year.

Esteemed participants,

Dear and esteemed friends...

The effort to portray people, societies, cultures and religions as if they were hostile towards each other because of their differences is a major blow to world peace. Those who present differences as a cause for conflict and enmity devalue the common history of humanity and universal values. People having different languages, religions, races, cultures and civilizations is a requirement and natural result of being human. Trying to file down, to suppress or to eliminate these differences, or making them a pretext for segregation, is the equivalent of trying to destroy humanity. Keeping the differences introduced by different religions, civilizations and cultures alive is a common call again by these religions and civilizations.

In the Holy Koran, the creator almighty God says, "O mankind! We created you from a single pair of a male and a female, and made you into nations and tribes, that you may know each other."

Islam's holy prophet Muhammad says, "An Arab has no superiority over a non-Arab nor a non-Arab has any superiority over an Arab; also red has no superiority over black nor black has any superiority over red. No nation has superiority over another."

The Bible says, "If you love only those who love you, what reward do you have? If you greet only your brothers, what more are you doing than others?" Just as having differences is a necessary part of being human, living together is a requirement for human beings as social creatures.

The ethics of living together is one of the fundamental elements of our being human. Major religious traditions and ethics have the necessary principles to make the ethics of living together real.

I want to underline the following matters: a human being should treat others the same way that they want to be treated by them. One who wants to be loved should love others. One who wants to get respect from others should

show respect to them. One who wants to hear the truth should speak the truth. One who wants justice should treat people with justice, and one who advocates equality should treat people equally.

I want to draw your attention to the great scholar and man of heart Mevlana Jalaluddin Rumi's following words which shed light on today from the 13th century. Mevlana says:

*“Be like a river in generosity and help
Be like the sun in tenderness and mercy
Be like the night in covering the faults of others
Be like the dead in anger and nervousness
Be like the earth in modesty and humility
Be like the sea in tolerance
Either seem as you are, or become as you seem.”*

Another Turkish poet, Yunus Emre conveys the common meaning of the four holy books, namely Psalms, the Old Testament, the Bible and the Koran to today from centuries ago: *“Regard the other, as you regard yourself, this is the meaning of the four holy books, if there is any.”*

My dear esteemed friends,

Throughout history, it has been argued that the crusades were the biggest conflicts that separated the East from the West, and Muslims from Christians. The crusades, of course, were the battles during which Muslims and Christians, or the crusaders and Turks confronted each other.

But I want to draw your attention to especially that point: The crusades were also a time period during which all parties knew and contacted each other, forged alliances with each other, and most importantly, they intensively exchanged their assets in the areas of science and art.

What it has remained from these confrontations is the traces of cultural exchange, rather than the traces of conflicts. Common words in our languages, common works of science and culture, common elements in various areas from music to cuisine, all of these are the results of such confrontations. We cannot serve a prosperous future on earth by reading history differently, that is, seeing history as a string of wars and enmities, and relaying this view to new generations.

The world doesn't consist of only the West, the East, the South or the North. The history of mankind is not only the story of one segment of people

or any single community. The history of civilizations is not the history of wars, conflicts or assimilations, but the history of differences, richness and interaction.

Those who suppose that the world is made for their own benefit cannot truly read the soul of our age. Some still look at history, policy and world issues from an egocentric angle, exclude diversities, and claim that the truth is only in their own monopoly. Therefore they underestimate societies and cultures other than themselves, they define them with adjectives such as “undeveloped,” “unimproved” or “developing.”

It’s tremendously wrong and dangerous to judge and to mark a whole mass of belief group or all members of a religion and civilization by starting out with historical prejudices or some present bad example. However wrong is to impose one’s own value judgment, one’s way of life on others, it’s also equally wrong to ignore another’s sensitivities.

I always say, “There’s no Islamic terrorism.” Islam and terrorism are two contrary, opposite words to each other that cannot come together. I say very clearly that the inhuman attacks aimed at cities such as New York, Madrid, London and Istanbul are also as much attacks on Islam and Muslims, on the essence of this religion and against the members of this religion, as against these cities. How wrong a blind enmity towards the West is, and how wrong anti-Semitism is, it’s as much as wrong to connect Islam with terrorism....Islamophobia is also that wrong.

Dear esteemed friends...

Those who leave the feeling of justice, the feeling of equality, or the feeling of freedom and conscience out of international relations, lay the foundations of a fatal destruction. That some are in welfare and in safety, doesn’t remove the fact that others live in poverty, famine and shortage.

Justice is a universal principle and it conveys a meaning provided that it is implemented globally and coherently. Thus for us the safety, serenity and welfare of Istanbul cannot be considered separately from the security, serenity and welfare of New York, Baghdad, London, Mumbai, or Rio. The attitude that we displayed for Gaza, for Jerusalem, which is the holy city of three religions, is an attitude that put forward justice, equity, and conscience before anything else.

As we shed tears for the children who die in conflicts in Afghanistan and Iraq, likewise we shed tears for the children who lost their lives in earthquakes in Chile and in Haiti. Just as the beliefs, languages, colors and ethnic roots of innocent civilians who died in Georgia is out of our subject of interest, we do

not regard the beliefs, the color of the skins of civilians who died in Somalia. Just as those who lost their lives in the twin towers, in the subways of London and Madrid, and in Istanbul made our conscience bleed in the same way those who lost their lives in Gaza cause our conscience to ache. Therefore we lend an ear to the voice of the children in Gaza. We say that global peace and justice cannot be constructed in a world where nobody lends an ear to that voice.

Dear esteemed participants,

From this day forth, we have to translate the pluralistic structure of history of humanity into a global political language without further delay. We have to establish a political order where everyone is represented fairly, where nobody is despised, excluded, humiliated. We believe that with black and white, rich and poor, Muslim and Christian, Easterner and Westerner, everyone should have a place at the table. Therefore we object to injustices and double standards, in the policies that we pursue. We are doing this not only for our own national benefits, but also as a necessity of universal principles that we believe.

We want justice for everyone, freedom for everyone, welfare for everyone, security for everyone. We know that nobody is safe in a world where some aren't in safety. If tranquility and welfare cannot be provided for everyone, they are not sustainable. There are many dimensions to global peace. Many components should be brought together in a patient, determined and consistent manner. We have to establish a fair and egalitarian global order on a political level. On an economic level, we must establish a just and sharing global economic order. We must establish a sociocultural order that doesn't turn cultural differences into points of conflict. We must take determined steps with regard to basic human rights and freedoms. Here in this sense, the Alliance of Civilizations is a global peace call.

The Alliance of Civilizations, which set out to reach these goals, has today become a global peace movement. Supported by more than one hundred countries and institutions, the Alliance of Civilizations has been contributing to the building of a common good by carrying out concrete projects.

Projects developed in such areas as youth, entrepreneurship, science, art, climate change, migration, media responsibility, minority rights, pluralism, the role of non-governmental organizations and conflict resolution aims to find permanent solutions to the pressing issues of our world.

My dear and esteemed friends...

Here today in full unity, we call on the whole world and say: Come! Let's protect this world all together. We're proceeding on this ship of the Earth towards a common destiny and future. Let's find solutions to the pressing issues of our world together. Let's fight poverty together. Let's cooperate against all kinds of terrorism. Let's purify our world from nuclear weapons. Let's join our forces against communicable disease, and put an end to human and drug trafficking.

Come! Let's lend an ear to the voice of Gaza, and achieve a lasting peace in the Middle East together. Let's make Iraq's political and economic future safe and bright, and extend a helping hand to hundreds of thousands of Iraqi widows and orphans. Let's work together to ensure safety, peace and prosperity for the Afghan people.

Come! Let's save the Balkans from being a region of tension and conflicts. Let's exert efforts together for a permanent regional peace in the Caucasus. Come! Let's respect freedom of religion and conscience, and take a stand against sacred values being insulted in the name of freedom of the press. Let's together oppose all kinds of broadcasts or publications, practices and policies that disregard human dignity. Let's show the same respect to the people of Rio, Tokyo, Baghdad, New York, Tehran, London and Cairo. Let's embrace all of them without discriminating among them in terms of their religions, language, color and level of welfare.

Come! Let's come together in common good. Come! Let's establish a brighter, fairer, free and prosperous world. Now, we know very well that nobody is safe, free and in peace in a world where people are not safe, free and prosperous.

Justice, rights, prosperity and freedom should be for everyone. Then, and only then, can we make our way through to a bright future. Ending my speech with these feelings, it is my wish that The Third Forum of the Alliance of Civilizations will provide new opportunities for cooperation.

I'd like to thank again my friend Mr. Zapatero, as well as Mr. Ban Ki-moon for his full support for our efforts and the Alliance of Civilizations Secretary-General Mr. Sampaio.

I'd like to express my gratitude to Brazil, the host of the third summit, and Brazilian President Mr. da Silva and to First Lady of Qatar Sheikha Mozah who is going to host the fourth forum of the Alliance. I salute all of you.

Thank you.

D) Miguel Ángel Moratinos, Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha

Sr. Presidente de la República Federativa de Brasil, Secretario General de las Naciones Unidas, Primer Ministro Erdogan, Jefes de Estado y de Gobierno, Alteza Real, Alto Representante para la Alianza de Civilizaciones, Dr. Sampaio, Ministros y Ministras de diversos Gobiernos, representantes de organismos internacionales.

Quiero, en primer lugar, expresar mi agradecimiento al Presidente de Brasil, por su hospitalidad al acoger la celebración de este III Foro de la Alianza de Civilizaciones, que es buena muestra de su compromiso personal y el de su país con esta iniciativa. Gracias, Presidente Lula. Mi agradecimiento, por supuesto, es extensivo a la ciudad de Río de Janeiro, crisol de culturas, que la convierte en un marco ideal para esta ocasión.

Agradezco también la presencia activa del Secretario General de Naciones Unidas, cuyo continuado apoyo a la Alianza de Civilizaciones sigue teniendo un extraordinario valor y, cómo no, mi reconocimiento y gratitud a la labor del Alto Representante del Secretario General, el Dr. Sampaio, quien, con su denodada dedicación y la de su equipo, hace que podamos ver día a día los frutos concretos de esta iniciativa.

Quiero desde esta tribuna saludar a Ciudades y Gobiernos locales unidos, y en su nombre a todas las delegaciones. La ciudad, la dimensión local de la Alianza de civilizaciones es una de las dimensiones más decisivas de los próximos años. No basta con los políticos, sin la participación activa de los ciudadanos no avanzaremos en este proyecto.

Mi saludo, también, muy especial, a las organizaciones civiles, a los cooperantes, a todos aquellos que con su esfuerzo, con su compromiso, hacen posible la causa de la paz. Un saludo y reconocimiento por su diaria y generosa labor.

Vivimos tiempos de incertidumbre. En los últimos dos años hemos visto el desplome de algunos de los gigantes financieros de los países más ricos del mundo y sufrido la crisis económica que ello ha precipitado. Más que, como se dice, la primera crisis de la globalización, lo que esta crisis ha puesto de manifiesto es la ausencia, y la necesidad, de una gobernanza global eficaz: de la gestión política de la globalización. Tenemos ahora la obligación de poner en marcha una acción colectiva y desarrollar los instrumentos de acción política coordinada y multilateral que permitan el desarrollo de una globalización más justa y equilibrada.

La Alianza de Civilizaciones no estuvo pensada para hacer frente a una crisis económica y financiera como esta. Pero sí ha de demostrarse útil para hacer frente a algunas de sus consecuencias. De la mano de las crisis vienen a menudo tensiones interculturales, entre sociedades y en el seno de nuestras sociedades. Tensiones que tan sólo se pueden resolver desde la empatía hacia el otro, el respeto y el diálogo: precisamente los valores que defiende la Alianza de Civilizaciones. Son estos valores los que también necesitamos para salir de esta crisis con mayor justicia, equidad y paz.

La celebración de este III Foro es prueba de la buena salud que goza la Alianza de Civilizaciones y de su progresivo fortalecimiento. Y el hecho de que este III Foro tenga lugar aquí, en un país latinoamericano, debe ser motivo de satisfacción para todos. Demuestra el alcance global de la Alianza global y su perspectiva universalista en el avance por un mejor entendimiento entre los pueblos.

Satisfacción que debe ser aún mayor si echamos la vista atrás y comprobamos los avances experimentados por la iniciativa desde la celebración del II Foro de Estambul en mayo del pasado año.

En estos doce últimos meses se ha incrementando el número de países que pertenecen al Grupo de Amigos, hasta alcanzar el centenar. Y ha aumentando también el número de Organizaciones Internacionales que colaboran estrechamente con la Alianza, hasta las veintiuna en la actualidad.

No quiero dejar de saludar especialmente la incorporación más reciente, la de los Estados Unidos, gracias a la decisión del Presidente Obama, consciente de que la Alianza permitirá a su país trabajar de forma más comprometida con otras naciones y organizaciones internacionales y hacer frente a los retos del siglo XXI.

También el pasado año se produjo un acontecimiento de la mayor relevancia para la Alianza: la obtención del respaldo formal y político de la Comunidad Internacional, al adoptarse por consenso la Resolución de la Asamblea General de las Naciones Unidas que da carta de naturaleza a la dimensión estructural de la Alianza de Civilizaciones.

Esta importante Resolución, y el hecho de que hoy día más de la mitad de los Estados miembros de las Naciones Unidas pertenezcan al Grupo de Amigos, contribuyen decisivamente a fortalecer el anclaje de la Alianza en el sistema de las Naciones Unidas, a cuyo servicio se pone como instrumento de diplomacia preventiva y de herramienta para la paz.

La Alianza de Civilizaciones continúa por lo tanto asentando su papel en todo el mundo como un referente en materia de iniciativas de diálogo intercultural, propiciando además sinergias positivas con otras que se desarrollan en el campo del diálogo interreligioso. Todo ello, como dice la propia Resolución aprobada por Naciones Unidas, desde el respeto universal de los Derechos Humanos y las libertades fundamentales de todos.

Pero como tantas veces han señalado, el Primer Ministro Erdogan, el Dr. Sampaio y el Presidente Rodriguez Zapatero, la Alianza de Civilizaciones no es una iniciativa relacionada únicamente con la voluntad de gestionar adecuadamente la diversidad cultural en un mundo globalizado y de contribuir al diálogo intercultural e interreligioso. La Alianza quiere ser, ante todo, un instrumento innovador y eficaz en materia de diplomacia preventiva.

Yes que en el mundo global en el que vivimos, los desafíos están interrelacionados. No es posible construir una paz y una seguridad duraderas sin un desarrollo sostenible y equitativo. La pobreza conduce a la desesperación, a la sensación de injusticia y a la alienación, lo que combinado con reivindicaciones políticas, puede avivar el extremismo. La pobreza, el hambre y las desigualdades sociales pueden fácilmente ser utilizadas por grupos violentos para justificar supuestos enfrentamientos civilizatorios. Por ello, y como se reclama en los Objetivos de Desarrollo del Milenio y propugna la propia Alianza, la lucha contra la pobreza, debe seguir siendo una prioridad de la comunidad internacional. Lo que eran objetivos necesarios antes de la crisis, lo son mucho más ahora. La crisis no puede ser una excusa para no cumplir los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Más bien lo contrario. La crisis hace aún más necesario su cumplimiento.

La Alianza de Civilizaciones no tiene sólo una base internacional. Para reforzarse requiere también de fuertes bases nacionales. El Dr. Sampaio propuso a los países del Grupo de Amigos la aprobación de Estrategias o Planes Nacionales como forma de avanzar de manera decisiva y concreta en la consecución de los objetivos de la Alianza.

La Presidencia rotatoria de la Unión Europea que España ha ejercido durante este primer semestre de 2010 ha sido también una excelente ocasión para impulsar las relaciones de la UE con la Alianza de Civilizaciones, profundizando en el compromiso y la dimensión europea de la misma. A tal efecto, y bajo los auspicios de la Alianza y en el marco

de Presidencia española de la UE, tuvo lugar a principios de este mes de mayo en la ciudad de Córdoba, paradigma histórico de convivencia entre religiones, la Conferencia sobre libertad religiosa en las sociedades democráticas, cuyas Conclusiones han sido puestas a disposición tanto de la Unión Europea como del Alto Representante para la Alianza de Civilizaciones. Como continuación a este ejercicio, España quiere proponer con Italia celebrar, en el marco de la Alianza de Civilizaciones y de acuerdo con los esfuerzos de la Unión Europea para asegurar la protección de la libertad religiosa y su ejercicio por las minorías, un seminario sobre la protección de las minorías cristianas.

En definitiva, el diálogo entre civilizaciones y la Alianza como vehículo preferente para ello, siguen constituyendo uno de los ejes fundamentales de la política exterior de España. Es una muestra más de nuestro compromiso con el multilateralismo eficaz, con la legalidad internacional y la gobernanza global.

La satisfacción que hoy quiero compartir con ustedes desde aquí por todo lo avanzado en estos años no debe, sin embargo, ocultarnos los desafíos que tiene ante sí la Alianza de Civilizaciones.

Debemos seguir trabajando para consolidar las propuestas y proyectos concretos existentes y para generar otros nuevos, que permitan a la Alianza mantener ese rasgo distintivo de iniciativa útil e innovadora. Debemos seguir elaborando planes nacionales que trasladen a nuestras políticas concretas, allá donde sea oportuno, los principios que inspiran la Alianza.

Y debemos también, sobre todo, asegurar la continuidad de la Alianza, para lo que es necesario un mayor compromiso financiero con ella y con el mantenimiento de su Secretaría, de modo que podamos garantizar, mediante un compromiso real de todos, su sostenibilidad económica a medio y largo plazo.

Desde la satisfacción por la celebración de este III Foro, les reitero que la Alianza es mucho más que una propuesta de diálogo. Es una acción contra la intolerancia, contra el racismo y la xenofobia, contra todo tipo de fundamentalismo. Una acción para el entendimiento mutuo, el respeto universal a “los otros” y el reconocimiento recíproco. Una acción ejemplar para mostrar al mundo que el diálogo entre culturas y religiones puede ser, debe ser, fuente de diversidad y riqueza y no de división y enfrentamiento.

Muchas gracias.

E) Jorge Sampaio, Alto Representante para a Aliança de Civilizações, ex-Presidente de Portugal

Muito bom dia. Senhor Presidente Lula da Silva, anfitrião deste Fórum. Senhores das Nações Unidas. Senhor Primeiro-Ministro da Turquia. Senhor Ministro das Relações Externas do Reino da Espanha, sua Alteza Sheikha Mozah. Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, senhor Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Senhores Ministros, excelências. Minhas senhoras e meus senhores. Prezados amigos da Aliança de Civilizações. Neste magno encontro em que festejamos a diversidade cultural, étnica, religiosa, linguística, não poderia deixar de dirigir estas falas iniciais em nossa língua portuguesa num gesto de merecida homenagem, mas também, de amizade certa com os nossos anfitriões. Me hajam queridos Presidente Lula, Chanceler Celso Amorim e toda equipe associada ao Embaixador Lindgren Alves pela vossa generosíssima hospitalidade e incansável disponibilidade, bem como, sobretudo, a iniciativa de terem proposto em boa hora o Brasil para acolher o III Fórum Global da Aliança de Civilizações.

Quero também alargar os meus agradecimentos a todos os que nos quatro cantos do mundo, como se diz em português, não olharam a canseiras e não faltaram a esse encontro. Sem querer esquecer ninguém, eu quero especialmente destacar a presença de Sua Excelência o Secretário da ONU, Ban Ki-moon, a quem eu muito agradeço por sua iniciativa e incansável apoio à Aliança de Civilizações. Os Primeiros-Ministros da Espanha e Turquia, patrocinadores da Aliança. Dos Chefes de Estados e de Governo que nos honram com sua participação. Dos Ministros e outros representantes de estado e organizações internacionais e regionais, membros do grupo de amigos, da extensa comunidade de pontos focais da Aliança e, naturalmente, e todos os outros parceiros e amigos que fazem parte daqueles que diariamente trabalham com a Aliança, a todos o meu agradecimento pelo vosso empenho, vossa determinação e vosso entusiasmo.

A Aliança são todos vocês. A Aliança repousa em nossa força, a Aliança está, afinal, ao vosso serviço. A Aliança não dispõe de divisões, porque justamente vós e todos os outros sois todos, a Aliança. Vocês são a Aliança.

Falo agora em inglês.

Your Excellencies,

In almost all cultures the number “three” has a very special symbolism, as it does in science, music philosophy, mythology, literature and, of course,

religion. By bringing our Third Forum to Brazil we were precisely looking forward to consolidate the third dimension of the alliance by which we mean the global Scope, the universal outreach, and the three way creative dynamics, so far we must acknowledge, we have done it. To give you three examples: since the Forum was announced membership of Latin America, and Caribe and African countries has been strongly reinforced, not to mention the fact that the United States, of course, joined us a couple of days ago. For the first time, here in Brazil all Alliance partners have had the opportunity to propose and organize activities during a whole working day, which was yesterday called The Pre Day Forum and in this regard, let me highlight a novelty in the alliance's meetings, and the first in our Forum, a parliamentary session organized by the International Parliamentary Union was held also yesterday.

And here in Rio for the first time we will open this Forum to a global conversation clearly recognizing that we live in one world so that we have to understand and respect each other, live together and live up to the best of our cultures, civilizations and religions.

Your Excellencies,

Further to the political, economic and strategic stakes most of the current international conflicts and a good number of domestic tensions within societies, around the world are in the intersection of cultural and religious device.

The Alliance of Civilizations is precisely meant to stay in that cross road and act as a platform for dialogue that delivers. Achieving this goal is not an easy task as we would like it to be because there are pre-requisites for such a dialogue, but that is all the more reason to try harder and with our will moved by a sense of urgency and using all tools available.

So, ladies and gentlemen,

Creativity and innovative thought and action are needed to generate the right environment. Stronger cooperation for intercultural dialogue, a wide engagement at grassroots levels, but also leadership at all levels, as we've heard here today are all indispensable driving forces for the change that is necessary.

As the Philosopher and Scientist Albert Einstein once remarked, and I quote "*you cannot solve a problem for the same consciousness that created it*", meaning by that we cannot solve problems by using the same kind of approach and thinking that has been used to create it.

Your Excellencies, dear friends,

If I may, going back to the symbolism of numbers let me remind you that in Chinese culture the number 3 is considered a good number, bringing good luck.

So I would like to say to this distinguished audience in our one world, let's share one dream made of 3 wishes: Achieve better rights for all, give really peace a change and build a common hope for future generations. So, we must take as a good sign for our Third Forum and count one, two, three our Forum is obviously opened, I wish you good and inspiring work. Muito obrigado a todos, fizeram-me sentir, como sempre, na nossa casa comum. Muito obrigado.

F) Sheika Mozah bint Nasser Al Missned, do Catar

I am proud to be with you at the opening of the Third Forum for the Alliance of Civilizations in Rio de Janeiro. I believe that today we are all required to gather our efforts in order to ensure that this forum constitutes a turning point in the path of the Alliance of Civilizations.

Our main objective needs to be to ensure that the contribution of this Alliance is put to valuable use in achieving the millennium objectives within the timeline of 2015 which we have set.

Over the past five years, our discussions were fruitful and beneficial, which allowed us to bring our visions closer, we tried as much as possible to build a common ground and to open constructive channels of dialogue pertaining to the issues which caused most concern.

I personally believe that this previous phase of dialogue was extremely necessary because it helped us to enhance our conviction that this objective of the Alliance of Civilizations was not and will never be to bridge the gap between the West and Islam nor to dispel the causes of tension between them. This phase as well, with all the fruitful dialogues it has known directed the course of our minds towards the real objective consisting of addressing global issues threatening the civilization's unity armed with the desire to develop a real understanding of our contemporary world which enhanced our conviction in the need to refuse preconceived judgments and ideas.

These dialogues have shown that human beings, regardless of any differences or cultural origins, together face universal and global issues, those of combating poverty and ignorance, and eliminating all aspects of injustice, isolation and marginalization.

This is how we in Qatar view the Alliance of civilizations. This is our conviction which is based on recognizing the absolute right of any human being as a central player in working towards the changes to ensure sustainable human development. Based on this principle, we believe that time has come to build upon what we have achieved over the past five years.

We must adopt a pragmatic approach which allows to transform the ideas into realistic, executable and viable programs, because “Reflection and Action are necessary for change and progress”, as the Brazilian educator Paulo Freire once believed.

Ladies and Gentlemen,

In a few moments, we will be discussing an extremely important subject pertaining to the issue of cultural diversity as a path towards peace. This subject is not new per se, as the efforts undertaken by the international community after World War II were based on empowering all human communities by enabling them to enjoy the right to practice their sovereignty in its most significant meaning.

Raising the subject of cultural diversity again under the umbrella of the Alliance of Civilizations stresses that these still exists uncertainties relating to the right for difference and for diversity. Therefore, I believe in the need to work on promoting and strengthening the role of major regional groups to enable them to play an active role in ensuring peace and security.

First, I firmly believe that the Arab community with its human, natural and strategic potential, along with other major groups from Asia and Latin America form a driving force to enhance the values of the Alliance of Civilizations. Such a step falls within the principles of the Alliance. As Freire once believed, “attempting to liberate the oppressed without their reflexive participation in the act of liberation is to treat them as objects that must be saved from a burning building.”

Second, you will agree with me that in order for the culture of peace to be more than just a symbol and perhaps an illusion, we must build trust and repel the doubts by eradicating the causes of tension and injustice.

As a citizen, who takes pride in her Arab identity, rich civilization and cultural heritage, I, like hundreds of millions of my people, cannot accept the suffering of our brothers under siege in Gaza and the West Bank, whose values and cultural heritage in Jerusalem are threatened.

Are we really aware, as an international community of what Jerusalem represents not only to Arabs and to Muslims, but to the followers of all monotheistic religions and to humanity in its entirety?

Do we realize the symbolism represented by the discriminatory separation barriers which contradict the values of righteousness, justice and equality we are gathered today to uphold?

Do we truly comprehend the significance of the systematic cultural blackout targeting a people's youth by depriving them of their legitimate right to education through the prohibition of construction materials and the essential learning tools. What can we expect from these youth?

We stress the cultural diversity we seek and hope for is not so exclusive right and does not allow anyone to impose a given situation and to forge history. This is why there are two choices we could make.

We could either follow the path of righteousness and trust and build upon it, which gives us the right to talk about cultural diversity as a road towards peace, or the path of darkness, doubt and skepticism can continue to rule, and we all know where that leads.

Third, we have to benefit from the successful experiences in establishing the concepts of cultural diversity, and it is my view that Latin America, where we are delighted to meet, has formed a fertile ground for the fruitful dialogue and complementarity of cultures.

We as Arabs take pride in the role led by the first Arab intellectuals who chose the North and South of the American continent to be their second home. How can we forget Gibran, Ilya and Naimy and their contributions in the development of the Arab mind?

These innovators and who followed their steps to this date, have contributed in forging closing relationships with their new societies while at the same time never denying where they came from. They were rightly considered to be permanent ambassadors for two cultures and civilizations, transcending capably geo-political barriers, and have become a living symbol for a practical and realistic alliance which we all seek today.

Ladies and gentlemen,

Humanity is facing major issues which it needs to confront with will and determination. These issues pertain to combating illiteracy, enhancing the rights to quality education and cultural diversity, ensuring the equal benefit from the environmental challenges threatening food security and environmental security, yes, ladies and gentlemen, environmental security.

The fact is that we are facing a crisis in a globalization based on profit, not people. In fact, many societies, especially those in developing countries, are often viewed as subjects of laboratory experiments, rather than equal human beings with the right to environmental security.

For example, the use of white phosphorus, cluster bombs and depleted uranium have caused irreversible damage to the Arab region in particular. Since the two Gulf Wars scientists have been studying the long term effects of the use of depleted uranium on the environment and human population. And the region has witnessed a use in the number of chronic and untreatable diseases since the first Gulf War which has been connected to adverse effects on the environment in addition to birth defects.

After the first Gulf War alone, for example, birth defects increased in Iraq from 11 per 100,000 in 1989 to 116 per 100,000 in 2001 and cancers in southern Iraq increased from 34 people in 1988 to 603 in 2001. Further medical and environmental studies are just beginning to uncover the effects of using these weapons on the entire environmental ecosystem of the region and even the ecosystems of the Mediterranean and Europe.

How can the Alliance of Civilizations contribute in solving these important and urgent issues? The answer to this main question will give this Alliance a value and significance which will put it on the right track.

I take this opportunity to thank Mr Ban Ki-moon, the Secretary-General of the United Nations with regard to forming a high level group pertaining to the millennium objectives. This initiative must receive from all of us the needed support, and therefore we must make sure we employ it rightfully and that we work on building bridges of collaboration and partnership in order to enhance the Alliance of Civilizations vision. This is how I view the soul of Rio de Janeiro today and I look forward for the soul of Doha 2011 to be.

I thank you all and wish our forum the success.



2 - A Sessão Plenária de Cúpula

A sessão plenária, ocorrida logo após a sessão de abertura, contou com a presença de autoridades especialmente convidadas pelo Governo brasileiro para debater o tema “Diversidade Cultural como Caminho para a Paz”. Além dos participantes, cujos discursos estão reproduzidos a seguir, a sessão foi moderada por dois jornalistas de renome internacional, Guila Flint, do Brasil, e Henrique Cymerman, de Portugal.

A) Ali Abdualan Treki, Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas

Your Excellencies Heads of State and Government, Secretary-General, United Nations High Representative for the Alliance of Civilizations, Excellencies, Ladies and gentlemen,

It is an honour for me to be with you today to discuss such an important issue as cultural diversity as the path to peace. I should like first to thank H. E. President Lula da Silva and the Brazilian people for their warm welcome to the beautiful city of Rio de Janeiro. I should also like once again to express my appreciation to Spain and Turkey for their important initiative, which has become a matter that is growing in importance every year.

The holding of the Third Forum of the United Nations Alliance of Civilizations in this city is particularly important, given the cultural diversity

and dynamism of Brazilian society and the coexistence of religions, cultures and peoples within a common nation. This cultural wealth enables Brazil to participate actively, alongside the other members of the international community, in the task of tackling the significant global challenges which we face today.

I have followed with keen interest all the debates that have been held on strengthening dialogue between cultures, religions and civilizations. I have also listened to the theories about the clash of civilizations and witnessed the efforts made to promote one civilization over another, heedless of the fact that, no matter what age we live in, renaissance can only be the product of the achievements of earlier civilizations. That is why, since I took office in September 2009, I have accorded this issue a significant place on the agenda of the United Nations General Assembly. Moreover, as you know, I proposed that the theme of the general debate at the sixty-fourth session of the General Assembly should be “Effective responses to global crises: strengthening multilateralism and dialogue among civilizations for international peace, security and development.”

Heads of State and Government,
Ladies and gentlemen,

One recurring theme is the declared hegemony of a single civilization which attempts to impose its particular values and beliefs on other peoples and nations. At other times, it denigrates cultural or religious groups on the pretext that they represent a threat that must be countered by the international community.

The fact is that these stereotypes and erroneous ideas are quite simply unacceptable in our modern world of communication and interdependence. We must show no tolerance for extremist views that attack religions, beliefs and their symbols. We must also take care not to use freedom of expression as an excuse for denigrating religions, cultures and beliefs.

The international community condemned the acts perpetrated by the Nazis against the Jews as a crime against humanity, and took collective measures against the policies of ethnic cleansing that were adopted at the end of the twentieth century. At the same time, the international community must uncompromisingly confront the collective punishment that is being imposed on the Palestinian people in the occupied territories.

It is only through coexistence founded on respect for diversity of values and cultures that we will be able to establish a peaceful new world order. Only dialogue and mutual understanding will enable us to achieve this common

goal. To that end, multi-stakeholder forums, the United Nations and, particularly, the General Assembly are the bodies best placed to promote such constructive dialogue.

Ignorance breeds fear: fear of change, fear of the other. Most importantly, it breeds fear of taking action or of adopting practical measures that could propel us to a new era characterized by harmony between cultures and civilizations and allow us to make the political, economic and social progress to which we all aspire.

I therefore propose that, during our debate today, we try to answer a number of important questions: how should the concept of diversity be defined? Is it limited to culture and religion? Or should it include economic and social differences between peoples? Can diversity be defined without addressing the disparities that exist between societies in terms of economic development and social justice?

Heads of State and Government, Ladies and gentlemen,

Since it was created in 2005, the Alliance of Civilizations has, through ambitious initiatives, greatly contributed to bridging the divide between peoples and civilizations and strengthening dialogue between religions. One of the most significant of those initiatives was proposed by the Custodian of the Two Holy Mosques, His Royal Highness King Abdullah Bin Abdulaziz Al Saud, King of Saudi Arabia. Another was proposed by the Government of the Philippines on the same issue at the ministerial meeting that it convened in March 2010 on strengthening inter-faith dialogue. I sincerely hope that this third Forum will help to support the Alliance's role as an initiative that heralds the consolidation of dialogue between cultures and civilizations, and will firmly entrench respect for and ensure the preservation of our rich cultural diversity, thus making it possible to achieve international peace and the best for all.

The General Assembly is currently making preparations for a summit to follow up implementation of the Millennium Development Goals, which it planned for 20 to 22 September 2010. More than 140 Heads of State and Government will take part in that summit. I am hopeful that the summit will contribute to the coordination of international endeavours to end poverty and infectious disease and achieve all the development goals for which the international community is striving. More than 1 billion people suffer from hunger, and more than 2 billion are in urgent need of clean water and appropriate health conditions.

Peace must govern the world. We must not allow wars to continue, with billions of dollars being wasted on them. That money should be used to eradicate poverty, ignorance and disease. I should like to point out that in Africa alone, more than 5 million persons die every year just from HIV/AIDS and malaria.

May we achieve peace and the best for everyone.

I thank you all and wish you every success in your discussions.

B) Saud Al Faisal, Chanceler do Reino da Arábia Saudita

Vossa Excelência, Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, Vossas Majestades, Altezas e Excelências, Senhoras e Senhores:

Tenho a honra de lhes transmitir as saudações do Guardião das Duas Mesquitas Sagradas, Rei Abdullah bin Abdulaziz Al Saud, que não pôde comparecer, e com sua permissão vou ler a sua declaração para este Fórum:

“Em nome de Deus Clemente e Misericordioso, que as bênçãos e a paz estejam com nosso Profeta Muhammad e todos os Profetas e Mensageiros.

Inicialmente, gostaria de apresentar meus sinceros agradecimentos e apreço a Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por receber este importante Fórum em seu país. O Brasil conhecido pela harmonia que reina entre suas diferentes comunidades étnicas, religiosas e culturais. Também gostaria de exaltar os esforços que Suas Excelências o Primeiro-Ministro da Espanha, o Primeiro-Ministro da Turquia, o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações estão fazendo para alcançar o nosso objetivo comum de promover o diálogo, a compreensão mútua e a cooperação entre toda a humanidade.

Vossas Majestades, Altezas e Excelências,

Este Terceiro Fórum Mundial da Aliança de Civilizações, sob o tema ‘Interligando Culturas, Construindo a Paz’, é especialmente importante à luz dos desafios que o mundo enfrenta atualmente. Estes desafios exigem cooperação, planejamento e esforços integrados de todos nós, para que juntos possamos enfrentar a violência e o terrorismo por parte de grupos extremistas que pregam o ódio, rejeitam o diálogo e tentam causar estragos e acender a chama da luta e do conflito.

De acordo com os verdadeiros princípios do Islã, que é uma religião de moderação e tolerância, o Reino da Arábia Saudita tem seguido uma política

de difusão de uma cultura de diálogo entre as civilizações e as culturas, com o objetivo de promover a convivência e a compreensão mútua e propagar os valores humanos. Esta é a maneira em que o confronto pode ser substituído pela concórdia, e como as tensões podem ser minoradas, os conflitos neutralizados, e a paz e a segurança alcançadas.

No contexto doméstico, promovemos uma cultura nacional do diálogo. Nós estabelecemos um Centro Nacional para o Diálogo no qual todos os setores da sociedade saudita participam. Temos também dado atenção especial ao desenvolvimento de programas de educação, a erradicação do analfabetismo e a disponibilização de oportunidades de treinamento e formação profissional. Nossa abertura cultural é ilustrada por meio da concessão de bolsas de estudo para cerca de 90 mil estudantes de ambos os sexos para estudar em universidades em mais de 14 países nos cinco continentes. Pela Graça de Deus, a Universidade de Ciência e Tecnologia foi inaugurada para acolher estudantes de todas as partes do mundo que trabalham em conjunto para aplicar a ciência e a tecnologia para o benefício da humanidade.

No campo social, o Governo do meu país está consolidando a cultura e os princípios dos direitos humanos nos setores governamentais e civis, e difundindo a cultura dos direitos humanos em escolas e universidades. Ele está apoiando os esforços para preservar a unidade da família, que é o pilar da coesão social e a primeira linha de defesa contra a subversão da juventude do país por propagadores de ideologias extremistas. Programas e projetos têm sido adotados para garantir o avanço das mulheres na Arábia Saudita e capacitá-las a participar ativamente em todos os campos da vida. Ainda não conseguimos tudo que desejamos, mas estamos seguindo o caminho correto.

Vossas Majestades, Altezas e Excelências,

Nossa iniciativa para o diálogo entre os seguidores das religiões e culturas foi lançada para dissipar maus entendimentos, eliminar as manifestações de conflitos, hostilidade e ódio e enfatizar as vastas oportunidades de cooperação entre todas as religiões sem interferir nas doutrinas teológicas. O objetivo desta iniciativa é fortalecer e promover uma maior cooperação e integração com os ativos esforços que tenham sido feitos neste domínio, para que todos possam servir os valores humanos comuns clamando por virtude, fraternidade e paz entre toda a humanidade. Nossa iniciativa tem seguido dois cursos paralelos: cultural e político.

Na vertente política, a Cúpula Islâmica Extraordinária foi realizada em Meca em dezembro de 2005, a nosso convite, a fim de reafirmar a rejeição

da violência, do extremismo e do terrorismo e promover os valores do diálogo, da tolerância e do respeito mútuo. A Reunião de Alto Nível que posteriormente foi convocada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em novembro de 2008, foi destinada a proporcionar o mais elevado e amplo apoio político à todas as iniciativas que visem promover o diálogo e a compreensão mútua e a difusão de uma cultura de paz. Nessa reunião, manifestamos a nossa convicção de que: ‘O terrorismo e a criminalidade são inimigos de toda religião e toda a civilização. Isto constitui um triunfo glorioso do que é mais nobre, sobre o que é mais condenável nos seres humanos e dará à humanidade a esperança de um futuro em que a segurança, a justiça e uma vida digna prevaleçam sobre a injustiça, o medo e a pobreza’.

No segmento cultural, estudiosos da religião muçulmana de todas as denominações e escolas de pensamento se reuniram em Meca em maio de 2008 para afirmar a verdadeira natureza da religião islâmica e a sua mensagem de diálogo e de paz. A subsequente Conferência Mundial sobre o Diálogo, realizada em Madri, de 16 a 18 de julho de 2007 em que participaram representantes das principais religiões, foi, como se descreveu na época, *‘um diálogo defendendo a fé contra o ateísmo, a virtude contra o vício, a justiça contra a iniquidade, a paz contra os conflitos e guerras, e a fraternidade humana contra o racismo’*. A Declaração de Madri, aprovada por unanimidade, afirmou: ‘Respeitar a dignidade humana, promover os direitos humanos, cultivar a paz, honrar acordos e respeitar as tradições dos povos e seus direitos à segurança, a liberdade e a autodeterminação são a base para a construção de boas relações entre os povos. Alcançar isso é um dos principais objetivos de todas as religiões e das culturas proeminentes’. Sérios esforços estão sendo feitos para criar um Centro Internacional para o Diálogo, composto por representantes de todas as principais religiões que trabalham de forma totalmente independente, livre de qualquer interferência política.

O Reino da Arábia Saudita acredita firmemente que a diversidade cultural enriquece a civilização humana. Como consequência, o Reino tem intensificado seus esforços para promover os contatos culturais com países amigos apoiando organizações internacionais, regionais e da sociedade civil e instituições envolvidas com a cultura e a educação. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) recentemente realizou uma cerimônia em que o nosso Prêmio Internacional de Tradução foi concedido. O meu país está participando ativamente na Liga Árabe para a Educação, a Ciência e a Cultura (ALECSO) e na

Organização Islâmica de Educação, Ciência e Cultura (IESCO) e está apoiando as instituições da sociedade civil, tais como *King Faisal International Award*, *Al-Beit al-Arabi* (A Casa Árabe), o Instituto Internacional de Estudos Árabes e Islâmicos na Espanha e a Fundação do Pensamento Árabe. Está também apoiando a instituição de cadeiras acadêmicas em diversas universidades no mundo; prêmios nacionais e internacionais têm sido concedidos para incentivar a investigação nas áreas científicas e as humanas; e programas culturais e de intercâmbio de estudantes entre o reino e outros países amigos estão sendo incentivados.

Vossas Majestades, Altezas e Excelências,

Estou plenamente confiante que, em virtude do generoso patrocínio de V.Excia o Presidente do Brasil, e a participação ativa da comunidade internacional, vossa distinta reunião resultará em mais passos positivos e iniciativas conjuntas para promover a cultura do diálogo e incentivar a compreensão mútua e o respeito entre todos os seres humanos pelo bem da humanidade. Que a paz e a misericórdia de Deus e as bênçãos estejam convosco”.

C) Cristina Fernández de Kirchner, Presidente da República Argentina

Muy buenos días a todos y a todas.

Señor Presidente de la Asamblea General de Naciones Unidas; señores Jefes de Estado; representantes de Jefes de Estado; Primeros Ministros; titulares de Organizaciones Multilaterales: agradecer en primer término, la hospitalidad del señor Presidente de la República Federativa de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, quien en esta maravillosa ciudad de Río de Janeiro, ha ayudado a celebrar este Tercer Foro de la Alianza de las Civilizaciones, desde aquí diviso al canceller Miguel Ángel Moratinos.

Recuerdo el momento en que se inició esta iniciativa y que adherimos, desde la Argentina, fervorosamente, porque la consideramos un instrumento, un ámbito más donde perseguir un objetivo que es precisamente la construcción de un mundo diferente, donde las diferencias étnicas o religiosas no constituyan vallas para el desarrollo y la integración de la sociedades.

Pertenezco a un país que ha cumplido hace unos pocos días, 200 años; un país que se ha conformado esencialmente por corrientes migratorias. Las primeras a fines del siglo XIX y principios del XX de origen europeo, pero

también provenientes de otros lugares, del Asia, luego de Latinoamérica, de Medio Oriente; millones de argentinos son descendientes de árabes; tenemos la quinta comunidad judía a nivel internacional.

El grado de la convivencia no solamente es producto de la tolerancia, sino esencialmente de la integración y de la asimilación sin perder las identidades y las historias, a una forma de vida, a punto tal que, descendientes de árabes, han alcanzado la Primera Magistratura de mi país, y también ciudadanos de origen judío, desempeñaron o desempeñan al frente de los Estados Federales argentinos, el más alto cargo como puede ser el de gobernador; quien les habla, además, es también, nieta de inmigrantes europeos.

Somos por lo tanto, una sociedad con una diversidad y una pluralidad pocas veces vista, que – debo contarles algo – fue puesta a prueba en dos oportunidades, en el año 1992 cuando sufrimos el atentado terrorista que voló la Embajada de Israel, y luego en 1994 cuando se produjo la voladura de la mutual judía AMIA, ambas en la ciudad de Buenos Aires.

Tal vez en cualquier otro lugar, tal vez en cualquier otro país, esto podría haber desatado pasiones, divisiones y rupturas. Lejos de eso, al contrario, reforzaron los lazos de integración entre las comunidades que conviven y que tuvieron su más magnífico ejemplo hace pocos días, cuando en el Tedeum, ceremonia religiosa de la iglesia católica celebrada en la principal Basílica de la República Argentina con motivo de los 200 años, desde un altar de una iglesia católica habló un arzobispo, el titular de la iglesia rusa ortodoxa en mi país, el titular de una de las comunidades judías más importantes, Bet El, de la Argentina, un imam y también un miembro de las religiones evangélicas y protestantes.

¿Cómo se ha logrado esto? Lo hemos logrado desde un sector clave en lo que hace a la integración de una sociedad, la educación, el colegio, la escuela donde se iguala a todos los que han nacido y a los que no han nacido en nuestro país y donde las diferencias religiosas no tienen ningún tipo de impacto.

Hoy por la tarde ustedes van a ver por ejemplo, la presentación de un canal estatal perteneciente al Ministerio de Educación de la República Argentina, el canal “Encuentro”, que es un ejemplo de cómo desde allí se promueve la integración, la diversidad, el conocimiento para evitar los prejuicios, porque la madre de todos los prejuicios es fundamentalmente la falta de educación, la falta de formación.

Por eso creemos que hoy es algo muy pero muy importante los instrumentos: escuela, educación y medios de comunicación; ejercen un papel

fundamental en el desempeño de la integración, no solamente en las comunidades nacionales sino a nivel global.

No puedo dejar de señalar más allá de estas cuestiones, consideraciones eminentemente políticas, observaciones de cosas que están sucediendo en el mundo y fundamentalmente tal vez, en los países desarrollados, señales preocupantes en cuanto a discriminación de inmigrantes, por ejemplo, algo que hemos señalado hace muy poco en la Cumbre ALC-UE que realizamos en Madrid. Y también, señalar nuestro rechazo a aquellas legislaciones que impiden que una mujer o un miembro de determinada comunidad religiosa pueda usar sus vestimentas de acuerdo a sus identidades y su religión. Porque uno cabría preguntarse en todo caso, por qué razón alguien quiere tener esa demostración de pertenencia. No será tal vez porque no se siente integrado y aceptado en un todo por esa comunidad. Son signos que debemos interrogarnos para encontrarles también una respuesta.

Creo también, porque todos aquí han mencionado la paz y la condena al terrorismo, cosa que, por supuesto, compartimos, reitero, somos el único país de Latinoamérica que ha sufrido dos atentados terroristas, pero creo también que esa construcción de la paz tiene que ver con anhelos y con cosas que aún siguen irresueltas.

La constitución de un Estado palestino, su reconocimiento a nivel internacional, el derecho de Israel también a vivir en fronteras internacionalmente reconocidas y en paz, serían uno de los elementos que contribuirían, sin duda, a esta alianza de las civilizaciones y fundamentalmente a un mundo de paz, y a restar argumentos, tal vez a quienes utilizan el terrorismo como una suerte de identidad religiosa, que no tiene absolutamente nada que ver con las religiones y que es de carácter eminentemente político. Creo también, lo he escuchado de distintos representantes de comunidades de origen árabe, una interpelación que deberíamos hacernos desde Occidente, acerca de determinadas cuestiones.

En el año 2004 me tocó participar en Madrid, en una conferencia, con el ex presidente del Gobierno español, Felipe González y con un periodista e intelectual como Juan Luis Cebrián. Me acuerdo que en un momento de la conferencia ante una pregunta del público acerca de los riesgos de la globalización, del fenómeno del terrorismo, una serie de interrogantes que planteaban quienes habían asistido a esa conferencia, Juan Luis Cebrián, planteó muy inteligentemente si en realidad Occidente no se estaba equivocando en querer implantar formas institucionales u organizaciones sociales, que en nuestra

civilización datan desde 1789, de la Revolución Francesa, para modificar organizaciones o costumbres milenarias y antiguas civilizaciones. Si no debíamos, en todo caso, interpelarnos desde Occidente para que se respetaran las formas organizativas que cada civilización, que cada cultura se da a sí mismo, con un solo requisito, que es la preservación de los derechos humanos, que es la integridad física y psíquica de cada una de las personas y que eso sí, sin lugar a dudas, debe ser absolutamente un valor universal respetado por todos.

Creo que son interrogantes importantes, sin lugar a duda también, como señalaba el señor Presidente de la Asamblea General de Naciones Unidas, una mejor distribución de la riqueza, una sociedad más equitativa. Resulta muy difícil convencer a alguien que ha vivido siempre en la más absoluta pobreza y que tal vez mendiga hasta un vaso de agua, que es bueno pelear por tal o cual valor.

Por eso creemos que el tema político, ligado igualmente al otro que también es eminentemente político, como la distribución de la riqueza más equitativa, la educación, el acceso a la salud, a la vivienda, a la vestimenta, cosas que no deberíamos estar discutiendo ya en el siglo XXI, y que, sin embargo, seguimos puntualmente enunciando en cada conferencia, en cada encuentro, en cada reunión internacional, porque cuando vemos las cifras, cada vez hay situaciones que se agravan y se profundizan aún más.

Por eso, sin creerme con el derecho a tener la verdad absoluta, – creo que nadie la tiene, en definitiva todos poseemos una parte de la verdad, verdades relativas – lo cierto es que el ejercicio de esta alianza para las civilizaciones debe contemplar, y lo hemos charlado en muchísimas oportunidades, estos ítems que son claves para poder lograr una construcción y un avance en serio, en desterrar la intolerancia – que dicho sea de paso, también forma parte de la condición humana – los prejuicios, pero hacerlo en ejercicio efectivo en nuestras comunidades.

Tenemos el orgullo como hombres y mujeres de América del Sur, de vivir en una región libre de conflictos étnicos y religiosos, el orgullo, por ejemplo, de contar con un Presidente como Evo Morales, Jefe de un Estado plurinacional. Podemos dar muestras reales, concretas y efectivas, representantes de los pueblos originarios previos a la colonización, realmente de una convivencia y de una integración. Palabras que me gustan mucho más que tolerancia, porque tolerar en síntesis puede significar aguantar, y no me gusta esa sinonimia entre tolerar y aguantar. Yo prefiero “integración” y que

cada uno pueda vivir como quiera, le pueda rezar al Dios que quiera y se pueda vestir como quiera sin ser molestado, discriminado, o visto de manera diferente por el otro. Este es el gran objetivo al que todos tenemos que llegar.

Por eso integración y convivencia son dos instrumentos básicos, junto a educación, mejor calidad de vida y Justicia internacional, para que todos los países puedan vivir en su territorio con justicia y con respeto y reconocimiento de los otros Estados. Sin dobles estándares, donde es los poderosos tienen derecho a decidir por todos y los débiles solamente tienen que aceptar. Esto también es algo que debe terminarse para poder construir verdaderamente una alianza de civilizaciones.

Muchas gracias y muy buenos días a todos y a todas.

D) José Sócrates, Primeiro-Ministro da República Portuguesa

Senhor Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Senhores Presidentes da República, Senhores Chefes de Governo, Senhores Ministros, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Desejo começar por saudar calorosamente todos os participantes neste III Fórum da Aliança das Civilizações no Rio de Janeiro. Mas permitam-me que saúde, de modo muito especial, os nossos anfitriões brasileiros, a bela cidade do Rio de Janeiro e todos os participantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em que Portugal e o Brasil se integram.

Deixo também uma palavra de amizade e admiração ao Senhor Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações, Jorge Sampaio – ex-Presidente da República de Portugal –, que tem dirigido os destinos da Aliança com brilho, com competência e com sucesso, que todos lhe reconhecemos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Nos últimos vinte anos, desde o fim da Guerra Fria e da erosão das ideologias que marcaram o curso dos acontecimentos no século passado, temos andado à procura de um novo paradigma que nos permita compreender o mundo que emerge e que já estamos a construir.

Estamos perante um novo tempo sem dúvida: novos contextos, novos problemas, novas exigências e novos desafios. Mas também novos riscos e novas ameaças. É um mundo pós-industrial; pós-moderno, um mundo em mudança, este em que vivemos. A antiga ordem era uma ordem fundamentalmente bipolar no plano estratégico, político e ideológico, a nova

ordem é, e deve ser, uma ordem multipolar e multilateral. Se na antiga ordem o bipolarismo funcionava como um espartilho e um rolo compressor sobre as realidades nacionais e regionais, a nova ordem deve ambicionar evitar a intolerância cultural, civilizacional ou religiosa.

Ora é precisamente por isso que a questão da diversidade cultural emerge como questão central na nova ordem que estamos lentamente a construir. O mundo tornou-se de facto multicultural não porque tenhamos mais culturas, mas pelo facto de se manifestarem agora de forma mais vigorosa e independente, defendendo legitimamente o seu interesse, as suas diferenças, no seio das nações. E a verdade é esta: esses imensos fluxos civilizacionais, culturais, religiosos, políticos, económicos ou sociais que ocorrem no espaço global ainda não encontraram um quadro regulador e mecanismos suficientemente robustos capazes de os integrar e canalizar na lógica de um novo equilíbrio multipolar de paz e harmonia civilizacional e cultural.

Neste contexto, a Aliança das Civilizações ganha uma relevância especial, capaz de nos dotar de um quadro de acção e de valores para promover uma cooperação multilateral mais intensa e mais diversificada. É precisamente neste sentido que podemos valorizar o quadro no interior do qual a Aliança se propõe agir e que se exprime no esforço de promover uma boa governação da diversidade cultural à escala mundial.

Uma governação que promova, cada vez mais, as questões da laicidade do Estado, da integração e da multiculturalidade, num ambiente generalizado de pluralismo cultural e religioso, de verdadeira tolerância e de cooperação cívica, mas também de boas práticas activas por parte das instituições e dos seus agentes.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Creio que todos nos sentimos parte de um projecto que tem como objectivo fundamental aproximar povos, culturas, civilizações e pessoas. Um projecto, o da Aliança, que procura promover esforços da comunidade internacional para uma boa e activa regulação da diversidade cultural, civilizacional ou religiosa.

Se olharmos para a História, vemos que ela foi feita de confrontos, tantas vezes violentos, entre indivíduos, grupos de pessoas, povos e países. E que foi assim que se forjou o mundo que hoje temos. Num processo onde o que estava em causa fundamentalmente era a própria ideia de Outro, a diferença que se combatia, no conflito. Umas vezes por razões políticas, outras por razões económicas, étnicas, religiosas ou culturais.

Quem conhece a História de Portugal, compreende bem a importância que o meu País teve para aquilo que poderíamos chamar a aventura do conhecimento do outro, da diferença humana, da diversidade cultural e civilizacional. Refiro-me, em particular, à história dos Descobrimentos. E nessa aventura o que é interessante não é apenas o seu resultado, mas sim o processo e a forma como foi concretizada.

Os descobrimentos portugueses deram curso à primeira verdadeira globalização da História moderna. Mas essa aventura não teria sido possível sem o recurso a conhecimentos matemáticos, geográficos e cartográficos vindos de outros povos e de outras culturas. Se não fosse esse encontro e intercâmbio cultural, de que Portugal foi herdeiro, nem a nossa História nem a História do mundo seria a mesma.

A lição a tirar é a de que a diversidade é, de facto, um motor para a inovação, para a criatividade e para a evolução histórica do homem. Por outras palavras, o mundo avança quando conhecemos melhor os outros e com eles interagimos. E esse é o permanente esforço que devemos prosseguir.

Foi esse também o caminho da Europa, quando procurou resolver o permanente belicismo que a tinha levado a devastadoras guerras no interior de si própria. Falo naturalmente da União Europeia. A verdade é que a construção europeia nos moldes em que foi feita veio criar condições para que os europeus se aproximassem uns dos outros. E de tal modo que, hoje, aos olhos dos jovens europeus, já parece impensável dirimir qualquer conflito recorrendo a essa via belicista que tanto fez sofrer as gerações anteriores.

Por outras palavras, a experiência europeia revelou-nos um caminho frutuoso para a convergência de identidades múltiplas, sustentada em grandes princípios adquiridos, como os direitos universais do homem e do cidadão. Esse caminho de convergência passou também pela educação, pela diversidade e pela criação de mecanismos de cooperação e de diálogo permanentes e efectivos. A aventura do projecto europeu sempre foi o de partilhar, convergir, unir, no respeito pela diversidade. A Europa sempre amou a diversidade.

O mesmo acontece com os países com quem partilhamos uma língua e uma história comuns. Refiro-me evidentemente ao trabalho feito no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, cujos membros se espalham por todos continentes unidos na rica diversidade que nos liga e que nos potencia como comunidade unida pela língua.

O trabalho desenvolvido e partilhado nesta Comunidade tem efeitos muito significativos na preservação da diversidade cultural, tanto no seio da própria

organização dos países lusófonos como na própria comunidade internacional. Somos uma família de membros diferentes e independentes, mas cada vez mais unidos, cada vez mais globais. Este é o nosso contributo para um espírito de cooperação e de diálogo que deve marcar os novos tempos da sociedade internacional.

A verdade é esta: a diversidade cultural é parte integrante da história e da cultura portuguesa. E orgulhamo-nos disso. Somos um país tolerante e aberto ao Mundo, que sabe conviver com a diversidade e que aposta nas políticas de integração de imigrantes. O Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, relativo às políticas de migração, apontou Portugal como o número 1 mundial ao nível das políticas de integração dos imigrantes. Isso é, sem dúvida, um orgulho para o meu País.

Diversidade e integração – ambas estão no código genético de Portugal e dos portugueses. O facto de se inaugurar no decurso deste Fórum o «Dialogue Café da Aliança das Civilizações» do Rio de Janeiro e de Lisboa, em simultâneo, é um claro sinal da importância que o Brasil e Portugal atribuem à preservação dos laços culturais que os unem e à diversidade enquanto factor de progresso civilizacional.

É assim que se constrói uma visão universal e cosmopolita do Mundo. Uma globalização que se quer mais humana e plural e que se torne garantia de um futuro de prosperidade e de paz.

E) Amre Moussa, Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes

Vossa Excelência, Presidente Lula, Vossas Excelências, Senhoras e Senhores,

Primeiramente e com muito prazer, apresento-me com maior agradecimento para o Brasil, Presidente e Governo e População por esta recepção e organização muito bem feita por ocasião desse 3^a Fórum da Aliança de Civilizações.

Também é muito importante para mim, eu saudar os anfitriões, o Primeiro-Ministro Espanhol, o Sr. Sampaio e o Primeiro-Ministro da Turquia, o Sr. Ardugan, que ajudam a fazer acontecer esta reunião que fala sobre o perdão, a convivência, a união como disse a Presidenta da Argentina agora.

E ao mesmo tempo, na presença do Sr. Presidente Lula, é importante para mim, eu saudar este convite que vem do Brasil e Turquia em uma tentativa de explicar alguns perigos específicos ao redor do Oriente Médio.

Agradecemos o Presidente Lula pelo seu trabalho diplomático, criativo e ativo, e testemunhamos para ele este trabalho na área internacional.

Senhoras e Senhores, estamos presentes nesta Aliança de Civilizações, somos nós, os Árabes não estamos como convidados, nem como monitores, e não estamos presentes por causa de um convite especial enviado para nós, nós somos os responsáveis pela Aliança de Civilizações, somos quem importa e quem recebe especificamente a ideia famosa e acusados de causar, infelizmente brigas e barreiras entre as civilizações. Nós somos agora, como acionistas e participantes na Aliança de Civilizações e não apenas como convidados.

Nós todos precisamos de muito trabalho em várias áreas para construir populações e para acabar com o sentimento de terrorismo, a separação e o ódio.

Aceitamos com o maior prazer o que foi dito pelo Representante Oficial, Presidente Sampaio, sobre a força da paz, que foi usada para ajudar a Aliança de Civilizações.

Sim, podemos usar a força da paz em tudo isto, mas para isto acontecer precisamos de três condições muito importantes:

1ª Condição: A base principal deve ser o respeito das regras da Justiça e a igualdade;

2ª Condição: O respeito pelas regras da Lei Internacional e não enfrentá-la ou tentar ultrapassá-la;

3ª Condição: Entendemos perfeitamente o estilo de vida enfrentado pelas populações, especificamente nos lugares perigosos e os lugares separados ou colonizados.

Sim, nós podemos conversar sobre a comunicação entre a população e outra população, e a comunicação entre organizações civis de igual para igual. Mas como podemos fazer o simples fazendeiro acreditar em tudo isso, enquanto simplesmente ele não poderá chegar a sua terra, porque ali existe um colonizador que o proíbe de chegar a sua terra, como podemos fazer a criança na sua Escola, ou o aluno universitário na sua Universidade que a comunicação entre uma pessoa e outra, a única forma de plantar a paz, enquanto ele não poderá ir a sua Escola ou Universidade. Por aí, vem a importância do duro trabalho que enfrenta a Aliança de Civilizações, não é só pela conversa sobre o perdão e a convivência, não é só pelos convites de comunicação, de acordo com a política ou as normas da força da paz, mas trabalhar com qualidade para chegar a condições e respostas através de

pesquisas para acabar com este grande problema, que se continuar, ninguém ou a Aliança de Civilizações vai conseguir chegar a um resultado positivo e alcançar seus objetivos.

Outro ponto: sim, existe uma preocupação internacional e correria para participar da Aliança de Civilizações, e recebemos vários pedidos de participação, ou a presença, ou apoio, mas o mais importante não é apenas isto, o que é mais importante é que as pessoas sintam, que o homem na rua sinta, que o aluno na Escola sinta, que o Universitário sinta e que as Uniões e as Organizações sintam, que todos sintam que existe trabalho verdadeiro e aceitável fazê-los acreditar que a Aliança de Civilizações está do lado deles, está do lado da sua vida particular e do lado dos seu futuro. Ainda estamos conversando no módulo Acadêmico, módulo político entre grandes experiências, mas o homem da rua, o simples homem e a simples mulher não sentiram ainda que a separação acabou, existem organizações para defendê-los, para defender os direitos do cidadão, o Ser Humano para enfrentar as condições da separação e colonizadores e terrorismo.

Finalmente:

É muito importante, para mim, apontar para o ponto nos papéis e os documentos que organiza o trabalho da Aliança de Civilizações, que é o problema da Palestina.

Os papéis e os documentos explicam claramente e apontam sobre que sem encontrar uma solução justa pra este problema, continuará a paz, a convivência e a união um ponto de pontos de interrogações?

Pedimos soluções justas para este problema, soluções balanceadas, solução não de acordo com as duplas regras, os dois pontos de vista em dois ângulos diferentes, e não de ajudar um lado e deixar o outro, ou dar preferência de um lado e não do outro. Pensamos em tudo e todos, que esta união é importante e que esta união seja justa para que este trabalho influencie a todos em nome da Comunidade Internacional. A hora chegou agora para soluções baseadas na paz e na justiça, e reconhecer e aceitar a Palestina como um país, e que seja Al Quods do Leste da sua capital, esta é a solução do problema.

Eu digo isto por causa dos documentos que foram apresentados a nós, que já estudamos o problema da Palestina, e os problemas Árabes-Israelenses, há dois pontos principais: se for para a Aliança de Civilizações ter sucesso, o seu dever é conseguir com sucesso acabar com este problema que é o mais importante, e não através de módulos ou normas simples, mas devia ser

acionista em dizer não em frente de quem ultrapassar ou enfrentar a Lei Internacional, dizer não para quem enfrenta os Direitos Humanos e apoiar claramente ao lado dos Direitos Humanos os direitos da população da Palestina. Com tudo isto, terá a certeza que a Aliança de Civilizações representa, ajuda e apoia a Humanidade na forma histórica, parabenizo a União das Civilizações, parabenizo o Presidente Sampaio, parabenizo a todos novamente e agradeço o Presidente Lula, e que a Paz esteja convosco.

F) Enrique Iglesias, Secretário-Geral da SEGIB

Altas autoridades, mis amigas, mis amigos,

Me gustaría comenzar diciendo que estoy muy feliz de estar aquí en Rio de Janeiro, particularmente compareciendo a este encuentro de civilizaciones. Me gustaría mucho congratular el gobierno brasileño, el Presidente Lula, por esta iniciativa que permite que por primera vez un encuentro de las civilizaciones tenga lugar aquí en Brasil, un país que es un ejemplo de convivencia, de tolerancia aquí en América Latina. Por lo tanto, felicitaciones y muchas gracias presidente por esta oportunidad.

Yo creo que mirando esta sala, con varios miles de personas tenemos que sentirnos convencidos de que la Alianza de Civilizaciones está en marcha. Yo recuerdo haber tenido el privilegio de estar en todos los procesos que nos llevaron a este evento hoy aquí. El primero, que tuvo lugar en Mallorca, auspiciado por el presidente del gobierno español y por el primer ministro de Turquía, convocó a cuarenta y seis personas. Hoy hay aquí, dicen, más de tres mil personas.

Es una realidad: los gobiernos que se han adherido están incorporando poder político e interés político, la sociedad civil participa de forma vigorosa y cada vez más se siente que hay un tema que no puede ignorar la opinión pública del mundo. Y es como trabajamos con este poder, soft power, por así decir, de empezar a entendernos, a entender al otro, que es la base principal de poder conversar y convivir. Por lo tanto, hay que felicitar en ese esfuerzo las Naciones Unidas y hay que felicitar de forma muy especial el Presidente Sampaio y a su equipo que han hecho posible que eso sea hoy una realidad.

Ojalá que todos los ejemplos que han aparecido pudieran multiplicarse, si los recursos estuvieran disponibles – y yo espero que eso sea ciertamente algo que surja de esos eventos. La presidenta de la Argentina, la Sra. Cristina Fernández de Kirchner recordó un punto central, que yo creo que es

fundamental, como reflexiones y comentarios, y es ¿qué significa que este tema llegue a América Latina por la primera vez? Estos temas, hasta ahora, estuvieron muy vinculados y comprometidos con los temas del Mediterráneo, con lo cual es así porque todos los grandes temas que competen a toda la humanidad se están dando allí. Pero es importante esta región, no como ejemplo, yo no creo que la región deba dar ejemplo a nadie, simplemente como referencia, y yo diría que la referencia es de que se trata esta región de un gran mestizaje procurando vivir en convivencia, procurando convivir. Gran mestizaje a lo largo de tantos años, tantos siglos, donde las culturas originarias se fueron recibiendo las presencias de las culturas europeas, africanas y de otras partes del mundo, pero además de eso, la capacidad de generar convivencia y diálogo.

Yo también soy inmigrante y por lo tanto he podido conocer perfectamente como esta sociedad me fue haciendo uruguayo: me hizo uruguayo la escuela, el barrio, la gente, es decir, se fue generando un proceso de convivencia que fue enriqueciendo, ciertamente, la forma como hoy me siento tan uruguayo. Y yo pienso que eso muestra un poco una región que puede exhibir primero que, hemos tenido conflictos, pero en el fondo es una región de paz.

Cuando uno compara con el resto del mundo, América Latina, que ha tenido problemas, es una región que puede exhibir mucha más paz a lo largo de los siglos que otras regiones. Es una región que ha dado al mundo la oportunidad de tener el primer estado de mayoría indígena manejado por un indígena, es una región que puede mostrar que tenemos en este momento un proceso de inter migraciones entre países que no son noticia.

Presidenta, ustedes regularizaron cientos de miles de inmigrantes y no sale ni en la cuarta página de los periódicos, como vimos en Europa sale en la primera página porque realmente es un asunto importante. Es decir, estamos aprendiendo esa palabra que no tiene buenas traducciones en inglés: *living together*, no es lo mismo, *convivencia* tiene un sentido de mensaje muy fuerte y muy vigoroso, que yo creo que América Latina es un buen referente para que, estando aquí ustedes, en esta experiencia, pues de alguna manera podamos beneficiarnos todos de echar una mirada a este bloque de democracia que, después de Europa, es el bloque más grande de democracias del mundo.

Y termino con otro comentario que también fue realizado esta mañana y lo trajo a consideración el Ministro Moratinos, es decir el tema de la crisis: yo creo que estamos en una crisis muy fuerte, muy violenta, que va a durar, que

está llevando el mundo a destinos de incertidumbres crecientes, que vamos a tener seguramente otra base de crecimiento económico, otra sociedad, pero sobre todo creo que el mundo va a experimentar el cambio más importante de poder en la humanidad, de poder político, de poder económico y quizá de poder militar. Ese es el mundo que se nos viene.

Cuando se producen esas convulsiones se tensionan los desencuentros y algunos de ellos tienen mucho que ver con los temas que de alguna forma están en la discusión, yo estoy pensando sobre todo en la situación de los migrantes, que usted también, señora, destacó en la Cumbre Europa-América Latina, es decir, tenemos que tener cuidado que no comiencen a tensionarse las intolerancias que se derivan fundamentalmente de las xenofobias, de la competencia por el empleo, del destratamiento a los derechos humanos de los migrantes, que están contribuyendo y que tienen todo el derecho de ser considerados como ciudadanos, no de segunda o de tercera clase, sino de primera clase.

Por eso que el tema es mirar como la crisis de esta profundidad puede tener, como la tuvo y se habrán tenido la crisis del 30 ¿Cómo no va a estar presente esa crisis cuando hablamos de los totalitarismos de los años 30 o del holocausto de la guerra que siguió después? No digo que esto nos lleva a hacer cosas semejantes, creo que el mundo está mucho más maduro para evitar esas cosas, pero que hay tensiones, las habrá, y que esas tensiones deben ser evitadas con desencuentros que pueden acelerar lo que es un poco el objetivo final de la Alianza de Civilizaciones.

Estamos construyendo cosas, el Presidente Lula recordaba que eso no se va a terminar si nosotros no hacemos frente a la pobreza, a la discriminación y fundamentalmente a la exclusión. Esos elementos hoy nos convocan y de alguna forma son manera también de trabajar en este poder suave, en este *soft power*, que va a llevar a que nos entendamos mejor, conozcamos mejor y construyamos finalmente un mundo mejor. Muchas gracias.

G) Evo Morales, Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia

Caballero hermano presidente de Brasil, saludo al Secretario General de las Naciones Unidas, al presidente de la Asamblea General de las Naciones Unidas, presidenta, presidentes, delegaciones de gobiernos, organismos internacionales, que vienen a debatir sobre las distintas civilizaciones que hubo en el mundo. Saludar las autoridades de Rio de Janeiro, al pueblo brasileño.

Cuando esta mañana despierto, las playas de Rio de Janeiro, es envidiable. Los bolivianos sufrimos y extrañamos esta clase de playa. Decía al gobernador de esta región, a autoridades del Rio de Janeiro, si un día se pierde la playa de Rio de Janeiro que vengan a recoger de Bolivia.

En esta clase de eventos internacionales siempre es importante refrescar la memoria, en este caso refrescar la memoria de las distintas civilizaciones que hubo entre continentes en este planeta. Es importante revisar el pasado de las civilizaciones, debatir en el presente para proyectar las esperanzas para las nuevas generaciones. Primeramente quiero recordar sobre los pueblos indígenas originarios del continente, antes llamado ‘Abia Ayala’, ahora América. Hace más de quinientos años, los pueblos originarios andino-amazónicos fueron sometidos, colonizados, hasta orientados al exterminio en nombre de la civilización. Nos consideraron como seres sin alma, algo intermedio entre el mono y el ser humano, personas perezosas, con el cerebro reducido, que debían ser evangelizados y colocados bajo el cuidado de un patrón para ser utilizados como bestias de carga y disponer de nuestras mujeres en la primera noche del matrimonio.

A los indios dóciles los llamaban indios civilizados y a los indios rebeldes los descuartizaron como a Tupac Katari. Y nuestro abuelo Tupac Katari que decía, antes de ser descuartizado: “*yo muero y volveré millones*”, y quiero decirles con mucho respeto que ahora somos millones. En estas tierras se produjo un verdadero genocidio en nombre de la civilización: se estima que 70 millones de indios murieron en este continente de ‘Abia Ayala’ durante la conquista o dominio con la cruz, las leyes y la espada. Cuando no pudieron dominarnos, someternos, explotarnos con adornes, era con la oración. Y cuando no pudieron dominarnos con la oración, era con las dictaduras militares, esa es la evidencia de los pueblos indígenas originarios. Sobre nuestros templos construyeron iglesias para moldar nuestra memoria y a instrumentar nuestros sitios sagrados. Las civilizaciones europeas se construyeron sobre el saqueo del oro y la plata de nuestro continente.

La acumulación originaria del capital se dio a costo de nuestra sangre, de nuestros pueblos y de nuestros recursos. Los indios que sobrevivimos, como hemos hecho, luchando contra la llamada civilización, buscamos preservar nuestro idioma, nuestras creencias, nuestros saberes y nuestra cultura. Nuestros abuelos nos dejaron algo sagrado, valores de esos pueblos: el ‘Ama Sua’, ‘Ama Llulla’, ‘Ama Kella’, que es decir, no robar, no ser mentiroso, ni ser flojo. Hoy, después de quinientos años, estamos aquí para hablar de

sociedad a sociedad, de cultura a cultura, de civilización a civilización. Pero, ¿por qué lo bueno está esta Alianza de Civilizaciones? Es que reconozcamos que todos somos civilizaciones y que no existe, ni puede haber, civilizaciones superiores ni inferiores y mucho menos civilizados e incivilizados. Las civilizaciones, las culturas, las sociedades, tienen que reconocer la diferencia con el otro, saber apreciar lo particular que tiene el otro y no temer a la diversidad, ni a la diferencia, esta es la importancia de este diálogo entre civilizaciones.

Las guerras y las conquistas siempre han estado precedidas por las desvalorizaciones del otro, por estigmatizar alguna diferencia que hay con la otra cultura para mejor conquistarla. Para invadir, primero provocan miedo, temor y angustia dentro de su propia población, para así justificar la ocupación del otro como un acto de legítima defensa e incluso de supuesta justicia. Yo quiero decirles, con mucha responsabilidad, que no habrá paz hasta cuando haya justicia social, respeto a la vida y la igualdad de seres humanos y la vivencia del ser humano en armonía con la madre tierra.

Quiero decirles también que la civilización no se hace con guerra ni con balas, ni con intervenciones, ni con bases militares – estoy obligado a decir eso porque soy producto de una intervención de ciertas bases militares en Bolivia. Una alianza de civilizaciones para acabar con todas las pretensiones hegemónicas de cualquier civilización, eso es lo que el mundo necesita para vivir en paz y construir un nuevo futuro. El problema que tenemos actualmente es que una anti civilización que quiere imponer, sobretudo, las civilizaciones. Esta anti civilización recurre a medios sutiles y a otros no tan sutiles para barrer con las civilizaciones. A través de la radio y la televisión busca transformar a todos en consumidores, en seres de consumo con los mismos parámetros y valores, en personas que valen porque lo tienen, y no porque lo son.

Esta anti civilización no tiene apego por la historia, la cultura, ni los pueblos. Lo único que persigue es la ganancia para unos cuantos: el lucro para obtener más lucros. Para esta anti civilización lo único sagrado que existe es el capital, los seres humanos y la naturaleza no somos nada más que funcionales a sus intereses. Esta anti civilización nos está llevando a la destrucción de la humanidad, del planeta y de todas las civilizaciones. Por eso es una anti civilización, porque no reconoce límites, mercantiliza todo: los hombres, los genes, los ríos, los bosques, la atmósfera, la naturaleza, los desastres naturales, la guerra, todo se vuelve en mercancía en manos de esta anti civilización. Lo

peor de todo es que esta anti civilización penetra los poros de todas las civilizaciones, buscando globalizarlas bajo un mismo padrón de consumo. Los más dañino de esta anti civilización no son sus armas letales, sino sus medios de difusión que alteran nuestras culturas, nuestros valores y nuestra memoria. Hace quinientos años los indios de este continente estábamos en peligro de extinción.

Hoy ya toda la humanidad está en peligro de extinción por el calentamiento global y la destrucción de la bio-capacidad generativa de nuestra madre tierra. El planeta se comporta como todo un organismo al cual si no dejamos descansar y reponer sus energías, acaba agotándose y enfermándose. Vengo de una civilización que después de quinientos años de resistencia y sobrevivencia hemos demostrado que también somos una civilización que pregona lo que le llamamos el vivir bien, que significa vivir bien en armonía entre los seres humanos y con la naturaleza. Vivir bien entre todos y con todos, sin explotar al vecino ni destruir nuestra naturaleza, que es nuestro hogar. Vivir bien para disfrutar la vida y no para acumular riqueza. Vivir bien en la diversidad, respetando al otro, escuchando el otro, aprendiendo del otro y compartiendo con el otro. El desafío que hoy tenemos las civilizaciones es unirnos contra esta anti civilización que nos puede eliminar de la faz de la tierra. Yo sería hipócrita en no decir la verdad ante la humanidad: el mejor desafío que tenemos de manera inmediata es como salvar a la humanidad, a la naturaleza, del capitalismo. Muchísimas gracias.

H) Pedro Verona Rodrigues Pires, Presidente da República de Cabo Verde

Senhor Presidente Lula da Silva, Excelência, Excelências, Senhores Chefes de Estado e de Governo, Senhor Secretário-Geral da ONU, Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Geral da ONU, Excelência, Senhor Alto Representante da ONU para a “Aliança de Civilizações”, Excelência, Ilustres Participantes, Minhas Senhoras e meus Senhores:

Actualmente, confrontamo-nos com insegurança, conflitos armados, desespero e intolerância; com o culto do ódio e o uso desmesurado da violência. Impõe-se-nos questionar, de forma lúcida e imparcial, quais as causas e origens desses desregramentos e comprometer-nos com as vias possíveis de os ultrapassar, de maneira durável. Creio ser uma das razões do nosso Encontro: a necessidade de reflectir juntos e imaginar soluções convergentes para as questões que nos afligem.

Mudamos de era. Em decorrência, é preciso mudar de paradigma de relações humanas, interculturais e entre os Estados. É tempo de superar os preconceitos culturais, raciais e religiosos, de conciliar a diversidade humana e reconstruir relações de confiança entre pessoas e povos de diferentes origens e culturas. Logo, de uma parte e de outra, é tempo de cultivar o diálogo leal e sincero e, também, de reconhecer que *as identidades e culturas são quase sempre realidades compósitas*.

Todo homem tem sentido de justiça. De igual forma, todo povo tem sentido de justiça. Ambos ressentem quando são humilhados e oprimidos e percebem quando são esbulhados dos seus direitos. Ao fim, revoltam-se quando a carga e a dor já são insuportáveis.

Sabemos que o tão desejado diálogo entre civilizações tem sido errático. Pois, há desconfiança, ressentimento, medo e suspeição entre os interlocutores e entre as respectivas sociedades. Quantas vezes, enquanto se discute, a violência e as guerras prosseguem, multiplicando o número de vítimas e colocando mais obstáculos à aproximação e ao entendimento entre os representantes das sociedades e culturas em causa. Outrossim, está claro que tem havido, em muitas situações, cinismo e duplicidade de critérios em atitudes e medidas propostas para as soluções de conflitos, variando-se conforme as proximidades culturais ou históricas entre os actores ou conforme interesses imediatos.

É preciso ver que a Paz e a Justiça são irmãs siamesas. Assim, a nossa acção conjunta deve ser por uma paz justa, onde houver guerras, ou melhor, por uma solução equilibrada e justa dos conflitos armados ou outros. Insisto: precisamos de pazes justas! Mas, apesar dos insucessos e desvarios, vamos enclausurar-nos em redomas herméticas e sem possibilidades de saída? Certamente, que não! Ao contrário, há necessidade de uma visão humanista, progressiva e humanamente integral, da vida e da História.

Então, como nos libertarmos das amarras desse círculo perverso de violência desmesurada, de miopia política, de ressentimento e de ódio, de suspeição e incompreensão, de medo e desespero? Como criar um ambiente favorável ao diálogo? Como restaurar a confiança dos incrédulos?

Vou tentar sugerir algumas vias. Antes de mais, *é fundamental que não percamos a nossa dimensão humana, cuja essência reside na indivisibilidade da dignidade humana*. Porquanto, a violência corrói-nos humana e moralmente. Vejo a necessidade de se superarem os egoísmos nacionais, a intolerância e o sectarismo cultural ou religioso, enfim, aceitar, o

que é evidente e sensato: ninguém é o único depositário da Verdade, seja ela sagrada, seja ela secular. Outrossim, não pode continuar a ser, para uns, a memória e a exaltação e, para outros, o estigma, o opróbrio e o esquecimento.

Os espaços de confrontação de ideias diversificaram e ampliaram. Actualmente, todos usam, para se expressarem, poderosos meios de comunicação que podem contribuir tanto para cavar separações como para aprofundar incompreensões ou para gerar convergências. Tudo isto deve ser tido em conta na busca de pontes de comunicação e de entendimentos.

Os meios de comunicação social tanto podem representar um factor de aproximação como podem ser um factor de afastamento. Como exemplos, *CNN* e *Al Jazira* disputam sentidos, no éter. Qual deles vai impor o seu sentido de história e de futuro? Do nosso lado, sabemos que o sentido de futuro que nos interessa é o da paz, da justiça, do diálogo e da amizade, da confiança e respeito recíprocos, mas, no quadro de uma gestão política mais equilibrada e equitativa do Universo.

Penso que concorrem para a incompreensão e a intolerância nas relações entre comunidades, religiões e culturas a percepção ilusória, contudo, apaixonada, de que se é dono da verdade e do sentido da vida humana. Estou em crer que são responsáveis pelas atitudes exclusivistas e intolerantes os diversos messianismos que atravessam culturas e religiões. As atitudes messiânicas tanto podem ser de cariz cristão-evangélico, católico, islâmico, judeu, budista ou hindu. Ainda, juntaria às figuras messiânicas o *messianismo democrático* (o *império democrático*), outra forma de manifestação de intransigência ideológica, responsável por imensas opções erradas, contudo, sem quaisquer consequências para os seus autores morais.

Seria sensato superar a visão simplista das relações humanas, quando se está perante uma realidade dinâmica, complexa e em permanente mutação, para a qual as velhas receitas (é preciso reconhecê-lo) já não são eficazes nem dão satisfação. Neste aspecto, urge superar os ressentimentos do passado e relançar, em bases inovadoras e humanistas, novas relações entre Nações, Culturas, Religiões e Civilizações. Para tal, é indispensável reconhecer-se no Outro. Ora, se ignoramos o Outro; se o rejeitamos; se o odiamos sem buscar compreender os seus sofrimentos, amarguras e frustrações, assim como, as suas reivindicações e aspirações, jamais se fecundarão os fundamentos de um inter-relacionamento justo, confiante, humanista e perdurável.

Estou em crer que respostas realistas, equilibradas e duráveis não podem ter como fundamento a restauração de um passado imaginário, seja de índole

política, nacionalista ou religiosa. Nesta perspectiva, é preciso reconhecer e aceitar que as sociedades humanas se transformam, independentemente da nossa opinião pessoal; que emergem novos actores internacionais e nacionais; que surgem novas ideias e dinâmicas sociais; e se engendram novas relações de força e de conhecimento. Tudo isto vem reclamando um novo equilíbrio relacional entre Nações, Economias, Culturas, Religiões e Civilizações e uma prática baseada no princípio da reciprocidade. É também por este novo equilíbrio mundial que somos convidados a reflectir, com serenidade, lucidez e sentido de futuro.

A busca e o encontro de soluções satisfatórias e duráveis para os actuais desentendimentos, incompreensões e conflitos dominantes requerem sentido de história e de futuro, realismo de opções, e, sobretudo, o reconhecimento do Outro e do seu lugar na história, antes de nós, connosco e depois de nós. Não é possível nem judicioso reivindicar uma solução para os nossos problemas e desejos, fundada tão-somente na sublimação de nós mesmos, na nossa percepção exclusiva da humanidade, nos nossos interesses exclusivos ou em glórias passadas. Seria mais sensato perceber e reconhecer que vai ficando para trás o tempo da hegemonia, do exclusivismo ou do unanimismo em torno de Nós e dos nossos interesses, materiais ou morais. Assim, impõe-se ultrapassar os egoísmos nacionais e dar prioridade àquilo que nos aproxima, que são os bens e aspirações comuns da humanidade.

Restam algumas perguntas pertinentes para as quais devemos procurar respostas. Como pôr fim à desconfiança e afastar o recurso à violência como forma de resolver conflitos reais ou imaginários? Como superar as feridas e ressentimentos do passado? Creio que é preciso buscar e cultivar o diálogo continuado e fluente: diálogo interpessoal, diálogo interinstitucional, diálogo inter-religioso, diálogo inter-universitário, interpartidário, inter-parlamentar e entre novas gerações⁸. Para podermos viver e agir juntos, é indispensável aprofundar o diálogo intercultural. Nesta perspectiva, incumbe à Educação e às Escolas o papel insubstituível no estabelecimento de pontes e no aprofundamento e difusão de outra visão, alternativa, da diversidade humana, da História e das relações entre Culturas e Povos, agora e no futuro. Outrossim, creio, de antemão, que a materialização dos nobres objectivos em causa ficaria facilitada com uma democratização real da governança mundial.

⁸ As Agências das Nações Unidas oferecem outro quadro, ainda que imperfeito, de diálogo.

Enfim, para finalizar, permitam-me dirigir uma saudação muito especial ao nosso anfitrião, Presidente Lula da Silva: Caro Amigo e Presidente, desejo agradecer-lhe, sinceramente, pelo seu convite e por esta oportunidade de partilha de reflexões, com tão respeitável assembleia, em prol do futuro comum confiável que temos o dever de construir.

Muito obrigado!

D) Ekmeleddin Ihsanoglu, Secretário-Geral da OCI

Your Excellency President Lula, you're Excellencies the Honorable Presidents, your highnesses, Excellency Ministers, ladies and gentlemen.

I would like to express on behalf of the Organization of Islamic Conference – OIC – and on my own behalf our heartfelt greetings and congratulations for the president, the government and the people of Brazil, for hosting the third annual forum of the Alliance of Civilization. At the same time I would like to extend our thanks and appreciation to the Governments of the two cosponsors countries for the AOC Turkey and Spain.

This beautiful city of Rio de Janeiro enjoys the admiration of the International Community for its embracement of cultural diversity. We are witnessing the spirit during the landmark during the conference of the environment and development, as more popularly known as the Earth Summit in June 1992.

Since I am scheduled to make my official statement on behalf of OIC, which encompasses 57 countries in 4 continents, here in this part of the world. I will surprise myself here making comments to the subject of this panel which is Diversity as path to peace. So, my comments will be on this topic, and at the same time I will comment on three distinguish speakers, namely chairman of the President of the General Assembly of the United Nations, your Honorable President of Argentina e his Royal Highness Prince.

Let me start with my general remarks on the subject of the panel which is diversity. I would like to say that diversity is prevalent core value which is becoming a dominant factor in all aspects of life in today's world. No country can skip the effect of diversity no matter how rude or isolated the country is.

Second, peaceful coexistence can only be built on mutual respect, tolerance, compassion and generosity.

Third, peaceful society is not feasible without the wiliness of all these people to live together none violently.

Fourth, the dynamic of globalization has change the demography of the world and it will continue to do so. This is an unavoidable and irreversible historic shift, and I think today we had many speakers who underline the meaning of this shift which we are going through.

Embracing diversity in gender, peace, security and harmony to achieve that, we need to address conflicts, we have to build a culture for peace. This was the point raised by Doctor Drake. We have to do this through intercultural dialogue carried out by people communities, institutions, governments, agencies, and civil societies and alike. This needs the promotion of understanding, reconciliation and respect, addressing racism, free speech, and upholding human rights.

Diversity to be fruitful rests on several assumptions. First there should be an openness to learn about each other's wisdom and culture. Also it should be openness to so critical criticism. Third, openness to acknowledge contradiction between theory and practice, and we can see very conspicuous examples of the difference between theory and practice in the diversity issue, human rights, etc.

One of the criteria's should be also the ability to challenge the issue towards extremism and intolerance. Last point on the criteria, I would like to say that all of these activities involves not only leaders but also grassroots or other people from all walks of life including media.

In today's life, conflicts between people of different cultures are still causing major problems and creating new conflicts. Despite the end of the cold war and opportunities provided by the peace dividends the world still lives within a deep rooted culture of violence. The theory of class of civilization causes animosity and conflicts.

Another factor is immigration, and immigration is causing more friction and disputes, this means increasing efforts to promote mutual respect, understanding, non discrimination and non racism. What is being said about Islamic ideology and culture cannot be said about other affiliations.

Here I would like to make my last remark on the subject of diversity. We are witnessing nowadays anti diversity rhetoric rising, and what is really strange and paradoxing is that this anti-diversity rhetoric is coming from the same sources which were promoting diversity decades ago and that is really the great paradox and problem we are facing.

We have to tell those who are advocating anti diversity, while they are doing the opposite of that, that they should live up to their promises and this

comes under the banners and we can see the manifestation of this in different fields.

Now let me come to the points, a major point raised by honorable president of Argentina. Madam President, you have said that changes should come from within, and ideally I agree to this point because if we look to our part of the world, we find that there has been a kind of political engineering designs, that were meant to change our societies and this has failed and just a few years back, we have gone through a big one of these designs and it has been failed.

We have really to promote changes from within our societies and this comes also as a respect to diversity which is the topic of this panel. Let me tell you that in the Muslim world now there is a big change and transformation going on, and here I would like to make my last reference, to what has been said in the statement of his Royal Highness Prince Saud Al Faisal, Foreign Minister of Saudi Arabia for every custodians message. In that message there has been a reference to Summit of OIC Countries in Holy Mecca in December 2005 which the King himself invited. In that Summit the Muslim world they needed 57 countries decided for change, and the message that came from that, very clearly, a message for moderation and modernization of the Muslim world. This is the origin of the summit, with a program of action from that summit which goes parallel with the N.D.Gs.

So, change from within is what it is needed, the proposed changes and this comes from respect from diversity. This is really what makes diversity as the true path to peace. I would like, Mr. Chairman, to end this by saying that diversity calls upon us all, to try to learn, understand from each other and educate our children, to do so through opening our minds and hearts to each other, with the view to help the world, to usher in an era of peaceful coexistence, harmony and prosperity. Thank you.

J) Marc Perrin de Brichambaut, Secretário-Geral da OSCE

Presidents, Prime Ministers, Excellencies, Ladies and Gentlemen.

Distinguished speakers that have greatly enlightened us. I will be very brief. The distinguished speakers have reminded us that the process of accommodated and promoting cultural diversity takes place primarily within each society. That each society has its own characteristics, its own history its own background of accommodating internal and international fluxes of migration.

This task of accommodating cultural diversity is made to today far more complex, by the fact the free flow of information does not translate continuously into understanding or mutual respect between cultural groups.

Yet, we have also heard that there is a universal convergence on the values to be respected in ensuring harmonious and fruitful cohabitation, between all the diverse political components of each society.

These commitments have been enshrined in many international reference documents, as well as in the task aids that has been given to international organizations and each of these organizations brings its own contributions to these values in a historical context and tries to develop good practices.

The Organization for Security and Cooperation in Europe has an experience to share with you. It has inspired the consolidation of peace on three continents for 35 years and has experienced the fundamental role that respect for minorities, respect for the rule of Laws, promotion of democratic institutions, respect for the inherent dignity of the individual, play in reconciling cultures and building stability and security. In many ways the OSCE has acted as a regional prototype, for the Alliance of Civilization that you are building as a universal initiative.

Let me show very briefly some of the lessons we have learned:

Be inclusive as all states big and small belong into different cultures deserve equal respect, and should conduct regular dialogue as well as hold each other accountable through mechanisms of monitoring in the implementation of commonly agreed principles and commitments. These states should also actively draw on the participation of civil society.

Be cooperative as all key decisions are better taken by consensus, this requires constant building of trust and mutual understanding.

Be comprehensive, because one has to pay equal importance to all aspects of security which are complimentary and necessary. The political and military aspects, the economic and the environmental and the human dimensions.

Common norms adopted by all are essential particularly those promoting tolerance, multicultural and multireligious dialogue, rule of law, human rights and fundamental freedom. Those norms are meant to be effectively implemented.

One should also know that this approach takes patience, it takes dedication, and it requires sustained action at different levels within societies and among societies. It does not always work smoothly, there are tensions and conflicts. We have had those recently within the OSCE area, both within states and between states.

I believe this experience validates the choices that have been made by the Alliance of Civilizations. The Alliance aims to serve as a unique platform and catalyst to share and mutually stimulate the dedication of all its partners and the values that are respected by all. It seeks to energize a network of actors, states and civil society, in experimenting and implementing those values and therefore create the necessary conditions for a lasting and fruitful cultural *convivência*. Let us learn from the outstanding examples that Brazil offers us in its achievement of successful multicultural society.

Thank you President Lula for this example of Brazil, thank you for the hospitality of Brazil.

K) Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO

Excellencies, Presidents, Prime Ministers, Ministers, ladies and gentlemen.

The United Nations Agency world mandate it's directly, I would say, intimately linked with the noble goals of the Alliance of Civilization, and to the specific topic of what we have been discussing currently, culture diversity as a path to peace. I would like to most warmly thank President Lula and the Brazilian hosts as well as President Sampaio for the opportunity to involve UNESCO – The United Nations Organization for Education Science and Culture in this debate.

It is particularly more important now in 2010 which is pertained by the General Assembly of the United Nations, as the international year of accomplishment of cultures for which UNESCO is the lead Agency.

Many of the distinguished speakers pointed out that the challenge now is for how to change the parody of incorporating cultural diversity in our policies. UNESCO is not a stranger to the debate of our cultural diversity. From the very outset the organization section with due respect for the full diversity of cultures, as per our constitution, has been based on the ways and means to eliminate ignorance and prejudice in order to build lasting peace among and within our increasingly diverse societies.

Managing cultural diversity and encouraging the culture of dialogue have become more topical and compelling nowadays in our increasingly interconnected and competitive world confronted with numerous crises. The reason of dialogue and diversity illustrated by the points of convergence, interaction and influences between cultures that have occurred throughout human history, is an excellent starting point from which to pursue enhance mutual knowledge and appreciation cultures.

At present and this, it is our UNESCO effort and responsibility, we feel the urge to leave clichés and generalization behind and to demonstrate that throughout history from the age of exploration to contemporary globalization, the developments of means of communication has played an enormous part in shaping dialogue, between cultures and civilizations even as we saw also today in this debate, these conflicts were not always painless, as attested by the tragic episodes of the slave trade and the initial encounters with Pre-Colombian civilizations.

Ever since its creations, and ever more nowadays UNESCO is facing the challenge of how to effectively turn the process around in order to create human rights and a knowledge based environment that will enable harmonious interaction and an exchange of ideas among people from diverse cultural backgrounds, or, in other words, how to educate citizens to be open to otherwise thinking and being.

And the challenge which is also posing us new responsibilities is to how to translate these noble goals of principles and values and to integrate actions into day to day politics. What about the ordinary people, and the common men and women? And I would like to give you a few examples of how UNESCO addresses this crucial challenge.

It was mentioned by President Lula, education plays the huge role as well as the broader project for the inaudible exchange and better understanding. How can we talk about eliminating clichés and prejudices if we still have more than 760 million people which do not know how to write and to read, to promote knowledge and better understanding of exchanges between peoples and cultures, even those who are often neglected, distorted or simply misunderstood?

UNESCO launched a couple of important projects, Memory of the World or Roots of Dialogue, The Slave roots The Arabia Plan, The Southeast Cultural Corridors as well as its program of general and regional histories. The History of Humanity, General History of Africa, General History of the Caribbean, General History of Latin America, History of Civilizations of Central Asia, different aspects of Islamic culture.

In addition, UNESCO is developing a comparative analysis and global perspective of regional studies on intercultural competences, in the framework of promoting and understanding development of intercultural dialogue and peace.

Our UNESCO international coalition of cities against racism has been set up as a global platform for exchanging ideas and experiences to counter

destabilizing factors that can lead to insecurity, prejudice and violence. We have already six regional coalitions created in Europe, Latin America, Caribbean, the Arab Region, Africa, Asia and Pacific.

The task at hand is to implement complete programs. This includes increasing research policy linkages so that research carried out by civil society and academics, can contribute for the formulation of policies to combat racism, discrimination and to promote tolerance and dialogue.

One of our recent and most important in my mind contributions, to our debate today is the world report investing in culture and diversity and into cultural dialogue which yesterday could be launched here in its Portuguese version. This report brings new light on the subject and its linkages to social, international cooperation and development policies.

Today diversity is understood as a dynamic and multi-dimensional phenomenon. That must not be possible unless it is incorporated as a right and basic principal and development strategies. Integrated cultural diversity into a broad range of public policies, we are confident, will contribute to international communities in the pursuit of social goals for development, conflict prevention and peace building with an entirely new perspective. Culture diversity is a cross cut element, of the three pillars of truly sustainable development: economic, social and environmental.

For us, for UNESCO intercultural dialogue allows us to untie the identity tension knots that give rise to fundamentalism in advance through tolerance and conciliation towards peaceful relations between different cultures.

The conclude responses to the challenges posed by dialogue rise in our view in empowering also new players such as women, and allow me to introduce a new element, into this debate and stress priority of gender equality, for promoting more cultural diversity and dialogue, which is also one of the main areas and purposes of the United Nations reform. We have to empower youth, indigenous communities, and ethnic minorities by developing educational policies, creating synergies between formal educations and learning communities and valuing also native languages, cultures, arts and heritage, both tangible and intangible that are so dear to UNESCO's activities.

And finally, let me once again state that for UNESCO culture diversity is necessary for human kind as biodiversity is for nature, that is the common heritage of humanity must be recognized as promoted for the benefit of present and future generations.

Thank you for your attention.

3 - Sessão Ministerial do Grupo de Amigos

Tendo por título temático “Reforçando nosso compromisso com a Aliança”, a sessão ministerial do Grupo de Amigos da Aliança de Civilizações, principal encontro político multilateral do Fórum do Rio de Janeiro, reuniu representantes de alto nível de 109 Estados e organizações internacionais. Presidida pelo ex-Presidente da República de Portugal, Doutor Jorge Sampaio, na qualidade de Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, e co-inaugurada pelo Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Senhor Ali Abdussalam Treki, a sessão durou um total de seis horas ininterruptas, fato que evidencia de per si a importância que os participantes atribuíam ao encontro.

Em suas palavras iniciais, conforme anotadas pelo Secretariado em seu próprio relatório, o Alto Representante Jorge Sampaio chamou atenção dos participantes para três dos desafios concretos que a Aliança, como iniciativa das Nações Unidas, precisa enfrentar no futuro próximo: a) o desenvolvimento de maior cooperação com as forças básicas constituintes, para melhor enraizar a Aliança nos níveis locais; b) maior esclarecimento de seus objetivos de cooperação transcultural com vistas a evitar a armadilha do “culturalização” dos problemas concretos ou a irrelevância dos esforços realizados na Aliança; c) a sustentabilidade da iniciativa, toda financiada por aportes voluntários, com seu orçamento atual de 3 milhões de dólares, incompatível com a importância política e as expectativas geradas pela Aliança.

O encontro ministerial permitiu às delegações compartilhar elementos, pontos de vista e informações atualizadas sobre iniciativas relacionadas à implementação dos objetivos da Aliança de Civilizações. Muitos dos participantes mencionaram novos projetos e programas em níveis nacional, bilateral e regional, assim como outras iniciativas multilaterais, por eles impulsionadas, acordes com as prioridades definidas coletivamente. Assinalaram também que a Aliança, tendo-se tornado foro abrangente de diálogo e cooperação baseado em interesses e respeito mútuos, tornou-se ponto de referência para outros empreendimentos multilaterais. Alguns observaram que, enquanto a participação na Aliança vem crescendo, sentimentos negativos com relação ao islã também parecem aumentar, exigindo atenção permanente. O mesmo pode, por outro lado, na opinião de algumas delegações, ser exigido em matéria de esforços comuns para contrabalançar expressões de fobia ao Ocidente. Vários delegados insistiram na necessidade de atenção de todos para a promoção dos direitos humanos universais, com igualdade de gênero, como uma das prioridades de ação concretas. A propósito da questão da sustentabilidade da iniciativa, alguns participantes anunciaram contribuições financeiras e outras formas de apoio, como a disposição de promover traduções para outras línguas do *website* da Aliança **www.unaoc.org** – que o Brasil já providenciou individualmente para o português em apoio à CPLP – ou a disseminação das iniciativas coletivas na esfera nacional.

Algumas delegações, entre as quais as da Finlândia e da Bulgária, se referiram a aspectos organizacionais e deliberativos da Aliança de Civilizações, apontando em particular a falta de definição, ainda sensível, de um processo decisório multilateral consequente no âmbito do Grupo de Amigos. Apesar disto, nenhuma delegação expressou objeções à Declaração Final, negociada pelos “pontos focais” na véspera, em duas reuniões, e aprovada por consenso entre todos os presentes. Dessa maneira, o Fórum do Rio de Janeiro tornou-se o primeiro encontro mundial da Aliança de Civilizações a contar com um documento final e formal de apoio à iniciativa (reproduzido no final desta publicação).

A título de ilustração do conteúdo da sessão ministerial, tendo em conta sua extensão, reproduzem-se a seguir excertos das intervenções.

Austrália

**Representante Especial do Ministro das Relações Exteriores
Senhor Neil Mules**

(...) It is appropriate that this third forum is held here in Rio, a city which, like Madrid and Istanbul, reflects the intersection of diverse cultures. The Rio of today is a multicultural community rich with faiths and cultures celebrating their diversity: a fitting backdrop for our work.

(...) This forum represents the United Nations' determination to confront the threat of cultural and religious division with concrete action. We will be judged not on our rhetoric, but on the action we take. Australia has learnt from our history that building understanding requires hard work. We are a nation of immigrants with long experience of the importance of building a harmonious society based on common values, the freedom to worship according to one's faith, and respect for cultural and religious diversity.

(...) Interfaith and intercultural respect and cooperation have not always come easily. Australia has had to learn hard lessons about how prejudice and distrust can be overcome. In this forum we often talk of interfaith dialogue, but dialogue is a means, not an end. Understanding is what we must deliver.

(...) Australian universities are host to more than half million international students from our region and beyond. And the highest proportion of international students in the OECD. These students are drawn from states of many and various religions, not least from our friend and neighbour Indonesia, a country of great importance to Australia and home to more than 200 million people of Islamic faith.

(...) This is why, together with Indonesia, the Philippines and New Zealand, we co-sponsor Regional Interfaith Dialogue for our region. In 2009, Australia hosted 14 states in Perth. With a focus on faith leaders of the future, we developed project-based strategies to prevent the radicalisation of young people of faith, to train young faith leaders in mediation and conflict resolution, and to support development of resources that teach youth about other faiths. (...)

Áustria

**Ministro das Relações Exteriores
Dr. Michael Spindelegger**

(...) Our generous host, Brazil displays in its slogan "Um País de todos" – meaning "a country of everybody" – that cultural and religious diversity is

not only a vision but an existing, lived reality. This captures perfectly why we are here and why we need to talk and listen to each other. Instead of being afraid of differences, diversity should be seen as a clear factor of enrichment. (...)

The integration and participation of Muslim communities in Austria and Europe is for us one of our key challenges. We try to find cutting-edge solutions to these pressing issues. Some examples: We have established a full-fledged university master's programme entitled "Islamic religious pedagogy" to train teachers of Islam for secondary schools in Austria. This should support the provision of Islamic religious education meeting European standards in public schools and, in the long run, the establishment of faculties of Islamic theology, as well as imam training programmes at European universities and teacher training colleges. Another good example is the imam-training programme my ministry initiated and co-sponsored. It aims at providing imams coming from abroad with the necessary qualification for successful integration and dialogue. We look for partners who help us in charting the course for the development of a common polity in Europe. (...)

Let me briefly address some challenges the Alliance of Civilizations clearly faces. Our global tasks have become much bigger and more sophisticated than what has been expressed by so called "Islam-West divide". Putting dialogue on the firm basis of human rights, in particular freedom of religion and speech, Austria believes that we have to stand united against the spread of negative stereotyping, prejudices and discrimination on all sides and in all regions. The dialogue of cultures needs a broader perspective and engagement: How can we make effective use of ethnic, cultural and religious pluralism to foster prosperity and development, how can we make our societies and communities more inclusive for the common good for all?

The Alliance of Civilizations should therefore provide a global platform to address these and other thematic issues and seek to define an approach based on concrete projects and the exchange of good practices.

Finally, I have the great honour to reiterate Austria's offer to host the Fifth Annual Forum of the AoC in Vienna, presumably in 2012. We are proud to do so given our longstanding tradition of being a widely recognised dynamic hub for dialogue, co-operation and peace.

What appears to be important is to build and reinforce the Alliance as a global platform bridging continents and spanning the entire world. The Alliance has made good progress to bring more countries on board. The challenge for

the development of the AoC lies in its more global outreach, overcoming the Islam-West focus, and in drafting a new geography of the mind. Hence, we need to get all our partners more intensively involved in the Alliance of Civilizations and make all regions of the world become one area of common interest and shared perspective for reform and cooperation.

Azerbaijão

Presidente do Comitê Estatal para Organizações Religiosas

Senhor Hidayat Orujov

(...) It's natural that the elements that bring joy to our lives, which are plenty, should not leave us concerned. However, there are also problems that unite us, I would even say force us to get even closer. Among those are international terrorism and extremism, separatism, attempts to justify occupation of other country's lands, artificial barriers to prevent dissemination of liberal moral values, demographic problems, famine and poverty, infant mortality, energy crisis, natural disasters, peace protection and myriad other problems that bring the countries that we represent together. (...)

Being aware of the significance of the intercultural dialogue in contemporary international relations my country has declared this particular issue as one of its foreign policy priorities. We have recently undertaken series of important events that were in line with the aims and objectives of the Alliance. (...)

I would also like to draw the attention of the participants to the "World Forum for Intercultural Dialogue", which the Government of Azerbaijan plans to organize in April, 2011. The purpose of this Forum is to facilitate the exchange of views on intercultural dialogue with the participation of the countries from around the world and contribute to coordination of activities of international organizations and institutions operating in this field. We hope this event will generate interest of Member States of the AoC Group of Friends and serve as a good platform for deliberations on the ideas and initiatives in this important field. Government of Azerbaijan assumes that it is important to accept the Baku process as an important partner of the Alliance and we are determined to continue close contacts with the Secretariat of the AoC on these issues in the run-up to this significant event. (...)

Bósnia e Herzegovina
Ministro das Relações Exteriores
Senhor Sven Alkalaj

(...)The Alliance's regional approach has become, during just a few years of the AoC existence, a very important mechanism for launching initiatives aimed at promotion of dialogue and respect of cultural diversities, offering new possibilities for cooperation leading to stabilization and prosperity.

Bosnia and Herzegovina, together with other Southeast European regional members of the Alliance of Civilizations Group of Friends, recognized the importance of the Alliance's regional dimension and confirmed its dedication to the AoC objectives at the Sarajevo Conference, held on 14 December last year.(...)

Following it, we in Bosnia and Herzegovina continue to work on the National Strategy for the implementation of the objectives of the Alliance of Civilizations, focusing primarily on four priority field: education, media, youth and migration.

In that sense, we consider that programs and projects, contained in the Action Plan for South East Europe, aimed at developing regional partnership between peoples and nations, represent foundation for successful implementation of National Strategies for the accomplishment of the Alliance's objectives and improvement of regional cooperation in South East Europe and beyond.

We consider that cooperation among the Euro-Mediterranean countries is a necessary precondition for the stability and development of this part of the world, and, in that sense, we fully support the set of coordinated activities contained in the AoC Regional Strategy for the Mediterranean, expecting that an Action Plan implementing the Strategy will contribute to improving cooperative relations and further strengthening stability and development in the region.

We hope that the Action Plan for the Mediterranean will be completed, as planned, untill our meeting in Malta in the fall this year, as a basic document for our work within the AoC on improving intercultural dialogue in Euro-Mediterranean Region in the coming four year period. (...)

Bulgária
Coordenador Nacional para a Aliança de Civilizações
Senhor Ivan Piperkov

(...) Bulgaria, as a member of this enlarging group, seeks to contribute to joint international efforts to promote understanding between cultures *and*

accordingly has developed a Plan of Action to assist in advancing the AoC's objectives. The process of development and implementation of this Plan has brought to existence a network of governmental and nongovernmental organizations working together for carrying out intercultural dialogue-orientated projects. Many activities planned and implemented at national level within the AoC framework expand the opportunities for communication among young people of diverse cultures. Good example in that direction is the "Re-inventing Balkans" project, which aims at helping young professionals from Bulgaria, Turkey and Greece to build together a more positive environment in the Balkans for filmmaking and media through encouraging cross-cultural dialogue.

This and other projects shaping the Plan of Action, go beyond the national scale, and gradually turn into an undertaking with a regional scope, providing additional opportunity for tangible cooperation for the implementation of the Regional AoC Strategy for Southeast Europe, adopted in 2009. It is our conviction that the general framework provided by the Strategy will be translated into deliverables through the creation of the Regional Action Plan. By implementing concrete regional projects, the AoC will make its own contribution to addressing negative societal views, xenophobia, related intolerance and hate speech at national and regional level. In this way the Strategy would prove itself as an asset to bring about a regional environment propitious for strengthening peace, stability and good neighbourly relations.

The Mediterranean is one of the main areas of action for the UN Alliance of Civilizations. In Bulgaria's view, the drive to work out AoC Mediterranean Regional Strategy is of importance for furthering the efforts of building bridges and fostering the intercultural dialogue. This standpoint rests on the understanding that achieving the goals of the Alliance of Civilizations in the Mediterranean will have an overall positive impact on intercultural dialogue in other regions, hence globally. At the same time we share the view that the envisaged Strategy should be drafted closely along the themes laying down the foundations of the AoC without complicating the process through inclusion of some controversial issues. (...)

Cazaquistão
Vice-Ministro da Cultura
Senhor Gaziz Telebayev

I would like to thank Government of Brazil for hosting this perfectly organized event. Interethnic and interfaith dialogue is one of the main priorities

of internal and foreign policy of the Republic of Kazakhstan. Up to 140 ethnic groups live in Kazakhstan. We did not face any interethnic conflicts even in the times more difficult than today. During the years of independence, Kazakhstan has developed a precise strategy to maintain intercultural dialogue. We implement this strategy systematically in all levels in the country and abroad. In 1995, the Assembly of People of Kazakhstan was founded in order to keep peaceful coexistence of ethnic groups in the Republic of Kazakhstan. The work of the Assembly proves interethnic and interfaith diversity, peace and harmony in the country.

Moreover, at the initiative of the President of the Republic of Kazakhstan our country regularly organizes the Congress of leaders of world and traditional religions. The Third Congress took place on 1 July 2009 in Astana where participants could exchange opinions on the role of religions in modern world. Such issues as religious conflicts, interfaith harmony, mutual respect, and capability to learn from the traditions of other nations were discussed at the Congress. Currently, we work on expanding of the circle of participants in interfaith dialogue.

The Republic of Kazakhstan initiated 2010 to be the International year for the rapprochement of cultures. The UN General Assembly unanimously supported this initiative. Within the International year for the rapprochement of cultures a special plan of actions, which offers running international conferences, forums, festivals and contests, was developed and adopted.

We believe that regional organizations play important role in maintaining intercultural peace. Being a member of such regional structures as Shanghai Organization of Cooperation, the Conference of Interaction and Confidence-Building Measures in Asia and the Eurasian Economic Community, Kazakhstan takes practical steps to involve them in the dialogue of cultures and religions.

(...) Kazakhstan continues to develop a dialogue between cultures and religions, strengthening of tolerance and combating all forms of discrimination, both at the national level and through regional and international cooperation. Thus, we intend to contribute to the overall efforts of the Alliance to establish harmony between civilizations.

China

Embaixador da China no Brasil

Senhor Qiu Xiaopi

(...) A diversidade é a característica fundamental da civilização mundial. No mundo de hoje, há mais de 200 países e regiões, 2.500 etnias e 6.000

línguas. Todas as civilizações são cristalização da inteligência humana e refletem a capacidade criativa e o espírito inovador de cada nação. Tal como só com a diferença de tons se toca uma música maravilhosa, são as pessoas de diferentes nações, cores, histórias e culturas que criam juntos um mundo diversificado e colorido. (...)

A Aliança de Civilizações constitui uma ponte de comunicação entre diversos países, nações e culturas. Desde o Fórum de Istambul, o mecanismo da Aliança vem-se aperfeiçoando com a ampliação constante dos seus membros. Com a implementação do segundo Plano de Ação, a Aliança realiza muito trabalho nas quatro áreas prioritárias: educação, juventude, migrações e meios de comunicação. A China apoia as iniciativas da Aliança de Civilizações e participa ativamente das reuniões e mecanismos no seu âmbito.(...)

A história de cinco mil anos de civilização da China comprova que o intercâmbio cultural se pode tornar elemento positivo para o desenvolvimento harmonioso da sociedade. Na China, as 56 etnias convivem em pé de igualdade. O tradicional taoísmo coexiste e desenvolve-se com o budismo, o islamismo, o cristianismo e o catolicismo, que são religiões vindas de fora. O Governo chinês empenha-se em criar uma sociedade harmoniosa, opõe-se ao extremismo em todas as formas e aos fenômenos de discriminação, preconceito e xenofobia por motivos religiosos ou de raça, instrui os cidadãos a estabelecer concepções corretas de civilização e estimula os meios de comunicação a atuar como mensageiros da paz e civilização, de modo a promover a inclusão, a compreensão e a harmonia da sociedade. A Expo Mundial 2010 está sendo realizada em Shanghai. Com a plataforma da Expo, os países do mundo demonstram progressos e trocam experiências de desenvolvimento em torno do tema “melhor cidade, melhor vida”, tornando a Expo numa grande festa para reunir os frutos da civilização humana e compartilhar a alegria e a amizade. (...)

Croácia

Secretário de Estado para Negócios Estrangeiros e Integração Europeia

Senhor Davor Bozinovic

(...) Since its inception, everyone was well aware that the Alliance would be faced with many difficult challenges in achieving its goals. But at this point in time the difficulties that stand before us are perhaps even greater than we

could have anticipated at the time when the Alliance was founded. The Alliance of Civilizations can play an especially important role within this difficult context as well, because establishing a genuine dialogue between nations and peoples will help build an international atmosphere of trust. (...)

I would now like to turn to our own part of the world, namely South-East Europe. The religious and ethnic diversity that has been a defining characteristic of this region for years and centuries is an asset that must be preserved at all cost. Unfortunately, as you all know, recent history has put our multicultural region to a rude test. It has shown that when the political process is overtaken by demagogues that play on people's fears and pit one nationality against another, this can result in hundreds of thousands of victims. (...)

It has been two years since Croatia became a member of the Group of Friends of the Alliance of Civilizations. In the meantime, we have worked on the preparation of the National Program for the Alliance of Civilizations which Croatian Government adopted recently. In coming days it will be transmitted to the Secretariat of the Alliance in New York and posted on the official site of the Alliance of Civilizations.

Regional initiatives and strategies, as well as National Plans are the most appropriate ways of deglobalizing the overall objectives of the Alliance of Civilizations and thereby we commend the first Regional Strategy of the Alliance for the countries of the South-East Europe adopted in Sarajevo 14 December 2009 where Croatia actively participated. We hope that the Action Plan of this Strategy will be adopted here in Rio. We are also looking forward for the adoption of the Regional Strategy for the Mediterranean and its Action Plan where the preparations are going on. (...)

Eslovênia

Ponto Focal para a Aliança de Civilizações

Senhor Matjaz Kovacic

As part of the UN's efforts to find appropriate ways of preventing extremism as an incentive to conflicts in the contemporary world, the Alliance of Civilizations is definitely gaining momentum within the international community. It has become an important tool in building bridges and promoting understanding among cultures. (...)

We cannot and should not expect the Alliance to resolve any conflicts by itself, but rather to find a way to unite people within the countries themselves

and in the region with a view to working together in the areas of youth, education, media and migration, the focus of the Alliance. In this way, we could contribute significantly to the difficult process of finding a way forward. Not by seeking a final solution, but by contributing to the creation of an overall atmosphere in which endeavours to solve difficult problems will be made easier. When dealing with the relations between civilizations, it is impossible to avoid the unresolved issues. However, we cannot allow these issues to hinder us in addressing the Alliance's priorities.

It is neither for the States nor for the United Nations to discuss the issues of religion and interfaith relations, but it is up to us, representatives of the civil authorities of our respective countries, to act in the fields where we do have a mandate and obligation to prevent the abuse of cultural diversity, religious beliefs, the notion of ethnic belonging and similar for instigating hatred and conflict as a means of achieving political goals. (...)

Intercultural understanding must begin at the root level – that is, at the local level and, in this sense, national action plans present key tools in achieving this objective. Based on the AoC recommendations, Slovenia's Action Plan sets out the framework for activities in the areas of education, youth, media, and migration in 2009. The evaluation of the first Action Plan will provide the basis for drawing up a list of best practices for future reference and the Action Plan for the next period.

In this light, developing regional strategies for the AoC is also of crucial importance. We are excited about the regional strategy for South-East Europe, which has been endorsed in Sarajevo last December. Slovenia has been since actively involved in drafting the project proposals for the action plan that will be endorsed at this Forum. Our country is also willing to participate actively in the development of the regional strategy for the Euro-Mediterranean region. In this regard, we are particularly pleased that the Euro-Mediterranean University (EMUNI), which also signed the Memorandum of Understanding with the AoC, will work towards contributing to the dialogue among youth and scholars in the Mediterranean basin. (...)

Estônia
Ministro das Relações Exteriores
Senhor Urmas Paet

(...) Today there is no society in the world that can claim to be entirely free from doubt and prejudice. This means that we all face the same challenge,

only in different contexts. We have to use a comprehensive approach while building bridges across different cultures and nations. If we try to solve global problems using only our own local methods, we will fail.

I would like to commend the work of UNESCO and other international organisations, who contribute to the strengthening of the link between local and global actions in this field. The diversity of cultures, traditions and customs, religion and language must be respected first and foremost. This is the prerequisite for any successful intercultural dialogue.

I believe that the comprehensive character and structure of AoC, which presents concrete suggestions in its field, form a unique platform for dialogue. The set of initiatives under the Alliance umbrella, for instance the elaboration of regional strategies and partnership agreements as well as the Global Youth Movement, will further enrich our scope.

(...) During last 20 years we have provided opportunities for the preservation of national minorities' languages and cultural distinctiveness, above all through the organisation of educational and social activities in their mother tongue. To date, more than 200 ethnic cultural societies and organisations have been registered. All of them have the opportunity to get financial support. There are also Sunday schools whose purpose is to support the teaching of national minorities' languages and cultures. Furthermore, Estonia, with its 1,3 million people, is one of the few countries with a multilingual, publicly financed school system as part of the public education system.

We are focused on fostering cultural diversity and dialogue between different generations, religions and nations in our country. We have learned that dialogue and rapprochement must be pursued both between and within cultures in order to lay the groundwork for a harmonious coexistence. Success in this field lies in being aware of one's own identity while maintaining respect for the traditions and beliefs of every person. (...)

Estados Unidos

Secretária Assistente, Escritório de Negócios das Organizações Internacionais

Senhora Esther Brimmer

(...) In joining the Alliance, the United States recognizes the importance of the United Nations in building trust, reconciliation, and mutual respect among diverse communities globally. We are working with the United Nations, for

example through UNESCO, supporting international academic and scientific cooperation, networking of institutions and promoting diversity and cultural dialogue.

We welcome the Memorandum of Understanding the Alliance has signed with UNESCO, an arrangement that undoubtedly will deepen cooperation, as well as build on ongoing efforts to promote connections and commonalities between civilizations and nations. We know that dialogue alone may not be enough to resolve difficult problems, nor do we expect that cross-cultural exchanges or people to people engagement will necessarily resolve historic differences or heartfelt grievances.

But we do believe in the benefits of common understanding that intercultural dialogue can bring— whether it is a South African coming to the Western Hemisphere to collaborate on a project for the first time; or a new online community where teenagers or college students in Asia and Europe can share and exchange thoughts, experiences and plans for action, or whether it is an American studying abroad with peers from the Middle East.

Through dialogue, engagement and exchange it is our hope that previously held misconceptions are overcome, leading to greater understanding and appreciation of the global community we all inhabit. We also hope it leads to the realization that the so-called “other” shares more in common with us than not. That is why we strongly believe that frank, open and respectful dialogue can serve to foster peaceful engagement and understanding, creating the necessary space for greater cooperation and a more prosperous future for all of us. (...)

Filipinas

Subsecretário de Relações Econômicas Internacionais

Senhor Edsel T. Custodio

(...) The year 2005 was a crossroad in many respects. While the seeds of the AoC were sown around reconciliation to bridge the so-called Christian-Muslim cultural divide, the Philippines launched the First Informal Summit on Interfaith Dialogue and Cooperation for Peace chaired by President Gloria Macapagal-Arroyo at the sidelines of the 60th anniversary of the United Nations. Here, the Leaders issued a declaration urging the conduct of inter-religious, inter-cultural and inter-civilizational dialogue and cooperation.

Also in 2005, 44 countries supported Assembly Resolution 60/10, initiated by the Philippines, entitled Promotion of Inter-Religious Dialogue and

Cooperation. The resolution built upon the historic instrument introduced by the Philippines in 2004, citing partnership with civil society and religious sector, as well as giving a larger importance to the role of religion in our quest for peace.

(...) We commend those whose voices have joined the battlecry for ‘peace through an alliance of civilizations’ and for ‘peace through interfaith dialogue.’
(...)

Back home in Manila, in March this year, the Philippines welcomed many of your delegations when we hosted the *Special Non-Aligned Movement Ministerial Meeting on Interfaith Dialogue and Cooperation for Peace and Development*. The outpouring of endorsement for the *Manila Declaration and Program of Action on Interfaith Dialogue for Peace and Development* has buttressed our resolve to march on, armed with fortitude and focus.

(...) I am pleased to see the progress of the Alliance with its impressive accomplishments as a political initiative to promote good governance amidst cultural diversity. The wealth of ideas it harnessed will surely enrich our dialogues in the next two days as we build upon our initiatives in Madrid and Istanbul.

In 2008, the Philippines made special mention of ‘migration integration and inclusion’ as a possible thrust for the Alliance. I am happy to note in your report of preliminary plans to draw up a Migration-Integration Clearinghouse in collaboration with the International Organization for Migration.

AoC has emphasized the need to consolidate partnerships. I join others who have harped on the need to complement the unique characteristics of our initiatives. There is true merit in the complementarity and increased coordination of our inter-related initiatives for global peace. It would allow us to cover more grounds and reach out to more people in our collective vision of a safer and prosperous world.”

Indonésia
Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros
Embaixador Tryono Wibowo

(...) I am confident that here in this lively city of Rio de Janeiro, member countries of the alliance could strengthen the promotion of respect for diversity, freedom, justice, tolerance and cooperation, as these are all important building-blocks of international peace and security.

With this encouraging spirit, Indonesia welcomes this year theme which focused on bridging cultures, building peace. For Indonesia, the culture of co-existence amongst groups in a society – and the peace, tolerance, and harmony amongst them – is a product of deliberate nurturing process. A number of factors are involved in and along the process, namely our constitutional foundation, the role of Islam as the religion of the majority in Indonesia, the nature of our civilizations and culture, and democracy.

(...) In 1996, Prof. Huntington warned that future conflicts would occur along “cultural fault lines separating civilizations.” The clash of civilizations he described in his book did not take place, but he served us well by sounding the alarm that just as we cannot afford ideologies in conflict, neither can we afford cultures in conflict. Building an Alliance of Civilizations – as we are doing here – is one way to make sure there will never be a clash of civilizations. (...)

We, in Indonesia, have the tradition of “Musyawarah untuk Mufakat” or “Consultation towards Consensus”, which already firmly rooted in our consciousness. This tradition evolved as our response to the reality of being a pluralistic society. Ours is a society of great diversity not only in terms of religion but also in terms of ethnicity, language and culture.

The tradition of *musyawarah* does not allow the brazen domination by the majority, since it requires that the voice of the minority must be heard. Before a proper consensus is reached, all views must be heard and all concern, including those of minorities, must be taken into account. Hence, the habit of *musyawarah* is essential and highly valued in our society. (...)

Indonesia acknowledges the Alliance of Civilizations as a political initiative to build trust, tolerance and understanding across the globe, amongst countries and communities; as a forum for partnership amongst governments, international organisations, religious and civil societies as well media; as a medium for implementing innovative projects and a powerful voice and ideas for reducing tensions amongst diverse cultures.

Furthermore, Indonesia is very confident that the work of the Alliance of Civilizations could run parallel to what we are trying to achieve not only within Indonesia but also within our region as well as interregional level. We are fully aware and supportive to the Alliance’s efforts at formulating ways to bridge the cultural divides between civilizations, to build a culture of peace—through dialogue. (...)

Irã

Diretor da Organização para Cultura e Relações Islâmicas

Mehdi Mostafavi

(...) In order to understand the concept of ideal peace in Islam it would be appropriate to quote some Quranic verses that ask Muslims to establish friendly and justice-based relations with the communities that have not occupied their homeland through aggression and have not sought to change their religion through force and violence. In this Quranic commandment Muslims have been asked to show compassion and empathy to those communities that have not been hostile towards them. In the words of the Glorious Quran:

“Allah does not forbid you in regard to those who did not make war against you on account of religion and did not expel you from your homes, that deal with them with kindness and justice.” (Al-Mumtahanah: 8)

Keeping in view the challenges faced by the entwined human societies our common objectives should be bridging the existing misunderstandings among different cultures and civilizations such that it would be possible to revive the shared human values including “peaceful coexistence at the global level.”

We, the members of the Islamic Republic of Iran’s delegation to the UN Alliance of Civilizations call on all the participants to join hands for the attainment of this great human ideal and believe that, through joint efforts it would be possible to spread the message of peace and coexistence at local, national, regional and international. (...)

Irlanda

Ministro para a Europa

Senhor Dick Roche, T.D

(...) I would like to thank our hosts, the Government of Brazil, for organising this Forum in such a magnificent setting. I would also like to welcome all new members to the Group of Friends, particularly the United States. In the Irish language there is a proverb – giorrian beirt bothar – two shortens the road. The Alliance and the Group of Friends can only be immeasurably strengthened by the addition of new members willing to join us in this collective effort, our joint journey, to promote great diversity, tolerance and understanding within our respective societies. (...)

Ireland believes that the strength of the Alliance of Civilizations particularly lies in accentuating the value of action and initiatives at the local level. The four priority areas pinpoint precisely the need to bring respect for cultural differences down to grassroots level. Initiatives within and across communities give this organization its added value and should be accorded our highest priority.

Ireland is a country which has had its own experience of religious and ethnic intolerance and where even the most recent history teaches us that it is possible for neighbours to live next door to one another and yet live in profound ignorance of one another's culture and identity. We have learned how vital it is that there is respectful, mutual awareness and we have learnt the awful cost of failing to invest in that awareness, of letting stereotypes and hostile attitudes take the place of friendship. (...)

I look around the room today and I see a collective and growing political will to do more to promote diversity and cross-cultural understanding within our individual societies. We represent Governments and organizations that subscribe to the fundamental message of this Alliance. The challenge is to underpin this political will at community level. As the Group of Friends, our responsibility is to facilitate this Alliance of Civilizations by creating a political and social paradigm within our countries which allows for intelligent and effective management of differences. (...)

Itália

Vice-Ministro das Relações Exteriores

Senhor Vincenzo Scotti

(...) From the beginning, Italy, as a member of the Group of Friends, has given its support to this initiative, firmly convinced that the promotion of tolerance, and mutual understanding among peoples of different cultures and faiths is an essential tool of foreign policy in the era of globalization we are living through.

We agree with the operational character which, with the launching of the Action Plan 2009/2011, President Sampaio has imparted to the initiative. We also support the task that has been clearly identified by the High Level Report: address the divides between Western and Muslim societies. It is important though to avoid the risk of an increasing polarization among the Participating States and the possible politicization of the exercise. Along with President

Sampaio we believe it is essential to strengthen the nature of this initiative by identifying the specific values it contributes. (...)

We have now come together in Rio de Janeiro not only to review how far we have come in activities already implemented, but to reinforce our commitment to Alliance of Civilization. We favor maintaining the issue of cultural diversity high on the global agenda because our efforts are aimed at countering the forces that fuel extremism. The recent US membership is certainly an important signal of the consensus that intercultural dialogue has achieved around the world as one of the main instruments of preventive diplomacy and soft power.

It is important though to avoid duplications of fora and to build synergies with other international Organizations working in the field. The Initiative should be provided with the necessary resources required to cover all the different needs of the agenda although a light and flexible structure remains a shared goal.

The Italian commitment to the Alliance has been shown also by the various projects concerning intercultural dialogue that have been implemented and inserted in our National Plan such as the First Meeting of the Mediterranean Coastal Cities that took place last October in Reggio Calabria or the Conference on Religions, Cultures and Human Rights that was held in Rome on 12/13 May 2010.

In particular I have personally participated in the event “The Interethnic City” that Italy along with Canada, the IOM and AoC organised on the margins of the last UNGA on the 28th of September in New York. Focused on the central challenge of how to reshape cities so as to foster integration, the initiative considered the large city as the major arena for the management of cultural and religious diversity. We have the intention to have an important follow up to the event of New York by organizing a World Conference in the second half of the current year. I will have an opportunity to elaborate on it later in Thematic Session 4 dedicated to “*Living Together In Urban Societies*” at which I hope to meet many of you and get your impressions and suggestions.

Japão
Cônsul-Geral no Brasil
Senhor Yoshihiko Arakawa

(...) O governo japonês tem plena consciência da importância do “diálogo” entre os povos, com suas diversidades religiosas e culturais em prol da paz e

da estabilidade da comunidade internacional, e está de acordo com o conceito básico da “Aliança de Civilizações”. Como membro do Grupo de Amigos desde 2007, gostaria de expor hoje, dois comentários visando o sucesso dessa “Aliança”.

Em primeiro lugar, sugiro que os resultados das análises e avaliações realizadas pela Secretaria da “Aliança”, com relação aos problemas encontrados em cada atividade por ela promovida, sejam amplamente compartilhados entre os membros do Grupo de Amigos. Dessa forma, poderemos aproveitar ao máximo o conhecimento diversificado dos membros que compõem o Grupo de Amigos. Acredito que, dessa forma, a “Aliança” assumirá uma postura com característica verdadeiramente “global”, sem se restringir à solução de conflitos entre o mundo islâmico e ocidental.

Em segundo lugar, quero apontar que as restrições na administração da Secretaria da “Aliança” estão sendo causadas justamente pela instabilidade financeira. A Secretaria da “Aliança” deve divulgar as suas atividades, unindo esforços para obter a compreensão e a colaboração das demais organizações. Ademais, creio que há espaço para implantar melhorias, tais como uma maior racionalização administrativa, deixando claro as atribuições das Organizações Internacionais, como a UNESCO, e seus parceiros.

Desde a sua fundação, podemos apontar como grande êxito da “Aliança de Civilizações” a ampla divulgação de seus conceitos básicos à comunidade internacional, oferecendo oportunidades para o “diálogo”. O governo japonês espera que o esforço para alcançar suas metas tenha continuidade e que essas metas sejam atingidas. (...)

Jordânia
Ministro dos Negócios Estrangeiros
Senhor Nasser Judeh

(...) In today’s world, support for interfaith and intercultural dialogue has become a priority at the highest levels. A necessity rather than a luxury, the urgency to strengthen this dialogue stems from the need to disavow extremism and isolation, to build on the common ground between religions and cultures that together enriched human civilization. We must work together to advance global dialogue that will contribute to reversing the tide of escalating misconceptions and hatred that have ravaged our societies for years. (...)

With all the negativity and ignorance currently and wrongly associated with Islam, its noble values and humane nature continue to be shadowed by an incessant barrage of atrocities that are unjustly and unfairly committed in its name. The true essence of this religion is moderation, tolerance and acceptance of the other not extremism, violence and bigotry. (...)

Jordan is a staunch believer in the improbability of realizing comprehensive peace, harmony and coexistence in the Middle East and the world at large, without resolving the Israeli Palestinian conflict which is the core conflict in our region and one that fuels extremism, resentment and frustration. Some people say much was said about the Palestinian problem, but no matter what is said it is not enough until there is a Palestinian State with East Jerusalem as its capital.

Resolving this conflict will bring back credibility to concepts of equality, respect for international law, universal justice and the right of all people to live in dignity. Only then can peace be realized and only then can it flourish as it regains its integrity in the minds of the peoples of the region. (...)

The global dialogue to which Jordan has been contributing actively has manifested itself through the Alliance of Civilizations which is a laudable initiative that is bringing together people from all over the world. A remarkable confluence of faith and goodwill, the Alliance's noble objectives and priorities touch upon the most urgent problem areas that we need to overcome.

Antiga República Iugoslava da Macedônia
Ministro dos Negócios Estrangeiros
Senhor Antonio Miloshoski

It gives me a great pleasure to address you in this spectacular place and in the magnificent city of Rio de Janeiro. Allow me at the outset to pay special tribute to the organizers of this Forum, for their excellent job in hosting such a diverse audience. This experience is unique and brings forward another added value to our diversity. (...)

I would like to align myself with the High Representative's proposal, who rightly draws our attention to very important issues that deserve our profound deliberations today. I would like to reflect on some of the raised questions and dilemmas.

I fully share his view that the Alliance should steer its course away of the possible divisions and over ever competing conception of rights and

responsibilities as well on judgments about double standards policies, over religion and so on. The only credible answer we can provide is the unconditional respect and observance of the values and principles of our agreed UN and other international and regional instruments. This is the only way forward not just for the AoC work, but as we all are aware of for other International organizations and bodies too. As one of the mottos of the Alliance is Dialogue, we should not shy away from using this tool more robustly and overcome the risks and traps in our current and future activities. (...)

The adoption of the first ever Regional AoC strategy for South Eastern Europe and Action plan for its implementation, provided our region, but also the involved international organizations and other countries, with the opportunity to work together on the ground and to deliver as one. At the end, let me express our support for the adoption of the Ministerial Declaration at this Third Rio Global Forum.

Malásia

Enviado Especial para o Diálogo Inter-Religioso e Intercivilizacional Sua Alteza Real Raja Nazrin Shah

(...) In the last decade the world witnessed a series of terrorist attacks the likes of which were never seen before. From New York to Jakarta, London, Madrid and Bali, terror was struck into the hearts and minds of people all over the world and of different faiths and cultures. Violent retribution was a path that some chose to take. However, we have come to realise that the military option is not the answer to solving this issue. While some may have reasoned that the destruction brought about by the enemy justified the ensuing “war” on terror, in hindsight we can ask, where did it lead us? Where are we heading? And what has it really accomplished?

Since that fateful day in September 2001, the perception of Islam in the West remains one of backwardness, brutality and terrorism. Demonisation of Islam and Muslims in the West is common and it persists to this day. Some would say that in places like Europe it is growing even stronger. In turn, the Muslim World unjustifiably sees the West as intent on extending its hegemony over other parts of the globe. Muslims also have the impression that the West has failed to make sincere efforts to resolve the Palestinian conflict. As such, it would seem that the rift between the civilizations, and especially the Muslim and Western civilizations, has grown wider.

This situation appears to give substance to the view that a clash of civilizations is imminent. But I believe that we at this Forum do not share this view that we are fated to destroy each other. We reject the idea that different civilizations, faiths and cultures can never truly coexist with one another. We recognise the seriousness of the challenge before us, but we believe that it is possible to reconcile our differences and arrest the trend. (...)

While I suggest that we look ahead, it is also essential that we reflect upon what we have considered in the past. In this regard, it would be useful to recollect what was agreed upon in the Report of the High Level Group following the establishment of the AoC. The Report identified the Palestinian conflict and the situation in Iraq and Afghanistan as the main contributor to the rift between Islam and the West. It mooted the need to ensure a lasting peaceful solution to the Middle East Peace Process. Therefore, it is absolutely necessary that we do all we can to help bring about a resolution.

The Report of the High Level Group also mentioned the problem of tensions between cultures that spread beyond the political dimension. On this, the Report identified four thematic areas that would help in overcoming this problem: education, youth, migration and media. It is satisfying to note that we have done quite well in the thematic areas identified. However, detrimental images and jaundiced portrayals of Islam and Muslims persist. We understand that the reasons are often cultural, political and sociological rather than a clash of beliefs, but the problem remains. Muslims in Europe and elsewhere in the West continue to be viewed with suspicion and as the enemy within.

Thus, we need to explore ingenious ways to solve both sets of problems outlined by the Report of the High Level Group. Perhaps our mistake was to look at the two main problems separately instead of looking at it as a whole. I would like to suggest that the Alliance explore ways to synergise how both sets of problems could be looked at as a whole. There is a need to earnestly consider how the four thematic areas could contribute towards efforts to resolve the Palestinian conflict in particular and the violence in Iraq and Afghanistan in general.

For example, the media could play a more prominent role in providing accurate information on the conflicts to all societies. The world should know and should be constantly reminded of what is happening and the dire situation confronting the Palestinian people, so that the international community will be moved to act more decisively to address the deteriorating situation. We should

resist complacency, because the conditions are contributing to further misunderstanding and greater distrust among the Muslim World and the West. The main parties engaged in the process to bring about peace in the Middle East need to demonstrate further desire and commitment to resolve the Palestinian conflict and initiate effective steps towards a fair and peaceful settlement. I believe it is our responsibility in this Forum to come up with new and workable ideas to address this issue before it consumes us all. (...)

Montenegro
Ministro dos Negócios Estrangeiros
Senhor Milan Rocen

Montenegro welcomes the adoption of the Rio Declaration which is an important step forward in further promotion and development of the Alliance. (...)

We would particularly like to emphasize the importance of the Alliance's Regional strategy for South-East Europe adopted at the Ministerial meeting in Sarajevo in December last year, as well as the accompanying Action Plan, the first regional instrument of the Alliance of Civilizations. It will no doubt lead to further development of cooperation, good-neighborly relations and stability in this part of Europe.

We are convinced that the process that has been initiated to draft strategy and action plan for the Mediterranean and their expected adoption at Malta conference in autumn this year will contribute to a more dynamic cooperation in four main areas of the Alliance and strengthen mutual trust and respect of all sides involved. For the Western Balkans region, it will at the same time represent an integral part of the European and Euro Atlantic processes that are on the top of our foreign policy agenda. (...)

As chairman of the Initiative of the Council of Ministers of Culture of South-East Europe and of the Sixth Ministerial Conference on Cultural Heritage, Montenegro has proposed the establishment of regional centers for improvement of international networking and management in the area of culture and cultural heritage. The countries of the region supported this initiative. These centers will coordinate regional initiatives and work closely with the international initiatives which focus on cultural cooperation in South-East Europe. We believe this is yet another concrete contribution Montenegro has made in achieving the objectives of the Alliance of Civilizations.

Development of cooperation among different cultures is the priority in the activities of Montenegro at bilateral, regional and multilateral level. We are a small country, but we are contributing to overcoming differences, confrontations and prejudice in the Balkans. In doing so, we also contribute to overcoming differences in the wider area.

Peru

Diretora do Departamento de Diplomacia Social

Senhora Maria Teresa Merino de Hart

(...) El Perú es un país pluricultural que converge plenamente con los objetivos de la Alianza y apoya los esfuerzos del sistema de las Naciones Unidas en la tarea de convocar a todos los sectores de la sociedad para promover el entendimiento de la diversidad cultural; fortalecer relaciones de amistad y cooperación entre naciones; y coadyuvar en la construcción de una cultura de paz y de solución pacífica de conflictos.

La nación peruana es producto del encuentro entre la cultura pre inca, inca y la española que fue enriquecida por fuertes corrientes migratorias provenientes de Europa, Africa y Asia. El mestizaje cultural peruano, forjado en muchos siglos de integración intercultural, se hace evidente en la literatura, música, gastronomía y el arte, y en la idiosincrasia misma de la nación peruana.

Al mismo tiempo y por diversas circunstancias, un 10 por ciento de nuestra población ha migrado en los últimos 50 años al exterior y en su mayoría se han integrado plenamente en los distintos países que los han acogido. Estas características de la nación peruana, son la base de nuestro interés y compromiso con la Alianza de Civilizaciones.

El Perú busca contribuir con los objetivos de la Alianza de Civilizaciones en base a su experiencia como país multicultural que aspira a la plena integración de todos los sectores de su población y a la vez enriquecerse con los altos valores que aspira la Alianza y sus diversos mecanismos.

En este objetivo, el Perú quiere mantener una presencia aún más activa en los Foros de la Alianza así como en los Foros internacionales afines, Cumbres América del Sur – Países Árabes (ASPA) y América del Sur – África (ASA), y, en ese interés, será sede de la Cumbre de Jefes del ASPA que tendrá lugar en Lima, del 13 al 15 de febrero del 2011. (...)

Romênia
Ministro dos Negócios Estrangeiros
Dr. Teodor Baconschi

(...) It is not accidental that the first AoC Regional Strategy has been adopted for the South-East Europe. Too often in our regional history did rivalries and animosities prevail in front of rational choices for mutual respect and common benefits. A geography marked by the *confluence of cultures and confessions* that could have been a *geography of hope* has too often sunk into the chasm of *fear and confrontation*. Long regarded as a place of endemic conflicts prone to chronic volatility and instability, the Balkans now transcend past acrimonies, and resilient stereotypes, and start building a common European future.

The Alliance of Civilizations Forum represents a privileged moment of reflection, an analysis on where we stand and a projection on where we are heading. Any design such as our comprehensive UN initiative has to rely on vision that gives direction and on means enabling meaningful action.

The vision is aptly encapsulated in our Strategies and Declarations, in our statements and speeches. The means are provided by our national and joint efforts. In Romania, we aim at focusing on projects that could bring tangible outcomes in the four AoC priority areas.

I trust we have a flexible and inclusive *institutional architecture* at the national level: a National Coordinator, national ambassadors, civil society partners, an AoC national website and a Chart signed by the national partners. Many of the concrete projects within the National Plan of Action for the Alliance of Civilizations will be presented, in the thematic sessions, by the civil society partner of the Alliance in Romania, Mrs Wajiha Haris. She is a national Pakistani and a Muslim, whose Sheherazade Foundation has been enthusiastically involved in the Romanian Steering Committee for the Alliance of Civilization.

I shall mention one project here. A new programme of study, the *History of the National Minorities* has been introduced this year in the curriculum of Romanian high schools by the Ministry of Education and the Department for Interethnic relations. The course is optional in the high school syllabus, alongside the *History of communism* and the *History of the Holocaust in Romania*. Students can learn about the origins, identity features, and mutual perceptions in the collective imaginary, and they become familiar with the leading

personalities of all minority communities. Moreover, the handbook has been drafted by representatives of the 19 national minorities. This is a good initiative for young people in a region where *parallel or forged narratives about history* frequently proved to be divisive and deceitful. Young people should be educated to understand each other in order to be tolerant and to live in a pluralist and intercultural society.

Rússia

Representante Especial do Ministério dos Negócios Estrangeiros K.V. Shuvalov

Passou quase um ano desde a data em que a Rússia apresentou seu Plano Nacional para o desenvolvimento das relações com a Aliança de Civilizações. Além do Ministério dos Negócios Estrangeiros, participam na execução do plano o Ministério da Educação e Ciência, o Ministério do Esporte, Turismo e Política Juvenil, o Ministério da Cultura, a Agência Federal para a Imprensa e Meios de Comunicação Social, o Serviço Federal de Migração e os órgãos locais do poder.

O processo de implementação das disposições do plano conta com a ampla participação das organizações não governamentais, do meio científico e de outros segmentos da sociedade civil. (...) Conforme previsto na parte educacional do plano, à custa dos recursos do orçamento federal, foi assegurada a ampliação da categoria de cidadãos estrangeiros e compatriotas russos residentes no exterior que estudam em estabelecimentos de ensino superior russos.

Em comparação com 2008, o número de bolsas concedidas em 2009 a 161 países do mundo aumentou em 1.330 e somou 9.091. Está previsto aumentar para 10 mil pessoas o número de estudantes estrangeiros que estudam gratuitamente em estabelecimentos russos de ensino superior.

Estamos viabilizando os projetos ligados à edição do curso letivo “Noções Fundamentais da Cultura Religiosa e Ética Laica”, bem como à capacitação profissional de professores e à realização de pesquisas sociológicas que deverão acompanhar o processo de aprendizagem tentativa do referido curso. (...)

A problemática tratada pela Aliança de Civilizações em regime permanente recebe ampla cobertura na mídia russa. Um bom exemplo disso foi o apoio informativo à cúpula dos líderes muçulmanos da CEI que se reuniram em

Moscou em junho de 2009, à mesa redonda “Problemas da educação islâmica religiosa na Rússia e no exterior”, realizada em setembro de 2009, à conferência moscovita “Coexistência pacífica na sociedade multiconfessional: lições tiradas pela Rússia e Indonésia” (junho de 2009), ao Festival Internacional dos Programas e Filmes de Televisão “Salvar e Preservar” (cidade de Khanty-Mansiisk), ao Festival Internacional de Rádio e Televisão “Vencemos Juntos” (cidade de Sebastopol, Ucrânia), ao Concurso Euro-Asiático da Mídia Eletrônica “Cooperação humanitária em prol da prosperidade” (Moscou), à conferência de imprensa “Políticos e figuras públicas contra extremismo” (março de 2010) etc. (...)

Uma das importantes vertentes de nossa atividade na área de fortalecimento da concórdia entre as civilizações é a ampliação dos contatos com o mundo islâmico. Nos últimos anos e, especialmente depois da obtenção pela Rússia, em 2005, do ‘status’ de observador junto à Conferência Islâmica, as relações com os países do Oriente muçulmano foram elevadas para um novo patamar.

O diálogo entre as civilizações encontra-se no centro de atenção do Grupo de Visão Estratégica ‘Rússia – Mundo Islâmico’, criado em 2006 por iniciativa da Rússia, que congrega muitos países do mundo islâmico. (...) Espero que as recomendações, propostas e sugestões elaboradas no Rio de Janeiro sejam eficazes e tenham materialização prática nas atividades levadas a cabo pela Aliança de Civilizações.

Sérvia
Ministro dos Negócios Estrangeiros
Senhor Vuk Jeremic

(...) The Alliance is helping to foster new dynamics of trust and cooperation, and to assist in narrowing the disparity between what is agreed at the political level and what is practiced at the grass roots. This brings me to reconciliation, which Serbia strongly believes is the only way to break the vicious circle of hatred and violence in our part of the world.

That is why, for instance, President Boris Tadic of Serbia has apologized for the wrongdoings of the previous regime in the Yugoslav civil wars, and traveled to the town of Srebrenica in neighboring Bosnia on the 10th anniversary of the massacre that took place there. It is also why our National Assembly adopted in March a landmark Declaration – the first of its kind in our part of

the world – extending condolences and apologies to the families of the Bosniak Muslim victims, while calling on other legislative bodies in the region to follow suit in similar fashion.

To be truly complete, the road to reconciliation in Southeast Europe must also pass through Serbia's southern province of Kosovo and Metohija. Regrettably, this has become more difficult as a result of UDI – the February 17th, 2008, unilateral declaration of independence by Kosovo's ethnic Albanian authorities.

I would like to express my deep gratitude to the large number of countries represented in this room that have not recognized the secessionists. Their solidarity will *never* be forgotten.

Serbia reacted to this attempt at forcible partition of its territory with utmost responsibility and restraint. We decided to respond to UDI peacefully, through law and diplomacy. This marks the first time in the history of our region that an issue of such fundamental importance and complexity – passionately involving all at once identity, boundaries, communal rights, opposing historical narratives – was steered clear of resorting to the force of arms.

Our choice to seek a sustainable outcome is rooted in our deep conviction that only dialogue can lead to a mutually acceptable solution, and contribute to the cathartic process of reconciliation.

The Alliance promotes a sense of indivisibility and mutual belonging – a feeling that no civilization can fulfill its potential until it is accompanied by the progress and advancement of the whole of mankind.

In conclusion, I want to underline that our dialogue must guard against the erasing hand of uniformity. Dialogue is not about sameness, but about respect and reconciliation. It is not about standardizing cultures or changing faiths, but about enlarging the common denominator of values and principles that bind us all to each other as human beings. (...)

Suécia

Chefe do Departamento de Oriente Médio e África do Norte
Senhor Jan Henningson

In December 2008, Sweden's Minister for Trade, Dr Ewa Björling, awarded diplomas to one hundred Muslim Peace Agents, aged between 17 and 25 years. These young Swedes from all parts of our country, had

successfully completed the course “Muslim Peace Culture”, organized by SENSUS, a Church-based association for non-formal adult education.

Dr Björling hailed the young Muslims as the heirs to a strong Swedish tradition of confidence-building and peace-making – at home and internationally, and she expressed the hope that they would export, to their contemporaries in other countries in Europe, this model of presenting Islam as a message of peace, a healthy counter-image to the many pictures of militant *jihadis* that meet us in the media. The Swedish government has continued to encourage this approach. Thus, in April 2009, three of these Peace Agents accompanied Foreign Minister Mr Carl Bildt in the Swedish delegation to the AoC Forum in Istanbul, and in December last year, they presented their methodology in Brussels, at a seminar inaugurated by the Minister of Trade.

Let me just mention some striking aspects of the course: participants came from both *sunni* and *shi'a* families, and the teachers were both Muslim and non-Muslim experts. A wide range of topics was covered, including the parallel phenomena of islamophobia and West-phobia. The latter term was used to refer to prejudice and preconceived negative notions among some Muslims vis-à-vis Europe, including the Swedish majority society, its values, traditions, and institutions.

Today, we can register several examples of young Muslims infusing new life into the traditional Scandinavian models for civil society action. Having been nursed at the bosom of SENSUS, a new Islamic non-formal study association was born, named after Ibn Rushd (*al-sharih al-akbar*), the first of its kind in Sweden. A Muslim Folk High School has recently been established in Stockholm (Kista Folkhögskola), being likewise the result of co-operation between Christian and Muslim educationists.

Another new NGO, “Swedish Muslims for Peace and Justice”, was founded shortly thereafter. From the very outset, this Muslim organization has co-operated closely with the Christian Peace Movement in Sweden. Soon, these two organizations identified some common concerns and challenges, which they have decided to tackle together, such as:

a) Widespread prejudice against religion as a source of conflict and against religious people as prone to extremism and intolerance; here, the UNFPA Forum for Faith Based Organizations affords a positive counter-image;

b) Plights and rights of Muslim minorities – in Europe and elsewhere; this was the topic of a recent seminar organized jointly by the Association of

Islamic Universities (*Rabitat al-Jami'at al-Islamiyyah*) and the Swedish Institute in Alexandria, a diplomatic mission dedicated to Euro-Arab dialogue;

c) Plights and rights of Christian minorities – in the Arab world and elsewhere; this thorny issue was highlighted by FM Carl Bildt at the UN AoC GF ministerial in New York, September 25th, 2010. (...)

Through these various methods, Sweden is trying to implement on the ground some of the noble aspirations of the UN AoC.

Suíça

Embaixador no Brasil

Senhor Wilhelm Meier

(...) The world needs a forum like the AoC to engage on difficult issues. Issues such as the political conflicts analysed in the High Level Group report, but also issues such as the everyday challenges multi-cultural and – religious communities face living together.

Switzerland is a strong advocate of overcoming these challenges in concrete and practical ways. We believe the best approach is to have action oriented dialogue on concrete projects, an approach which leads to mutual understanding. Upon this experience of mutual understanding further dialogue and deeper co-operation can be based. This approach has the advantage of creating a common positive experience and building trust among partners. Indeed, the past year has shown that policy oriented work, although undertaken with the best intention to find a conceptual common ground, often produces substantial disagreement. Moreover it exhausts the positive energy these exercises start with.

Our experience in contexts where actors of different worldviews engage with each other taught us indeed that co-operation should be determined by practical and concrete projects. We call this approach “dialogue through practice.” (...)

The passed year has also shown that negative sentiment towards Islam is being more frequently expressed in Europe than before. Switzerland has also experienced this. When addressing the issue of negative sentiment towards Islam, in Europe in particular, it is important to conduct a proper analysis on what is at stake. We welcome that, thanks to fruitful recent exchanges under the umbrella of the AoC, it has been recognized that expressions such as “Islam-West divide” are not entirely adequate to address the problem faced

in Europe. Indeed, Islam should not be regarded as a “non-Western reality”: it is now also a religion of our countries, and its integration in society ought to be dealt with as such. (...)

Tunísia

Ponto Focal para a Aliança de Civilizações

Senhor Mohamed Houssine Fantar

Le dialogue des civilisations et des cultures est un fait bien connu; Il fut pratiqué entre l’Orient et l’Occident dès la très haute Antiquité: l’Egypte, la Mésopotamie et l’univers mycénien. L’histoire a bien enregistré un dialogue riche et fécond entre la Phénicie et la Grèce. La romanité réussit à ménager un très vaste champ pour la connaissance et la reconnaissance de l’autre et pour l’osmose ethno-culturelle.

Au temps des Abbassides, il y eut également un véritable dialogue entre l’Orient arabo-musulman et l’Occident chrétien; à ce propos, deux figures emblématiques: Haroun Al-Rachid et Charlemagne. Pour le Moyen-âge, il faut évoquer l’Andalousie arabo-islamo-judéo-chrétienne qui a généré des merveilles dignes de se joindre aux sept merveilles du monde. Malheureusement, ce dialogue entre les cultures et les civilisations fut, sinon interrompu, du moins, fort perturbé par les guerres des religions (...).

(...) En essayant de juguler les différences au profit d’un modèle fallacieux, on crée des foyers de turbulences. Il y a d’autres facteurs d’instabilité: l’ignorance, la pauvreté, l’exclusion, l’analphabétisme, l’absence de valeurs, la désertification de l’imaginaire, le chômage des universitaires, etc... Ceux, qui se sentent menacés par l’émondage ou le laminage, se protègent derrière **leur vérité**; pour sauver et au besoin imposer **leur vérité**, ils peuvent recourir à la violence jusqu’au suicide. Exaspérée par le déséquilibre socio-économique, et par la fracture technologique et numérique, des injustices et des humiliations, cette conscience identitaire se trouve conduite à vouloir se poser en s’opposant dans le souci et l’espoir de s’en sortir et de se faire justice.

Voilà, à notre humble avis, comment naissent et se développent les terreaux de la violence, du fanatisme, du fondamentalisme et du terrorisme. (...)

La Tunisie y croit: il me suffit de mentionner la création du Fonds de solidarité nationale par une loi promulguée le 25 décembre 1995. La Tunisie a été également à l’origine de la création du Fond Mondial de solidarité adopté par les Nations Unies le 20 décembre 2002.

Mais comment promouvoir le dialogue des cultures et des civilisations? La question me paraît tout à fait légitime. Pour y répondre, je dirais qu'il s'agit d'abord de se connaître, de se reconnaître et de se faire connaître. (...)

L'autre, il faut également le connaître avec sympathie: connaître son histoire, sa religion, ses croyances et tout ce qui fait sa singularité en cherchant les interférences fécondes et les rencontres fécondatrices. (...)

Conformément à ces idéaux, le Président de la République Tunisienne Zine El-Abidine Ben Ali, dans son discours du 7 novembre 2001, annonça la création d'une Chaire Universitaire pour promouvoir le dialogue des civilisations et des religions. (...)

Entre autres projets, nous pourrions à titre d'exemple évoquer les pays de la Méditerranée, lesquels ont un passé commun, couvrant des siècles, qui s'étalent de la protohistoire jusqu'à l'époque contemporaine. L'épreuve coloniale doit être, elle aussi, prise en compte, sans haine et sans complexe. C'est l'histoire de notre Méditerranée qui a engendré les trois grandes religions abrahamiques! Issues d'un tronc commun, ces trois branches, partagent les mêmes racines. Carthage, Athènes, Rome et leurs héritiers respectifs conjuguèrent leurs efforts pour que la Méditerranée fût porteuse d'offrandes et berceau d'une civilisation aux multiples splendeurs, à l'abri du racisme, du fanatisme et de l'exclusion. Bagdad, Kairouan et Cordoue ont pris le relais. Faisons en sorte que la Méditerranée reste elle-même, terre de rencontre, d'échanges et de multiples richesses pour l'humanité entière au présent et au futur (...).

Uruguai

Ponto Focal para a Aliança de Civilizações

Embaixador Alberto Guani

(...) La Alianza que nos convoca para el acercamiento de las civilizaciones, culturas, religiones y pueblos adquiere en este *Año Internacional para el Acercamiento de las Culturas* un significado de especial proyección. Es en la renovación y profundización del compromiso compartido, asumido en 2004, donde necesitamos orientar los progresos para hacer redituables nuestros aportes a esta singular iniciativa con alcance global, sin descuidar el enfoque regional, como aporte imprescindible que dinamice ese todo complejo que nos ocupa. (...)

La construcción de esta Alianza entre Estados miembros e instituciones asociadas se está realizando en un clima de crisis económica global que

todavía persiste en mucha de sus expresiones y que transcurre en medio de la expansión de la diversidad en nuestras sociedades, creando ansiedad que se refleja en presiones a nuestras democracias, las cuales repercuten en criterios distintos y pluralidad de visiones. En tanto, nos encontramos con que necesitamos contrarrestar la polarización para que esta no sea el freno que inmovilice nuestro afán de registrar avances en el cometido esencial de propiciar un dialogo intercultural satisfactorio que reciba el necesario apoyo.

Nuevos fenómenos como movimientos migratorios, cuyo curso se revierte, e integración de migrantes constituyen ya uno de los tantos desafíos de la Alianza y Uruguay les adjudica la mayor importancia. Se requiere fortalecer el avance de mecanismos que posibiliten una efectiva reinserción de los migrantes a sus comunidades de origen para así superar el desarraigo que debieron sufrir.

Y así como estamos marcando un camino en relación a ONE UN. Aquí en Río de Janeiro tenemos la oportunidad de llevar adelante el objetivo de alcanzar unidad, en lo que a valores compartidos se refiere, para avanzar en resultados que podamos reflejar para atender nuestras necesidades y gestión de nuestros desafíos cada vez más complejos pero cuyo comienzo de solución radica especialmente en el consenso que podamos elaborar en torno a nuestros problemas compartidos. (...)



4 - Sessões Temáticas

As sessões temáticas, realizadas nos dias 28 e 29, foram em número de 12 e discutiram tópicos especialmente relevantes à Aliança de Civilizações, tendo como participantes convidados não somente autoridades de governos e organizações internacionais variadas, mas também intelectuais, acadêmicos, diretores de associações da sociedade civil e jornalistas. Os resumos de cada sessão aqui apresentada foram traduzidos para o português a partir da versão original em inglês do Relatório “*Third UN Alliance of Civilizations Forum*”, produzido pelo Secretariado da AdC em Nova York, cuja versão online pode ser acessada integralmente no endereço “http://www.unaoc.org/docs/UNAOcrioforumReport_lr.pdf”.

Devido ao grande número de intervenções, e muitas delas feitas de improviso, somente alguns discursos foram inseridos neste volume.

A) Sessão temática 1 – Democracia, boa governança e diversidade cultural

Participantes:

- **João Luiz Silva Ferreira, Brasil, Ministro da Cultura**
- **Kjell Magne Bondevik, ex-Primeiro-Ministro da Noruega e membro do Clube de Madri**

- **Marta Lagos, Diretora-Executiva, Latinobarômetro**
- **Melvut Cavusoglu, Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa**
- **Franz Magnis-Suseno, Indonésia, filósofo e escritor**
- **Angel Alonso Díaz-Caneja, México, Senador, Vice-Presidente da União Interparlamentar - Moderador**
- **Anda Filip, Embaixador, Diretor de Relações Exteriores da União Interparlamentar External Relations, IPU, Rapporteur**

O tema geral do Fórum Rio – “Interligando Culturas, Construindo a Paz” – forneceu uma excelente oportunidade para refletir sobre os mecanismos que podem ser postos em prática ou reforçados para aumentar a compreensão e o respeito entre comunidades de diferentes culturas e religiões. Os discursos de abertura ressaltaram que o Estado de Direito, a liberdade de expressão e o respeito à pluralidade de pontos de vista são peças fundamentais para a democracia e a paz.

Os políticos devem enfatizar a promoção da tolerância entre os cidadãos por meio da educação e, mais importante, a defesa dos mais altos padrões de ética na vida pública. Também foi ressaltada a importância da diversidade como um fundamento para o fortalecimento da democracia. Os debatedores afirmaram que a democracia exige a aceitação e o respeito dos direitos humanos fundamentais, das minorias e das liberdades individuais. Um pré-requisito da democracia é a criação de um espaço público onde os cidadãos possam expressar-se livremente e sem medo.

A confiança nas instituições, o diálogo entre os diversos setores da sociedade e a tolerância política foram destacados como componentes-chave da boa governança em um contexto de diversidade cultural. Os oradores ressaltaram que, embora em algumas sociedades a globalização e o aumento da migração levaram a sociedades mais diversas, em outras a diversidade tem sido um fato por séculos. Em ambos os casos, facilitar o diálogo é necessário para identificar os valores comuns e compreender as diferenças entre as pessoas, a fim de estimular a coexistência pacífica de diversas sociedades.

Alguns participantes salientaram que os jovens necessitam de atenção especial, enquanto outros expressaram preocupação sobre as condições enfrentadas por grupos religiosos em locais de conflito.

Outras recomendações de ação do encontro foram as seguintes:

a) A criação de confiança por meio do diálogo inter-religioso é possível. As conversas entre os líderes religiosos do Conselho Islâmico e os da Igreja Luterana da Dinamarca durante a crise das caricaturas de jornal mostraram como os debates podem ajudar a diminuir tensões.

b) As autoridades podem facilitar e promover o participação efetiva das minorias étnicas e culturais na vida pública. Os partidos políticos têm uma responsabilidade específica para ajudar a assegurar igualdade de gênero e representação política das minorias.

c) Os políticos também precisam investir na juventude: assegurar educação para todos, oferecer espaço para a juventude expressar-se na vida pública e facilitar o intercâmbio entre jovens de diferentes contextos culturais e religiões.

A.1) João Luiz da Silva Ferreira, Ministro da Cultura do Brasil

Bem, boa tarde a todos. Queria saudar meus companheiros de Mesa. Dizer que é uma alegria, para mim, participar deste evento. Precisamos contribuir decisivamente para a construção de um mundo que respeite a diversidade humana e compreenda a diversidade humana como um patrimônio, talvez o maior patrimônio da humanidade. E, nesse sentido, todo esforço que vier a ser feito para criar um ambiente favorável... Eu diria até que tolerância é pouco, muito mais temos que ter do que tolerância: diálogo intercultural, aproximação, amalgamento e aceitação da opinião do outro.

Vou ler o texto: A reflexão sobre o tema da diversidade cultural surgiu no final dos anos 90, em contraposição a dois fenômenos de abrangência planetária, que se tornaram evidentes após o fim da Guerra Fria: de um lado estava o fenômeno da globalização, caracterizado por uma crescente integração de mercados e, de outro, o temor da homogeneização cultural. Em complemento a esse processo, difundia-se o Consenso de Washington, com sua ênfase na desregulamentação da economia e redução do papel do Estado. No plano das formulações teórico-ideológicas, o entusiasmo pela globalização alcançava seu ápice na hipótese de Francis Fukuyama sobre o “fim da história”. Celebrava-se, então, o triunfo do binômio “democracia representativa e liberalismo econômico”, visto como a única proposta capaz de propiciar o desenvolvimento pleno de nossas sociedades.

Em paralelo ao avanço da globalização, notava-se a emergência de outro fenômeno de amplo alcance: a exacerbação da intolerância, com a proliferação dos nacionalismos, a expansão do fundamentalismo religioso e a crescente

incapacidade das potências ocidentais de manterem um diálogo franco e respeitoso com o resto do mundo. Essa tensão montante no plano internacional foi sistematizada por Samuel Huntington em sua proposta “um conflito de civilizações”. Segundo o estudioso norte-americano, diferenças culturais, profundas e insuperáveis, estariam por conduzir-nos a uma era de grande turbulência, que somente poderia ser enfrentada mediante o reforço da projeção cultural do Ocidente e a adoção de uma política de segurança global ainda mais agressiva, sobretudo na contenção das chamadas “novas ameaças”.

O surgimento do conceito de diversidade cultural e a aprovação, no âmbito da Unesco, da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade e das Expressões Culturais constituíram, possivelmente, a alternativa mais qualificada e construtiva ao mundo conformado por esses dois fenômenos.

No que diz respeito à globalização, os propositores da diversidade cultural souberam ressaltar o caráter daninho da homogeneização promovida pela hegemonia da indústria cultural anglo-saxã. Tal como no campo da biologia, também na área da cultura é a diversidade que nos garante perpetuação da criatividade. Ambientes culturais homogeneizados tendem a caminhar para uma senilidade precoce, marcada pelo aumento do academicismo, pela proliferação de modelos e por uma redução acentuada da capacidade de inovar. A cultura respira diversidade, ela precisa das diferenças, através de diálogos interculturais e da miscigenação cultural, para sentir-se estimulada e manter-se vivaz. Sem diálogo, sem trocas, sem estranhamentos e amalgamentos, a cultura definha. Mais grave ainda é a perda da memória e a perda de significados dos patrimônios materiais e imateriais que singularizam as diversas culturas. Quando todas as salas multiplex do planeta mostram as mesmas oito ou 10 superproduções, construídas a partir dos mesmos estereótipos e convenções, e feitas nos mesmos estúdios, sabemos que a sétima arte corre o risco de desaparecer.

Essa perspectiva de valorização da diversidade cultural soube igualmente contrapor-se ao fatalismo do conflito de civilizações. Ela veio ensinar-nos, à moda do pensamento dialético, que aquilo que, aparentemente, nos afasta, nos une. A diversidade nos diferencia sem nos separar. O que estranhemos nos estimula, o que não conhecemos a fundo nos fascina e nos inspira, o diverso está cheio de poesia. Em outras palavras, a perspectiva da diversidade cultural veio descortinar um novo paradigma de convivência internacional, onde a diferença não conduz ao conflito, mas sim ao congraçamento e complementaridade. Conforme nos ensina a história, civilizações

ensimesmadas, uniformes e incapazes de dialogar com a diferença tendem a declinar. Sua força vital desaparece e sua hegemonia perde toda a legitimidade.

A recente crise econômica e financeira internacional mostrou-nos a todos, com suficiente clareza, as limitações da utopia neoliberal. O desmonte das estruturas de Estado, as privatizações vorazes e as imensas facilidades concedidas à livre circulação de capitais trouxeram-nos mazelas bem maiores do que benefícios. Do mesmo modo, a lógica da intolerância, com seu maniqueísmo ideológico e seus ataques preventivos, fez apenas com que proliferassem no cenário internacional a insegurança e os ressentimentos. Tal como nas tragédias gregas, a proposta do conflito de civilizações, ao tornar-se motor da política externa de algumas das principais potências ocidentais, passou a ser uma construção que acabou por transformar premissas falsas em resultados desoladores.

A valorização da diversidade cultural talvez seja o melhor instrumento de que dispomos para superar esse estado de coisas. Em lugar de pensarmos o desenvolvimento e o bem-estar como um caminho unívoco, exclusivo da civilização ocidental, melhor será entendermos que existem diversas possibilidades a serem descobertas e valorizadas. Em lugar do conflito, o diálogo. Em lugar de dominação, respeito e interações. Em lugar de destruição de valores e de sistemas simbólicos, um ambiente saudável e propício à plena realização da condição humana. Mesmo a proposta civilizacional do Ocidente, construída ao longo dos últimos três milênios, contempla uma pluralidade de alternativas, infinitamente maior do que aquela proposta pelos teóricos do neoliberalismo. E não podemos esquecer que ela é, em boa parte, produto de um intenso contato com outras culturas. Em praticamente todas as áreas e manifestações, ela se alimentou da mestiçagem com outras civilizações.

Isso não implica desmerecer a democracia ou mesmo relativizá-la. Pelo contrário, a proposta da diversidade cultural aspira a uma democracia ainda mais ampla, plural e inclusiva. Ela nos leva a valorizar os diferentes grupos da nossa coletividade, dar-lhes condições efetivas de participar do processo de construção social e do bem-estar. Ela nos insta a assegurar a todo cidadão a oportunidade de desfrutar de uma ampla gama de opções culturais, seja como criador, seja como consumidor. Ela nos conclama a promover a cooperação e o intercâmbio com outros países, outras culturas e outros modos de estar no mundo. Quando nos deixamos conquistar pela proposta da diversidade cultural, passamos a sonhar com uma Aliança das Civilizações baseada no equilíbrio e no respeito e não na imposição unilateral de valores. Quando

começamos a amar a diversidade, ganhamos a capacidade de ver e escutar o outro, aprender com ele, crescer com ele. Igualdade na diversidade.

Daí concluímos que o conceito de boa governança deve ser expandido para contemplar muito mais do que os elementos tradicionais da racionalidade: previsibilidade, probidade e transparência. Boa governança é escutar a sociedade, é distribuir bem a riqueza produzida e garantir o acesso sustentável aos recursos naturais. É também combater a exclusão social e cultural, e governar aprimorando as instituições do Estado, de modo a torná-las mais eficientes e democráticas. Boa governança é entender o bem-comum da forma mais ampla possível, contemplando o respeito às comunidades e a promoção das aspirações materiais e espirituais do indivíduo. Boa governança, enfim, é atuar em favor da cultura da paz e do convívio harmônico no concerto das nações. Somente assim poderemos superar as dificuldades atuais e chegar a um futuro melhor. Um futuro de respeito entre os homens e de reencontro do conceito de desenvolvimento com a ideia de felicidade.

Muito obrigado.

A.2) Kjell Magne Bondevik, Presidente do Centro de Direitos Humanos e Paz de Oslo e ex-Primeiro-Ministro da Noruega

The underlying ideas of the Alliance touch upon some of the greatest challenges in our time;

Relations within communities;

Relations across and between nations;

Relations across cultures and life stances.

With the globalization and migration the world is much tighter connected. Developments and incidents at the local level generate responses and reactions at regional and international level – and vice versa.

With globalization, societies around the world face new challenges. Indeed, migration is not a new thing. People have always left their homes in search of better opportunities, both within and outside of their own homeland. But economic globalization has put a new spin on global migration and is changing the demographic landscape in communities in almost every part of the world.

Good governance – both economic and political – is essential for legitimacy. It is essential for making citizens trust politicians and the political system as a whole. A country which is good governed is open towards debates and people, free from corruption and gives people progress in their lives.

In essence, democracy is to share power, and respect the will of the people. Listen to the will of the people means listening to all the citizens, not only the ones that has elected us. Strengthening democratic institutions is essential. There is a clear link between strong democratic institutions and governance capability.

Democracy is not just about putting a list in an election ballot box every third or fourth year. It's a continuous and ongoing process. It is about building democratic institutions, developing a democratic culture and an institutionalizing democratic practise. It's about a continuous public dialogue, it's about a vibrant civil society with good conditions for political participation, and it's about creating institutional safeguards against undemocratic practice.

In my view, enChenIn good governance implies and relies on responsible leadership – on political leaders' willingness and commitment to develop politics that bridge differences and build social cohesion. This is all about building shared societies.

In many contexts this boils down to relations between a majority population and minorities groups.

Yet experiences underline that inclusion of minorities is a challenge for most communities, indeed also in my part of the world. But it is also a litmus test for the quality of any democracy. Of course – good governance implies a system without corruption and nepotism, where power is shared, and the will of the people is respected. A democracy isn't functioning without a just legal system and a fair distribution of public services, or a system regulated by checks and balances. But without a certain level of trust between people, between leaders – and between people and their leaders, no democracy can thrive. Hence good governance is indeed also about executing politics that strengthen relations across ethnic, religious and cultural boundaries.

We usually emphasize good governance in discussions on fragile democracies. Yet, today many people are getting gradually more worried about European politics in relation to integration and social cohesion. In the 1970s Norway was a rather homogeneous society built on Christian and humanistic values. Forty years of immigration have changed that reality. Today Norwegian towns are inhabited by people of different religious, cultural and ethnic affiliation. Cultural diversity has become the normality even in traditional homogeneous societies such as my own country, Norway.

The “new and more diverse Norway” challenges the traditional understanding of what it means to be a “Norwegian”; ethnically and culturally.

Transformation of diversity in Norway, as in Europe, has become a contested issue.

Immigration and integration are as you all know highly complex issues relating to political, social and economic developments at local and global levels. Despite that, debates in Europe on these issues tend to be reduced to matters of Islamic-Western relations. Why is that the case? Why is Islam seen by many Westerners as a threat to our values and our political system?

I believe a major cause is the lack of personal experience and social engagement across religious and cultural differences. Generally, we can say that Europe is marked by diversity, but not necessarily by pluralism. At least not in the sense the American professor in comparative religion, Diana L. Eck expresses it. She is leading the “Pluralism project” at Harvard University and defines pluralism as something quite different than diversity. According to her, diversity is simply the existence of diverse religious and cultural communities in a society. Diversity means communities living side by side. Diversity easily leads to segregation and increased tension:

I quote: *“Today, religious diversity is a given, but pluralism is not a given; it is an achievement. Mere diversity without real encounter and relationship will yield increasing tensions in our societies.”*

Looking at Europe today, tensions between minorities and majority communities have increased. You have probably seen the images from riots in the suburbs of Paris, involving mainly young Muslim men. This is not an exclusively French situation. Similar incidents are happening in other countries in Europe. We have seen the tendencies in the Norwegian capital Oslo as well.

These uprisings display similar feelings and frustrations among these youngsters: a sense of alienation, exclusion and humiliation. It is the voice of the second and third generation of Muslim immigrants who have never been given the chance to find their place and role in society.

I will argue that Europeans need to be much more aware of the effect our policies and debates on immigration and integration have on relations between Europe and Muslim communities around the world. We are living in a globalised world where debates in Europe are fueled by incidents occurring in far-away places, often associated with troubled Islamic-Western relations. And vice versa: we see how incidents and conflicts in Europe create anger and frustration in Muslim communities in other parts of the world – in the Middle East, in Asia and in Africa.

In all fairness, Norway and many other Western European countries are by many standards well integrated societies. But, Europe has a history of creating “otherness” – anti-Semitism, colonialism and current Islamophobia testify to that. I believe we must comprehend in a much deeper sense the way this history shapes our views of the world, and the ways non-Europeans see and understand us.

In order not to reproduce “otherness” and exclusion in our time, we need a proactive policy on integration, a policy for shared societies, based on a culture of dialogue rather than the reproduction of stereotypes. Here, political and religious leaders have a responsibility to inspire, to enlighten, to listen and to lead by example.

I have described some of the challenges to co-existence and integration in multi-ethnic and multi-religious communities, and how these too often become issues of tension and conflict. Under such circumstances I would argue that dialogue is not only a meaningful tool, it is perhaps the only tool to build better relations between communities and across regions. It’s a tool for the building of shared societies.

If there is no interaction between people, with people “on the other side of the river”, one’s worldview is seldom challenged. In dialogue, people can compare notes, share the explanations they have to different events, confront each other with alternative frames of interpretation. This is why dialogue works. Dialogue can turn out to have real and radical effects because it challenges the very self image and worldview of the participants.

A well facilitated dialogue can potentially lead to a shift of focus from mutually excluding and non-compatible positions to a formulation of shared interests. It can make the participants realize that they have common interests such as economic development, qualitative education, safety and improved job opportunities. Such a shift is a starting point and a prerequisite for peaceful co-existence.

I have shared with you some reflections on political leadership. I have talked about our shared challenges in developing essentially pluralistic societies. And I have described how I view and relate to the notion of dialogue, which is integral to the notions of responsible leadership and good governance.

Indeed, how can power be shared without dialogue? How can a government be accountable without a dialogue with its civil society? How can we build pluralism in the real sense without talking with one another? Through dialogue common understanding, as well as real differences, can be revealed. Dialogue does not mean that everyone “at the table” will agree with one

another. But pluralism involves the commitment to being at the table – with one’s views, beliefs and commitments.

B) Sessão temática 2 – Fortalecendo as mulheres por meio da educação

Participantes:

- **Nilcéa Freire, Brasil, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**
- **Laurie Chestakfiks, EUA, Vice-Conselheira para Assuntos do ECOSOC na Missão dos Estados Unidos perante as Nações Unidas em Nova York**
- **Teresa Langle de Paz, Espanha, Co-Diretora do “Mediterranean Voices”**
- **Laxman Belbase, Nepal, Coordenador Nacional da “MenEngage Alliance”**
- **Ted Bunch, Co-Fundador do “A Call to Men”**
- **Siti Musdah Mulia, Indonésia, Professor do Instituto de Ciências**
- **Mona Eltawahy, Egito, Jornalista - Moderadora**
- **Thomas Uthup, Gerente de Pesquisas da Aliança de Civilizações - Rapporteur**

Esta sessão destacou a importância do fortalecimento das mulheres por meio da educação e apresentou algumas boas práticas por parte dos governos e da sociedade civil nessa área. Um elemento inovador desta sessão foi o projeto da Soliya Terana, que permitiu que vozes de diversos países fossem representadas na sessão por meio de um vídeo. Durante essa apresentação, curtos depoimentos de quatro jovens – da Jordânia, da França, do Paquistão e da Holanda – foram apresentados. Nestas declarações, os jovens revelaram sua visão da importância da educação das mulheres para que possam contribuir positivamente para a sociedade como trabalhadoras, mães e cidadãs.

A sessão também enfatizou o poder transformador da educação, não só para as mulheres, mas para as sociedades e para o mundo. Reconhecendo isso, alguns governos optaram por ampliar esse poder transformador por meio de políticas nacionais e internacionais. Os governos reconhecem que mulheres mais instruídas, com o aumento da sua renda e autonomia, têm um impacto

positivo não só em suas próprias vidas, mas também nas vidas de seus filhos e da sua comunidade. Em alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento, ações políticas têm garantido que as mulheres atinjam a paridade – e em alguns casos até a ultrapassem – do nível educacional dos homens.

É necessário sublinhar que somente as ações governamentais não conseguem aumentar a escolaridade das mulheres e a sua consequente autonomia. Uma estratégia para os países doadores e para a comunidade internacional como um todo é avaliar o grau da desigualdade educacional, identificar a sua relação com o gênero e implementar soluções para remover e superar esses obstáculos. Um cumprimento efetivo desta estratégia exige a implementação da educação básica para meninas e para outras populações desfavorecidas, com parcerias público-privadas a partir do nível global para o local, e a consideração tanto da educação formal como da informal nessa implementação.

Alguns acadêmicos falaram sobre a necessidade de incluir as mulheres na história intelectual e implementar esforços educacionais em uma estrutura transcultural/ multicultural sobre as mulheres. Esta abordagem é, talvez, a melhor forma de promover sensibilidade para diversidades de todos os tipos – incluindo a que existe entre homens e mulheres. Em um sentido concreto, há necessidade promover a equidade de gênero em todos os setores da educação – capacitando e treinando educadores com o intuito de remover as disparidades educacionais. Representantes de ONGs destacaram a importância de educar igualmente meninos e meninas, homens e mulheres.

Também se enfatizou que os meninos e os homens devem ser vistos não apenas como autores da desigualdade de gênero, mas também como potenciais aliados. Isso pode ser promovido com uma abordagem holística, com ênfase na multidimensionalidade das sociedades e em seus diferentes ciclos de vida. Em particular, a infância foi considerada como a época mais adequada para influenciar uma atitude mais positiva em relação à equidade de gênero. Além disso, pais, escolas e comunidades têm papel fundamental para reformular as noções de masculinidade sem associações com violência.

B.1) Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Brasil

Hoje pela manhã tivemos a oportunidade de ouvir importantes discursos que nos remetem, sobretudo, à necessidade ainda presente em cada uma de

nossas vidas de promover a igualdade, de promover a convivência com a diferença e de promover a paz no nosso planeta. Isto só será possível se nós tivermos consciência daquilo de que diante estamos e dos obstáculos que temos ainda a vencer.

Em primeiro lugar, o tema que está colocado nesta mesa – de pensarmos a educação como um elemento de fortalecimento e de empoderamento das mulheres – tem que ser olhado sob dois enfoques. Em primeiro lugar, é pensarmos como garantir o acesso à educação de maneira equitativa, a todos os segmentos da população, sem diferenças de quaisquer naturezas. Portanto, a questão do acesso é uma das dimensões. Mas, garantir o acesso universal a todas as pessoas, em todos os níveis da educação, por si só, não garante e não garantirá a igualdade em todas as dimensões da vida.

Para além da questão do acesso, o outro enfoque que nós temos que trabalhar é a questão do próprio conteúdo da educação. Ou seja, com que sistemas lidamos e com que perspectiva trabalhamos a educação, desde a infância até a idade adulta? Se trabalhamos com a educação que reitera e reforça o *status quo*, reitera e reforça a ideologia dominante – no caso, por exemplo, do nosso país, ainda, uma cultura machista e patriarcal; ou se trabalhamos um conteúdo educacional que, muito ao contrário, nos permita desconstruir a perspectiva dominante, ou a perspectiva instalada no sistema.

Então, não basta garantir o acesso para que as mulheres se empoderem, para que as mulheres atinjam a igualdade, mas é preciso que a educação as instrumentalize para, na vida, terem uma atitude de autonomização, ou seja, de buscarem sua autonomia pessoal, sua autonomia econômica, enfim, serem sujeitos de suas próprias vidas e conduzirem o seu destino.

O segundo enfoque diz respeito ao que temos feito em nosso país. No Brasil, nos últimos anos – eu diria que nas duas últimas décadas – nós fomos capazes de garantir, ou de praticamente universalizar o ensino fundamental, para todos e para todas. Neste processo, as mulheres puderam obter mais vantagens, por uma série de circunstâncias, e hoje nós temos uma realidade no Brasil em que as mulheres têm um nível educacional, um número de anos de escola, maior do que os homens. A média de escolaridade feminina é maior do que a masculina. Isso não só no ensino básico; quando nós vamos para o ensino superior, hoje nós formamos mais mulheres no ensino superior do que homens. A cada ano, nós formamos cerca de 62% de mulheres no ensino superior brasileiro e hoje temos mais mulheres nos cursos de pós-graduação do que homens.

Isso reforça aquilo que eu dizia anteriormente: o Brasil, do ponto de vista do acesso, garantiu às mulheres o acesso e a permanência nas escolas. Do ponto de vista dos Objetivos do Milênio, nós já atingimos essa meta. No entanto, isso não nos garantiu a igualdade entre homens e mulheres, por exemplo, no mercado de trabalho. Tampouco garantiu que as mulheres brasileiras acessem igualmente os postos de poder.

No mercado de trabalho, uma mulher chega a ganhar cerca de 70% da remuneração média de um homem e nós somos ainda apenas 10% de mulheres no parlamento brasileiro. E, portanto, para vencer isso, se comprova que não basta garantir o acesso, é preciso que a nossa educação seja uma educação transformadora e é isto que nós temos trabalhado, através do primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que têm como um dos capítulos centrais o capítulo dedicado a uma educação inclusiva e não sexista. Que coloque, desde a primeira infância, conteúdos de uma educação que permitam discutir – entre as crianças, entre os jovens – valores como igualdade, como respeito à diversidade, solidariedade, para que tenhamos a construção das pontes que esta aliança quer construir entre os países e as construamos também entre os gêneros, entre pessoas de diferentes etnias, raças, religiões.

Muito obrigada.

B.2) Laurie Chestakfiks, Vice-Conselheira para Assuntos do ECOSOC na Missão dos Estados Unidos perante as Nações Unidas em Nova York

As you know, the empowerment of women globally is a top priority for the United States. In March, at the UN Commission on the Status of Women, Secretary Hillary Clinton said “the status of the world’s women is not only a matter of morality and justice; it is also an economic, political and social imperative. Put simply, the world cannot make lasting progress if women and girls in the 21st Century are denied their rights and left behind. The Obama administration truly believes that the investment in women and girls is an investment in our own security, prosperity and the future of the planet.

We know that, when women and girls receive more education, they are able to contribute greatly to their families, villages and nations, as successful

workers, healthy mothers, and full participants in the political life of their countries. From breaking the cycle of poverty to enhanced employment opportunities and better health, the benefits of educating women and girls are well-documented. For example, according to a report recently released by the United Nations Development Programme, the GDP of countries such as India, Indonesia and Malaysia could rise significantly, if women in those countries were employed at the level of many developed countries.

As we invest in empowering girls and women globally, it is imperative that the international community focus on education and closing the educational gender gap. Although the number of girls and women enrolled in schools around the world has increased, we also know that women are still the majority of the world's poor and unschooled. For example, it is estimated that 759 million young people and adults lack basic literacy skills and nearly two-thirds of them are women.

The Obama administration has an effective strategy, working with agencies and departments across the United States government, to support a comprehensive effort to educate women and girls internationally. With regard to our development strategy, the United States works through the U.S. Agency for International Development (USAID) to close the educational gender gap that inhibits tens of millions of girls from going to school. We have a three-pronged strategy that removes obstacles to educating girls by 1) assessing the degree of education disadvantage; 2) identifying gender-related obstacles; and 3) implementing remedies to remove or overcome barriers.

Our strategy for educating girls also requires a focus on basic education in developing countries, including post-conflict settings such as Iraq and Afghanistan. We place a special emphasis on improving opportunities for girls and, as well as other underserved and disadvantaged populations. In 2008, 68% of USAID's basic education programs in 70 countries explicitly addressed girls' education and gender equality in education. We're also working through public-private partnerships to address the gender gap. For example, the Power to Lead Alliance, a new public-private partnership between USAID and CareUSA. We are promoting leadership in girls aged 10-14 in vulnerable communities in Egypt, Honduras, India, Malawi, Tanzania and Yemen.

To address the issue of equality of access, the United States supports the Ambassador's Girls' Scholarship Program, which will provide 550 thousand scholarships by 2010, to girls in African countries, at the primary and secondary levels. The United States is also working closely with community and religious

leaders, government officials, educators and parents in Asia and Africa, to change attitudes and perceptions towards girls' education and development and establish local monitoring committees to help increase the enrolment and educational performance of school-age girls. Two, to prevent early marriage, which can lead to curtailed education and employment opportunities for girls and have serious health consequences, including maternal and child mortality and obstetric fistula. And three, to increase access to reproductive health information and services needed to delay and space pregnancies, to reduce the likelihood of medical conditions resulting from early pregnancy.

Finally, we are committed to engaging boys and men, and confronting attitudes and perceptions that promote gender inequality, by identifying and analyzing the root cause of the inequality and suggesting steps to transform these education systems. The United States is working with key international partners, including the United Nations, and across the UN system, to advance girls' and women's access to education in all its forms.

Around the world, we are supporting partnerships with other governments and local institutions, to support literacy, primary education, and local institutions, to support primary and higher education exchanges and the professional development of teachers. For example: working with Unesco, one of their top priorities has been promoting literacy, with a particular focus on tens of millions of young people and adults who lack basic literacy skills. To that end, informal and non-formal education have played, and will continue to play, an important role in reducing the rate of illiterate adults. We know that informal education can be more flexible and help reach adults who have long since dropped out of the formal school system, or who were systematically denied access to school. As the largest government donor to Unicef, the U.S. is supporting efforts to ensure safe, rights-based quality education to each and every girl and boy. For example, Unicef's Child-Friendly Schools model, which has been implemented in more than 50 countries, utilizes curricula that are specifically inclusive and gender-sensitive.

Where barriers to gender equality exist, Unicef works with governments to develop alternative education methods that promote gender inclusiveness in education. In Afghanistan, Unicef has helped establish community-based schools in rural areas that allow for the participation of girls. In 2008, the government of Afghanistan ran 815 of these community-based schools, with an enrolment of nearly 30 thousand students.

We are also examining ways to promote access to education for girls as a human rights issue in the UN human Rights Council, and addressing the rights of girls and children at the UN General Assembly. The efforts of the United States and the international community, to write a new chapter on empowering women, will be the tell-tale measure of whether the 21st century is truly one of human and global progress or whether millions of women and girls, representing half of the world's population, will continue to be left behind – undereducated, unprotected, economic possibilities restricted and without a voice to advocate for their families, communities and nations.

To conclude, the United States believes that investing in the education of women and girls is not only the “right” thing to do, but also the “smart” thing to do. That is why we are committed to working with all of you, to lead up to 2015, to promote gender equality and the global empowerment of women.

Thank you very much.

C) Sessão temática 3 – Moldando percepções, desafiando estereótipos: o papel dos “media” hoje

Participantes:

- **Philippe Cayla, Presidente e Diretor da Euronews**
- **Melody Moezzi, EUA, Comentarista de “National Public Radio”**
- **Randa Achmawi, Egito, Correspondente Internacional da Al-Ahram Hebdo**
- **Maryam Al-Khater, Catar, Vice-Diretora do “Doha Center for Media Freedom”**
- **Paul Walton, Reino Unido, Diretor de Comunicações da Fundação Anna Lindh**
- **Muddassar Ahmed, Diretor da Unitas Communications**
- **Yen Feng, Cingapura, Jornalista do Straits Times - Moderador**
- **Stephanie Durand, Consultora em Desenvolvimento de Meios de Comunicação do Secretariado da AdC - Rapporteur**

Esta sessão reuniu profissionais e especialistas em “media” para discutir o papel dos meios de comunicação para interligar diferenças culturais. Com alguns estudos de casos concretos (tais como a crise de Gaza e da controvérsia sobre minaretes na Suíça), a sessão explorou a influência dos meios de

comunicação na formação da percepção pública e o papel dos especialistas e analistas na melhoria da compreensão dos conflitos interculturais.

A discussão girou em torno de algumas das principais razões para equívocos sobre as fronteiras culturais e como eles são refletidos nos meios de comunicação. Nesse contexto, os participantes sublinharam a importância da linguagem utilizada. As palavras não têm o mesmo peso ou significado em diferentes partes do mundo e os meios de comunicação podem desempenhar um papel crucial em “traduzir” as realidades e os valores de uma cultura para outra. Em um mundo em que os meios de comunicação se desenvolvem rapidamente, onde é oferecida aos consumidores uma vasta gama de fontes de notícias, o desafio é identificar as informações confiáveis. Hoje, mais do que nunca, é necessária a existência de fontes autorizadas, em especial nas situações de tensões interculturais, a fim de ajudar a dissipar equívocos e estereótipos.

Os meios de comunicação também devem contextualizar as informações, desfazer os estereótipos e fornecer o contexto histórico dos eventos em sua complexidade. O poder da mídia para influenciar a opinião pode ser manifestado na maneira em que as percepções de um situação podem mudar rapidamente. Por exemplo, a percepção pública do Irã foi transformada entre a época das eleições e os movimentos recentes para impor sanções ao país.

Os participantes do painel sublinharam também o desafio de conciliar a liberdade de expressão com a compreensão mútua. Alguns debatedores sugeriram que autolimitações à liberdade de expressão podem ser necessárias. No entanto, a ênfase não deve ser na censura, mas na ética no jornalismo e nos princípios de equidade e transparência. Finalmente, outros palestrantes questionaram a ideia de que o papel dos meios de comunicação deve ser a promoção da harmonia social. Há ocasiões, por exemplo, em que a mídia não deve ser coibida de criticar minorias, quando isto se justifica. Deve-se evitar colocar como principal meta do jornalismo as “relações públicas”. Na verdade, o papel do jornalista é também ser crítico, para desafiar o *status quo*, a fim de gerar mudanças.

D) Sessão temática 4: Vivendo juntos em sociedades urbanas

Participantes:

- **Márcio Fortes, Brasil, Ministro das Cidades**
- **Alfredo Sánchez Monteseirín, Espanha, Prefeito de Sevilha**

- **Irena Guidikova, Chefe da Divisão de Política de Diversidade e Diálogo Cultural**
- **Antônio Costa, Portugal, Prefeito de Lisboa**
- **Vincenzo Scotti, Itália, Subsecretário de Estado para Negócios Estrangeiros**
- **Kadir Topbas, Turquia, Prefeito de Istambul, Co-Presidente da “United Cities and Local Governments”**
- **Sérgio Besserman Vianna, Brasil, Presidente da Câmara do Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro**
- **Cecilia Martinez, Diretora Regional para a América Latina e Caribe da UN-HABITAT**
- **Phil Wood, Reino Unido, urbanista, pesquisador e analista – Moderador**
- **Eduardo Miralles Ventimilla, UCLG, Rapporteur**

Esta sessão destacou o papel central que as cidades desempenham na gestão da diversidade em suas sociedades. O debate objetivou discutir métodos para lidar com conflitos e disputas no contexto urbano; analisar como novas práticas podem ser estendidas para outros contextos urbanos e extrair lições de vários exemplos práticos, como o “Projeto das Cidades Interculturais”, e a própria experiência multicultural do Rio de Janeiro.

As cidades têm sido, ao longo da história, lugares onde as diversidades étnica, cultural, social e religiosa foram superadas para o benefício social de todos os atores. Salientou-se que a diversidade cultural é um elemento integrante de inúmeras cidades, como, por exemplo, Istambul, Sevilha, Bristol, Rio de Janeiro, Córdoba e Lisboa.

Uma das questões centrais discutidas na sessão foi apresentada pela Sra. Irena Glidikova do Conselho da Europa. A palestrante comentou sobre a necessidade de se afastar do tradicional padrão de assimilação e multiculturalismo para construir o novo paradigma das cidades interculturais. A cidade intercultural é caracterizada por novos espaços urbanos que não são apenas ambientalmente sustentáveis mas também culturalmente e socialmente sustentáveis. Além disso, as “Cidades Interculturais” abraçam a diversidade como um fator que contribui para o crescimento, desenvolvimento e competitividade.

Alguns debatedores observaram que as cidades enfrentam o desafio de combater a pobreza e as desigualdades sociais, garantindo que todos os

cidadãos sejam iguais. Outros abordaram a necessidade de as cidades construírem projetos concretos, práticos, viáveis e adaptáveis para lidar com a diversidade. Estas iniciativas devem ser acompanhadas por um quadro conceitual que inclua o acompanhamento e avaliação, cruciais para sua replicação em diferentes contextos.

Vários oradores concordaram que projetos concretos e estratégias mais teóricas são essenciais para o desenvolvimento de um plano sustentável de longo prazo para alcançar a vantagem da diversidade urbana. Finalmente, a sessão destacou o importante papel da governança multinível na gestão da diversidade. Os participantes concordaram que a fórmula para o sucesso da diversidade cultural nas cidades envolve três componentes: os governos locais devem dispor de competências e recursos humanos e financeiros; é necessária a existência de um quadro nacional para a gestão da diversidade, para agir adequadamente em nível local; e é importante ter uma estreita coordenação e interconexões entre os planejamentos estratégicos nacionais e os planos de ação local.

E) Sessão temática 5 – Os novos “media”: em direção a novas formas de advocacia social e participação

Participantes:

- **Riyaad Minty, Catar, Al Jazeera**
- **Mona El Tahawy, jornalista**
- **Luís Nassif, Brasil, jornalista**
- **Ricken Patel, Canada, Diretor Executivo da AVAAZ**
- **Ramzi Khoury, Consultor sobre Mundo Árabe do Secretariado da AdC e criador do “Sleepless in Gaza”**
- **Lucas Welch, EUA, Fundador e Chefe de Inovação da Soliya - Moderador**
- **Daanish Masood, Secretariado da AdC, Rapporteur**

A sessão explorou como os novos “media” (blogs, *Twitter* e *YouTube*, por exemplo) influenciam a maneira como a opinião pública é formada sobre questões de diversidade cultural. Mais especificamente, foi discutido o real impacto dos novos “media” e do “jornalismo cidadão” sobre as questões que dividem as comunidades de diferentes culturas e religiões. Vivemos em

um mundo repleto de informações, com oportunidades para aprender sobre outras culturas. Apesar disso, as redes sociais dos novos “media” parecem reforçar a tendência das pessoas a se agrupar em torno de pequenas comunidades de identificação, em vez que se abrir para redes maiores e mais diversas. Os novos meios de comunicação e as redes sociais prometem aproximar as pessoas do mundo, ainda que os conflitos interculturais e as tensões em todos os lugares no planeta pareçam indicar o contrário. Blogs, vídeos e “sites” de redes sociais podem aumentar o fosso de incompreensão entre as diferentes comunidades? Ou eles podem contribuir para aumentar a confiança apesar de existirem divergências?

Durante a sessão, alguns exemplos de muçulmanos que atuam em prol de causas progressistas “online” foram mostrados, incluindo uma campanha de solidariedade levada a cabo por jovens no Irã sobre o uso do tchador pelas mulheres. Além disso, outros exemplos de diferentes partes do mundo, onde o debate público é limitado, em que foram criadas conexões “online” para debater as questões relevantes. Ao mesmo tempo em que a expectativa de que novos “media” derrubarão regimes despóticos é irrealista, esses novos meios de comunicação podem ter o potencial para impulsionar o desenvolvimento da sociedade civil, o que pode estimular as pessoas a exigirem mais direitos.

Outro exemplo de uma campanha de sensibilização efetiva, que foi compartilhada por palestrantes durante a sessão, foi um “reality show”, filmado inteiramente para o *YouTube*, que ocorre na Cisjordânia e em Gaza. Os produtores do seriado pretendem criar uma oportunidade para que pessoas de fora de Gaza ou Jerusalém possam entender como os jovens palestinos vivem seu cotidiano. O programa se concentra nos momentos da experiência pessoal dos palestinos, bem como sua realização comunitária, com o calor da família e amigos na vida sob ocupação.

Alguns palestrantes também destacaram que a distinção entre “novos media” e os “media” tradicionais é uma falácia. Esta falácia se torna mais clara quando consideramos como os meios de comunicação têm evoluído ao longo do tempo. Da mesma forma, devemos também levar em conta como novas formas de comunicação estão mudando a informações. No caso da guerra em Gaza, se por um lado o acesso dos meios de comunicação global para o zona de conflito era muito limitado, por outro lado, “twitter” ao vivo ajudou a disseminar as informações para todo o mundo.

É fundamental observar que os jornalistas normalmente arriscam-se ao repassar questões controversas “online” em certas partes do mundo. Dentro da comunidade do jornalismo “online” a questão que é levantada, ironicamente, não é tanto a “liberdade de expressão”, mas um regime de “liberdade depois de expressão”, ou seja, depois de se ter expressa uma visão política. Entretanto, durante conflitos em que as oportunidades de se informar ao público em geral são limitadas, o jornalismo “online” pode proporcionar uma oportunidade para o público tomar alguma atitude significativa toda vez que ocorrer uma injustiça.

Podemos nos surpreender com o nível de ação e boa vontade que se pode construir por meio dos novos “media”. Assim, quando se fala das potencialidades desses novos meios de comunicação, seríamos negligentes se não inseríssemos, na mesma discussão, o poder que os novos “media” têm de gerar movimentos sociais.

F) Sessão temática 6 – Direitos Humanos, Ética e Solução de Conflitos

Participantes:

- **Paulo Vanucci, Brasil, Ministro da Secretaria Especial para os Direitos Humanos**
- **Shulamith Koenig, EUA, Fundadora e ex-Diretora do “The People’s Movement for Human Rights Learning” (PDHRE)**
- **Charlotte Flindt Pedersen, Dinamarca, Vice-Diretora do Instituto Dinamarquês para Direitos Humanos**
- **Olenka Ochoa, Peru, ativista de Direitos Humanos**
- **Paulo Sérgio Pinheiro, Brasil, Relator Especial das Nações Unidas sobre a situação de Direitos Humanos em Mianmar**
- **Radhouane Nouicer, Diretor do Escritório Regional da Comissão das Nações Unidas sobre Direitos Humanos para o Oriente Médio e África do Norte**
- **Kamal Hossain, Bangladesh, Presidente do Instituto de Direito Internacional e Negócios Estrangeiros de Bangladesh - Moderador**
- **Beate Winkler, Áustria, Diretora interina da Agência para Direots Fundamentais da união Europeia, Rapporteur**

A sessão discutiu o poder transformador de uma visão holística dos Direitos Humanos como uma forma de viver e estar em comunidade, com dignidade e igualdade. Durante a sessão, uma série de desafios práticos e áreas de ação prioritária foram identificados. Acordou-se, também, que os direitos humanos são direitos inerentes a todas as pessoas apenas porque são humanas.

Os direitos humanos não são concedidos por qualquer autoridade superior. São direitos essenciais para viver uma vida digna em comunidade e devem ser vistos como uma cultura comum e como guia para todas as relações, bem como um quadro de ação e um estilo de vida. Eles são, nas palavras de um dos participantes da sessão, as margens do rio por onde a vida pode fluir livremente. O fortalecimento desses direitos requer sensibilização e incentivo para alcançar justiça e tratamento equitativo para todos.

Assumir os direitos humanos como uma forma de vida exige o desenvolvimento de três fatores “C” (cooperação, comunicação e competência) e três fatores “I” (informações, inspiração e envolvimento ou *involvement*, em inglês). Sem prejuízo do disposto nos direitos e obrigações dos Estados, é importante que os direitos humanos sejam promovidos para o benefício e com a participação de todos (como crianças, refugiados e apátridas).

Foi dada ênfase à necessidade de se abordarem, quando pertinente, tópicos traumáticos, como a escravidão, a colonização e o genocídio, e de se colocar a luta contra a pobreza e a insegurança no centro das agendas coletivas.

O estabelecimento dos direitos humanos como uma forma de vida, no cerne de nossas sociedades, leva a novas formas de cooperação entre Estado e sociedade civil. Exemplos de tais arranjos em nível local pode ser observados no desenvolvimento dos Direitos Humanos no contexto das cidades. Essas práticas serão muito benéficas, se contarem com o compromisso e a liderança dos políticos. Os programas podem ser facilitados por ações estratégicas, como os Planos Nacionais e Comissões de Direitos Humanos. Tais instituições devem ter competência para discutir em nível nacional com todos os atores relevantes sobre o que é preciso para dar efetividade ao reconhecimento de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos (artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos). Novas iniciativas emergem regularmente de tais diálogos sobre direitos humanos, tais como o apoio a programas de educação para o respeito à diversidade e à valorização da diferença, maior igualdade de gênero, e mais oportunidades para o contato

direto entre as comunidades. Em suma, nas palavras do moderador da sessão, Dr. Kamal Houssain, do Instituto de Direito e Relações Internacionais de Bangladesh, *“o que é necessário em todos os níveis é um novo contrato social e um compromisso pessoal de todos nós”*.

F.1) Paulo Vanucci, Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Brasil

O Brasil tem um aprendizado recente de vida democrática; são apenas 22 anos de uma construção sucessiva de instrumentos de proteção e de defesa de direitos humanos, contra quase cinco séculos em que um projeto colonial – durante três séculos e meio – se assentou sobre o trabalho escravo de irmãos africanos capturados no comércio escravista.

Paralelamente, a formação do Estado brasileiro coincide com o genocídio indígena. Cerca de cinco milhões dos primeiros brasileiros que aqui viviam foram reduzidos a 250 mil. E houve outros processos até o século XX que vivenciou ainda duas longas experiências de ditaduras.

Em 1988, o Brasil inicia uma caminhada onde, pela primeira vez, a defesa dos direitos humanos passa a acumular uma trajetória de Estado. É com alegria que vejo na mesa o Paulo Sérgio Pinheiro, titular do meu posto no governo anterior, no governo Fernando Henrique Cardoso. Para os visitantes, um resumo: o governo Fernando Henrique Cardoso e o governo Lula representam, no cenário político brasileiro, quase que pólos opostos, na disputa eleitoral e, inclusive, na disputa presidencial deste ano, em outubro.

No entanto, em direitos humanos, temos a serenidade e a alegria de dizer que vimos trilhando políticas de continuidade. Então, o Estado brasileiro, pela primeira vez, compreende que a defesa da democracia e da dignidade intrínseca da pessoa humana deve compor valores capazes de se sobreporem às naturais divergências e disputas políticas e político-partidárias do cenário imediato.

Nesta caminhada histórica, na esteira da primeira conferência, grande Conferência de Direitos Humanos de Viena, em 1993, proclama-se a ideia de indivisibilidade. Em resumo: não afirmar mais os direitos de liberdade, sem os direitos de igualdade e não afirmar direitos de igualdade sem liberdade, porque onde um dos direitos é violado, todos os demais são imediatamente contaminados.

Vem de Viena a proposta de que todas as nações construíssem um plano nacional de direitos humanos, e o Brasil acaba de produzir a sua terceira edição. A primeira, de 1996, da qual o Paulo Sérgio foi um dos articuladores, muito centrada nos direitos civis e políticos. O país saía, ainda, de um período ditatorial. Em 2002, o programa incorpora os direitos econômicos, sociais e culturais. Grosso modo, direitos de liberdade e direitos de igualdade estarão sempre em equilíbrio e em caminhada conjugada. A atualização deste programa, em novembro de 2009, como resultado de um amplo processo de participação popular, consagra as atualizações de um país que não nega a ocorrência, ainda, de violações. O Brasil está entre os países que não têm a atitude de recusar, de evitar o reconhecimento de problemas.

Realizamos, em Brasília, nos últimos três dias, o primeiro encontro nacional de enfrentamento do trabalho escravo, coincidindo com a visita ao Brasil da Relatora Especial da ONU, Gulnara Shahinian, para o enfrentamento das formas contemporâneas de trabalho escravo. Trata-se de menos de 1% da força de trabalho envolvida. Mas se fosse apenas um único brasileiro sujeito à condição análoga à de escravo, já seria o suficiente para promover o enfrentamento.

Ainda não somos um país que tenha conseguido erradicar práticas como a tortura. Uma das propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos voltada para mecanismos de negociação pacífica de conflitos rurais suscitou grande controvérsia durante semanas e meses. Este programa foi debatido, muitas vezes de forma distorcida, revelando ainda compreensão limitada do que sejam os direitos humanos. Este programa tem 58 das suas ações programáticas direcionadas à educação em direitos humanos.

O PNDH 3 se desdobra em seis eixos. Vou mencionar alguns deles. O primeiro eixo destina-se ao fortalecimento da interação democrática entre Estado e sociedade civil. A sociedade civil tem como função histórica pressionar o Estado, cobrar, fiscalizar, exigir sempre mais. O Estado democrático saberá se comportar de forma sensível a estas demandas, sem impedir os canais de cobrança, de pressão e as possíveis soluções de composição através de parcerias.

O segundo eixo é a discussão sobre modelo de desenvolvimento. Não mais surtos de crescimento econômico que transformam e fazem crescer o produto interno nos países à custa do aprofundamento das desigualdades. Pela primeira vez na história do país, entramos fortemente numa rota de crescimento e, ao mesmo tempo, de distribuição de renda.

São muito expressivos os resultados recentes. Dezoito milhões de pessoas foram retiradas da miséria absoluta, em sete anos de programas sociais. E a economia brasileira começa a se projetar como nunca antes, confirmando a ideia de que quando o modelo de desenvolvimento distribui, ele parte do fortalecimento dos mais pobres. Justiça, no caso concreto, é tratar desigualmente os desiguais, para gerar igualdade.

O terceiro eixo é a discussão do sistema de segurança pública e de justiça. Pela primeira vez, se constrói um programa de segurança pública onde, em cada página, a palavra “direitos humanos” é reafirmada. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, PRONASCI, e o projeto de educação em direitos humanos almejam que cada policial se veja – e seja visto – na sociedade como um defensor de direitos humanos.

O Rio de Janeiro acaba de inaugurar mecanismos inéditos de mediação pacífica de conflitos. Às vezes, através da música, do Afro-Reggae, comunidades em disputa aberta se reconciliam reconstruindo nossa identidade na humanidade.

Entendemos que nenhum dos nossos países conseguirá avançar na construção de direitos humanos se tentar fazê-lo isoladamente, unilateralmente. Nesse sentido, o Brasil se volta, crescentemente, para uma unidade sul-americana e latino-americana. Já estamos na 17ª Reunião de Autoridades de Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e países associados – são 12 países associados na América do Sul.

O Brasil prioriza como nunca antes o intercâmbio com a África e com a Ásia, sem deixar de fortalecer seus laços com a América do Norte e com a Europa. A relação africana é, sim, uma política que o Brasil, que o Presidente Lula entende como política de reparação. Estamos inaugurando novas universidades públicas, uma no Ceará, cujos alunos serão brasileiros e africanos de língua portuguesa. Estamos inaugurando uma universidade pública na triplíce fronteira entre o Brasil, Argentina e Paraguai, em que metade será composta de brasileiros e metade de nossos irmãos paraguaios, argentinos, bolivianos, uruguaios e dos demais países. Estamos propondo agora na UNASUL a criação de um Conselho de Direitos Humanos.

Além disso, há o sistema interamericano de direitos humanos que tem como um dos seus integrantes Paulo Sérgio Pinheiro. A Comissão pode ser acionada por brasileiros e brasileiras vítimas de violações de direitos humanos. Evidentemente, toda intervenção proveniente destes organismos encontra reações em segmentos internos que distorcem o conceito de soberania. Esquecem que a adesão de cada um dos nossos países aos sistemas

internacionais – ONU ou os sistemas regionais como OEA –, é decisão voluntária. Qualquer deliberação desses órgãos deve ser cumprida, implementada, como se lei nacional fosse.

Temos a convicção de que, qualquer que seja o resultado das eleições de outubro deste ano, os próximos governos seguirão a mesma trilha de fortalecimento dos direitos humanos na democracia. E que, no quarto evento do Fórum, em 2011, tenhamos maior participação dos segmentos nacionais, mais intercâmbios entre as diferentes áreas de direitos humanos, na busca da convivência internacional na paz, da cooperação.

Defendemos a fraternidade entre civilizações, jamais o choque que foi apregoadado em momento dramático da história do nosso planeta. Em se tratando de direitos humanos, não há um centro mundial que defina o que é certo e o que é errado. No universo da cultura, o centro está em toda parte.

As nossas viagens internacionais se destinam a apreender outras visões de direitos humanos. Através do diálogo, construiremos uma visão comum que seja cada vez mais mundial.

Muito obrigado.

G) Sessão temática 7 – A História como ferramenta de cooperação cultural

Participantes:

- **João Carlos Nogueira, Brasil, Ministro da Secretaria para Políticas de Promoção da Igualdade Racial**
- **Gaspar Zarrias, Espanha, Secretário de Relações Institucionais e Autonomia Política do Partido Socialista Operário Espanhol**
- **Thomas W. Zeiler, EUA, Diretor do Programa Acadêmico para Estudos Globais da universidade do Colorado**
- **Mustapha Tlili, EUA, Professor, Diretor do “Center for Dialogues” de Nova York**
- **Halit Eren, Diretor-Geral da IRCICA, Co-Moderador**
- **Denis Huber, Diretor Executivo do Centro Norte-Sul, Co-Moderador**
- **Jean-Pierre Titz, Conselho da Europa, Rapporteur**

Todos os participantes confirmaram que há um interesse crescente sobre a História e sobre o ensino de História para a opinião pública em geral.

Também foi salientado que a História desempenha um papel fundamental em qualquer diálogo intercultural, seja qual for o assunto, a forma ou o nível. Neste contexto, a primeira pergunta que muitas vezes se faz é “*de onde você vem*” e “*eu mesmo, de onde venho?*”. Por conseguinte, a questão da aprendizagem e do ensino da História aparece como um requisito político fundamental, sempre que o diálogo intercultural é promovido.

A História é realmente um instrumento de cultura e pode ser de cooperação, mas os objetivos e as escolhas feitas no ensino devem ser transparentes. Em vista disso, para não evitar as questões sensíveis e as histórias de conflitos, é necessário que o ensino destaque também as interações e convergências entre as culturas. Vários participantes da mesa destacaram a necessidade de centralizar o ensino de história na aquisição de competência e ferramentas investigativas para a análise crítica das fontes, especialmente aquelas que estão disponíveis a partir de agora, graças às novas tecnologias de informação. Nesse aspecto, a procura por um equilíbrio entre a aquisição de conteúdos e de competências, especialmente interculturais, é uma necessidade, mesmo que tal equilíbrio seja particularmente difícil de estabelecer.

Todos os oradores ressaltaram igualmente que, por mais que o conhecimento acadêmico referente às interações e intercâmbio entre as culturas seja bem estabelecido, a dificuldade consistia em transferir esse conhecimento aos professores e – por meio deles – aos alunos e à opinião pública em geral. A este respeito, lamentou-se a falta de material didático adequado em sala de aula.

No final da sessão, os participantes incentivaram a Aliança das Civilizações a continuar de forma pragmática o desenvolvimento da rede de historiadores e de professores de história iniciada no 2º Fórum Mundial de Istambul (abril 2009), já se recomendou aos atores encarregados de ensinar e de aprender história a apoiar o uso o desenvolvimento de novas tecnologias com vistas a que as fontes históricas mostrem as interações entre os países, as culturas, as civilizações, etc, para o maior público possível; incentivar os Ministérios da Educação a desenvolverem métodos pedagógicos mais ativos, para que se adquira capacidade de diálogo e pesquisa, com análise crítica das fontes e implementação de atividades entre as escolas de diferentes países ou continentes, e estimular o desenvolvimento do ensino da história como um meio de mostrar solidariedade entre culturas, em vez de realçar suas diferenças.

O seminário também incentivou as organizações internacionais representadas no seminário, como IRCICA, ALECSO, o Conselho da

Europa, o Centro Norte-Sul, UNESCO, Fundação Anna Lindh e organizações não governamentais, a reforçarem sua cooperação nesse campo.

H) Sessão temática 8 - Emprego e redução de pobreza em tempos de crise

Participantes:

- **Kjell Magne Bondevik, ex-Primeiro-Ministro da Noruega e Membro do Clube de Madri**
- **Ron Bruder, Fundador e Diretor da Fundação EFE**
- **Ricardo Henriques, Brasil, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**
- **John Kufuor, ex-Presidente de Gana e Membro do Clube de Madri**
- **Jean Marinat, Subsecretário-Geral da Organização Munidal do Trabalho**
- **Beatriz Merino, Peru, Ouvidora Nacional**
- **Ahmed Younis, Diretor de Parcerias Estratégicas e Comunicações da Silatech**
- **Necla Tschirgi, Canadá, Pesquisadora, ex-consultora política no Escritório de Apoio às Missões de “Peacebuilding” das Nações Unidas - Moderadora**
- **Carlos Valdes, Espanha, Assistente do Programa “Sociedade Compartilhada” do Clube de Madri, Rapporteur**

O foco desta sessão foi sobre o impacto desigual das crises nos grupos marginalizados com base em sua identidade e sobre a necessidade de identificar estratégias de abordagem para esta questão. Todos os panelistas foram incentivados a responder às seguintes perguntas:

1. Qual é o problema específico na intersecção da diversidade cultural com o desenvolvimento socioeconômico na sua apresentação?
2. Por que essa questão é importante?
3. Como as entidades responsáveis (governo, sindicatos, setor privado, organizações não governamentais) lidam com a questão?
4. Que estratégias foram utilizadas? Quais foram os principais resultados?
5. Que lições foram aprendidas?
6. Estas lições são aplicáveis a outros contextos? Se sim, como?

Uma das principais mensagens dos debatedores foi a de que a crise econômica atual é o resultado de quatro crises: a alimentar, a do petróleo, a energética e a crise financeira propriamente dita. Para que a população civil não seja o grupo mais vulnerável nessa situação, deve ser estabelecida uma sociedade compartilhada onde todos os cidadãos compartilhem da responsabilidade e assim criem as bases de uma liderança responsável para o futuro.

Outra mensagem dos debatedores foi a de que, para combinar a redução da pobreza com o redução das desigualdades, o Estado tem que criar opções de treinamento para as pessoas e educar a juventude para maior acesso ao mercado de trabalho. A mesma vontade política dedicada a salvar o sistema bancário deve ser usada para gerar opções para criar empregos.

O emprego é parte integrante do desenvolvimento dos jovens. Os participantes da mesa expressaram a opinião de que para propiciar a criação de empregos, temos que abordar a mentalidade da juventude e vê-la como parte da solução e não como parte do problema. Os jovens são os líderes de amanhã, mas sem que se dê a eles poder e investimento, não haverá amanhã. Além disso, as chances de uma sociedade ser pacífica aumentam quando os jovens têm acesso a emprego.

Se realmente acreditarmos em uma sociedade compartilhada, nós poderemos fazer com que o desenvolvimento de um país em termos de redução da pobreza seja mais sustentável. A fim de construir uma economia que sirva aos cidadãos e uma sociedade que gere políticas inclusivas, é necessário que haja liderança política.

H.1) Kjell Magne Bondevik, Presidente do Centro de Direitos Humanos e Paz de Oslo e ex-Primeiro-Ministro da Noruega

Today we are experiencing an accumulation of four crises, mutually feeding on each other:

- 1) The climate change crisis – with serious negative fall-out for sustainable development, livelihoods, and the planet's future and viability in general;
- 2) The food and hunger crisis – with serious repercussions for food security;
- 3) The oil and energy (price) crisis and;
- 4) The financial and economic crisis.

The consequences of these crises for employment and economic development could be devastating for individuals as well as for nations. Hence there is an urgent need to develop effective counter-strategies by all stakeholders.

Already, since food prices began to rise, 100 million more people have been pushed into poverty, according to the World Bank, with as many as two billion on the verge of disaster. We have to remind ourselves that almost half the world's population is forced to survive on less than \$2.50 per day. Millions die annually of hunger and starvation, and more than a billion do not have access to fresh water.

These numbers are expected to rise dramatically with population growth, decreasing natural resources and higher consumer prices across all goods and services. So as the stock market tumbles and the world economy falters, it's important to remember that it's more than financial losses we are talking about, it's the loss of survival.

The profound and deepening financial and economic crisis affects all countries and is a powerful example of the true impact of global interdependency. Wealthy nations are trying to correct the daily economic misery plaguing the world. Emergency economic summits have been called and painful measures have been taken.

Hundreds of billions of US\$ have been injected by governments into the banking sector to maintain the liquidity of banks and to uphold their ability to provide credit. Massive economic and job-focused stimulus programmes of a Keynesian nature have been introduced. But despite all efforts, an increasing number of countries suffer from the disappearance of jobs and potential job opportunities as well as shrinking social services. A subsequent increase in poverty is unavoidable.

A deep and long lasting global economic recession looms – with high unemployment, shrinking tax receipts, lower exports and trade, decreasing tourism, less consumption and ultimately the spectre of deflation. Unemployment in Europe is now rising to an average 8 percent and nearly 10 percent in the US. In many developing countries the unemployment rate is two, three – even four times as high.

All these problems reduce the management capability of governments in industrialised and developing countries alike, as their budget deficits are rising. Governments are forced to revisit their budgets and make cuts to reach as balanced a budget as possible, especially if they require IMF standby credits.

These are the fundamentally economic causes for the crisis along with a rise in unemployment, liquidity crisis, inflation and high commodity prices. However, behind the economic causes, one could easily detect unethical behaviours and unequal distribution of economic goods. Governmental rescue plans by spending billions of dollars to save financial institutions raise a moral question: Are we mainly saving the banks or the poor?

Another ethical issue relates to governments producing biased, embellished economic statements allowing them to borrow more money than the state finances virtually could bear. When the crisis hit, these countries were heading for a economic disaster because of the lack of financial sustainability and credibility.

In this painful situation developing countries are the most defenceless and vulnerable. For these countries, especially in Africa, the crisis may translate into:

- Lower government budget allocations to social as well as productive sectors;
- Less funds for activities in education, science, culture, communication and information – as well as health, employment, agriculture;
- More need for official development assistance (ODA) and foreign direct investment (FDI);
- Lesser prospects for the attainment of MDGs by 2015;
- A sharp increase in the part of the population living below the poverty line.

For industrialised countries the crisis will lead to:

- Lower official development assistance earmarking and allocations, abandoning commitments made only recently, especially for doubling aid to Africa by 2010;
- Doubtful realisation of summit commitments;
- Lack of desire for new multilateral initiatives.

For the private sector the consequences of the crisis will lead to:

- Reduced (economic) growth and investment in general;
- Less trade with developing countries irrespective of reduced trade barriers and lower custom levels;
- Less loans for investment and trade in developing countries;
- Lower volume of donations to NGOs and charities.

The developing countries are hit in a double sense: directly through a sharp fall in export and trade; indirectly by a noticeable reduction in developing aid. An urgent challenge therefore arises for building global solidarity.

This is important not only to help developing countries overcome a serious situation, but is also important in the self-interest of the industrialised world.

The EU-Greek example illustrates what is at stake and underscores the effect of such solidarity: a substantial allocation of financial resources by rich countries to repair the weak link in the chain (Greece) in the interest of the whole community (EU).

In a well-regulated, market-based economy, which is driven by free trade and promotes economic growth, the least-advantaged members of the society should benefit from necessary regulatory mechanisms of the system. What we have seen is more or less the opposite: CEOs of well established firms that collapsed overnight got compensated with considerable payouts while leaving their companies in ruins, employees losing their jobs and customers losing their money. Once the financial industry got disconnected from its ethical base, financial firms looked up their short-term interest without considering the long-term impact on the customers, the employees and the national economy.

So the root cause of the problem is not necessarily a failure of regulation but of ethics. Ethical considerations – or lack of such input – influence on business decisions. A code of ethics, which portrays the ethical priorities that businesses should adhere to, has been drafted but apparently not implemented and respected by influential, powerful decision-makers. These ethical priorities aim mainly at the just distribution of economic goods and services among individuals, who have the right to work, to free choice of employment, to favourable working conditions and salary, to equal pay and to protection against unemployment. Good ethics is, however, not necessarily always good business. Corruption could e.g. be quite profitable. That is why combating corruption is so difficult. But sometimes ethic principles will call for relinquishment of even profitable projects.

Markets have been powerful engines driving increased prosperity for millions around the world. However, there is a world of difference between genuinely free markets and their counterfeit form – the *laissez faire* jungle in which self-interest mutates into the degraded forms of greed and selfishness. No market can ever be truly free without a strong ethical base. To lie, to cheat, to use power oppressively – all of these things distort a free market and all of them are the product of a failure of ethics.

At its core, ethics is about making conscious choices in line with an explicit framework of values and principles. It is this reflective engagement with the world that stops individuals, organisations and institutions from stumbling, blindly, into ethical ‘death traps’.

Do ethics really matter? Do they have any practical use? The simple answer is – yes. Consider the billions of dollars of wealth destroyed, the millions of lives adversely affected by loss of homes, opportunities and savings to understand the importance of a sound, sustainable ethical framework underpinning the market economy mechanisms. Without sound ethical behaviour, it will be the poor of the world who will pay the highest price.

The Chinese word for “crisis” (*wei ji*) is composed of two characters, notes Senegalese economist Moustapha Kasse. One signifies “danger”; the other, “opportunity.” In reacting to the current global economic crisis, Mr. Kasse argues, African governments have too often seen only the first meaning. “But it is the second that is essential: every crisis carries within itself an opportunity, a chance for change, for adaptation”, Kasse says.

Some participants in the present debate claim that the rich world really deserves a financial crisis because the consumption must be reduced. The crisis represents an opportunity for change. Today the ecological footprint of the rich world mirrors the unbalanced space producing the food and commodities for the rich part of the world, absorbing the vast emission from the energy used and the unproportional big areas reserved for infrastructure in developed countries. It is not difficult to agree to such considerations. We have to realise that the modern dance around the golden calf by rich countries is not sustainable.

Yes, a change is necessary. However, at the same time we also have to understand how the whole world today is linked together in a common destiny. Developed nations realise that they are intricately tied to one another’s economies because of sophisticated financial instruments. In addition, it is not possible to make drastic changes in the rich part of the world without also affecting the poor part. When one nation loses, so do the others, as we are finding out these days in countries as far apart as US, China, Malawi and Peru.

The multiple global crisis we experience today could have at least one positive impact: it could represent an opportunity for change. The most important lesson learned should be that in shared societies we also share the consequences of irresponsible behaviour and leadership. And to recover from

this unpleasant and serious situation, we have to stick together – developing as well as developed countries – celebrating a common global solidarity.

I) Sessão temática 9 – o diálogo de civilizações e a reorganização da ordem mundial

Participantes:

- **José Miguel Insulza, Secretário-Geral da OEA**
- **Ahmet Davutoglu, Turquia, Ministro dos Negócios Estrangeiros**
- **Marc Brichambaut, Secretário-Geral da OSCE**
- **Candido Mendes, Brasil, Reitor da Universidade Cândido Mendes, Embaixador da AdC**
- **André Azoulay, Marrocos, Presidente da Fundação Anna Lindh e Assessor de sua Majestade, o Rei do Marrocos, Membro do Grupo de Alto Nível da AdC**
- **Alla Glinchikova, Rússia, Vice-Diretora do Instituto de Estudos sobre Movimentos Sociais e Globalização**
- **Riz Khan, EUA, jornalista, Al Jazeera - Moderador**
- **Helena Barroco, Assessora Especial do Alto Representante da AdC, Rapporteur**

O conhecido artigo de Samuel Huntington, de 1993, intitulado “*O choque de civilizações?*”, que se disseminou por todo o mundo, foi o tema e também a base para este debate, que reuniu uma vasta gama de personalidades. O artigo afirmava: “*É minha hipótese de que a fonte fundamental de conflitos neste mundo novo não será essencialmente nem ideológica nem econômica. A maior causa de divisão na humanidade e a fonte dominante de conflito será cultural. Os Estados-nações continuarão a ser os atores mais poderosos nos assuntos mundiais, mas os principais conflitos da política global ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações. O choque de civilizações dominará a política global. As fronteiras entre civilizações serão a linha de combate do futuro*”.

Quase duas décadas se passaram desde a publicação deste artigo. Os debatedores foram convidados a revisitar Samuel Huntington, a fim de compreender como conflitos internacionais, na interseção do “Ocidente” e do “mundo muçulmano”, podem ter dominado as manchetes,

a política internacional e a diplomacia, bem como a forma de abordar estas questões, que também se tornou um imperativo doméstico para vários países do mundo.

Os participantes da mesa também foram convidados a debater medidas concretas que devem ser tomadas para melhorar as relações entre Oriente e Ocidente e refutar aqueles que acreditam no chamado “Choque de civilizações”. Em suas intervenções, os debatedores levantaram uma série de aspectos, tais como: qual é o nosso conhecimento da evolução dos contornos do chamado “Diálogo Ocidente-Islã”? Em quanto a cooperação entre associações e entidades de base tem ajudado a superar essa divisão? Como a atual crise econômica, financeira e social tem impactado as tensões? Como os atores globais emergentes estão contribuindo para a criação de novas regras para a cooperação internacional? Como um novo paradigma de diálogo cultural na política internacional vem moldando uma nova ordem mundial?

As respostas diferiam consideravelmente e uma série de perspectivas diferentes foram trazidas para o debate. Neste sentido, vale ressaltar que o Ministro Davutoglu, chanceler da Turquia, enfatizou a necessidade de uma nova visão para sustentar uma nova ordem mundial, com novas instituições capazes de lidar com os desafios atuais, e que, neste aspecto, a Aliança de Civilizações das Nações Unidas é um exemplo promissor. Abordagens inclusivas devem ser desenvolvidas em todos os níveis (nacional, regional e global).

O Secretário-Geral da OEA centralizou sua fala no desafio de transformar cada crise em uma nova oportunidade e as oportunidades perdidas em chances de mudar a ordem mundial para adaptá-la à globalização. O Secretário-Geral Insulza mencionou que várias regiões, como a América Latina, foram submetidas a períodos de transição, mas até agora os resultados não são claros, e o fim ainda é desconhecido.

O Embaixador Marc de Bricambaut, Secretário-Geral da Organização de Segurança e Cooperação Europeia, recordou que o princípio fundador da OSCE há 50 anos era enfatizar a sua contribuição na formação de uma ampla região compreendendo a América do Norte, a Europa e a Ásia Central, partilhando princípios comuns subjacentes ao “humanismo secular” (ou seja, direitos humanos, democracia, Estado de direito, sociedade aberta, paz e cooperação entre os Estados). Ao salientar o papel dos Estados na construção deste quadro comum, o Secretário da OSCE enfatizou especialmente o papel da sociedade civil e a necessidade de se capacitar as novas gerações.

A professora russa Alla Glinchikova, por sua vez, compartilhou com os participantes sua visão mais sombria de que um possível confronto de civilizações ainda está por vir. Em seu ponto de vista, o entendimento de conceitos como os de inclusão, diversidade e direitos humanos não é universal nem totalmente compartilhado a ponto de excluir essa possibilidade. O senhor André Azoulay, Presidente da Fundação Anna Lindh, corroborou em uma certa medida as opiniões da palestrante anterior, reafirmando que o confronto ainda não acabou. Felizmente, a consciência de que o risco está em ascensão tem reforçado a ideia de que instrumentalizar as culturas, religiões e civilizações é inaceitável. Para refazer a ordem mundial, uma questão-chave é encontrar soluções políticas para problemas políticos, como o conflito no Oriente Médio. Alcançar a União para o Mediterrâneo também representa um passo em direção à construção de um novo mundo baseado nos objetivos da Aliança.

O professor Candido Mendes chamou a atenção para a urgência de se ir além de algumas ideias comuns sobre conceitos fundamentais, como, por exemplo, o do diálogo, para alcançar a tolerância e ter uma compreensão mais completa do terrorismo. O professor afirmou ser necessário que se repensem conceitos como “cultura”, “civilização”, “universalismo”, “progresso”, “modernidade”, “secularização” e “fundamentalismo” para encontrar novas bases para um novo humanismo. Ao contrário da maioria dos palestrantes, que criticaram as ideias de Huntington sobre o choque de civilizações, o professor Cândido Mendes fez uma homenagem a ele, enfatizando que, em sua opinião, Huntington, em variadas manifestações, ajudou bastante na compreensão da democracia, da cultura e da dialética das mudanças.

I-1) Alla Glinchikova, Vice-Diretora do Instituto para Estudos sobre Globalização e Movimentos Sociais da Rússia

First of all I want to say that sometimes it is not so bad to be a bad guy. Bad guy brings some bitterness into the perspective and maybe I will be a kind of bad girl here.

At the outset, I cannot share the optimism which regards the Huntington's perspective of clash of civilization as being in the past. I will say something different. I do not think this perspective is inevitable but I see that we follow this perspective in spite of all our reluctance, in spite of the fact that we all claim and share the universal values of human dignity, the values of democracy,

the values of human modernization, the values of inclusion and diversity. As a philosopher I want to ask a question: Why in spite of our efforts and desires we follow opposite ways? What do I mean when I say opposite ways?

I come from a country which has a kind of colonial experience. We are close in a way to both parts of the world, colonial and metropolitan. So, in the colonial part of the world democracy turns into a formal procedure. But it very often hides the real alienation of society from the decision making process.

Under this perspective, modernization relates to the application of democratic formulas to the existing paternalistic traditional society and values. Diversity, which is proclaimed very often in Europe and in the world leading country, turns into a multiplicity of monologues but not of dialogues. Those who are stronger win the debate over diversity. There is no reciprocal understanding. But to give others the opportunity to pronounce what they want without any desire to find cultural exchange isn't enough.

Why is it so? I do not think that the post colonial world needs 300 years ahead to reach the European achievements. Besides, we will not have these 300 years. So, what can be done to bring those different worlds closer? First of all we need to think about the notions of democracy, modernization and diversity as it is understood today. In general, they contain very important contradictions which we, sometimes, do not notice.

I would apply the same comment to the words inclusion and universalism. We do not have a modern understanding of universal human nature. We have to make efforts to investigate it again. We cannot have inclusion if we do not solve the problem of what has to be excluded. Our civilizations don't have only things to include. They don't have only the human heritage. Our civilizations have also inhuman heritage, including western civilization.

Having those contradictions in mind, I would turn to the concept of democracy. Democracy shouldn't be accepted as a form of opposing, of implementing a particular western model to other parts of the world. It is impossible to implement really civil development by imposing values of a particular country, or a particular culture because if you impose something to a specific society, you demoralize it, you disintegrate it. Society should develop democratic values in accordance with their rules, with their cultural rules. It is important to transform the paternalistic values, which are really alive within many post colonial countries, into civil values but on the basis of their own rules.

The second issue relates democracy and modernization. In this sense I would say that western democracy is a great value. It is an achievement of all

humanity. But this pattern should be different in different parts of the world, especially when it relates to the principle of individualism.

We know that the western type of individualism is not the only one possible. We should be very careful not to impose the western concept of individualism to other cultures and look these individualizing trends in Muslim society, in orthodox society, and so on. Every culture contains individualistic trends which are compatible with democracy. When we say that we want everybody to be included, we want everybody. If you want to create a really democratic world, we should look for those cultural specificities and develop conversation between them.

The last thing I would turn to is diversity. Diversity means that you should make an effort to change your values, but not just taking another values. It implies to find something in common based on both sides. This means that the western world and other worlds should move to each other in search of common values.

In brief, I want to give you an example of an orthodox value which belongs to the Russian society. Very typical, very typical! What is individualism in the Russian culture? It is different from the western understanding of individualism. It is not individualization as singularization and I will give you an example, a very interesting picture which was drawn by one of the core figures in the field of cultural perspective. He said: Look, there is a room, like here, you enter the room with a torch and this torch has a flame. When you enter the room with this torch you light this room with the light from your torch, and when you look at the lights you don't see the borders between your light and the others. They will be all like one.

In this sense, the idea of what is common among us doesn't mean the sum of individual parts. You just disseminate, you just dissolve the light in common. It is not individualization according to the western lens because if you come out of this room, you will take out your torch, and you will take out all your light. You will not leave it in the room.

So, this is the type of ascending individualization, non structural individualization, but still individualization. Thank you.

J) Sessão temática 10 - Migrantes como agentes de mudança e desenvolvimento

Participantes:

- **Luiz Paulo Barreto, Brasil, Ministro da Justiça**
- **Enrique Iglesias, Uruguai, Secretário-Geral da SEGIB**

- **Domingos Simões, Guiné-Bissau, Secretário-Executivo da CPLP**
- **Yasmin Alibhai-Brown, Reino Unido, jornalista do “The Independent”**
- **Franco Montanari, Itália, arquiteto**
- **Francesco Alessandria, Itália, arquiteto e professor de Planejamento Urbano**
- **William Lacy Swing, Embaixador, Diretor-Geral da OIM - Moderador**
- **Christine Aghazarm, OIM, Rapporteur**

Esta sessão ressaltou a contribuição que as migrações podem dar ao progresso e ao desenvolvimento tanto das sociedades que recebem os migrantes quanto as de origem, desde que haja um adequado arcabouço legal. A sessão temática identificou diversas áreas para aprofundar o impacto dos imigrantes na promoção do desenvolvimento e analisou como essas ideias e políticas de integração estão sendo desenvolvidas por uma vasta gama de interessados, incluindo políticos, a sociedade civil e organizações não governamentais. Os participantes também discutiram se os esforços para a coesão social poderiam contribuir para a prevenção de conflitos internacionais.

O painel também explorou as formas pelas quais os migrantes podem conservar os laços com suas origens e ser agentes de desenvolvimento nos respectivos países. O Senhor William Lacy Swing, Diretor-Geral da Organização Internacional para as Migrações, abriu a sessão destacando a importância das remessas financeiras em uma época de grande mobilidade humana para fomentar o progresso, especialmente em países em desenvolvimento.

Os participantes reafirmaram o nexo claro entre migração e desenvolvimento e entre a integração dos migrantes e as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Salientou-se que a realização dessa metas só será possível se uma abordagem da diversidade global (que inclui religião, etnia e cultura) for realizada. O principal obstáculo para esta abordagem é o medo, que impede que os migrantes e nacionais vivam juntos pacificamente e de forma construtiva.

A jornalista britânica Yasmin Alibhai-Brown lembrou que a integração é uma via de duas mãos e que as percepções, as necessidades e os desejos tanto dos migrantes como dos nacionais influenciam o processo de integração.

Além disso, os meios de comunicação, os políticos ou os indivíduos comuns sempre esperam dos migrantes um melhor desempenho do que dos próprios nativos. Esta situação cria uma desconfiança crescente com relação aos migrantes, que se traduz em atitudes negativas. O Ministro da Justiça do Brasil, Luiz Paulo Barreto, afirmou que essas atitudes só podem ser superadas com políticas de imigração mais abertas e com diálogo franco e debate entre os atores. Em um mundo altamente globalizado, as necessidades em matéria de migrações devem ser fundamentadas nos Direitos Humanos.

Outra questão amplamente discutida foi a inadequação dos atuais arcabouços legais para a imigração à luta contra a xenofobia e contra a discriminação. Os fluxos migratórios têm tomado novas formas, incluindo o asilo, a migração para o trabalho, a migração forçada, a intrarregional ou interestadual, o reagrupamento familiar, formas irregulares de migração e assim por diante. Essa diversidade de correntes migratórias demonstra a dificuldade de aplicar abordagens globais ou políticas individuais para diferentes contextos. Foi salientado que os interessados devem continuar a trabalhar em conjunto para um agenda mais positiva e coletiva que leve em consideração todos os atores envolvidos na migração e nos processos de integração.

J.1) Luiz Paulo Barreto, Ministro da Justiça do Brasil (excertos)

Nada mais oportuno do que trazer ao Fórum da Aliança das Civilizações a discussão do tema migratório. É oportuno porque hoje, nos tempos modernos, esse é o tema que mais se aproxima de uma efetiva aliança das civilizações. Ou que deveria se aproximar de uma possível aliança das civilizações. E poder discutir isso no âmbito internacional de um fórum como esse é mais do que saudável, é mais do que bem-vindo. É extremamente necessário. Como foi dito aqui, há pouco nós vivemos em um mundo globalizado, um mundo onde conseguimos reduzir as distâncias, conseguimos reduzir as barreiras comerciais, conseguimos reduzir as barreiras culturais. Conseguimos compreender melhor a formação de um país e sua cultura. Conseguimos colocar nossos produtos nos países mais longínquos e nesse mesmo cenário o trânsito de pessoas, o ir e vir de pessoas, é tratado de maneira inadequada na maioria das vezes. É tratado na contramão de uma integração global e de integração mundial.

É importante perceber que o tema migratório é um tema tão presente no dia a dia de cada um de nós, mas ao mesmo tempo é um tema muito mal tratado pelos governos, pela imprensa mundial, pela sociedade, porque ele é incompreendido na maior parte das vezes.

O Brasil se sente muito honrado e muito feliz de poder discutir esse tema em nosso território, porque nós temos na área migratória uma política diferente da que vem sendo hoje abordada em todo mundo. E não poderia ser diferente. O Brasil foi um país formado pelas migrações, descoberto por portugueses que chegaram aqui no ano de 1.500 e encontram apenas indígenas. E a partir daí o Brasil empreendeu sua primeira grande leva de migração forçada, quando vieram ao país africanos sob o regime nefasto da escravidão. Mas foram os primeiros imigrantes brasileiros que começaram a introduzir sua cultura presente até hoje de maneira muito firme em cada canto do Brasil.

Depois, com o fim da escravidão e a substituição da mão de obra cafeeira nas lavouras de café, o Brasil sentiu a vinda de italianos que chegaram ao país em grandes levas. Depois, para desenvolver o comércio e as necessidades que cresciam, incentivou-se a vinda de pessoas do mundo árabe. Para promover a ciência e a tecnologia, impulsionou a vinda de europeus, poloneses, alemães e assim por diante. Para ajudar a desenvolver o grande cinturão de abastecimento dos brasileiros nas cidades, incentivou a vinda dos japoneses. Cada movimento migratório desse foi um movimento planejado e incentivado pelo governo. E fez nascer no Brasil um sentimento multicultural, um país com diversas civilizações, com pessoas de várias origens, que conseguiram viver toda a história do Brasil em integração, em paz, num cenário de harmonia e jamais houve disputas religiosas, raciais ou de qualquer outro tipo causadas pelas migrações.

Isso acaba sendo assim até os dias atuais. Os estrangeiros chegam ao Brasil e se integram com muita facilidade, porque não existe movimento que aparte as pessoas, que separe as pessoas seja por sua origem, religião ou qualquer outro tipo de diferença. As diferenças nos integram durante a nossa história. E faz com que o Brasil tenha condições hoje de ver o cenário das migrações de maneira mais apropriada e vincule essas migrações ao tema dos direitos humanos. Esse parece ser o principal desafio moderno. De maneira absurdamente inadequada para o mundo globalizado, para o mundo que compra produtos de todas as partes do planeta, ter-se a visão das migrações vinculadas ao direito penal. Ao direito criminal.

É também, inadequado ter a visão da migração vinculada simplesmente ao direito administrativo, à concessão ou não de um visto de residência. É

preciso entender nesse tema que nós estamos lidando com pessoas, com sonhos. E nós temos um mecanismo de propaganda mundial hoje que vende prosperidade, que vende desenvolvimento econômico e social em meio a um contexto internacional cheio de desigualdades econômicas e sociais. E quando nós vendemos esses sonhos de prosperidade, as pessoas compram esses sonhos. Tenta-se de maneira quase ingênua achar que uma barreira migratória vai conter um fluxo como o apresentado de 214 milhões de pessoas ao redor do mundo. Não vai conter.

No final do século passado, por incrível que pareça, vivia-se momento mais favorável a essa discussão. Retrocedemos nisso. Era uma fase de intermaturalização da nossa justiça. Nós tínhamos o Tribunal Penal Internacional, uma instância poderosíssima para punir crimes de guerra, crimes de genocídio. Assinamos o Estatuto de Roma como um novo alento à paz mundial. Na mesma época, assinamos também uma convenção internacional de integração com países de combate ao crime, que era a Convenção de Palermo. Diversos outros instrumentos internacionais reforçavam o tema dos direitos humanos. O tema da internacionalização da justiça. E ao iniciar o século XX, os atentados terroristas, nos Estados Unidos e na Europa, conseguiram destruir mais do que aparentemente destruíram. Conseguiram destruir o caminho da civilização que naquele momento vinha muito forte no sentido da intermaturalização da justiça, da aproximação dos povos e de uma melhor integração mundial.

A partir daí, o que nós vimos acontecer? O fenômeno migratório mais uma vez ser colocado numa pauta negativa no cenário internacional. Nós vimos o direito transnacional que caminhava a passos largos em um momento, ser novamente substituído por um direito interno forte. Ou por um direito internacional fraco. Vivemos a substituição de uma linha que caminhava para estados nacionais submetidos a uma ordem mundial mais forte. O que nós temos hoje é novamente, estados nacionais mais fortes contra uma ordem mundial fraca. Isso vem atingindo principalmente o lado mais fraco desse problema que são os migrantes mais pobres. São os migrantes que compram esses sonhos e tentam recomeçar suas vidas em outros países.

A partir daí, nós conseguimos enxergar uma forte ligação das migrações com o direito criminal. Prisões sendo montadas em várias partes do mundo para trancafiar imigrantes que não cometeram crimes claros do direito penal. Apenas, muitas vezes, ao ingressar no país sem o visto adequado. Uma burla de sua norma administrativa que acaba sendo punida com meses ou um ano

de prisão. Nós vimos também, o cenário internacional confundir e, muitas vezes de maneira proposital, fatores de combate à criminalidade. Quem aqui já não ouviu falar do combate ao tráfico de migrantes. Esse tema tem sido discutido de maneira muito intensa no mundo e tem que ser discutido. O tráfico de migrantes é uma figura odiosa, também gerada e incentivada pela incompreensão das migrações. Claro, quanto maior a contenção, mais importante é a atuação de organizações criminosas que se proliferam nessa prática de fazerem as pessoas irem e virem de maneira ilegal. Com o risco para suas próprias vidas, sua integridade física.

Mas o curioso é perceber que quando sentamos com países para discutir esse tema, percebemos que na maior parte das vezes o que se discute não são medidas de combate ao tráfico de migrantes. São medidas de combate à imigração. E esse é um ponto problemático, que dificulta muito o diálogo internacional. Por isso estamos num momento de revisão de importantes instrumentos internacionais, mas não conseguimos nos sentar à mesa para rever esses instrumentos internacionais. Porque sabemos que vamos regredir ao invés de progredir nesses temas. E se querem um exemplo direto disso, me refiro à Convenção de 1951 de Genebra que trata do estatuto dos refugiados no mundo. Nenhum governo hoje tem a falsa sensação de que se tem quadro jurídico adequado para isso. Um instrumento de 1951 não pode ser adequado em 2010. Até mesmo porque foi editado para conter e regular os fluxos migratórios surgidos após a segunda guerra mundial, quando em razão dos delitos cometidos por Hitler milhões de pessoas tiveram que sair da Europa e tinham que retornar à Europa. E em seu preâmbulo inicial menciona que é uma convenção para regulamentar o crime europeu. E, por que hoje, passado tanto tempo, em 2010 os estados não se sentam para discutir uma nova convenção internacional sobre a proteção de pessoas perseguidas como era o caso dos refugiados? Porque nós não temos clima internacional para avançar nesse tema. É possível que hoje, se empreendermos essa discussão, vamos regredir, inclusive, no que concerne aos instrumentos constantes da Convenção de 1951. E, certamente, hoje não teriam mais aceitação tão ampla por causa das contenções das migrações que são feitas em torno do mundo.

Antes de eu assumir o Ministério da Justiça, eu tive a oportunidade de acompanhar o clima migratório nos últimos 25 anos. Alcançamos muitos avanços internos, no MERCOSUL, na América do Sul, acordos de dispensa de passaporte, acordo de dispensa de visto, acordo de residências migratórias, uma efetiva união migratória que possibilitou ao Brasil empreender anistias

migratórias recentes. Possibilitou ao Brasil a edição de lei migratória que vincula esse fenômeno aos direitos humanos. Permitiu ao Brasil defender o livre trânsito na América do Sul. E adotar uma série de medidas de proteção efetiva aos migrantes, que constam nos nossos planos nacionais de direitos humanos, que constam de políticas públicas efetivas. Temos uma integração hoje muito satisfatória e o respeito efetivo àquelas pessoas que ingressam em nossa fronteira com seus pertences, com suas famílias, com suas vidas e com seus sonhos. E, efetivamente nos recusamos a vincular esse fenômeno, ainda que irregular ao direito criminal. Mas, ao mesmo tempo, estamos vendo todos os dias os cidadãos brasileiros, do MERCOSUL e latino-americanos sofrendo constrangimentos em várias partes do mundo: aprisionamento e maus tratos em razão de uma pretensa segurança nacional na tentativa de inverter o fenômeno que, como foi dito, é natural.

O homem migra por vários fatores. Fatores culturais, inclusive, desde o início da civilização. O homem migra por fatores climáticos, da terra; migra por fatores, principalmente, socioeconômicos. E a desigualdade social impulsiona as migrações. E como eu disse antes, é um fator irreversível. A única maneira de conter esse fenômeno é impingindo dor nas pessoas. É impingindo discriminação nas pessoas. É fazendo muros. É criando barreiras que nos impedem de ter a segurança de que atravessaremos barreiras migratórias em aeroportos internacionais. A tensão aeroportuária é absolutamente reflexo desse tipo de política. Um mundo tão pródigo em termos de comércio de bens e serviços e tão pouco interessado em compreender fenômeno tão simples, tão originário, que é o transporte de seres humanos ao redor do mundo.

Por isso, a discussão de um tema como esse no fórum da Aliança de Civilizações é de extrema importância. Importante para que dentro de nossos governos, tenhamos um diálogo e um debate aberto sobre esse assunto. Que dentro dos meios de comunicação tenhamos um debate estudado sobre esse assunto. Que dentro do meio acadêmico, das universidades tenhamos a discussão desse tema de maneira clara, franca e objetiva. Para que se tenha condições de retomar, passados 10 anos, os rumos do final do século passado. Que é o rumo do tratamento mais digno e adequado ao fluxo de pessoas no cenário da globalização internacional. Esse desafio fica posto em nossa mesa, em nossas agendas. Certamente, se conseguirmos pelo menos sair daqui com o entendimento da maneira correta de se discutir a migração, estamos avançando 10 anos no tempo e retomando o debate do final do século XX. Obrigado.

J.2) Enrique Iglesias, Secretário-Geral da SEGIB

Eu gostaria de dizer primeiro que para mim esse tema é importante nessa grande aventura da Aliança das Civilizações. Já vimos na apresentação do amigo Swing, um milhão de pessoas civilizações diferentes migrando pelo mundo. Portanto, criando um grande desafio à paz internacional. É um fenômeno mundial e produto da globalização, mas não é um fenômeno novo. A migração esteve conosco durante toda a história da humanidade. Mas é verdade que nos últimos 50 anos começaram a aumentar de forma espetacular os fluxos migratórios. Ligados fundamentalmente ao processo de globalização, mas também, às profundas disparidades de renda no mundo. Isso trouxe como consequência esse impulso verdadeiramente dramático de migrações criando um dos grandes desafios globais da humanidade.

Nós da América Latina temos uma posição bastante particular. Uma especificidade do problema dentro da nossa região. Eu trabalho para a Secretaria-Geral Ibero-Americana. São 19 países que falam português e espanhol na América Latina. Temos correntes migratórias. Nos EUA, há 50 milhões de pessoas de origem hispânica de todo o mundo e da América Latina. Durante muitos séculos, a América Latina foi receptora de migrantes. Nos últimos 50 anos, nos convertimos em emissores de imigrantes. Essa dualidade, às vezes complica a compreensão dos problemas especialmente na Europa, onde há dificuldades de integração.

O que nós fizemos com respeito a esse tema foi procurar harmonizar os países em torno de uma carta de navegação. Um compromisso fundamental de princípios. Foi bastante complicado. Em 2006, em Montevideu, aprovou-se a Carta Migratória Ibero-Americana. Foram seis os princípios salientados e aceitos por todos os participantes.

O primeiro e mais importante é o respeito aos direitos humanos. Na verdade são pessoas. Não são coisas. Portanto, o imigrante tem de ser respeitado em qualquer situação migratória. Estando legal ou ilegal, ele tem que ser respeitado como pessoa. Isso é um ponto de partida fundamental. Há também o aspecto de os países decidirem quem pode e quem não pode entrar. Todos aceitam o imigrante de capitais, o investimento, a tecnologia. Quando chegam as pessoas, porém, a soberania predomina. Há também a necessidade de se reconhecer o direito à integração. O direito de as pessoas se integrarem onde quer que estejam.

Eu, nesse sentido, tenho uma experiência. Sou imigrante. Nasci na Espanha e de lá saí com três anos de idade e fui para o Uruguai. Sou uruguaio 100% e tenho, portanto, a minha experiência de integração. Conheço como se fez a integração. Eu fui integrado. O Uruguai me integrou na escola, no bairro, com os amigos e com a família.

Eu conheço bem o problema do imigrante e da integração em seu destino. Mas depois tive outras oportunidades. No Chile eu conheci os imigrantes latino-americanos. Com direito a integração dentro das comunidades latino-americanas. Mas, depois conheci outra realidade. A realidade dos imigrantes integrados e a dos excluídos. E são milhões de pessoas que estão na situação de ilegais. Depois fui morar na Espanha onde há imigrantes latino-americanos que foram aceitos de uma forma muito razoável, muito humanista.

Portanto, tenho tradições bastante compartilhadas. Adquiridas com as oportunidades que a vida deu a mim. Eu diria que o direito à integração é fundamental. E para isso temos que partir de um ponto fundamental, fazer com que a opinião pública compreenda que o migrante contribui com o desenvolvimento econômico e social do país. Que ele não é uma perturbação, muito pelo contrário.

Os espanhóis fizeram um estudo realizado anos atrás, dizendo o quanto a migração da América Latina havia contribuído nos últimos anos ao produto bruto e à seguridade social da Espanha. O resultado positivo gerou reação pública favorável importante em favor dos migrantes.

Para mim, a conscientização sobre a contribuição do migrante à sociedade de destino contribui para sua aceitação. Educação, saúde, padronização das contribuições culturais são importantes. Direito a trabalhar em condições similares ao trabalhador local também. Tudo isso e um grande esforço internacional devem promover o reconhecimento da contribuição do migrante à sociedade.

No caso da SEGIB temos que acompanhar todas as discussões em todos os níveis e graças à grande contribuição da Aliança das Civilizações, organizamos um encontro no Equador, e faremos outro este ano, procurando intensificar um debate com representações da sociedade ibero-americanas, governos, especialistas, instituições internacionais e a sociedade civil. Tal iniciativa permite visão mais abrangente dos problemas de natureza política, social, econômica e de direitos humanos. E para que se estimule uma visão positiva do problema migratório. E não somente punitiva como a que temos hoje. Uma visão positiva e a integração como instrumento fundamental para o país de saída e para o país de destino.

O momento atual é importante pelos desafios que apresenta. Primeiro pela grave crise mundial que temos que tende a agravar a xenofobia. Prevalece a percepção do migrante como competidor em matéria de trabalho. Isso cria reações xenofóbicas e o fenômeno da seletividade dos migrantes.

A América Latina poderá se tornar uma região de destino. O Brasil, em particular, é um caso bem claro de atração de migrações intraregionais. É possível transformar o tema em agenda construtiva e positiva. Uma agenda positiva contra uma visão punitiva. Muito obrigado.

K) Sessão temática 11 – O impacto social da alfabetização mediática

Participantes:

- **Mira Feuerstein, Israel, Chefe do Departamento de Estudos de “media” no “Oranim Academic Educational College”**
- **Ignacio Hernaiz, Argentina, Diretor do Canal Encuentro e Diretor-Geral do “Educ.ar”,**
- **Ramon Tuazon, Filipinas, Presidente do Instituto Asiático de Jornalismo e Comunicação**
- **Ismar Soares, Brasil, Diretor do Departamento de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, Brasil**
- **Brazil e Vice-Presidente do Conselho Mundial para Educação Mediática**
- **Mogens Schmidt, Vice-Diretor do Setor de Comunicação e Informação da UNESCO - Moderador**
- **Jordi Torrent, Alfabetização Mediática do Secretariado da AdC, Rapporteur**

Nesta sessão, a importância social da alfabetização mediática foi abordada pelos palestrantes por meio de uma perspectiva de múltiplos interesses (“*multi stakeholders*”). A alfabetização mediática foi identificada como uma ferramenta de capacitação que facilita a participação ativa dos cidadãos no processo político das sociedades contemporâneas. Este processo está ligado à tradição latino-americana de sistemas de comunicação alternativos defendida pelo pedagogo Paulo Freire.

Vários projetos brasileiros de alfabetização mediática implementados atualmente incluem a participação dos jovens no processo de produção e autoexpressão, bem como iniciativas para desenvolver a educação para a cidadania por meio do trabalho em equipe e da colaboração no processo criativo. No entanto, embora o Brasil tenha projetos de alfabetização mediática exitosos em desenvolvimento, eles ainda não fazem parte da política de educação pública.

A elaboração do conceito global de educação mediática como uma plataforma para a inclusão social, especialmente no novo ambiente digital, em especial a extensa interação possibilitada pela mídia social, cria um desafio para a inclusão da juventude com um papel mais participativo em suas comunidades. Este é um novo ambiente que desenvolve narrativas digitais, facilita a autorrepresentação e a visibilidade do “outro”. A “Cultura Participativa”, um novo conceito emergente do ambiente dos meios de comunicação, oriundo de Tecnologias Web 2.0 e de sistemas de comunicação, foi identificado como promotor de uma participação mais ativa dos cidadãos nas sociedades democráticas, permitindo-lhes maior engajamento no discurso social e um diálogo mais profundo com suas comunidades.

O exemplo do Canal Encuentro, da Argentina, foi apresentado na sessão. O canal promove a diversidade cultural, o acesso democrático ao conhecimento e com inédita plataforma múltipla de televisão, Internet e educação pública. Esta situação sublinha a importância de abordar as audiências televisivas como cidadãos, e não como consumidores, oferecendo conteúdo de qualidade que estimule a reflexão, o debate e o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico sobre as mensagens obtidas dos meios de comunicação. O canal *Encuentro* fornece ferramentas para a autoexpressão que permitem aos jovens criar suas próprias mensagens mediáticas usando os programas de edição disponibilizados gratuitamente.

Os currículos do programa da UNESCO de Formação de Professores para a alfabetização mediática também foram destacados como novos recursos que identificam as competências essenciais e áreas do ensino associados à alfabetização mediática. O currículo foi produzido em consulta com as partes interessadas de todo o mundo (inclusive a Aliança de Civilizações) e serão disponibilizados aos Ministérios da Educação interessados em incluir esses programas em seus sistemas educacionais. Este recurso destina-se a facilitar a integração da alfabetização mediática dentro dos currículos escolares em todo o mundo, resultando, entre outras coisas, na consciência crítica.

Em conclusão, a alfabetização mediática foi identificada como uma fonte necessária para a inclusão social, bem como uma plataforma que facilita o desenvolvimento da cidadania em sociedades pluralistas. Iniciativas de educação mediática que ultrapassam situações formais de ensino, tais como programas de televisão, websites e projetos multiplataforma conectado a currículos escolares, oficinas de produção de “media” para minorias, e programas de formação para a cidadania foram reconhecidos como elementos fundamentais para a promoção do diálogo intercultural.

K.1) Professor Ismar Soares (USP, Brasil)

Sou professor de uma universidade, a Universidade de São Paulo, que decidi colaborar com o sistema educativo, com a mídia e com o terceiro setor de envolvimento da prática da mídia, de ter sido a *media education*. E chamamos a esse conjunto de preocupações de *media inicial prospection* de educomunicação.

E a teoria, eu creio que a questão é: como ir do pequeno, da pequena atividade de uma ONG para grandes projetos nacionais de política pública em educomunicação e *media literacy*.

A *media literacy* é importante, levando em consideração que estamos na área da informação, e levando em consideração que as grandes políticas do mundo são formadas a partir do fluxo de informação entre as pessoas e grupos humanos.

Portanto, se uma geração não tem condições de conhecer a estrutura do funcionamento da mídia, essa mesma geração não terá condições de influenciar o desenvolvimento das políticas em seu país e no mundo. Portanto, a *media literacy* é um elemento essencial para o desenvolvimento e para assuntos egressos da sociedade contemporânea.

Se observarmos o país, os grupos, as pequenas Organizações Não Governamentais e os especialistas que trabalham com educação para a *media literacy*, vamos observar que talvez 50 mil crianças e adolescentes são atendidas por esses programas e, por isso, temos um razoável núcleo de adolescentes envolvidos com a leitura da mídia e com a produção.

No entanto, nós observamos que temos, no Brasil, 42 milhões de crianças e jovens. Esses 42 milhões não têm acesso a essa discussão porque o sistema formal de ensino ainda não incorporou o debate sobre a educação para a

mídia. Esse é o grande desafio: como passar das pequenas experiências para as políticas públicas. Próximo.

Ontem recebi uma informação importante de Brasília: 4.800 escolas públicas de ensino médio, *high schools*, que têm vínculos com o Ministério da Educação, decidiram adotar a *media literacy* como parte dos seus trabalhos.

O que significou o fato de nós termos, de imediato, 4.800 escolas, dentre 10.000, vinculadas ao programa especial do Ministério, de decidirem pela educomunicação. O longo trabalho, acredito eu, de mais de 30 anos, em que pequenas organizações se articularam com universidades, com especialistas e, aos poucos, foram criando uma metodologia e motivando o próprio governo a entender a necessidade de ingressar, de uma forma mais formal e sólida, no campo da educomunicação. Passo. Próximo slide.

No caso, a referência aqui é de um núcleo de pesquisa de uma universidade do estado de São Paulo, que vem pesquisando essa realidade e acabou identificando que essas três grandes preocupações da *media literacy*, que é a questão do conhecimento sobre o impacto da mídia, que é a possibilidade de desenvolver a autoexpressão e que é a possibilidade de desenvolver políticas nesta área, na verdade, na América Latina, é parte de uma luta política e social de mais de 60 anos. Chamou-se, antigamente, a esse movimento, de comunicação alternativa, de educação popular. No caso, Paulo Freyre foi um referencial teórico para esse processo.

E o que observamos é que quem faz esse trabalho não pensa exatamente como comunicador profissional, não pensa exatamente como um educador profissional. Nós observamos que existe uma intersecção, uma área de inter-relação de pessoas que, dentro da educação, da comunicação ou de outras áreas, empreendem uma atividade específica e têm uma referencial teórica específica com uma metodologia específica.

Estamos chamando a esse movimento de educomunicação, porque absorve, nos dois campos fundantes – comunicação e educação – e de outros campos, da sociologia, da antropologia e da psicologia, por exemplo, no ativismo político, na sua força de trabalho.

Podemos observar que quem está nessa confluência tem um discurso semelhante e podemos dialogar. O nosso diálogo, aqui, não será entendido, exatamente, por um comunicador profissional que não esteja iniciado, ou por um educador que esteja iniciado. E este é o grande problema que enfrentamos no mundo e no Brasil, pelo fato de o sistema educativo não aceitar incorporar

regularmente a *media literacy*, a *media education*. No caso, nós estamos entendendo que a *media literacy*, a *media production*, o diálogo comunicacional e a cidadania conformariam este campo nacional da telecomunicação.

Vamos ter condições de encontrar, numa região das mais pobres do Brasil, que é no estado do Ceará, região semiárida, uma prática comunicativa plena. A Fundação Casa Grande, reunindo 90 adolescentes, faz a gestão democrática do uso da comunicação naquele espaço. É uma experiência de educação em observação.

No Fórum ***World Summit on Media for Children 2004***, no Rio de Janeiro, tivemos uma reunião de jovens do mundo inteiro, que demonstraram que eles têm capacidade de gerenciar seus processos de comunicação. E isso nos motivou a avançar e a dialogar com canais de comunicação, como o Canal Futura, por exemplo, que desenvolve uma prática comunicativa, dialogado com a mídia impressa, no caso um jornal de São Paulo, desenvolvendo páginas ao redor do tema da educação, dialogando por rede de escola, como esta rede do Nordeste, em que 1.200 escolas produzem um jornal, a partir da liberdade de expressão dos seus alunos. E avançamos na capacitação de jovens para a empregabilidade, no caso, jovens com problemas físicos, de cegueira, Síndrome de Down, juntamente com os demais colegas, trabalhando conjuntamente o desenvolvimento de projetos. No caso, em todos esses projetos, o importante é o trabalho coletivo, em que o adulto se junta ao adolescente, à criança e, entre eles, compartilham democraticamente um projeto de intervenção.

Com isso, conseguimos chegar ao governo federal através de um projeto de educação à distância para 50 mil professores, chamada “mídia e educação”, “mídia na educação”. E desenvolvemos, também, a Universidade de São Paulo, um projeto junto à rede pública de ensino da cidade de São Paulo, levando rádio e informática para 455 escolas, num trabalho colaborativo. E avançamos em outras áreas como, por exemplo, a área do meio ambiente, e nós temos, hoje, em Brasília, no Ministério do Meio Ambiente, um projeto chamado Educação Socioambiental. O Ministério entendeu que as campanhas publicitárias e as notícias de jornal não convenciam a população a defender a natureza. Entenderam que, através da profissão educacional, os agentes de proteção do meio ambiente podiam conseguir resultados mais efetivos.

A partir dessas considerações, nós entendemos a necessidade da aliança entre experts, entre especialistas. Essa aliança com meios de comunicação interessados nesse campo, mesmo que essas audiovisuais, juntamente com os que desenvolvem funções públicas, associando a todos as Organizações Não Governamentais.

No caso, avançamos um pouco mais para definir a educomunicação como um conjunto de ações que envolvem planejamento e implementação de processos e conjuntos destinados a criar e estabelecer ecossistemas cognitivos nos espaços educativos; melhorando o coeficiente comunicativo das ações da educação; ampliando a capacidade de expressão dos sujeitos sociais midiáticos; desenvolver o espírito crítico do usuário da mídia; implantar políticas públicas de comunicação e educação e usar os recursos da informação a partir da sua potencialidade midiática.

No caso, conseguimos chegar à própria universidade, que decidiu criar um curso de graduação pouco regrado para formar futuros profissionais para esta área. A universidade demorou 14 anos discutindo a possibilidade desse curso e, finalmente, as faculdades de educação e de comunicação concordaram em criar um curso, que começa em fevereiro do próximo ano.

Finalmente, eu queria dizer que chegamos, no Brasil, a partir da experiência latino-americana, na verdade, nós não estamos sozinhos, porque essa prática, essa ação de resistência e esse trabalho, de educação na América Latina foi discutida especialmente nos anos 80, com a colaboração da própria Unesco, que criou um campo de trabalho no continente que possibilita, hoje, que o Conselho de Educomunicação esteja presente em toda a América Latina e em alguns outros países também, fora do continente.

L) Sessão temática 12 – O papel dos líderes religiosos na promoção do desenvolvimento humano e da paz

Participantes:

- **José Miguel Insulza, Secretário-Geral da OEA**
- **Rashad Hussain, EUA, Enviado Especial para a Organização da Conferência Islâmica**
- **Mike Hardy, Reino Unido, Chefe do Programa do Diálogo intercultural do Conselho Britânico**

- **Lilian Sison, Filipinas, Diretora da Universidade de Santo Tomás**
- **Grégor Puppink, Polônia, Diretor do Centro Europeu de Direito e Justiça**
- **Franz Magnis-Suseno, Indonésia, filósofo e escritor**
- **Raja Nazrin Shah, Malásia, Príncipe do Estado do Perak, Enviado Especial para o Diálogo Interreligioso e Intercivilizacional**
- **Bill Vendley, Secretário-Geral da “Religions for Peace International”, Moderador**
- **Daanish Masood, Secretariado da AdC, Rapporteur**

Organizado em colaboração com a organização não governamental Religiões para a Paz (*Religions for Peace*), esta sessão reuniu líderes confessionais, representantes de governos e vários especialistas para explorar o papel das comunidades religiosas na construção da paz, desenvolvimento humano e promoção da coesão social. Os palestrantes apresentaram diversos estudos de caso que destacaram como as comunidades religiosas e seus líderes têm contribuído ativamente para resolver questões de conflitos violentos e aumentar a coesão social e o desenvolvimento humano.

O debate que se seguiu procurou desfazer alguns dos equívocos sobre o papel da religião na vida pública, em especial a crença generalizada de que a religião é fonte de conflito e de violência. Os líderes religiosos têm um papel importante no avanço das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Os palestrantes também enfatizaram o papel crítico dos líderes na prevenção da violência extremista. Pessoas que usam o islã para justificar a violência muitas vezes não têm as devidas qualificações para falar sobre o assunto. É por isso que, por exemplo, a nova administração dos Estados Unidos passou a evitar os termos “jihadista” ou “islâmico”, para não incentivar a percepção de que os que defendem a violência contra inocentes são realmente líderes religiosos.

Os participantes enfatizaram que os líderes religiosos devem continuar a falar contra o terrorismo. Eles devem condenar a violência sempre que ela ocorrer. Além disso, os líderes religiosos precisam colaborar com governos para a segurança internacional. Também foi ressaltada a relação entre paz e justiça como sendo muito importante.

Foi dito que os líderes religiosos passam a maior parte do seu tempo liderando preces. Como se relacionaria isso com a paz? A oração é necessária para paz pois é dessa forma que muitos seres humanos contemplam sua realidade. A paz deve ser promovida por meio da justiça. Os líderes religiosos

têm um papel a desempenhar antes e depois dos conflitos. Mais importante ainda, a verdade e a paz estão interligadas pela justiça – sem a verdade, não há justiça e sem justiça, não há paz. Finalmente, a reflexão teológica é também crucial. Essa reflexão pode formar a base do diálogo, do conhecimento e da compreensão. No entender dos participantes, ela é, no geral, uma condição necessária para a melhoria das relações.

L.1) Raja Nazrin Shah, Príncipe do Estado do Perak, Malásia

When the sun set on colonial empires in the middle of the last century it left behind a post-colonial world that saw nations at odds with states. Where before the boundaries of nations and states generally coincided, colonialism created new political configurations where nation and state often sat uneasily with one another. From Africa to Asia states emerged that saw nations admixed within their boundaries or sliced by borders.

Nations had to be built anew within nation-states and the management of ethnic and religious diversity became a paramount task for many independent countries. For a time the Cold War masked severe internal contradictions in some of the states, but as the Cold War ebbed they reinstated themselves with a vengeance. The sometimes violent contest between conflicting political and economic ideologies further aggravated the situation.

Some countries managed to respond to the challenges well and emerged as increasingly cohesive and stable nation-states. Others plunged into turmoil and unrest that persist to this day. A few succumbed and broke into parts. The number of states grew. The count at present is 192.

Malaysia is one of the fortunate countries that has been able to manage its religious and ethnic diversity relatively well. Indeed, instead of breaking up it grew in size from a federation of eleven states to a federation of thirteen as well as three federal territories. The challenges at independence in 1957 were enormous, and many observers thought that Malaya, and later Malaysia, was destined for the dustbin of history. Ethnic and religious cleavages, recently immigrant communities with uncertain loyalties, poverty, insurgency and external threats combined to make the environment for nation building forbidding.

God willing however, the country pulled through. It continues to grapple with many challenges, but they are of a largely different order. Malaysia today is a peaceful and stable democracy. The United Nations Development

Programme classifies it as a High Human Development country. The World Competitiveness Yearbook ranks Malaysia the tenth most competitive economy.

How we got to where we are, is a story we could share. Political wisdom, sound economic policy, a sense of social justice, effective security strategy and good public governance all combined to produce a successful development model that at the same time helped secure the foundations of a viable nation. The story of Malaysia however is above all the story of its people. Their rich and varied culture, moderate personal character, good values, strong work ethic and willingness to engage and compromise animated the spirit and substance of nation building. They provided the critical valuational, emotional and psychological glue that helped bond the nation.

The strategy for managing Malaysia's religious diversity has to be seen in this larger political, social, economic and security context. It must also be understood in the context of the country's historical evolution. Before the colonial powers arrived at the scene it was a largely homogeneous Malay-Muslim society governed by Malay-Muslim Sultans (nine in number). When independence was gained the country had become a diverse community of ethnic and religious groups with large immigrant populations of Chinese and Indians plus a small number of Sikhs brought in by the British colonial power. The Chinese were Buddhists or professed traditional Chinese faiths such as Confucianism and Taoism. The Indians were mainly Hindu. Significant numbers of Chinese and Indians were also Christians. The people of Sabah and Sarawak which later became a part of the new Federation of Malaysia were Iban, Kadazan, Melanau or of other indigenous groups. They were Muslims or Christians or held other traditional beliefs. Religious identity was therefore further defined by race and other cultural traits. Income levels and economic functions also tended to follow ethnic lines.

Malaysia's strategy for managing its religious diversity amidst other nation-building demands conforms substantially to the ideals and principles of the Alliance of Civilisations and UNESCO's 2001 Declaration, 2005 Convention and 2006 Guidelines pertaining to cultural diversity and inter-culturalism. Specifically it conforms to the principles of democracy, respect for human rights and freedom of religious and cultural expression. It also encourages inter-cultural education and citizenship and recognises the right of all groups, including religious groups, to organize themselves politically to protect and promote their legitimate interests. The ideals and principles are applied

pragmatically to suit the realities of the Malaysian environment, as understood and recognised by the UNESCO instruments.

Malaysia's policy on religious diversity is governed by the historical agreement forged among the leaders of the various communities and constituent states of the Federation at the time of independence in 1957. This agreement on the respective rights and obligations of all parties is guaranteed and protected by the Constitution of the Federation. The agreement was democratically arrived at and covers a wide range of subjects including citizenship, respect for fundamental rights, language, religion and race. It has furnished the foundation upon which nation-building has taken place.

Religious freedom is guaranteed by the Federal Constitution. Article 11 recognises the right of every person to profess and practice his or her own religion and to propagate the same. The article also declares Islam as the "religion of the Federation", thereby giving it official status. It was agreed by the leaders of all the communities that the propagation of other faiths may be controlled or restricted among Muslims. This provision dates from the British colonial period.

Respect for religions and the freedom given to religious practices manifests itself in the many hundreds and thousands of mosques, churches and temples that dot the urban landscape and are scattered throughout the country. It is common to see mosques, temples and other places of worship standing side by side throughout the country. It also manifests itself in the fact that every major religious and cultural festival is a public holiday for all Malaysians irrespective of faith and culture. Inter-religious understanding and engagement is also actively promoted through the teaching of subjects like Moral Education, Religious Education and Civic and Citizenship Education in schools.

Malaysia's policy of welcoming and celebrating religious diversity instead of suppressing any religious group has contributed greatly to the building of a more peaceful and united nation. It also explains the absence of faith-based insurgencies or insurgencies defined by religion in Malaysia. Malaysia's experience is that embracing religious diversity enriches rather than inhibits national unity in multicultural societies.

Despite the considerable progress that Malaysia has made however, it continues to have to contend with various stresses and strains. Religious consciousness has increased amongst all communities in recent decades in common with similar developments elsewhere in the world. Its comingling

with other issues affecting ethnicity and economic inequities has occasionally complicated inter-religious harmony. The high media publicity given to the admittedly rare instances of conversion by a spouse without the knowledge of the family has caused problems for cases of burial after death, child custody and inheritance of property. Legal disputes concerning the jurisdiction of Muslim *Shariah* law and common or civil law have also affected sentiment among Muslim and non-Muslim communities when they occur.

A society in which religious, ethnic and economic fault lines often reinforce each other has made nation building in multicultural Malaysia a major and continuing challenge for the state. Nation building and national unity based on integration and not assimilation has been the priority of the government and political leadership since independence more than fifty years ago. Despite the impressive progress achieved thus far, nation-building is still a work-in-progress in Malaysia as in most other post-colonial states. Our experience is that religious diversity and national unity are not incompatible with one another. Indeed, they nourish and enrich each other.

Having said this, I think it would be a tragic omission if we failed to fully galvanise the potential that is in religion to serve the cause of peace and human development. Religious leaders have great moral authority and religious force in their respective communities. If leaders of every faith in every society could be mobilised to strengthen the fabric of peace and the conditions for development they would be a powerful force for the making of a better world.

It would be pertinent to mention that the role of religious leaders change from time to time and from situation to situation depending on circumstances. In today's globalised world, the role of religious leaders is not confined to merely preaching to adherents the true teachings of a particular faith or religion. Religious leaders today have greater responsibilities.

Through the effort of religious leaders, religious institutions in Malaysia have established vehicles to promote social integration for exchange of ideas and thoughts. This can be seen by the role of the Allied Coordinating Committee of Islamic NGOs (ACCIN) and the Malaysian Consultative Council of Buddhism, Christianity, Hinduism, Sikhism and Taoism (MCCBCHST) in promoting better understanding and mutual cooperation among the various religious communities. Some of the roles of these institutions include promoting inter-religious harmony, mediating conflicts between religious groups, helping the working committee on the guidelines for places of worships for non-Muslims, and organizing seminars and forums to promote

goodwill, respect and understanding in partnership with the government as well as academic institutions.

While religious leaders have contributed positively to peace and stability in Malaysia, they are expected to do more today than what they have done in the past. The power of the media, globalization and advancement in communication technology, accompanied by abstract concepts such as human rights, has brought renewed complexities in ethnic and religious relations in the country. It is obvious that in this day and age, religious leaders have a very important role to shoulder in promoting interaction, understanding and tolerance between different communities.

While it is expected that religious leaders encourage understanding and tolerance, we are equally aware, all too often some have chosen to speak in judgment of other communities and civilizations, as well as stigmatized and encouraged intolerance against other faiths. There is a need for religious leaders to address religious issues in a rational manner while being mindful of the sensitive nature and all the ramifications that come with such issues. There is also an equal need for religious leaders to refrain from propagating any form of extremism and instigating the people with the feeling of hatred, distrust and intolerance based on religious biasness. It is therefore very important for religious leaders to restrain from politicizing sensitive issues.

Misguided religious leaders have sometimes not only been enemies and obstacles to peace; they also have been, unwittingly or deliberately, impediments to human development. In this regard, it is regrettable that tradition is often confused with religion, and tradition is clothed as religion to justify intolerance, discrimination and denial of rights. Religious leaders in communities still trapped in the past often interpret religion to suit and reinforce cultural traditions. In so doing they contribute to keeping their communities mired in human under-development when the traditions inhibit healthy development.

We call upon religious leaders to be supportive towards initiatives that can create awareness, promote understanding and encourage dialogue between different societies, faiths and cultures. We recognise that religious leaders are often persuasive, inspirational and influential. Thus religious leaders have a unique catalytic role to play in encouraging greater collaboration in support of noble objectives of maintaining peace so as to allow nations to develop and citizens to prosper. Together they must promote peace and development, encourage dialogue and increase interaction.

Every religion and ancient philosophy holds to the principle that we should only do to others what we would like others to do to us. The *Mahabharata* of Hinduism says, *“This is the sum of duty: do naught to others which if done to thee would cause thee pain.”* The *Udan-Varga* of Buddhism says, *“Hurt not others with that which pains yourself.”* The *Talmud* of the Jews says, *“What is hateful to you, do not to your fellow men. That is the entire law; all the rest is commentary.”* The *Bible* quotes Jesus as saying, *“In everything, do to others what you would them to do to you. This is what is written in the Law and in the Prophets.”* The *Hadith* (Words of Prophet Muhammad Sallallahu Alai Wassalam), quotes the Prophet Muhammad Sallallahu Alai Wassalam as saying, *“That which you want for yourself, seek for mankind”* and *“None of you truly believes until he wishes for his brother what he wishes for himself.”*

The world would be a much better place if those who cherish peace as well as those who contemplate war and violence abide by this rule. Religious leaders can do much by openly and courageously urging their own leaders and others in their community who counsel violence, to observe this universal ethic. There will then be less killing of innocent people, illegal invasion of foreign countries and illegal occupation of other people’s lands. Resort to the use of force and arms should only be permissible in defence of territory and possessions after peaceful options have been exhausted. This is the teaching of Islam and of many other faiths. It is also a basic tenet of modern international law.

For too long have good religious leaders remained in the background of national and global affairs. It is time for them to come to the fore, for their voices to be heard, and for their influence to be felt.

Thank you.

L.2) Gregor Puppink, Diretor do Centro Europeu de Direito e Justiça

Thank you, I am very glad to be here. I introduce myself, I am Gregor Puppink, from the European Center for Law and Justice. The center was founded 20 years ago and is dedicated to the promotion of freedom. I will now speak on religion and peace, through the spectrum of justice. We try to promote peace by focusing on justice. The link between peace and justice is something very important. Just come back to the issue today, I would like to start focusing on how religious views concern peace. Religious leaders are

interested in three things: first in praying, second in teaching and third in community. So, how are the three aspects related to peace?

What is the connection between prayer and peace? In my view it is also a call to peace. It is a duty to God. In a world that is very materialistic and focused on production, the prayer gives back to humanity its understanding. On the first part, religious leaders are men of prayers and also men of peace. Man cannot live without the spiritual dimension. Second aspect, the religious leaders are also the teachers. And now, how can they teach about peace? What we can say is that they have a responsibility to teach about peace as leaders.

Second, those days they have a specific opportunity to teach about peace because we are no longer living in a system of national sovereignty, but there are very deep cultural aspects with moral and ethics. Because religion is a source of moral and ethics, they have a great opportunity to influence international life. International life is more in need of moral justification for critical decisions. Through the teaching they have the opportunity to promote peace.

My belief is that there cannot be peace without justice. And so, the promotion of peace must go through the promotion of justice. Justice is very different between religions. The Christians have a very specific concept of justice close to charity. But human rights are a commitment to justice. Human rights are the rules, but not based in any particular religion.

I will just quickly end saying very often we find religious leaders involved in mediation. This happens a lot and we can have many examples. They also have a role after a conflict; it's a reconciliation process. So these are positive forces that belong to religious leaders.

As a conclusion, insisting on the link between justice and peace, I would propose that those religious leaders who promote violence should renounce that violence if they understood that truth and peace are interconnected through justice. There is no peace without justice. As there is no justice without truth. You cannot pretend to hold the truth if you are not dedicated to justice.

5 - Sessão Especial – Construindo Parcerias Público-Privadas para a Diversidade e o Diálogo Intercultural

O resumo da sessão aqui apresentada é tradução para o português da versão original em inglês do Relatório “*Third UN Alliance of Civilizations Forum*”, produzido pelo Secretariado da AdC em Nova York.

Participantes:

- **Pascale Thumerelle, França, Vice-Presidente e Diretora de Desenvolvimento Sustentável da Vivendi**
- **Nelson Savioli, Brasil, Secretário-Geral da Fundação Roberto Marinho**
- **Marcelo Drugg Barreto Vianna, Brasil, Parceiro da Deloitte-Touche Tohmatsu**
- **Effenus Henderson, EUA, Chefe do Escritório de Diversidade da Weyerhaeuser**
- **Mansour Javidan, EUA, Diretor de Pesquisa da Thunderbird School of Global Management**
- **Fernando Rossetti, Brasil, Secretário-Geral do GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas)**
- **Tariq H. Cheema, Fundador e Diretor do “World Congress of Muslim Philanthropists”**
- **Andrew Barnett, Fundação Gulbenkian**

- **Jean-Christophe Bas, Secretariado da AdC - Moderador**
- **Cly Wallace Aramian, Reino Unido, Consultor da AdC, Rapporteur**

O objetivo desta sessão foi discutir novos caminhos e identificar novas ferramentas para auxiliar a ação governamental no que tange à promoção do diálogo. Algumas das abordagens mais inovadoras e eficazes são provenientes de uma nova geração de líderes empresariais e filantropos, que estão usando suas experiências e perspectivas transfronteiriças para ajudar a construir uma cultura de respeito, compreensão e inclusão na sociedade global de hoje.

O Relatório sobre “Fazer Negócios em um Mundo Multicultural” lançado no Fórum de Istambul, em abril de 2009, e o lançamento posterior do Conselho Empresarial para o Diálogo e Cooperação Intercultural foram usados como estudos de casos para avaliação de empresas nessa área. Que lições podem ser aprendidas com essas experiências? Como elas podem ser ampliadas? Como o diálogo intercultural pode ser integrado nas agendas de responsabilidade social e sustentabilidade? Como as empresas e a sociedade civil podem agir em conjunto com os governos para abordar os desafios interculturais do mundo de hoje?

Os participantes fizeram recomendações de ações concretas para permitir e incentivar parcerias público-civis, tais como:

- Integração do diálogo e da diversidade interculturais na agenda da sustentabilidade global

Nas discussões atuais, a atenção está centrada quase inteiramente sobre o meio ambiente. Deve ser ressaltado que a diversidade e o diálogo interculturais são também cruciais para a construção de um futuro sustentável, e devem ser consideradas como parte integrante do desenvolvimento e da responsabilidade social corporativa.

- Padrões de desempenho

A avaliação é crítica. Investidores socialmente responsáveis devem ser capazes de avaliar o desempenho da sustentabilidade das empresas nas quais eles podem investir. Alguns indicadores foram criados para ajudar as empresas

a definir seu impacto na sociedade e avaliar seus próprios desempenhos nos aspectos ambiental, econômico e de sustentabilidade social. Faltam ainda diretrizes e indicadores para avaliar o desempenho das organizações na gestão da diversidade cultural e na promoção do diálogo intercultural. Grupos como o “Global Reporting Initiative” são importantes para ajudar no desenvolvimento e na definição de padrões e indicadores que permitirão analisar e medir o impacto nessa área. No âmbito governamental, observa-se que a Organização Mundial do Comércio (OMC), por estabelecer normas e padrões internacionais para esse setor, desempenhou um papel importante na globalização dos negócios. Sugeriu-se que poderia ser a hora de se estabelecerem princípios e orientações universais para a promoção do diálogo e da cooperação interculturais.

- Incentivo à liderança inclusiva

A diversidade cultural é um fato no mundo de hoje. O desafio é como abraçar essa diversidade e promover a liderança inclusiva – em empresas, no governo e na sociedade civil. Devemos incentivar a pesquisa, identificando formas de partilhar os resultados com os governos e a sociedade civil.

- Educando cidadãos globais

Talvez o mais importante a fazer para promover o diálogo e a cooperação interculturais é ensinar nossos filhos de uma maneira diferente. No mundo dos negócios, as pessoas devem receber uma educação abrangente, que inclua formas aceitáveis de comportamento em culturas diversas, e as lições devem começar na infância. Os ministros da Educação devem ser convocados para discutir como a educação pode ser reformada para ajudar a criar cidadãos globais.

- Facilitar o trabalho das fundações:

A ONU poderia ajudar a criar um ambiente melhor para as fundações, possivelmente no contexto de um “Ano Mundial para a Filantropia”: ajudando a definir o que é a filantropia a nível global, levando em conta as várias abordagens nacionais que operam no mundo, e estabelecendo normas para a prestação de contas. Também deve ser entendido que as fundações oferecem mais do que o financiamento para projetos, já que elas também têm

experiência nas questões sociais e na capacidade de unir as pessoas de setores e formações diferentes.

- Juventude:

Os jovens são vitais para a criação da cultura do diálogo e da cooperação. É vital para as empresas atrair e reter jovens, que querem cada vez mais aderir a organizações que prezem a diversidade e a inclusão, bem como sejam socialmente responsáveis. Portanto, se as empresas querem ser bem sucedidas, elas devem envolver os jovens em um ambiente de trabalho inclusivo.

No final da reunião, os participantes concordaram em gerar um conjunto de indicadores e medidas para avaliação dos progressos realizados pelos países no domínio do diálogo intercultural e da diversidade cultural.

5. 1) Nelson Savioli, Fundação Roberto Marinho

Fundação Roberto Marinho is devoted to education, mass education, education and environment, education and cultural heritage. We are a foundation, a house of partnerships with the private sector. One example is our educational channel, a TV channel, Canal Futura, is is funded by 13 private companies in Brazil. What is interesting is that when money comes from the private sector, it becomes a public TV channel. We do what we call “edutainment”, education plus entertainment. So, when the people see us, it is not dull, it is something good to see.

And we have partnerships with the public sector. An example with Canal Futura again is when the Brazilian Government, the Congress, issued a new law said that every school should teach Brazilian history also through the perspective of the Afro Heritage. So, what we did is to get some partners and develop in the channel some programs, books, and videos to help teachers throughout Brazil to teach history getting to the roots in Africa and then explaining to Brazil.

Another partnership with the government, the public sector, is to help some states in Brazil, some provinces, which have many people who are out of the right age for the school, so that they are late. So, we have a way of accelerating elementary education and high school education using TV, videos, books, so that we can teach and approve the student in one year what would

take 3 years in a normal school. So, it is a way of influencing the private to collaborate with the public sector with the public education policies.

How can we do it better? One way is to improve the evaluation of our projects and our partnership. How do we know we can do it better? Focusing on mistakes, on successes. Most of you know, it is very difficult to include in the budget of any project, any cooperation, some amount of money devoted to evaluation. I think that we should see how the process went, what the results were, and then projects will be better, I think.

It is very important the education of the youth. We have an interesting project in the Canal Futura. We bring teenagers from poor sectors of the population who are interested in knowing more about communications, TV. They come from different states bringing questions, bringing some problems, some thoughts. So, it is a two-way communication. And when they end a few months internship with us, they produce small programs, two minutes, and it goes on air. So, when the girl or boy gets back to the state, he or she brings something. I have an example, I learned something and I produce something, and I taught something to the guys there in Rio. So I think it is an interesting example.

Thank you.

5.2) Effenus Henderson, Chefe do Escritório de Diversidade da Weyerhaeuser

Thank you and good evening, everyone. I represent *Weyerhaeuser Company*. We are a forest products and natural resources company, and manufacture row housing, lumber products, natural resources around the world. We are a company that's over 100 year old and have gone through a number of cycles in terms of the economic climate.

For me, diversity and inclusion in business in the US, what I am trying to do along with my colleagues is to raise the level of awareness in terms of workplace representation and compliance issues. And I would argue – and I have been involved in a number of events – I would argue that diversity and including is critical to overall global sustainability.

There are a couple reasons for that, and I will cite them. One is the growing disintegration of the supply chain of products that are being manufactured all around the world. And by being manufactured throughout the world, we are working with people who bring every perspective, different religious values

and backgrounds. And if we want to be successful in achieving our business outcomes, we really need to appreciate, understand and respect those differences that our partners and associates around the world bring to the workforce.

Secondly, if you look at the United States, and I think around the world, there is a growing interest in and expectation around good corporate governance. And one of the indicators of good corporate governance is the reflection of diversity at all levels, particularly in decision-making roles, at the board level, and senior management levels in organizations. So, from a business imperative, if the consumer and stakeholders and the shareholders, don't believe that the organization is authentic, transparent, and reflective of the communities which it serves, there are going to be many more challenges as a corporation.

The other thing that we have seen during the last few years, organizations have been faced with increasing regulatory and compliance requirements brought about by some of the behaviors of corporate executives. So, there is an increasingly higher level of corporate responsibility around business conduct, and what is expected of corporate leaders.

Thirdly, there is a significant partnership and collaboration, not just with the private sector, but with NGOs and governments in terms of the business outcomes. One writer a few years ago talked about the fact that some of the largest economies in the world happen to be private enterprise, so what you are going to be seeing is increased interest in what private enterprise does in terms of its license to operate, in terms of its relationships to the communities where it operates, and practices it has towards citizenship, not only locally but around the world.

So, all of these things are pointing to a much more engaged civil society. There are growing expectations on the requirements that corporate leaders have, and at Weyerhaeuser one of the things that we are embarking upon is a learning series around the concept called "inclusive leadership behaviors", and really helping our leaders understand what that's all about.

There are four basic components to that. One is trust, building trust, and that is communications, relationship building. It's expanding circles of influence to communities, to stakeholders who were heretofore were not engaged or involved in the way the company does its business. It's rebuilding commitment by those different constituent group, whether they are NGOs, or governments, or private citizens, so that we are regarded as the employer of choice, the

customer of choice, the business of choice. And then finally, how do we help engage and develop not only our employees, but the communities in which we operate, such that we are operating towards a higher purpose of sustainability and environmental stewardship.

I want to focus on youth as well. From a corporate point of view, part of the challenge that we see is the sustainability of the organization really lies in the youth coming through the ranks. And the question is what organizations do to help facilitate, engage, retain that critical talent. And one of the things that we have done is a “generation next” affinity group that is made up of young professionals who advise senior leaders about their values and their expectations in the workplace.

What we have seen in the last few years is a change in what we call the value proposition in terms of why people come to work for you. And that value proposition has been altered because of the severe economic situation, the downturn the industry, and so forth. So, young people are questioning sustainability, longevity in the organization. And we are finding is that young people are choosing to consider different employers and not necessarily staying with one company. And so for us it is really about how we engage young folks in the broader context of the organization.

The other thing that is happening and facilitating this change process is technology. And one of the things we are trying to do is really understand the changing dynamic of the workplace, in terms of how youth are driving change around things like social media interaction, even decision making and information flow. Very different...and we suspect it will be quite different going forward. So, what we are trying to do is help our leaders understand those changes, not necessarily alter their point of view, but to understand that if they want to be successful, it's got to be with the youth engagement.



6 – Sessão Plenária - Educação para uma Cidadania Intercultural (organizada pela UNESCO)

O resumo da sessão aqui apresentada é tradução para o português da versão original em inglês do Relatório “*Third UN Alliance of Civilizations Forum*”, produzido pelo Secretariado da AdC em Nova York.

Participantes:

- **Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO, presidente da mesa**
- **Cristóvam Buarque, Brasil, Senador e ex-Ministro da Educação**
- **Abdulaziz Othman Altwaijri, Diretor-Geral da ISESCO**
- **Raja Nazrin Shah, Malásia, Príncipe do Estado do Perak**
- **Lynn Davies, University of Birmingham**
- **J. Michael Adams, Presidente-Eleito da Associação Internacional de Presidentes de Universidades**
- **Diogo Vasconcelos, Portugal, da Associação “Dialogue Café”**

A Diretora-Geral da UNESCO lembrou como é oportuna essa discussão neste “Ano Internacional para a aproximação da Culturas”. Em um mundo que se tornou mais rico pela diversidade das suas culturas, Bokova ressaltou a importância de cidadania intercultural, ou seja, a capacitação das pessoas para que elas possam interagir melhor em conjunto e aproveitar as vantagens do intercâmbio cultural. Ao citar as ferramentas existentes na UNESCO que

podem contribuir para a reflexão sobre esse aspecto, a Diretora chamou a atenção para a passagem dos conceitos para a ação, fazendo também referência à importância das parcerias, com o exemplo da colaboração existente entre a OSCE, o Conselho da Europa e a UNESCO na produção de um Compêndio de Boas Práticas em Educação em Direitos Humanos, incluindo aspectos de cidadania cultural, bem como o projeto em curso entre as mesmas organizações na prevenção da discriminação contra os muçulmanos na educação.

O senador Cristóvam Buarque pediu “um novo humanismo” e um “novo Plano Marshall” para a educação, o que implicaria um melhor acesso à educação e às novas abordagens educativas. Ele afirmou que estamos em uma encruzilhada entre um caminho que leva à divisão das sociedades humanas e outro que leva à abertura para sociedades sustentáveis e integradas à diversidade de suas culturas, onde todas as oportunidades de ascensão social estão em funcionamento.

O Sr. Altwajiri, Diretor-Geral da ISESCO, ressaltou que a educação deve ser o elemento mais importante para a criação de uma Aliança de Civilizações. De fato, a educação pode ajudar as pessoas a se orgulharem de sua identidade e de seu patrimônio cultural e a se abrirem a outras culturas, envolvendo-se positivamente com elas. Uma questão importante para atingir esse objetivo é a revisão dos livros didáticos, fazendo com que eles estimulem o respeito à diversidade cultural e ao diálogo intercultural. Para este fim, deve-se ir além das fronteiras de nacionalidades e identidades, gerando novos movimentos que envolvam o setor público e a sociedade civil.

O representante da Malásia concordou que uma sociedade multicultural, em que as diferentes culturas possam prosperar livremente, é a melhor esperança de paz. Nesse sentido, ele elogiou o modelo da Malásia, em que ‘os outros’ não são meramente assimilados na sociedade, mas sim integrados com compreensão e respeito. Um currículo educacional específico poderia ser desenvolvido privilegiando as competências interculturais. Novas tecnologias digitais, como o *Facebook*, também podem ser melhor utilizadas para esse fim.

Lynn Davies ressaltou a importância dos fatores que contribuem para a mudança social, para a criação de uma cidadania ativa com vistas a atingir o progresso social e o antiextremismo. Nesse sentido, ela defendeu fortemente uma maior participação das mulheres nos projetos já existentes, bem como uma maior atenção para os jovens. A professora pediu também que as vozes

das mulheres sejam ouvidas na mesma proporção dos homens em encontros futuros da Aliança.

J. Michael Adams, por sua vez, lembrou aos delegados do paradoxo de que, enquanto a inovação vem das diferenças humanas, 70 por cento dos conflitos têm dimensões culturais ou religiosas. Assim, ele enfatizou a necessidade de dotar jovens com habilidades que irão ajudá-los a enfrentar os desafios futuros.

Finalmente, Diogo Vasconcelos, da CISCO, apresentou o Dialogue Café, uma iniciativa conjunta da AdC, da CISCO e da Fundação Anna Lindh, insistindo sobre os benefícios da criação de conexões emocionais por meio de encontros virtuais “face a face”, objetivo da iniciativa que representava.

6.1) Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO

It is my pleasure to welcome you most warmly to UNESCO’s plenary session on the topic of ‘Education for Intercultural Citizenship’. I am delighted that such eminent personalities are here to enrich our discussion.

With us today are: Senator Cristóvam Ricardo Cavacanti Buarque. Building on your shining academic and political career, not least as a Minister of Education, I am sure you will provide us with key ideas on how to bring this agenda forward; Mr Abdilaziz Othman Altwaiji, Director-General of the Islamic Educational, Scientific and Cultural Organization (ISESCO). Your professional experience, authoritative publications and longstanding engagement with the many issues linked to the rapport between cultures makes both you and your organization important partners of UNESCO; His Royal Highness Raja Nazrin Shah, Crown Prince of Perak, Malaysia. Your Royal Highness has a distinguished academic and intellectual background in economic and political development, matched by active involvement in civil society organizations.

I also welcome Professor Lynn Davies. As someone who has undertaken major research and teaching on educational management, particularly concerning democracy, human rights, citizenship and gender, in different parts of the world, you will also have important insight to share with us on this topic.

A warm welcome also to Dr J. Michael Adams, President of Fairleigh Dickinson University, and to Mr Diogo Vasconcelos, of Cisco International’s Internet Business Solutions Group and Chairman of ‘Dialogue Café’, an initiative of the Alliance of Civilizations, Cisco, and the Anna Lindh and Calouste Gulbenkian Foundations. Thank you all for being with us this morning.

Our discussions here today are particularly timely in this, the United Nations' International Year for the Rapprochement of Cultures, for which UNESCO is the lead agency. The goals of this International Year and, beyond it, are to promote greater mutual understanding and a culture of peace, a topic in which UNESCO has been closely involved for many decades. These are also the truly ambitious goals of the Alliance of Civilizations.

In Paris last February, I had the pleasure of meeting the High Representative of the Alliance, President Jorge Sampaio. We both agreed on the need for a more focused and complementary collaboration between UNESCO and the Alliance of Civilizations. The terms and contents for this collaboration – for the next two years, and, I hope, beyond – have been set out in a Memorandum of Understanding, which Mr Sampaio and I co-signed earlier today.

Ladies and gentlemen,

It is most fitting that we are gathered here in Brazil, a country that places great store both in education, and in mutual understanding between cultures as a path to peace. Two years ago, UNESCO awarded the Felix Houphouet-Boigny Peace Prize to Brazil's President Luiz Inácio Lula da Silva. In his acceptance speech, the President said the following:

“There cannot be real peace until the roots of conflict have been destroyed, so long as there is hunger, inequality, unemployment, but also so long as there is ethnic, religious cultural and ideological intolerance.”

Exploring the most effective way to transform intolerance into tolerance, in our ever more multi-cultural societies, is the question that brings us together today.

As a pioneer in the field of education for inter-cultural understanding, UNESCO convened, in the mid-1990s, an international commission on what education should look like in the twenty-first century. This commission heralded “Learning to live together” as one of the key challenges of the new century. In view of the events that have unfolded since then, history appears to be proving us right.

In a world marked by economic globalization and migration – both within and between countries – decision-makers are faced with the need to formulate policies that reflect, and respect, the cultural diversity of groups and individuals. At the same time, they must foster harmonious coexistence, notably by promoting shared values and a sense of unity. Yesterday, I spoke about UNESCO's Guidelines on Intercultural Education, an important example of how we are trying to assist this process.

The world has become richer for the diversity of cultures that have entered into contact with one another. This diversity nevertheless presents complex challenges. The world of our parents, and indeed the one in which we ourselves grew up, were very different places from the world in which our children are growing up. We must empower young people by ensuring that they have the tools and skills needed to make a success of being the first truly inter-cultural citizens of our planet.

In this new landscape, culture becomes central to political debates on citizenship, and the role of education becomes ever more important, for its capacity to empower individuals from all kinds of backgrounds, as well as for its ability to foster greater understanding of others. Education is the crucial common denominator.

There are many questions raised by the issue of inter-cultural citizenship and education. Perhaps the most relevant for today's discussion is how to translate these concepts into practical actions. What are the requirements for inter-cultural citizenship and how can the education system deliver them? How do new media and social networking affect young people's sense of identity, and the way they perceive people of other cultures? How can we help teachers keep up with this changing environment – and how can we train them to effectively transmit the values that lead to greater mutual respect and understanding between cultures? How can we ensure that this education reaches those who are the most marginalized in society, including minority groups? This was one of the questions addressed by the most recent edition of the Global Monitoring Report, which was this year dedicated to reaching the marginalized.

We must be careful not to confine our discussions to the difficulties associated with inter-cultural citizenship. This would be to miss the point. I am convinced that, as our societies and our world evolves, future generations have before them an extraordinary opportunity to develop their minds and their creativity, and to broaden their social horizons in ways that we can barely imagine.

We urgently need to develop a shared understanding of inter-cultural citizenship, which might be defined as the ability and capacity of people to participate actively and responsibly in the life of their own community, the life of their country and of the whole world.

This can only happen if there is recognition and respect for cultures of all kinds. There is clearly a significant amount of potential freedom – freedom of

expression, of loyalty and attachment, and of creativity – built into the notion of inter-cultural citizenship. It also has a wealth of implications for our rights as citizens, living in a world where national boundaries define who we are and where we belong.

Ladies and Gentlemen,

With these remarks, I now leave the floor to our eminent panellists to share their thoughts with us. I am sure you have a lot to say on this compelling subject.

Thank you.

6.2) Raja Nazrin Shah, Malásia, Príncipe do Estado do Perak

Ferrante states that culture includes “human-created strategies for adjusting to the environment”. He argues that we tend to think in terms of differences among people and that we identify certain people within a particular cultural context. Trask and Hamon state that culture has to be viewed in the context of family through a dynamic process passed from generation to generation. Brislin offers an extensive checklist of features of culture that include:

- Ideals, values, and assumptions about life;
- Transmitted ideas that come from parents, teachers, religious leaders and respected elders of a society;
- Childhood experiences;
- Aspects rarely discussed by adults because they are accepted concepts;
- The allowance for emotional reactions, even rebellion, such as among youth.

Culture therefore, is a learned behavior that revolves around beliefs, practices, behaviors, symbols and attitudes of a particular group of people. It becomes clearest when there are clashes between cultures. Change requires time and can be difficult. I am reminded of *Doxa* from the Greek, which represents cultural blindspots.

UNESCO’s project for the promotion of intercultural citizenship is indeed a visionary and far-sighted initiative. As the forces of globalization gather pace, the need for cultures not only to co-exist but to interact and find common ground with one another has become compelling. Within nations as well as across the globe there is a growing imperative for cultivating the intercultural citizen who develops meaningful relationships with those around him through dialogue, mutual empathy and mutual respect. A multicultural

society built on these premises is our best hope for sustainable peace and prosperity.

Education plays a critical and central role in developing the intercultural citizen of a multicultural society. Focusing as it does on the young it is our best insurance for the making of a better world in the future. A multicultural society that nourishes an intercultural citizen also presupposes an environment where diversity is celebrated and cultures are allowed to flourish freely.

These ideals and objectives have inspired UNESCO's Universal Declaration on Cultural Diversity of 2001, the Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions of 2005 and the Guidelines on Intercultural Education of 2006. The international community has committed itself to pursue these goals in a practical and pragmatic manner, fully cognizant of the importance of contextuality in applying these instruments across the globe. We must all become culturally competent, that is, we must have the ability learn from and relate respectfully to people of our own culture as well as people from other cultures.

The world is indeed a highly heterogeneous place. Each nation and each region is unique. Geographical location, historical experience, demographic composition and cultural milieu make the challenges for each society different from the other. In some countries indigenous culture has been virtually extinguished and cries to be restored. Other countries have a generally homogeneous population. Yet others have been transformed from originally homogeneous communities into multicultural societies as a result of colonial policy and economic migration. Many are still in the throes of nation building. They are in the process of cultivating a new national identity that is a difficult compromise between the dictates of the past and the realities of the present. Europe is also increasingly subject to the stresses of foreign migration.

For each of these nations the path towards building a multicultural society of intercultural citizenry will pose different and often complex challenges. Intercultural competence is a key goal because it indicates an awareness and understanding of culturally diverse others and situations, as well as the presence of behaviors that promote productive and effective communication among and across cultures (Emert and Pearson, 2007, p. 68). The Greek word *kairos* comes to mind, which is used by communications theorists for the qualitative moment in time where communication occurs (Crowley, 1999). Cross-cultural communication is always situated in a specific time at a specific place. I am sure the international community understands this only too well.

My country, Malaysia, is a multicultural potpourri of various ethnic groups, languages, religions and cultures. We have made impressive advances as a multicultural nation that is based on sound principles of interculturalism as envisaged in the UNESCO initiative.

The picture was very different at our independence 53 years ago. There was a loose sense of unity and a rather vague sense of national identity. Yet with some wisdom and good sense, our past post political leadership and community elders did their best to work with the elements that were already in existence – our ethnically heterogeneous population; myriad languages and dialects; diverse cultures; and different religions. Their most important task was to address the disproportion in the social, economic and educational standing of the people, as well as widespread poverty. A fine balancing act was required to forge the different groups together and to maintain socio-political stability, while at the same time ensuring that the country did not lose out on global competitiveness. Our policy has been to integrate, not assimilate.

Malaysia has always placed great emphasis on the role of education in instilling the right values among children in order to foster greater understanding and mutual respect among the various races, religions and cultures. The imperative of building a united nation with a common identity has required the establishment of a national education system with a common syllabus. The Malay language is the national language and the medium of instruction in the national schools. However, true to the spirit of intercultural citizenship, the Chinese – and Tamil-speaking communities were allowed to exercise their right to education in their mother tongue.

Islam is the religion of the Federation, but all communities are free to practice their respective faiths. Malaysia is one of the few countries in the world where a public holiday is declared on every major religious and cultural festival of our diverse people. Our unique practice of holding ‘open houses’ during these respective celebrations, with all ethnic groups jointly participating in the revelry, further strengthens the fabric of Malaysian society.

Malaysia’s Education Development Master Plan is a comprehensive guideline for ensuring that all students receive fair and equal educational opportunities regardless of ethnic or other background.

Moral education, Religious Education, and Civic and Citizenship Education is taught at primary and secondary level with the purpose of enabling students to acquire knowledge, skills and values in understanding the cultures and religions of the various communities. Further, Malaysia has launched specific

programmes such as the Pupil's Integration Programme for Unity and Vision Schools to encourage acceptance of other cultures among the younger generation. The openness that we espouse also extends to encouraging and facilitating Malaysians to travel abroad to gain knowledge and have the opportunity to be exposed to and subsequently to understand and respect other cultures and civilizations. Malaysians are present all across the globe – in Japan, China, Korea, South Asia, West Asia, Europe, Africa, Australia, New Zealand, North and South America.

Since independence, the government has championed the cause of cultural acceptance and national unity. However, after 53 years, we recognize that there still exists many intercultural challenges that need to be addressed and we are ever-searching for creative solutions to both new and recurring issues. The present administration led by Prime Minister Dato' Sri Mohd. Najib Tun Abdul Razak has introduced the concept of "1 Malaysia" which seeks to further strengthen a culture of acceptance among Malaysians so that they respect and cherish all cultures.

At the international level Malaysia has been an ardent champion of dialogue, understanding and cooperation for mutual peace and prosperity. It has hosted several dialogues among civilizations to help heal the rift that has become pronounced between the West and the Muslim world.

The principles and guidelines for intercultural citizenship that are advocated by UNESCO have therefore animated Malaysian domestic and foreign policy for a long time. However, I would be the first to admit that like other countries we also continue to have our share of constraints and deficiencies. Racial, religious and cultural cleavages are stubborn and persist to some extent. Prejudice and ignorance of the other are still all too evident.

Moving ahead, let me make the following suggestions:

There is dire need for the development and implementation of a curriculum designed to foster what theorists Carl Lovitt and Dixie Goswami (1999) term "intercultural competencies," or the increasingly important skill of approaching others with consideration for and sensitivity towards diverse cultural contexts. The impetus for such a curriculum emerges from a very practical goal: to prevent deep misunderstandings that can lead to conflagrations such as seen a few years ago in the fury over a series of cartoons depicting the Prophet Muhammad (PBUH). This incident focused worldwide attention not only on the power of images but also on the violence that can result from

miscommunication stemming from narrow perspectives that fail to take into consideration intercultural contexts.

In developing such a curriculum, teachers, who are at the same time citizens, need to themselves be educated to adopt an intercultural approach that will allow them to engage reflectively, critically and responsibly with their students. Non-governmental organisations can be useful partners to schools for they would have the practical knowledge of transformations taking place in society. The media also plays an important role for they have the task to filter information that is provided and disseminate it responsibly to the general public.

The Arts and Humanities are obvious subjects particularly suitable for the development of intercultural competencies. Music, language, visual and performing arts are appropriate tools for increasing the visibility of and developing an acceptance and affinity towards different cultures.

We should also look to innovatively employ collaborative digital technologies such as blogs, *MySpace*, *Facebook*, wikis and so forth, which are perfectly suited to and readily accepted by students who are globally distributed. I believe that through pedagogical activities involving cross-cultural and transnational connections, we should be able to teach students to communicate with multicultural audiences and teach them how best to negotiate and learn about intercultural perspectives.

It is only through sharing and continuously striving to learn from each other can we successfully bridge cultures and build lasting peace. I end with a verse from the Holy Quran:

“O mankind, indeed We have created you from male and female and made you peoples and tribes that you may know one another.” (Surah Al-Hujurat, verse 13)

Thank you.

7 – Sessão Especial - A Aliança de Civilizações e o Haiti

O resumo da sessão aqui apresentada é tradução para o português da versão original em inglês do Relatório “*Third UN Alliance of Civilizations Forum*”, produzido pelo Secretariado da AdC em Nova York.

Participantes:

- **Vera Barrouin Machado, Brasil, Subsecretária-Geral para Assuntos Políticos I, presidente da mesa**
- **Jean-Max Bellerive, Haiti, Primeiro-Ministro**
- **Edmond Mulet, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU e Chefe da MINUSTAH**
- **Ricardo Seitenfus, Representante Especial da OEA para o Haiti**
- **Cecilia Martinez, Diretora da Seção Regional da UN-Habitat para a América Latina**
- **Marco Farani, Brasil, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação**
- **Luis Nassif, Brasil, jornalista - Moderador**

Tendo em vista a magnitude catastrófica de 7,0 graus na escala Richter do terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti, o Governo brasileiro organizou uma sessão especial da Aliança de Civilizações sobre o país no Rio de Janeiro. O objetivo da sessão foi ressaltar as dificuldades pelas quais

passa a população haitiana em decorrência do terremoto e oferecer exemplos da colaboração entre os países e organizações internacionais na reconstrução do Haiti.

Em seu discurso inicial, a Embaixadora Vera Machado, Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos, enfatizou que os valores da Aliança de Civilizações deixam implícita a solidariedade entre as civilizações para o bem da humanidade, enfatizando a necessidade de uma solidariedade global. A Embaixadora ressaltou a ajuda brasileira aos haitianos, mesmo antes do terremoto. Embora sublinhando que os haitianos seriam os principais atores responsáveis pela reconstrução de seu país, a Sra SGAP I convidou mais países para participar do esforço humanitário global.

O Primeiro-Ministro do Haiti, Jean-Max Bellerive, apontou os desafios concretos que seu país tem enfrentado historicamente e, os de agora, especificamente, na sequência do terremoto. Estes desafios incluem a pobreza e o isolamento histórico, religioso e linguístico nas percepções tanto do continente americano e como do resto do mundo sobre o Haiti. No entanto, após o terremoto de 12 de janeiro, o Haiti ficou extremamente feliz e agradecido pela manifestação de apoio do continente e de todo o mundo, especialmente da Turquia, de Kosovo, dos países africanos, da Bélgica, da Espanha e de muitos outros países.

O Primeiro-Ministro salientou ainda que os primeiros a responder à catástrofe foram os próprios haitianos. Assim, ele expressou seu otimismo sobre um futuro melhor para o país.

Sem ignorar os vários problemas e desafios que o Haiti tem enfrentado no seu passado e presente, o Representante Especial da OEA, Ricardo Seitenfus, observou que a principal recomendação que ele faria seria garantir que os projetos internacionais de cooperação no Haiti tomassem o cuidado de não enfraquecer o Estado haitiano. Ele comentou sobre a dignidade, a coragem e a solidariedade extraordinária do povo haitiano que socorreu os vitimados no primeiros dias após o terremoto.

Edmond Mulet, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU e chefe da MINUSTAH, apontou para os esforços que estão sendo feitos em áreas tão diversas como habitação, saneamento, transporte, revitalização econômica e segurança. Na área de segurança, especialmente, a MINUSTAH tem um programa de redução da violência na comunidade, que visa à construção de confiança e compreensão entre os diferentes grupos, análoga aos esforços da Aliança de Civilizações. Mulet enfatizou, também, que a

comunidade mundial que apoia o Haiti, na sequência do sismo, seria a chave para a estabilidade política e o desenvolvimento consistente que permitiriam ao Haiti se reerguer por seus próprios esforços.

Cecilia Martinez, representante da UN-Habitat, comentou sobre a história da urbanização do Haiti, que culminou com a concentração de grande parte da população em Porto Príncipe, e aumentou as vulnerabilidades a todos os tipos de riscos, além da degradação ambiental e de disparidades no acesso aos serviços básicos. No entanto, após o terremoto, podem ser vislumbradas possibilidades de reconstrução das áreas afetadas aumentando o poder das populações locais, fazendo o planejamento estratégico para emergências em áreas urbanas e a incorporação de uma estratégia holística com o auxílio de parcerias para prover padrões de segurança.

O último orador da sessão, o Chefe da ABC, Ministro Marco Farani, descreveu diversas maneiras pelas quais o Brasil tem ajudado o Haiti, não só em ações humanitárias, mas também na reconstrução da infraestrutura do país. Foram dados exemplos de cooperação na área da agricultura, construção de estradas, energia, eliminação do lixo, segurança, violência contra a mulher, bancos de leite materno, construção de moradias e outros.

7.1) Vera Barrouin Machado, Brasil, Subsecretária-Geral para Assuntos Políticos I

Boa tarde senhoras e senhores. Eu fui incumbida pelo Ministro Celso Amorim de presidir essa sessão sobre o Haiti, devido a um imprevisto de saúde na família, ele não poderá comparecer a esse evento e ao encerramento. Então, farei o possível para substituí-lo, mas certamente não com o mesmo talento. Eu sou Subsecretária-Geral para Assuntos Políticos do Itamaraty e tenho muita honra em desempenhar essa tarefa que o Ministro me incumbiu. Senhor Jean-Max Bellerive Primeiro-Ministro do Haiti. Embaixador Edmond Mollet representando o Secretário-Geral da ONU no Haiti. Professor Ricardo Seitenfus Representante Especial da OEA para o Haiti. Senhora Cecília Martinez Diretora do Escritório Regional da UN Habitats para América Latina e Caribe. Ministro Marco Farani Diretor da Agência Brasileira de Cooperação. Professor Luis Nassif.

Creio que esse Fórum da Aliança das Civilizações em última análise se refere a uma reflexão ou foi o momento que propiciou uma reflexão sobre como poderíamos ou poderemos desenvolver uma compreensão do outro,

ultrapassar as barreiras da diversidade para criar um mundo melhor para o gênero humano. Em última análise esse Fórum é uma ocasião para alimentarmos a solidariedade entre os povos. Eu acho que é da solidariedade que se vai tratar aqui neste painel.

Quando o Haiti atravessou uma grave crise política, em 2004, na esteira da queda do Presidente Aristides, o Brasil optou por não permanecer indiferente à grave situação que o país atravessava. Essa não indiferença agrega uma dimensão de solidariedade ativa ao princípio da não intervenção que rege historicamente a política externa brasileira. Isso significa que, se por um lado as ações de solidariedade transcendem a mera retórica diplomática, por outro essas ações estão amparadas pelo direito internacional. O espírito de solidariedade está fundamentado por uma percepção de que compartilhamos os pressupostos da civilização. Civilização entendida não como julgamento sobre o outro, mas como sinônimo para a espécie humana. Não poderíamos deixar de discutir o Haiti na edição do Fórum da Aliança das Civilizações que realizamos aqui. Foi orientado por esses valores que o Brasil decidiu agir em relação ao Haiti ao ter decidido participar de forma ativa na missão das Nações Unidas para estabilização do país.

O Comando Militar da Minustah tem sido reiteradamente confiado ao Brasil de forma que jamais ocorreu na história das operações de paz da ONU. Os capacetes azuis brasileiros contribuíram decisivamente para estabilização e a pacificação do Haiti. O mandato da Minustah tem o caráter multidisciplinar, agregou as tarefas puramente militares, iniciativas em favor do diálogo e da reconciliação nacional. E, também a prestação de assistência humanitária. Temos nos envolvidos em uma série de atividades que visão a criação de oportunidades e à promoção de desenvolvimento do país. Compreendemos que a segurança e o desenvolvimento caminham de mãos dadas. Investir no combate à pobreza e na promoção da justiça social equivale a investir na paz social. Os militares brasileiros jamais deixaram de prestar solidariedade ao povo Haitiano. As atividades do Batalhão de Engenharia para recuperação da infraestrutura somaram-se a ações cívico-sociais de cunho humanitário prestadas continuamente, sobretudo, durante as tragédias naturais.

O governo brasileiro mantém mais de 30 projetos de cooperação técnica bilateral e trilateral, com o governo haitiano, movimentando recursos da ordem de 14 milhões de dólares. Entre esses projetos em implementação pela Agência Brasileira de Cooperação no Haiti, destacam-se o estabelecimento de uma

unidade de validação de tecnologia, a construção de dois centros de treinamento profissional em Porto Príncipe, a doação pelo governo brasileiro de projeto executivo para construção de uma barragem e uma usina hidrelétrica na região de Artibonite 4. O projeto do Fundo IBAS de reciclagem de resíduos sólidos em Porto Príncipe foi considerado pelo PNUD como modelo de cooperação Sul-Sul no Haiti. Gera emprego e renda, favorece a limpeza urbana e gera combustível que evita a expansão do desmatamento.

Essa era a história de recuperação do Haiti até 12 de janeiro. O terremoto que vitimou aquele país causou impactos profundos. Agravou as dificuldades em momentos marcados por progressos econômicos políticos e institucionais. Sofremos profundamente com as inúmeras perdas humanas haitianas decorrentes desse terremoto. Também, perdemos 20 dos nossos compatriotas, entre os brasileiros com muito brilho como a doutora Zilda Arns, um funcionário da ONU Luis Carlos da Costa e 18 de nossos militares que estavam no Haiti colaborando ativamente com os esforços da Minustah.

O Brasil reagiu imediatamente por meio de ações humanitárias distribuindo alimentos, água e medicamentos. Foram doados cerca de 4 mil toneladas de alimento, artigos de vestuário, barracas, etc. A instalação dos gabinetes interministerial de crise para o Haiti permitiu a coordenação de esforços com vista a prestação de ajuda humanitária do Brasil. O dispêndio do governo brasileiro com ajuda humanitária superou 165 milhões de dólares. O Presidente Lula determinou a ampliação do Batalhão brasileiro no Haiti de 1.200 para 2.300 homens com a aprovação do Congresso Nacional. O presidente visitou o Haiti em fevereiro e o Ministro Celso Amorim poucos dias após a tragédia também, estava lá. A Conferência Internacional de Doadores para o Haiti, na conferência, anunciou contribuição de 162 milhões de dólares para saúde e para o fundo de reconstrução. Para a recuperação de todo o Haiti. Nós fomos o primeiro país a aderir ao fundo de reconstrução, anunciamos também a doação de 400 mil dólares para financiar integralmente o projeto de educação da UNESCO que visa oferecer apoio psicológico a professores haitianos.

O Brasil e o Haiti têm muito em comum. A solidariedade que estamos prestando também tem muito a ver com o fato de que compartilhamos história e cultura. Somos nações aparentadas pelas raízes comuns, africanas, latinas e pelo passado colonial. Nossos países serviram de morada a escravos trazidos do antigo Dahomé, hoje Benin. Espero que os haitianos possam em futuro próximo desfrutar os frutos do crescimento econômico, da melhoria dos

indicadores sociais, da democracia e do progresso que o Brasil está vivendo hoje. A tragédia acentuou o compromisso de longo prazo do Brasil com o desenvolvimento haitiano. Os nossos esforços não estão circunscritos a ações emergenciais. Foi reforçado o impulso e a cooperação de médio de longo prazo. A assistência humanitária sempre prestada ao Haiti não pode ser circunstancial. O compromisso com a reconstrução deve ser levado a cabo com o sentido de solidariedade, mas sem estar contaminado somente com a emoção do momento. Mais do que assistência emergencial, o Haiti pode se beneficiar de um apoio sustentado oferecido pela comunidade internacional.

Em estreita combinação com o governo haitiano, devemos nos concentrar em projetos que tenham impacto sistêmico. O terremoto de 12 de janeiro foi uma tragédia sem paralelo na história moderna, impôs, quem sabe, o maior desafio da história das Nações Unidas. Se há um aspecto positivo que emergiu daquele dia foi a chance do país recomeçar. A comunidade internacional pode desempenhar um papel de destaque nesse novo capítulo. Mas os protagonistas continuarão a ser os próprios haitianos na conformação de sua história. O Brasil deseja ser um coadjuvante, um *support in action*, como se diz em inglês neste enredo. E assim convidamos os demais países presentes ao Fórum de Aliança das Civilizações para se juntarem nesse esforço de solidariedade e de humanidade.

Muito obrigada.

8 - Principais Encontros Formais do dia 27 (Pré-Fórum)

8.a) Conferência Interparlamentar – O papel dos legisladores na cooperação e no diálogo intercultural

A União Interparlamentar (UIP), em conjunto com o Congresso Nacional, organizou uma reunião, de cerca de três horas, sobre o papel dos legisladores na promoção da cooperação e do diálogo intercultural. A reunião contou com a presença de parlamentares de vinte países e de três organizações parlamentares regionais. A sessão foi presidida pelo deputado brasileiro Michel Temer e teve como *keynote speaker* o Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações, o ex-Presidente de Portugal, Jorge Sampaio.

A sessão apresentou uma oportunidade única de discutir como os parlamentos podem dar maior coerência política e estratégica aos projetos da Aliança de Civilizações, bem como rever o progresso na implementação da resolução de Bali da União Interparlamentar em 2007 sobre a garantia do respeito e da coexistência pacífica entre todas as religiões e crenças em um mundo globalizado. Além disso, o evento procurou debater os meios de reforçar a participação política efetiva das minorias e dos grupos indígenas.

Os participantes compartilharam suas experiências em seus respectivos países e as boas práticas desenvolvidas no contexto da diversidade cultural no Brasil, na República Democrática do Congo, no Senegal e no Marrocos.

Além disso, foram informados sobre os projetos desenvolvidos no âmbito da Aliança de Civilizações e o papel desempenhado pelos Pontos Focais. Alguns deputados fizeram recomendações práticas para promover um diálogo efetivo entre as diversas culturas em uma sociedade, a necessidade da inserção na agenda política das questões relacionadas com a diversidade, investimento em educação e participação das minorias na vida política – tanto em relação ao acesso ao Parlamento propriamente dito como na capacidade de influenciar ativamente o trabalho do legislativo. Discutiram, ainda, sobre maneiras de fazer uso mais apropriado das novas tecnologias de informação e comunicação para auxiliar na modernização dos processos parlamentares, aumentando a transparência e responsabilidade de cada legislador (*accountability*).

Ao final da reunião, os parlamentares congratularam-se com os representantes da juventude presentes na reunião, que sublinharam a necessidade de as políticas de integração sempre terem como alvo a juventude, além de inserir os jovens no processo decisório. Também destacaram a importância do apoio que as organizações de juventude podem levar às campanhas nacionais de combate ao extremismo e à intolerância.

Após a reunião, os legisladores participaram ativamente de várias sessões do Fórum propriamente dito, nos dias 28 e 29 de maio. Os parlamentares, certamente, deixaram o Rio com uma melhor compreensão dos principais objetivos da Aliança de Civilizações, além de assegurarem o compromisso conjunto de lutar pela inserção das conclusões obtidas durante o evento em seus respectivos países.

8.b) Mesa-Redonda sobre a “Islamofobia”

Co-organizada pelo Secretariado da Aliança de Civilizações, pela Organização da Conferência Islâmica (OCI), pelo Conselho da Europa (CoE) e pelo Conselho Britânico, o objetivo desta mesa-redonda foi a realização de um debate sobre como lidar com a islamofobia a partir de uma perspectiva orientada para resultados.

O evento, anunciado com antecedência por meio do website do Fórum e aberto ao público, atraiu grande audiência e reuniu um conjunto de panelistas de alto nível que compartilharam seus diferentes pontos de vista durante um debate moderado por Iqbal Riza, Assessor Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas. Para introduzir o debate, algumas apresentações foram preparadas com antecedência e distribuídas entre os demais membros da

mesa, dentre as quais as apresentações do Presidente Sampaio, Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações; do Embaixador Omur Orhun, consultor da OCI e Ponto Focal da OCI para AdC e de Beate Winkler, diretora do antigo Observatório Europeu de Racismo e da Xenofobia.

Em seu discurso de abertura, o Presidente Sampaio destacou o duplo objetivo desta mesa redonda: servir como plataforma para criação de um diálogo significativo sobre o combate à islamofobia e gerar propostas de ação concretas em nível global e regional. O Professor Ekmeleddin Ihsanoglu, de nacionalidade turca, Secretário-Geral da OIC, destacou as implicações perigosas da tendência de crescimento da islamofobia, em especial na Europa, onde, afinal, sublinhou, os muçulmanos não são estrangeiros. Defendendo um compromisso construtivo em vez do confronto para o combate da islamofobia, Ihsanoglu pediu aos países ocidentais que parassem de encarar as religiões com desconfiança, mencionando, também, uma série de iniciativas em curso com vistas à conscientização global dos princípios básicos de moderação no Islã, como uma conferência que a OIC organizará em 2011, destinada a introduzir o “histórico de reconciliação entre o Islã e o Cristianismo”.

Irina Bokova, Diretora-Geral da UNESCO, lembrou que, desde o seu início, a UNESCO baseou-se na ideia de eliminar a ignorância e os preconceitos entre culturas, de modo que o órgão sempre destacou a grande contribuição que os grupos islâmicos têm dado para a cultura, procurando desenvolver uma visão positiva sobre o problema da islamofobia, enfatizando a importância da educação.

Marc Perrin de Brichambaut, Secretário-Geral da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), apresentou um panorama sobre como sua organização trabalha em prol da tolerância e da não discriminação quanto a judeus, muçulmanos, cristãos e fiéis de outras religiões. Sobre a questão da discriminação contra os muçulmanos, Brichambaut abordou alguns pontos-chave, como o lançamento de relatório anual sobre crimes de ódio pelo Escritório para Instituições Democráticas e Direitos Humanos (*Office for Democratic Institutions and Human Rights* – ODHIR), da OSCE, apesar da falta de recursos humanos e financeiros adequados para o monitoramento de crimes deste tipo em alguns países; o papel dos líderes políticos no desenvolvimento de uma narrativa diferente para combater os estereótipos; e políticas públicas de discriminação positiva.

Além disso, algumas iniciativas importantes da OSCE foram mencionadas, tais como os “*Princípios Orientadores de Toledo para o Ensino sobre Religião e Crenças em Escolas Públicas*” e as “*Diretrizes do ODHIR para Educadores sobre a Intolerância contra os Muçulmanos*”, uma iniciativa conjunta do Conselho da Europa e da UNESCO. Juntas, essas ferramentas devem contribuir para a construção de referências para combate à discriminação contra os muçulmanos. Por último, mas não menos importante, o Embaixador Marc Perrin de Brichambaut chamou atenção para a necessidade de consenso sobre a maneira pela qual este fenômeno deve ser abordado pelos Estados, organizações intergovernamentais e sociedade civil. Nesse sentido, destacou três pontos: a necessidade de proteger cada indivíduo e cada comunidade, incluindo as comunidades muçulmanas, contra qualquer ato de intolerância e discriminação; a necessidade de proteger as sociedades e os estados contra as ações de extremistas religiosos, incluindo os que abusam da religião para fins políticos; e a necessidade de continuar o trabalho de educação e de divulgação para os meios de comunicação, estendendo-o a todas as gerações.

O Embaixador Usen Suleimenov fez um discurso em nome do Presidente da OSCE, do Cazaquistão, salientando que o seu país, com suas 136 nacionalidades, representando 46 religiões, estava desenvolvendo uma política ativa destinada a promover a tolerância, a não discriminação e o respeito entre as diferentes culturas e religiões em seu território. Esta política explica por que a República do Cazaquistão, Presidente da OSCE em 2010, optou pelo slogan “Quatro Ts” (*trust, transparency, tradition and tolerance* – confiança, transparência, tradição e tolerância) e fez do tema da tolerância e não discriminação uma de suas principais prioridades ao sediar a Conferência de Alto Nível da OSCE sobre a Tolerância e Não Discriminação em 29-30 de junho de 2010. Além disso, como Presidente da Organização da Conferência Islâmica em 2011, o Cazaquistão tem a intenção de continuar esses esforços.

Beate Winkler, ex-diretora do Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, e assessora atual para as Políticas Europeias para Educação Inclusiva e Diálogo Intercultural, enfatizou três mensagens principais: 1) a necessidade de se criar uma mudança de perspectiva e evitar percepções, atitudes e imagens negativas dos muçulmanos que possam bloquear a evolução positiva; 2) a necessidade de integração de todas as estratégias de ação, bem como da dimensão emocional do problema; e 3) a necessidade de abordar

as percepções negativas, expressas principalmente pelos meios de comunicação, e também de desenvolver a liderança política e promover a realização de eventos culturais e esportivos.

Mike Hardy, chefe do Programa de Diálogo Intercultural do Conselho Britânico comentou a necessidade de uma participação construtiva, bem como o papel do Conselho Britânico a este respeito. Hardy destacou a participação da instituição na linha de frente do diálogo intercultural e explicou em detalhes a iniciativa chamada “Nossa Europa Compartilhada” (*Our Shared Europe*), lançada há dois anos com vistas a explorar e aumentar a conscientização sobre a grande contribuição dos muçulmanos para o desenvolvimento da Europa.

André Azoulay, presidente da Fundação Anna Lindh Euro-Mediterrânea para o Diálogo entre Culturas, salientou que a islamofobia não é um problema para os muçulmanos, mas para todos nós. Azoulay conclamou a comunidade internacional a falar claramente e mostrar o mesmo compromisso de combater todas as formas de intolerância e discriminação, seja contra judeus seja contra muçulmanos. Além disso, abordou a necessidade do desenvolvimento de uma abordagem positiva sobre a proporção de europeus que hoje abraçam a fé islâmica (cerca de dez milhões). Por fim, Azoulay mencionou que, quando a “União para o Mediterrâneo” for realmente alcançada, será um acontecimento histórico para os países e os povos de ambos os lados.

José María Ferré, o embaixador espanhol para o Alargamento das Relações com Comunidades Muçulmanas no Exterior na Conferência de Córdoba sobre Intolerância e Discriminação dos Muçulmanos, lembrando a presidência espanhola da OSCE em 2007, bem como o Seminário sobre “A liberdade de religião em uma sociedade democrática”, co-organizada pela Aliança de Civilizações e pela presidência espanhola na União Europeia, em maio de 2010, sublinhou o papel central dos direitos humanos na Europa, principalmente o princípio da liberdade de religião para minorias que vivem nas sociedades seculares. Nesse sentido, Ferré também abordou o papel desempenhado por várias iniciativas de diálogo intercultural e inter-religioso para promover a liberdade de religião, como aquela do Rei da Arábia Saudita ou a “Palavra Comum”, apoiada pela Jordânia.

Stefano Allievi, professor de Sociologia da Universidade de Pádua, centralizou sua intervenção no seu estudo sobre “Conflitos sobre mesquitas na Europa – Problemas Políticos e Tendências”, realizado em onze países do continente. Allievi observou que, na Europa, o principal problema não é a liberdade da religião muçulmana, pelo menos, em termos quantitativos (há

cerca de oito milhões de muçulmanos e dez mil salas de oração no continente), mas sim no nível qualitativo, que pode ser constatado pelo aumento do número de conflitos culturais e religiosos em todos os lugares. A este respeito, o papel dos chamados “empreendedores políticos de islamofobia” foi ressaltado, bem como o dos meios de comunicação. O pluralismo cultural e a ambiguidade em torno do que pode ser chamado “excepcionalismo” também foram abordados. Allievi terminou sua apresentação comentando seu trabalho atual relativo à formação de pessoas religiosas, como os imãs e outros atores religiosos em geral, os quais, segundo ele, podem se tornar termômetro da islamofobia na Europa.

Orhun Omur, embaixador e Ponto Focal do Secretário-Geral da OCI para a Aliança, ressaltou a questão da identidade e direcionou sua apresentação para a situação dos muçulmanos da Europa, que pode contribuir para a redefinição de “europeísmo”, com suas próprias e distintas identidades, apesar de uma corrente crescente na Europa entender o islã como uma ameaça à segurança e à identidade nacionais. Ao final, Omur solicitou uma abordagem mais normativa para combater a islamofobia com base em uma definição do termo, a ser adotada por consenso.

Fasel Alexandre, embaixador e Ponto Focal suíço para a AdC, abordou os acontecimentos recentes que envolvem a proibição de minaretes em seu país, recordando a posição do Conselho Federal, do Governo e do Parlamento Federal suíços contra a consulta popular e o seu apelo ao veto da proposta, que acabou sendo aceita por maioria. Refletindo sobre as últimas descobertas da pesquisa científica, que mostra que o voto não foi contra a comunidade muçulmana suíça, mas expressa uma reação contra uma imagem abstrata ainda negativa do Islã (de ser violento, de oprimir as mulheres e de querer a propagação da *sharia*). Fasel explicou que, o trabalho que desenvolve, juntamente com as comunidades muçulmanas e as autoridades federais da Suíça, tem por objetivos: 1) ressaltar a visibilidade da comunidade muçulmana, para que haja compreensão clara do que eles são e do seu nível de integração na sociedade suíça; 2) o trabalho com os meios de comunicação; e 3) o desenvolvimento de um diálogo prático em nível internacional, de modo que uma narrativa política comum possa ser criada e sobre a qual possamos entender melhor os pontos de vista que se têm uns dos outros.

Mevlüt Cavusoglu, Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, recordou o trabalho realizado pela Assembleia a partir da

Convenção Europeia sobre Direitos Humanos, especialmente seus artigos 9º (liberdade de pensamento, consciência e religião, inclusive o direito de manifestar religião ou crenças) e 10 (liberdade de expressão, incluindo o direito de expressar opiniões religiosas ou filosóficas ou opor-se a elas e criticá-las). Apesar da proteção jurídica única e do que a Tribunal Europeu dos Direitos do Homem prevê, Cavusoglu reconheceu que a realidade nos diferentes países é muito mais complicada e que o racismo, a xenofobia e todo tipo de manifestações de intolerância contra pessoas de diferentes crenças religiosas são um fato da vida cotidiana nas sociedades. Em particular, a islamofobia, nos últimos anos, tem emergido nas discussões, lembrando que o crescente sentimento antimuçulmano entre populações não muçulmanas anda de mãos dadas com o sentimento crescente de frustração, vitimização e alienação dos muçulmanos, e que a islamofobia é majoritariamente o resultado de equívocos, ignorância e falta de comunicação e diálogo. Cavusoglu salientou também que, para a Assembleia, o combate à islamofobia, assim como a qualquer outra forma de intolerância com base em princípios religiosos, a chave do sucesso está na cooperação ativa e construtiva dentro das sociedades. Por um lado, os governos europeus têm o dever de assegurar direitos e oportunidades iguais para todos, independentemente da sua origem étnica, cultural ou religiosa. Por outro lado, as comunidades muçulmanas devem ser as primeiras a denunciar e a combater qualquer forma de extremismo político sob a cobertura do islã.

Dalia Mogahed, Analista Sênior e Diretora Executiva do Centro Gallup para Estudos Muçulmanos, destacou alguns aspectos de estudos feitos em sua instituição sobre a percepção do Islã e dos muçulmanos pelas sociedades e fez alguns comentários sobre o interesse das sociedades não muçulmanas no combate à islamofobia. Em relação ao primeiro tópico, Mogahed ressaltou que, nos Estados Unidos, o islã e os muçulmanos são o grupo religioso mais negativamente avaliado dos estudados pelo Gallup (cerca de 43% dos americanos dizem que têm pelo menos alguns preconceitos contra os muçulmanos, 9% dizem que têm grande preconceito) e que este extremo preconceito não estava relacionado com o nível de educação, nem com a prática religiosa, mas com a opinião dessa pessoa sobre os judeus, de modo que o sentimento antissemita era o mais forte indicador para sentimentos antimuçulmanos. A representante do Gallup salientou a importância desta ligação empírica entre a islamofobia e o antissemitismo e salientou que os

dois aspectos devem ser tratadas em conjunto e devem ser estudados dessa forma.

Quanto ao segundo tópico de sua explanação, Mogahed destacou que a opinião de alguém sobre o islã era muito mais indicador muito mais poderoso para detectar o preconceito ou a tolerância do que se houvesse uma interação pessoal com os fiéis dessa religião. Isto sugere que o que realmente constrói a opinião das pessoas sobre os muçulmanos, como um grupo, é a sua percepção do Islã como uma fé. Para concluir, Mogahed ressaltou a necessidade de as sociedades ocidentais – as democracias ocidentais especificamente – de se preocuparem com a islamofobia como ideologia, devendo esta ser vista como uma ameaça à segurança nacional. A islamofobia não é algo que as sociedades ocidentais devam combater simplesmente para ser generoso com os muçulmanos. É algo prejudicial à sociedade como um todo.

Rashad Hussain, enviado especial dos Estados Unidos para a OCI, descreveu o que o seu país está fazendo para combater a islamofobia, a partir de ações tomadas dentro do próprio país e na comunidade internacional. Primeiramente, Hussain comentou sobre as declarações do Presidente Obama sobre a questão, deixando claro várias vezes e em várias ocasiões que o islã não é o problema, mas parte da solução. Além disso, já existem uma série de medidas em andamento, tais como o aumento dos intercâmbios educativos e o estímulo à interação entre “pessoas reais” de todas as culturas. Outra área mencionada foi a defesa do direito de praticar o islamismo (como o direito das mulheres de usar o *hijab*), que os Estados Unidos sempre defenderam. Também foi destacado o aspecto legal da questão, pois existe nos países um mecanismo jurídico de combate à islamofobia, como a Primeira Emenda à Constituição dos EUA e a Carta de Direitos, que garantem a prática livre de qualquer religião.

Radhouane Nouicer, Representante do ACNUR no Fórum do Rio, concentrou sua apresentação no tema dos refugiados, apontando dois fatos principais: hoje a maioria tanto dos que buscam asilo quanto dos refugiados propriamente ditos aderem à fé islâmica, bem como a maioria das populações que os acolhem são também muçulmanas. Além disso, Nouicer ressaltou que isso ocorre em um momento em que o nível de extremismo – étnico e religioso – está em ascensão em todo o mundo, mesmo nas sociedades mais desenvolvidas, e quando o racismo, a xenofobia e o populismo do medo manipulam a opinião pública e confundem os refugiados com imigrantes ilegais ou mesmo terroristas. Como contribuição para dissipar tais equívocos, Nouicer

observou que a ACNUR encomendou um estudo comparativo intitulado “O direito de asilo entre a *sharia* islâmica e o direito internacional dos refugiados”, cujos resultados mostraram que, mais que qualquer outra fonte histórica, a lei islâmica e a tradição sustentam a estrutura em que a ACNUR tem pautado suas atividades globais em nome dos refugiados. Nouicer também fez referência ao Memorando de Entendimento assinado entre a Aliança de Civilizações e a ACNUR para apoiar os esforços na promoção da compreensão intercultural e da reconciliação entre as nações e povos através de culturas e religiões, e para ajudar a controlar as forças contrárias que estimulam o extremismo.

Hadi Adanali, Assessor do Primeiro-Ministro de Turquia, ressaltou que a desconfiança mútua e a alienação recíproca dominam a atmosfera de interações entre as comunidades. O representante turco chamou a atenção para a necessidade de se desaprender a ignorância, de se intensificar os esforços para o desenvolvimento de interações básicas entre as comunidades, de se dar atenção aos currículos escolares, bem como a necessidade de um papel mais positivo a ser desenvolvido pelos meios de comunicação, dando como exemplo o “Mecanismo de Resposta Rápida aos Meios de Comunicação” (*Rapid Response Media Mechanism*), que foi lançado pela Aliança de Civilizações.

Nazim Ahmad, representante em Portugal e Moçambique da Rede de Desenvolvimento Aga Khan, salientou que o seu entendimento foi amparado pela própria tradição muçulmana, com foco sobre a necessidade de se abordar não o chamado “choque de civilizações”, mas sim o “choque de ignorância”, que é alimentado pelo vácuo de educação que persiste em não ensinar o suficiente sobre os outros.

A ignorância, que frequentemente pode levar ao medo, é a raiz de muitas fobias e é certamente o cerne do que é chamado islamofobia. Alguns dos confrontos, muitos dos quais foram manchetes em todo o mundo, ocorrem onde os defensores da liberdade de expressão confundem liberdade com licenciosidade. Nesse aspecto, Ahmad citando o próprio Aga Khan, pediu a renovação de um compromisso ético ou “sensibilidade ética que pode ser compartilhada e pode promover uma perspectiva moral universal”, como um requisito fundamental para encontrarmos o caminho através dos campos minados e das rápidas mudanças da vida moderna.

Devido ao grande número de participantes, não foi possível ampliar o debate com a plateia. Em suas considerações finais, o Presidente Sampaio expressou sua satisfação com a mesa-redonda que reuniu diferentes pontos

de vista, mas também permitiu trocas de experiências, preocupações e expectativas, além de reunir idéias para possíveis ações futuras. Em sua intervenção final, Iqbal Riza salientou que, embora o debate tivesse sido muito centralizado sobre a situação dos muçulmanos na Europa, a islamofobia é uma questão global e existente também no mundo muçulmano, inclusive em seu próprio país, o Paquistão.

8.c) Evento da Juventude

O evento começou com uma Caminhada Cultural no SAARA (sigla para *Sociedade de Amigos e Adjacências da Rua da Alfândega*) no centro do Rio de Janeiro. O local reúne, em uma atmosfera pacífica, respeitosa e produtiva, mais de 1.500 comerciantes de religiões e culturas diversas. Os participantes da Caminhada da Juventude foram conduzidos por estudantes locais, que traduziram histórias dos comerciantes, especialmente no que se referiam à capacidade de resolver conflitos culturais e de colaborar para o sucesso dos negócios. Alyne, uma das voluntárias, afirmou: *“Eu nunca tinha ouvido falar sobre a Aliança de Civilizações até que recebi um e-mail da faculdade nos informando sobre a Caminhada Cultural da Juventude e do Fórum no Rio de Janeiro. A ideia de trabalhar como voluntária em um projeto da ONU que envolve os jovens e respeita os valores culturais para a construção de um mundo melhor certamente terá minha atenção”*.

No dia seguinte, alguns dos temas discutidos durante o evento da juventude propriamente dito foram “Democracia, Boa Governança e Diversidade Cultural”; “Fortalecendo as Mulheres por meio da Educação”; “Vivendo Juntos em Sociedades Urbanas”, dentre outros. Estes tópicos de discussão foram os mesmos escolhidos para o Fórum em si e, ao discuti-los durante o Evento Juventude, os jovens tiveram uma oportunidade de se familiarizar com os seus diversos aspectos, bem como de desenvolver mensagens-chave para a participação deles durante as sessões temáticas do Fórum. Os jovens assumiram a liderança na organização dos debates, desempenhando papéis de moderadores, palestrantes, relatores ou jornalistas.

Ao final do dia, os jovens se reuniram e os relatores entregaram os principais pontos discutidos durante o evento. Após essa discussão, o plenário foi aberto para o grupo decidir quais seriam os principais tópicos para transmitir a todos os participantes do Fórum na apresentação das Recomendações da

Juventude, durante a sessão de encerramento. Além de discutir sobre os diversos temas do Fórum, os jovens também elencaram os próximos eventos do Ano Internacional da Juventude sobre o Diálogo e a Compreensão Mútua, com início em 12 de agosto de 2010. A iniciativa coincidiu com o 25º aniversário do primeiro Ano Internacional da Juventude (1985) cujo tema era “Participação, Desenvolvimento e Paz”. O Ano Internacional da Juventude tem como objetivo a conscientização sobre o investimento na juventude, mobilizar e engajar os governos e a iniciativa privada para aumentar a participação dos jovens em todos os setores da sociedade, bem como facilitar a construção de pontes entre diversas culturas como uma forma de avançar na compreensão entre os jovens de todo o mundo.

Por último, os jovens adotaram as diretrizes do Movimento Global de Jovens para a Aliança de Civilizações (*Global Youth Movement for the Alliance of Civilizations - GYMUN*), que se insere nos programas para a juventude da AdC, desenvolvidos pelo Fórum da Juventude da Conferência Islâmica para o Diálogo e a Cooperação e apresentados pela primeira vez na Conferência de Alto Nível realizada em Baku, no Azerbaijão, em novembro 2007, sob o patrocínio de Mehriban Aliyeva, a primeira-dama do país.

Os jovens presentes no Fórum do Rio prepararam uma série de recomendações para outros líderes, que podem ser encontradas na sessão de anexos deste volume. Ainda durante o Evento da Juventude no Fórum do Rio, a Aliança de Civilizações, em parceria com a Soliya, uma organização internacional não governamental que desenvolve uma comunidade online diversificada e global de jovens, com o intuito de promover a compreensão e a empatia entre suas sociedades, selecionou alguns jovens, que receberam treinamento para serem “mediadores” no uso das ferramentas de comunicação desenvolvidas pela instituição.

Antes do início do Fórum do Rio, os mediadores realizaram entrevistas em vídeo com pessoas em suas diferentes comunidades, abordando questões relevantes para as sessões temáticas realizadas no Fórum. Os melhores vídeos foram apresentados antes de cinco das sessões temáticas e serviram para estimular as discussões, conectando-as às perspectivas do público em geral sobre os tópicos.



9 - A Sessão de Encerramento

A sessão de encerramento, na tarde do dia 29 de maio, contou com a presença de representantes do Brasil, Espanha, Turquia e Catar (anfitrião do próximo Fórum da Aliança de Civilizações), além das palavras finais do Alto Representante das Nações Unidas para a AdC. A seguir são transcritos os discursos da Embaixadora Vera Machado, que representou o Ministro Celso Amorim na cerimônia, e do Presidente Jorge Sampaio.

9.1) Vera Machado, Subsecretária-Geral para Assuntos Políticos I

Excelentíssimo Senhor Miguel Angel Moratinos, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha; Excelentíssimo Senhor Ahmet Davutoglu, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia; Excelentíssimo Senhor Jorge Sampaio, Alto Representante do Secretariado das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações;

O Brasil, como nação multicultural que tem orgulho de sua diversidade, buscou, neste Fórum, compartilhar com os demais países sua experiência positiva no diálogo intercultural.

O fato de ter ocorrido em cidade tão diversificada e culturalmente mesclada pôde propiciar aos participantes uma visão da realidade brasileira. Entendemos que nem todos os países precisam seguir o modelo brasileiro de integração, mas, sem dúvida, todos devem aceitar as diferenças para viver em paz, principal objetivo da Aliança de Civilizações.

O Terceiro Fórum deu continuidade aos anteriores, realizados em Madri, em 2008, e Istambul, em 2009. No entanto, este foi o primeiro encontro anual da Aliança realizado fora da Europa. Foi, assim, oportunidade para tornarmos a iniciativa realmente global, trazendo para a Aliança um número maior de países africanos e diversos de nossos vizinhos da América Latina, que têm muito a contribuir para o diálogo entre as culturas.

A vinda do Fórum da Aliança para o Brasil incentivou diversos países a entrarem no Grupo de Amigos. Em Istambul, tínhamos cerca de 100 integrantes. Atualmente, temos mais de 120. Conseguimos que todos os países de língua portuguesa e diversos países da América Latina entrassem no Grupo de Amigos apenas no último ano. Os Estados Unidos também já aderiram à Aliança, e contam com delegação aqui presente.

Contando com mais de sete mil inscritos, mais de cem delegações oficiais, quase uma dezena chefiada por Chefes de Estado ou Governo, dezenas chefiadas em nível de Ministro de Estado, o Fórum foi oportunidade única para se estabelecer o importante diálogo que a Aliança pretende promover.

O Fórum do Rio conseguiu formar uma plataforma abrangente, reunindo o conhecimento, a experiência e a energia de um vasto leque de parceiros governamentais e não governamentais, de diversos países, todos empenhados em repensar a forma como lidamos com as tensões entre as culturas.

Este encontro foi importante não apenas para que se pudesse apresentar algumas iniciativas pioneiras com potencial para serem ampliadas e replicadas em outras comunidades ao redor do mundo. Mais que isso: foi um passo além para se criar uma interface global conectando jovens ativistas, líderes empresariais, defensores dos direitos humanos, líderes políticos, chefes das comunidades religiosas, acadêmicos e jornalistas. Reunidos, esses atores puderam compartilhar ideias, desenvolver novos pensamentos e colaborar para construir a confiança mútua.

A juventude, um dos pilares da Aliança de Civilizações, pôde ter contato direto com a diversidade brasileira, em caminhada realizada no dia 26 de maio pelo Centro do Rio de Janeiro, na área do chamado SAARA, onde se concentram, harmoniosamente, sobretudo comerciantes de origem árabe e judaica.

O Brasil tem procurado se inserir ativamente na Aliança. Além de ter sediado este Fórum, participa de todos os encontros deliberativos, já nomeou um Coordenador Nacional, contribuiu para o fundo voluntário, tem procurado atrair professores e fundações privadas para a iniciativa, estabeleceu grupo

de trabalho com diversos órgãos federais e elaborou seu Plano Nacional, já em fase de revisão.

O Presidente Lula tem-se empenhado por traduzir em políticas públicas os valores da diversidade e da tolerância, tanto no plano interno quanto no plano internacional. No plano interno, criou ministérios que lidam diretamente com as questões da Aliança.

O Brasil, exemplo de país construído pela imigração, opôs-se à tendência negativa atual ao aprovar legislação que facilita a regularização da situação de imigrantes que vivem no território nacional em situação irregular. No âmbito internacional, temos o Fórum de Diálogo IBAS, no qual a Índia, o Brasil e a África do Sul – três democracias multiculturais, uma em cada parte do mundo em desenvolvimento – trabalham conjuntamente em uma variedade de assuntos, desde a coordenação política à cooperação Sul-Sul em benefício das nações mais pobres.

Há muitos desafios a serem enfrentados para promovermos a causa da nossa Aliança. A atual crise econômica continua a por à prova nossa capacidade de diálogo. A insegurança econômica pode conduzir, facilmente, ao racismo, à xenofobia e ao fanatismo. O desemprego, a desigualdade e a fome alimentam o extremismo.

Este Fórum contribuiu para a nossa resposta comum à crise econômica ao aumentar a consciência da sociedade civil sobre a importância do comércio livre e justo para o desenvolvimento e para a luta contra a pobreza. Tivemos uma sessão especialmente dedicada a este tema, além de sessão dedicada exclusivamente à grave crise no Haiti.

Um passo importante na direção dos objetivos da Aliança são também as Estratégias Regionais para o diálogo intercultural. A primeira já elaborada foi a do Sudeste Europeu, que deve servir de exemplo para as demais regiões. Esperamos que a América Latina possa elaborar sua estratégia em breve. Agora, essa parece uma meta possível, tendo-se em conta o grande número de países latino-americanos que aderiram recentemente ao Grupo de Amigos e que se fizeram representar neste Fórum.

Demonstrando nosso compromisso com a Aliança, adotamos a Declaração do Rio de Janeiro, estimulando os planos nacionais e estratégias regionais e reiterando nossa satisfação com o fato de o Catar e a Áustria já se haverem oferecido como sede dos fóruns anuais de 2011 e 2012, respectivamente.

O Brasil se disponibiliza a ajudar no que for preciso – principalmente compartilhando sua experiência – para preparação do próximo Fórum Mundial, em Doha, e do seguinte, na Áustria.

Obrigada.

9.2) Jorge Sampaio, Alto Representante para a Aliança de Civilizações, ex-Presidente de Portugal

Senhores Ministros. Excelências. Senhoras e senhores. Prezados amigos da Aliança. É com muita emoção que encerro este III Fórum Mundial da Aliança das Civilizações. O primeiro que realizamos fora da área da Europa e que permitiu afirmar de uma forma muito forte, mais uma vez, a vocação universalista da Aliança e dotá-la de contornos claramente mais globais. Confesso-vos que, além de pequenos episódios que certamente ocorrem quando se está na presença de sete mil pessoas inscritas, muitas dessas oficiais, eu estou muito satisfeito com o nível de participação, evidentemente da qualidade dos debates, com o número de iniciativas, de propostas e parcerias que foram discutidas e algumas até mesmo rubricadas.

Claro que aprendemos também, o exato sentido de que esta resposta tem que ser dada por mim, nesta altura com a certeza de que há pequenos pormenores de minoria possível, nomeadamente quanto à reunião de grupos de amigos. Ela não pode durar seis horas como durou. O que mostra interesse, mostra a participação, mostra desejo por parte das pessoas e dos senhores ministros em participar. Somos na Aliança e, eu próprio, muito grato por isso. Mas, naturalmente temos que dar qualquer volta. É essa a forma de trabalhar, mas penso que o essencial era assegurar a participação. E se alguma coisa não correu bem com respeito à inscrição, eu apresento nossas desculpas.

Deixe-me, também, agradecer antes de mais, a quem tornou tudo isso possível. Naturalmente em primeiro lugar as autoridades brasileiras. Sabemos quem são. Sabemos o que é a hospitalidade do Brasil. Sabemos o que é a Cidade Maravilhosa do Rio de Janeiro e o que se pode fazer nesta cidade. E a convivência que ela encerra. Mas quero, como diz a canção, que as portas desta cidade maravilhosa deixaram que a Aliança dela fizesse também a sua casa global. Portanto, muito obrigado a todos, as brasileiras e os brasileiros, em nome de todos aqueles que durante dias a fio, puseram isso tudo de pé. Eu estive aqui uns dias antes e como sempre a gente tem a impressão de que não vai ser possível estar tudo pronto. Muitas pessoas não dormiram

certamente, durante várias noites para que tudo estivesse pronto e possível. E eu quero agradecer a todos dos mais conhecidos aos mais óbvios, mas também, aos mais anônimos. Sem uns e sem outros não teria sido possível fazer este Fórum. Muito obrigado.

Em segundo lugar eu quero agradecer a todos os parceiros e membros do grupo de amigos pela sua colaboração ativa. E foi bom que fosse uma colaboração ativa na organização de várias sessões de trabalho, deu seu contributo para as iniciativas e para as escalas que aqui foram também anunciadas. Nunca cansarei de repetir que a fórmula que devemos ter, digamos mágica e necessária, é que as parcerias e as cooperações são precisamente isto, são a fórmula mágica para o progresso da Aliança.

Em terceiro lugar quero agradecer as delegações oficiais. Aos representantes de governo do grupo de amigos e das organizações internacionais, bem como aos pontos focais. A própria dinâmica da Aliança repousa na vossa imaginação, na vossa capacidade de devoção. Naturalmente em vosso apoio e no nosso firmamento, que vocês chamam de espécie de estrela polar. Estrela polar que não vai com certeza cair. Vai ser ainda mais brilhante. Mas quero que saibam que para mim tudo isso foi um grande estímulo.

Para nós todos, uma grande responsabilidade em adequar a procura do desenvolvimento com a responsabilidade de responder é um grande desafio que faremos todo o nosso possível para poder estarmos à altura daquilo que é pedido. Mas, eu quero agradecer também, em especial a este vibrante público, com certeza com centenas e centenas de cidadãos e cidadãos brasileiros e outros de muitas partes do mundo que deram a este fórum uma participação dentro da integração com a sociedade civil que pretendemos numa perspectiva inclusiva. Numa perspectiva realizadora que é essencial para o nosso futuro. A questão pode resumir-se assim. Cada um de nós entrou nesta sala ou no museu ao lado, certamente com seus credos, com suas ideias, com suas ideologias. É natural que assim seja fundamental e acho que assim seja. Ou seja, entramos todos com a nossa parte da diferença.

O essencial para agora e para o futuro, quaisquer que sejam os confrontos, o essencial é que essa parte de nós perceba a outra parte que está a nossa frente. E que possamos fazer da riqueza dessa apreciação da diferença um forte estímulo para ganharmos a paz, para percorrermos os caminhos da equidade, do pluralismo, da democracia, em suma de tudo aquilo que fará enriquecer a nossa diferença, em vez de reduzir a algo que não existe.

A Aliança é a diferença. A Aliança é o diálogo com a diferença. Não é o diálogo com obscurantismo, com a ignorância ou com a falta de educação. A Aliança é força cultural. A Aliança é uma dimensão do futuro, porque só um futuro num quadro da humanidade, de um mundo que é nosso poderá efetivamente resistir aos desafios de toda a sorte que estão na nossa frente. Eu agradeço, portanto, aos participantes em geral, aos jovens em especial. Eu não gosto muito de falar de jovens, porque parece que estamos sempre em campanha eleitoral. Eu sou um político reformado. Já não tenho campanhas eleitorais para disputar e, por isso, posso dizer à vontade sem nenhuma intenção que os jovens foram uma força criadora dentro dessa participação e espero que isso possa continuar a ser sempre assim.

Eu quero agradecer ao Embaixador Alves e a toda a sua turma de diplomatas brasileiros. E também, ao secretariado da Aliança, pequeno, mas forte e dedicado, por tudo isso que foi aqui possível. E, por isso, quero agradecer também, aos meus colaboradores. Que não têm hora. Que são de uma dedicação tremenda e que ouvem com serenidade aquilo que a mim não me deixa sereno. Que é que todas as pessoas na sua justiça pedem mais para a Aliança. É um grande estímulo. Mas como eu tenho a obrigação de responder a esse desafio, fico a pensar com quem, com que meios será possível responder a essa expectativa e não fazê-la diminuir. Faremos com certeza, podem estar seguros, o nosso melhor.

Meus caros amigos, quero contar-lhes somente uma pequena história de alguém que todos conhecem. E essa história passou-se ontem quando se projetava a inauguração do Dialogue Café, que ali está. E a cerimônia como é natural em todas as cerimônias estava atrasada. Quem estava para falar do outro lado, na Itália? De Milão? O Grande conhecido Maestro Daniel Barenboim que também à causa do entendimento entre Israel e Palestina tem dedicado o melhor do seu talento ao encontro com a música de todas as diversidades. Puxar por ela como meio de enriquecer e o Maestro estava disponível. O próprio a participar do Dialogue Café. Tinha um concerto nesse dia, ontem. Os maestros têm que se preparar durante o dia com muita intensidade, têm que descansar, têm que ver a partitura, sobretudo pensar que música e direção certamente são obras do pensamento. E nós estávamos aqui atrás de contato diário, de minuto a minuto com o senhor maestro. Até ele, que é um grande militante, disse que já não podia mais. Já esperava há uma hora. – Estou convosco. Um abraço a todos. Fica para a próxima. Vou agora ao meu concerto.

Contamos com ele, que merece uma salva de palmas aqui do Rio, por sua dedicação e pela maneira como tem encontrado e respondido aos desafios que a humanidade tem dado. Portanto, meus amigos, a todos os meus agradecimentos.

Temos agora que nos preparar para a próxima aventura em Doha. Todos nós levamos trabalhos para casa e, por tudo aquilo que aqui foi dito e que será por nós analisado, vamos fazer uma espécie de *Rio Map* que nos vai levar a Doha com tudo que significa de trabalho, de esforço efetivamente de determinação. Tão breve quanto possível poderemos chegar até aí. Eu quero dizer-vos que com o Fórum do Rio temos um novo capítulo que se abre e que efetivamente se abriu aqui. Em substância, em dinamismo, em responsabilização, em engajamento e em participação. Meus caros amigos, indo agora para casa, cada um para seu destino por esse mundo afora, uns aqui naturalmente, outros bem longe, entre cansaço, esperança. Se posso propor um tema, eu só encontro um com ritmo de embalar meus amigos, diversidade é bom. Boa viagem a todos que têm de viajar.

Até a próxima.



10 – Resultados Obtidos

Diversos acordos não políticos e planos de ação foram assinados no decorrer do III Fórum da aliança de Civilizações, tanto no que tange às iniciativas já em andamento como em novos projetos. Além da assinatura dos documentos, foram realizados diversos encontros paralelos entre as entidades parceiras da AdC. A seguir, são brevemente descritas essas iniciativas promovidas pela AdC.

10.1) Acordos e Planos de Ação assinados

- a) Memorando de Entendimento com a UNESCO (renovado);
- b) Memorando de Entendimento com o Centro de Investigação em Arte, História e Cultura Islâmica (IRCICA);
- c) Memorando de Entendimento com o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR);
- d) Plano de Ação para implementação de Memorandos de Entendimento com a Organização da Conferência Islâmica (OCI);
- e) Carta de Intenções com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Outro Memorando de Entendimento, com a Organização da Cooperação Econômica do Mar Negro (BSEC) e o Banco Mundial, ficou acertado para assinatura em futuro próximo.

10.2) Dialogue Café

O Dialogue Café (www.dialoguecafe.org) é uma organização sem fins lucrativos, que usa o estado da arte da tecnologia em vídeo para permitir conversas “frente a frente” entre diversos grupos de pessoas de todo o mundo para que eles possam compartilhar experiências, aprender uns com os outros e trabalhar juntos para fazer do mundo um lugar melhor. A iniciativa permite encontros em tempo real, com imagem e som de alta definição, permitindo que as pessoas de cidades e culturas diferentes conversem e se encontrem. O projeto foi anunciado no Fórum de Istambul em 2009 e desde então tem sido desenvolvido com o objetivo de se criar uma rede global de Dialogue Cafés. Esta iniciativa é apoiada pela Aliança de Civilizações das Nações Unidas, a CISCO, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Anna Lindh e outras instituições.

O primeiro Dialogue Café em operação, ligando Lisboa (Museu do Design e da Moda) e o Rio de Janeiro (Universidade Candido Mendes), foi inaugurado por ocasião do Fórum do Rio de Janeiro, permitindo sessão conjunta entre os dois lados do Atlântico.

10.3) Comunidade “Online” sobre Migração e Integração

Desenvolvida em conjunto com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o site www.unaoc.org/comunities/migrationintegration congrega uma comunidade mundial de formuladores de políticas e ativistas da sociedade civil que trabalham em conjunto para melhorar as relações entre os migrantes e as comunidades que os recebem. Esta comunidade apresenta ideias e projetos inovadores de todo o mundo, destacando exemplos de sucesso e inspirando novas iniciativas. Ele também ilustra o impacto positivo da migração e os benefícios que ela pode trazer para as sociedades que os recebem e também como os imigrantes contribuem para o desenvolvimento econômico, a vida cultural e social de seu novo país.

10.4) Plano de Ação sobre Implementação de Estratégia Regional Internacional para o Sudeste da Europa

O plano, aprovado na Conferência Ministerial de Sarajevo, Bósnia-Herzegovina, em dezembro de 2009, foi discutido e finalizado no Rio de

Janeiro durante reunião de Pontos Focais de países e organizações regionais dos Bálcãs ocorrida em 27 de maio. O Plano de Ação baseia-se nas prioridades definidas na Estratégia Regional e em propostas da sociedade civil. Compreende cerca de 40 projetos relacionados sobretudo à educação, à juventude e aos meios de comunicação.

10.5) Primeira Escola de Verão da Aliança de Civilizações

“Interligando Corações, Abrindo Mentes e Fazendo Coisas Juntos” (Universidade de Aveiro, Portugal, 15-22 de agosto de 2010) é um evento para celebrar o Ano Internacional da Juventude.

Esta Escola de Verão, definida no Rio de Janeiro, constitui uma iniciativa de diversas entidades, reuniu jovens (até trinta anos de idade) de várias regiões e diferentes origens culturais e religiosas oferecendo-lhes oportunidades de adquirir conhecimentos e aprimorar suas habilidades na comunicação entre as culturas. Por meio dessas interações, os participantes aprendem a entender a diversidade como ferramenta importante para o enriquecimento mútuo, desenvolvendo, assim, novas perspectivas a partir do qual a confiança e a compreensão poderão surgir.

10.6) Segundo Modelo Global das Nações Unidas (www.un.org/GMUN)

O Fórum do Rio de Janeiro deu apoio ao Modelo Global das Nações Unidas, que repete em nível internacional iniciativas interuniversitárias realizadas em diversos países.

Após a conferência inaugural, em Genebra, em 5-7 de Agosto de 2009, a Segunda Conferência do Modelo Global das Nações Unidas, organizada pelo Departamento de Informação Pública da ONU, foi realizada em Kuala Lumpur, Malásia, de 14 a 18 de agosto de 2010. O encontro simulou a Conferência da Assembleia Geral sobre o diálogo intercultural. O tema da conferência de 2010 foi “Rumo a uma Aliança das Civilizações: Interligando Culturas para Alcançar Paz e Desenvolvimento”. Mais de 500 universitários, com idades entre 18 a 24 anos, participaram do evento.

10.7) Criação da Universidade Internacional das Nações Unidas para uma Aliança de Civilizações

Este instituto é um projeto da Universidade das Nações Unidas juntamente com o Governo da Espanha. O Instituto, cuja sede será em Barcelona, realizará pesquisas, oferecerá treinamento e difundirá conhecimentos relevantes para a Aliança das Civilizações da ONU.

10.8) Prêmio de Reportagem “Cross-Cultural”

O primeiro prêmio de reportagem “Cross-Cultural” foi apresentado oficialmente no Fórum do Rio. O prêmio foi dividido entre Ruth Eglash do “The Jerusalem Post” e Hazaimh Hani de “The Jordan Times”. Suas colunas sobre Israel e Jordânia quinze anos após o estabelecimento de relações entre os países tiveram grande destaque na imprensa, gerando calorosos debates.

10.9) Medindo o impacto do Projeto do Diálogo Intercultural

O projeto foi lançado em parceria com a Vivendi e irá avaliar os dados existentes sobre o impacto do diálogo intercultural, desenvolvendo e definindo padrões e indicadores que auxiliarão na avaliação do impacto nessas áreas. Os trabalhos incluirão levantamento dos dados mais recentes; pedido de orientação para organizações que tenham instrumentos de medição desenvolvidos para avaliar esse desfecho, e criação de ferramenta confiável para apresentação durante a agenda de desenvolvimento sustentável tanto a nível nacional como em fóruns internacionais.

10.10) Atualização sobre as iniciativas em curso

O Fórum do Rio ofereceu uma plataforma para apresentação e análise de projetos já em andamento da AdC, discutindo meios para reforçar essas iniciativas por meio de parcerias e empreendimentos colaborativos.

a) Programa Internacional de Bolsas

O *International Fellowship Program* é uma iniciativa lançada pela AdC em colaboração com o British Council, a Liga dos Estados Árabes, a ISESCO,

os governos do Catar e o Fundo Marshall alemão e dos Estados Unidos (GMF). Seu objetivo é facilitar o intercâmbio de jovens da América do Norte, Europa, Oriente Médio e da África do Norte para aprender sobre outras sociedades, instituições, crenças e pessoas e portanto, contribuir para uma melhor compreensão mútua. O objetivo é criar uma extensa rede de jovens intercambistas que irão trazer novas perspectivas para as relações entre os diferentes países e regiões. Na fase inicial, seis europeus e seis norte-americanos, com idades entre 25 a 40 anos visitaram o Egito, o Marrocos e o Qatar, e um grupo de doze jovens de sete países do Oriente Médio e da África do Norte visitaram três países em um programa de duas semanas abrangendo sete cidades em dois continentes.

b) Fundo de Solidariedade da Juventude

O Fundo de Solidariedade da Juventude é um programa internacional que fornece pequenas doações de até US\$ 30.000 para as organizações de juventude avançarem no diálogo intercultural e inter-religioso em nível local, nacional, regional ou internacional. Os projetos têm em média duração de seis meses e apresentam forte potencial de crescimento e sustentabilidade. A primeira leva de doações foi distribuída no ano passado. No Fórum do Rio, os 18 vencedores de bolsas do segundo ano do programa tiveram a oportunidade de apresentar seus projetos para os participantes do Fórum.

c) Câmara de Alfabetização Mediática

AAdC desenvolveu esse projeto em colaboração com uma ampla rede de organizações parceiras de todo o mundo. Este recurso incentiva o usuário à participação ativa por meio de um sistema multilíngue global de informações sobre os recursos e boas práticas relevantes para a alfabetização mediática (www.aocmedialiteracy.org).

d) Cátedra AdC/UNESCO/UNTWIN sobre Meios de Comunicação e Alfabetização em Informação para o Diálogo Intercultural (“UAC MILID”)

Seis universidades, em parceria, vão colaborar para a criação de uma rede internacional com foco na capacitação para apoiar a educação em “media”, promovendo iniciativas de compreensão global, com impacto ao

nível local. O UAC MILID servirá como mecanismo de intercâmbio de informações, recursos, programas, alunos e professores. O projeto inicial conta com a participação de seis universidades: Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha), Universidade do Cairo (Egito), Universidade de São Paulo (Brasil), Universidade de Tsinghua (China), Temple University (EUA) e Universidade West Indies (Jamaica).

e) “Clearinghouse” em Educação sobre Religiões e Crenças

Lançado em abril de 2009, o Repositório sobre educação sobre religiões e crenças (www.aocerb.org) disponibiliza recursos para o aprendizado sobre religiões e crenças de todo o mundo, assim como a ética, a tolerância e a educação cívica. Inclui recursos didáticos, links para organizações relevantes, um jornal, um fórum online e notícias em geral. O repositório se concentra na educação primária e secundária.

f) Intercâmbio Educacional

O gerenciamento de intercâmbios educativos entre os jovens é um elemento-chave nos esforços da Aliança para interligar culturas e reforçar o conhecimento e a compreensão. Durante o Fórum do Rio, representantes dos países compartilharam informações sobre boas práticas dos programas que realizam em conjunto com a sociedade civil.

g) Programa sobre Meios de Comunicação

O programa é baseado em dois pilares:

1. *Globalexpertfinder.org*, um recurso online que conecta jornalistas com vasta gama de formadores de opinião com vistas ao fornecimento de respostas e análises rápidas sobre os mais complexos problemas políticos, sociais e religiosos;

2. Uma ampla gama de programas de formação destinados a apoiar os formadores de opinião em seu esforço para relatar as rápidas mudanças que ocorrem nas fronteiras culturais. Além disso, também está sendo desenvolvido um novo recurso para os jornalistas na região do Mediterrâneo, em colaboração com a Fundação Anna Lindh (ALF) e a Comissão Europeia.

h) Plural (www.unaoc.org/pluralplus)

Plural é um Festival de Vídeo para os Jovens, que versa sobre migração, inclusão social e diversidade. Esta iniciativa, criada em parceria com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e em colaboração com organizações de todo o mundo, reconhece os jovens como agentes poderosos de mudança social em um mundo muitas vezes caracterizado por intolerância e polarização cultural. Jovens produtores (de até 25 anos de idade) são convidados a apresentar seus trabalhos e os vídeos vencedores são apresentados durante uma cerimônia de premiação a cada ano.

i) Rede Internacional de Fundações

A iniciativa reúne fundações que trabalham para construir a confiança e cooperação entre culturas e povos. A Rede tem como objetivo facilitar a troca de informações e aumentar a colaboração em áreas de relevância para Aliança. Durante o Fórum do Rio foi assinado um acordo para organizar um encontro de fundações para apoiar o desenvolvimento da Aliança, previsto para ocorrer no início de 2011, em Marrakesh.



Anexos

I - PROGRAMA COMPLETO (26 a 29 de maio de 2010)

III Forum Mundial da Aliança de Civilizações

Rio de Janeiro

“INTERLIGANDO CULTURAS, CONSTRUINDO A PAZ”

Programa sujeito a alterações (versão de 24 de maio de 2010)

Quinta-Feira, 27 de maio, 2010

(Programa completo ao final)

Pré-Fórum, composto dos seguintes eventos, que não envolvem as delegações oficiais:

- a) Evento da Juventude;
- b) Reunião da União Interparlamentar;
- c) Reuniões informais com ONGs e Organizações Intergovernamentais;
- d) Encontro de “Pontos Focais” da Aliança de Civilizações.

Chegada dos participantes do Fórum

18:30-20:30 - Coquetel de boas-vindas (Museu de Arte Moderna)

Sexta-feira, 28 de maio de 2010

09:00-10:00 Sessão de abertura

Palavras de boas-vindas

Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil

Sua Excelência o Senhor Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas

Sua Excelência o Senhor Recep Tayyip Erdogan, Primeiro-Ministro da Turquia

Sua Excelência o Senhor José Luis Zapatero, Presidente do Governo da Espanha

Sua Excelência o Senhor Jorge Sampaio, Alto Representante para a Aliança de Civilizações, ex-Presidente de Portugal

Sua Excelência a Xeica Mozah, do Catar, na qualidade de anfitriã do Fórum de 2011

10:00-10:30 Apresentação do “Dialogue Café” – mesa-redonda virtual com personalidades de diversos países

10:30 – 12:30 Reunião plenária de Cúpula: a diversidade cultural como caminho para a paz

Oradores:

Sua Excelência, o Senhor Ali Abdussalan Treki, Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas

Sua Excelência o Senhor Saud Al Faisal, Chanceler do Reino da Arábia Saudita, que lerá mensagem de Sua Majestade o Rei Abdullah bin Abdulaziz Al Saud

Sua Excelência a Senhora Cristina Fernández de Kirchner, Presidenta da República Argentina

Sua Excelência o Senhor José Sócrates, Primeiro Ministro da República Portuguesa.

Comentaristas:

Sua Excelência o Senhor Amre Moussa, Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabe

Sua Excelência o Senhor Enrique Iglesias, Secretário-Geral da SEGIB

Oradores:

Sua Excelência o Senhor Evo Morales, Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia

Sua Excelência o Senhor Pedro Verona Rodrigues Pires, Presidente da República de Cabo Verde

Sua Excelência o Senhor Abdoulaye Wade, Presidente da República do Senegal

Comentaristas:

Sua Excelência o Senhor Ekmeleddin Ihsanoglu, Secretário-Geral da OCI

Sua Excelência o Senhor Marc Perrin de Brichambaut, Secretário Geral da OSCE

Sua Excelência a Senhora Irina Bokova, Diretora Geral da UNESCO

Moderadores:

Jornalista Guila Flint

Jornalista Henrique Cymerman

12:30 -12:45 Divulgação de projetos

12:45 – 13:15 Coletiva de imprensa (a confirmar)

13:15-15:00 Almoço oficial para os convidados especiais e chefes de delegação

Bufê paralelo para os demais participantes

15:00-18:00 Reunião ministerial do Grupo de Amigos (Vivo Rio)

“Reforçando nosso Compromisso com a Aliança”

Co-presidentes:

a) Jorge Sampaio, Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações

b) Ali Abdussalam Treki, Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas

Participantes: Ministros e outros Chefes de Delegação de Estados e Organizações Internacionais, membros do Grupo de Amigos da Aliança de Civilizações

15:00-16:15 Primeira sequência de sessões temáticas

Sessão temática 1 “Democracia, boa governança e diversidade cultural”

- Excelentíssimo Senhor João Luiz Silva Ferreira – Ministro da Cultura
- Excelentíssimo Senhor Luiz Soares Dulci – Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil (status de Ministro)
- Ilustríssimo Senhor Professor Vitaly Naumkin – Diretor do Instituto de Estudos Orientais da Academia Rússia de Ciências
- Excelentíssimo Senhor Moustapha Niasse – Antigo Primeiro Ministro do Senegal
- Excelentíssimo Senhor Máximo Cajal – Embaixador, antigo Representante Especial do Primeiro-Ministro da Espanha para a Aliança de Civilizações
- Ilustríssimo Senhor Professor Franz Magnis-Suseno – Reitor da Faculdade de Filosofia de Driyarkara
- Ilustríssima Senhora Marta Lagos – Diretora do Latinobarómetro
- Senador Ramoro Estacio
- Excelentíssimo Senhor Yonadam Kanna – Membro do Parlamento do Iraque, Secretário-Geral do Movimento Democrático Assírio

Sessão temática 2: “Fortalecendo as mulheres por meio da educação”

Moderadora: Sra. Mona El Tahawy

Panelistas:

- Excelentíssima Senhora Nilcéa Freire – Ministra da Secretaria de Política para as Mulheres (status de Ministra)
- Ilustríssima Senhora Professora Teresa Langle – Vozes Mediterrâneas
- Ilustríssimo Senhor Professor Laxman Belbase – Coordenador Regional da MenEngage Alliance-South Asia

- Ilustríssimo Senhor Ted Bunch – A Call to Man
- Ilustríssimo Senhor Professor Siti Musdah Mulia – membro da Delegação da Indonésia
- Excelentíssima Senhora Esther Brimmer – Subsecretária de Estado dos EUA

Sessão temática 3: “Moldando percepções, desafiando estereótipos: o papel dos ‘media’ nos dias de hoje”

Moderador:

- Ilustríssimo Senhor Philippe Cayla, Presidente do Conselho Executivo da Euronews S.A

Panelistas :

- Ilustríssima Senhora Melody Moezzi – escritora
- Ilustríssimo Senhor Yen Feng – correspondente do Straits Times
- Ilustríssima Senhora Randa Achmawi – correspondente da Agência Árabe-brasileira de Notícias
- Ilustríssima Senhora Maryam Al-Khater
- Ilustríssimo Senhor Paul Walton – Diretor de Comunicações da ALF
- Ilustríssimo Senhor Turi Munthe

Sessão temática 4: “Vivendo juntos em sociedades urbanas”

Moderador:

- Excelentíssimo Senhor Phil Wood – Especialista Sênior em cidades interculturais

Panelistas:

- Excelentíssimo Senhor Márcio Fortes de Almeida – Ministro das Cidades
- Excelentíssimo Senhor Alfredo Sánchez Monteseirín – Prefeito de Sevilha
- Ilustríssima Senhora Irena Guidikova – Chefe da Divisão de Políticas Culturais, Diversidade e Diálogo do Conselho da Europa
- Excelentíssimo Senhor António Costa – Prefeito de Lisboa
- Excelentíssimo Senhor Topqas – Prefeito de Istambul

· Excelentíssimo Senhor Claude Dilain – Prefeito de Clichy-sous-Bois, Presidente da Associação Cidades e Periferias da França

· Excelentíssimo Senhor Sérgio Besserman Vianna – Presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura do Rio de Janeiro

Comentaristas:

- Ilustríssimo Senhor Franco Montanari
- Ilustríssimo Senhor Francesco Alessandria

16:15 – 16:30 Intervalo para café

16:30 – 17:45 Segunda sequência de sessões temáticas

Sessão temática 5: “Os novos “media”: em direção a novas formas de advocacia social e participação”

Rapporteur: Daanish Masood

Moderador:

- Ilustríssimo Senhor Paulo Henrique Amorim

Panelistas:

- Ilustríssimo Senhor Riyaad Minty – Analista da Al Jazeera
- Ilustríssimo Senhor Lucas Welch – Fundador e Diretor de Inovação da Soliya
- Ilustríssimo Senhor Luís Nassif – Jornalista
- Ilustríssimo Senhor Ricken Patel – Diretor Executivo da Avaaz.org
- Ilustríssima Senhora Solana Larsen – Editora da Global Voices
- Ilustríssima Senhora Soraya Darabi – Drop’io

Sessão temática 6: “Direitos humanos, ética e solução de conflitos”

Rapporteur:

- Ilustríssima Senhora Beate Winkler

Moderador:

- Excelentíssimo Senhor Kamal Hossain – Ex-Ministro de Bangladesh, Relator Especial da ONU para o Afeganistão

Panelistas:

- Excelentíssimo Senhor Paulo Vannuchi – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (status de Ministro)
- Ilustríssima Senhora Shulamith Koenig – Presidente fundadora da People’s Movement for Human Rights Learning
- Ilustríssima Senhora Olenka Ochoa – ativista de Direitos Humanos
- Ilustríssima Senhora Charlotte Flindt Pedersen – Vice-Diretora do Instituto Dinamarquês para os Direitos Humanos
- Ilustríssimo Senhor Muhyieddeen Touq – Comissário-Geral para Direitos Humanos na Jordânia
- Ilustríssimo Senhor Paulo Sérgio Pinheiro – Professor
- Ilustríssimo Senhor Radhouane Nouicer – Diretor do Bureau Regional do ACNUR para o Oriente Médio e África do Norte
- Excelentíssimo Senhor Rabino Arthur Schneier

Sessão temática 7: “A História como ferramenta de cooperação cultural”

Rapporteur: Ilustríssimo Senhor Jean-Pierre Titz

Co-Moderadores:

- Ilustríssimo Senhor Denis Huber – Diretor Executivo, Centro Norte-Sul
- Ilustríssimo Senhor Halit Eren

Panelistas :

- Excelentíssimo Senhor Elói Ferreira de Araújo – Chefe da Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (status de Ministro)
- Excelentíssimo Senhor Mohamed-El Aziz Ben Achour – Diretor-Geral da ALECSO
- Excelentíssimo Senhor Gaspar Zarrias – Secretário de Estado da Cooperação Territorial
- Ilustríssimo Senhor Thomas W. Zeiler – Professor de História e Diretor, Universidade de Colorado-Boulder
- Ilustríssimo Senhor Cagri Erhan – Professor Associado, Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Ancara

- Ilustríssimo Senhor Steven Stegers – Coordenador de Projeto, EUROCLIO, Associação Europeia de Educadores de História
- Ilustríssima Senhora Amina Aouchar – Director do Instituto Universitário de Pesquisas Científicas

Sessão temática 8: “Emprego e redução da pobreza em tempos de crise”

Rapporteur:

- Ilustríssimo Senhor Carlos Valdes

Moderadora:

- Ilustríssima Senhora Necla Tschirgi

Panelistas:

- Ilustríssimo Senhor Ricardo Henriques – Professor da Universidade Federal Fluminense
- Excelentíssimo Senhor Kjell Magne Bondevik – Presidente do Centro de Oslo para a Paz e os Direitos Humanos
- Ilustríssimo Senhor Jean Maninat – OIT
- Excelentíssimo Senhor Victor Baez Mosqueira – Secretário-Geral da Confederação Sindical das Américas (CSA)
- Ilustríssimo Senhor Ron Bruder – Fundador da Fundação EFE;
- Excelentíssimo Senhor John Kufuor – Ex-Presidente de Gana
- Ilustríssima Senhora Beatriz Merino – Ouvidoria Nacional do Peru
- Ilustríssimo Senhor Ahmed Younis – Silatech

17:45- 18:15 Apresentação de projetos inovadores (1)

18:15- 19:45 Sessão especial: “Parcerias público-privadas para o diálogo intercultural”

Moderador : Ilustríssimo Senhor Jean-Christophe Bas – Secretariado da ONU para Aliança de Civilizações

Panelistas:

- Ilustríssima Senhora Pascale Thumerelle – Vice-Presidente da Vivendi

· Ilustríssimo Senhor Hugo Barreto – Secretário-Geral da Fundação Roberto Marinho

- Ilustríssimo Senhor Marcelo Drugg Barreto Vianna
- Ilustríssimo Senhor Simon Willis – CISCO
- Ilustríssimo Senhor Effenus Henderson – Weyerhaeuser
- Ilustríssimo Senhor Mansour Javidan – Business for Diplomatic Action
- Ilustríssimo Senhor Fernando Rossetti – Diretor Geral da Gife
- Ilustríssimo Senhor Tariq H.Cheema – Congresso Mundial de Muçulmanos Filantropos

19:00 – 21h00 Apresentação Musical (Museu de Arte Moderna)

Sábado, 29 de maio de 2010

09:00-10:15 Terceira sequência de sessões temáticas

Sessão temática 9: “O diálogo de civilizações e a reorganização da ordem mundial”

Organizador: Excelentíssimo Senhor Professor Cândido Mendes

Rapporteur:

- Ilustríssima Senhora Helena Barroco – Assessora do Presidente Jorge Sampaio

Moderador:

- Ilustríssimo Senhor Rizwhan Khan – Al Jazeera

Panelistas:

- Excelentíssimo Senhor Miguel Moratinos – Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha
- Excelentíssimo Senhor Ahmet Davutoglu – Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia
- Excelentíssimo Senhor Amr Moussa – Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes
- Excelentíssimo Senhor José Miguel Insulza – Secretário-Geral da OEA
- Excelentíssimo Senhor Marc Brichambaut – Secretário-Geral da OSCE

- Excelentíssimo Senhor Candido Mendes – Academia da Latinidade
- Excelentíssimo Senhor André Azoulay – Grupo de Alto Nível
- Ilustríssima Senhora Alla Glinchikova – Vice-Diretor do Instituto Russo de Estudos sobre a Globalização e Movimentos Sociais

Sessão temática 10: “Os migrantes como agentes de mudança e de desenvolvimento”

Rapporteur: Ilustríssima Senhora Christine Aghazarm – OIM

Moderador: Excelentíssimo Senhor Embaixador William Lacy Swing

Panelistas:

- Excelentíssimo Senhor Paulo Barreto – Ministro da Justiça
- Ilustríssimo Senhor Teófilo Altamirano – Coordenador, diploma de Migração Internacional e Desenvolvimento, Pontifícia Universidade Católica do Peru
- Excelentíssimo Senhor Enrique Iglesias – Secretário-Geral da SEGIB
- Excelentíssimo Senhor Domingos Simões – Secretário Executivo da CPLP
- Ilustríssima Senhora Yasmin Alibhai-Brown – Jornalista do “The Independent”

Sessão temática 11: “O Impacto Social da Alfabetização Mediática”

Rapporteur: Ilustríssimo Senhor Jordi Torrent, Secretariado das Nações Unidas para Aliança de Civilizações

Moderador: Ilustríssima Senhora Divina Frau-Meigs – Professora da Universidade de Sorbonne

Panelistas:

- Excelentíssimo Senhor José Ballester – Union Latine
- Ilustríssima Senhora Mira Feuerstein – Chefe de Comunicações, Oranim Acadêmica
- Ilustríssimo Senhor Ignacio Hernaiz – Gerente Geral do Canal Encontro
- Ilustríssimo Senhor Ramon Tuazon – Presidente do Comitê Técnico para Comunicação, Filipinas

· Ilustríssimo Senhor Ismar Soares – Professor do Departamento de Educomunicação da Universidade de São Paulo

Sessão temática 12: “O papel dos líderes religiosos na promoção do desenvolvimento humano e da paz”

Rapporteur: Ilustríssimo Senhor Daanish Masood

Moderador: Ilustríssimo Senhor William Vendley

Panelistas:

- Excelentíssimo Senhor Antonio Milososki – Presidente do Comitê de Ministros do Conselho da Europa
- Ilustríssimo Senhor Mike Hardy – Conselho Britânico
- Ilustríssima Senhora Lilian Sison – Decana da Universidade de Santo Tomás, Filipinas
- Excelentíssimo Senhor Shaban Mubaje – Grande Mufti de Uganda;
- Ilustríssimo Senhor Grégor Puppink – Diretor do Observatório Europeu para o Direito e a Justiça
- Ilustríssimo Senhor Professor Franz Magnis-Suseno – Delegação da Indonésia
- Sua Alteza Raja Nazrin Shah – Príncipe Herdeiro da Malásia
- Ilustríssimo Senhor Din Syamsuddin – Presidente da Muhammadiyah Indonesia-Social Cohesion

10:15 – 10:30 Pausa para café

10:30 – 10:45 Apresentação de projetos inovadores (2) – (Vivo Rio)

10:45 -12:00 Sessão plenária: educação para uma cidadania intercultural (organizada pela UNESCO)

Moderadora:

- Excelentíssima Senhora Irina Bokova – Diretora-Geral da UNESCO

Oradores:

- Excelentíssimo Senhor Senador Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque
- Excelentíssimo Senhor Abdulaziz Othman Altwaijri – Diretor-Geral da ISESCO
- Ilustríssimo Senhor Lynn Davis - Professor de Relações Internacionais na Universidade de Birmingham
- Excelentíssima Senhora Preneet Kaur – Vice-Ministra para assuntos exteriores
- Magnífico Senhor Reitor J. Michael Adams, Reitor da Universidade Fairleigh Dickinson
- Excelentíssimo Senhor Simon Willis – Vice-Presidente da CISCO

12:00–12:15 Apresentação de projetos inovadores (3) – (Vivo Rio)

12:15 -13:15 Sessão especial: “A Aliança de Civilizações e o Haiti”
(Vivo Rio)

Moderador: Ilustríssimo Senhor Luís Nassif – Jornalista

Panelistas:

- Excelentíssimo Senhor Celso Amorim – Ministro das Relações Exteriores do Brasil
- Excelentíssimo Senhor Jean-Max Bellerive – Primeiro-Ministro do Haiti
- Excelentíssimo Senhor Ricardo Seitenfus – Representante Especial da OEA para o Haiti
- Excelentíssima Senhora Cecília Martinez – UN Habitat
- Excelentíssimo Senhor Marco Farani – Diretor da Agência Brasileira de Cooperação
- Excelentíssimo Senhor Edmond Mulet – SG/UN

13:15-13:45 Sessão de encerramento: comentários e anúncios finais (Vivo Rio):

Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha, Miguel Moratinos
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Recep Tayyip Erdogan
Representante do Evento da Juventude

Alto Representante do Secretariado das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações, Jorge Sampaio

14:00–14:30 Coletiva de Imprensa

Almoço para os participantes do Fórum

15h30 Passeio de barco

Atividades de 27 de maio de 2010 - pré-conferência

1 – Atividades Governamentais:

08:30 – 09:30 Reunião do grupo de pontos focais do sudeste europeu para finalizar o Plano de Ação da Estratégia Regional da Aliança de Civilizações para a Europa do Sudeste

09:30 – 11:30 Reunião dos pontos focais da Aliança de Civilizações (aberta apenas a membros do Grupo de Amigos da Aliança de Civilizações)

11:30 – 12:30 Criação das plataformas temáticas no Grupo de Amigos

12:00 – 14:00 Almoço-bufê

2 – Sessão Interparlamentar:

15h30 – 18:45 Conferência Parlamentar: o papel dos legisladores na promoção do diálogo e na cooperação intercultural (organizada pela União Interparlamentar, sessão aberta apenas a convidados membros de parlamentos e observadores)

3 – Sessão dos membros da Aliança e parceiros:

08:00 – 19:00 Evento da Juventude, que será antecedido pela **Caminhada da Juventude**, na tarde do dia 26 de maio, na área do SAARA, no centro do Rio de Janeiro (credenciamento especial é obrigatório tanto para a Caminhada quanto para o Evento da Juventude)

09:00 – 18:00 espaço aberto (sala disponível para que os parceiros da iniciativa façam apresentações curtas, de 30 a 45 min, a respeito de projetos e publicações sobre cooperação intercultural)

Sessões consecutivas e simultâneas

09:00 - 10:30 Mesa redonda: relatos conjuntos interculturais (organizada pelo Centro Internacional para o Jornalismo, Washington, D.C.)

11:30–13:00 Construindo parcerias sobre migração e integração na comunidade virtual (organizada pelo Organização Internacional para a Migração)

11:30–13:00 Apresentação do relatório da Fundação Anna Lindh sobre tendências interculturais (organizado pela Fundação Anna Lindh)

11:30–13:00 Medindo o impacto do diálogo intercultural e sua integração na agenda global (organizada pelo Conselho Britânico)

13:00-14:30 Almoço-bufê

14:30 – 16:00 Mesa redonda sobre o relatório mundial “Investindo na diversidade cultural e no diálogo intercultural” (organizada em parceria com a UNESCO)

14:30-16:00 Expandindo intercambios academicos e programas de bolsa de estudos

14:30-16:00 Catedra da Aliança de Civilizações sobre a “alfabetização mediática” e informação para o diálogo intercultural (organizada em parceria com a UNESCO – somente convite)

14:30 – 16:00 Inauguração do Dialogue Café Rio-Lisboa (Universidade Cândido Mendes)

14:30-16:00 Apresentação de Budrus, documentário premiado, seguido de discussão com o diretor

16:00 - 16:30 Pausa para café

14:30 - 16:00 Mesa redonda: “Lidando com a islamofobia - oportunidades não aproveitadas para o respeito mútuo e a inclusão” (co-organizada pela Aliança de Civilizações, pela Organização da Conferência Islâmica, pelo Conselho da Europa e pelo Conselho Britânico)

16:30-18:00 Educação sobre religião e crenças (Sessão da “ERB Clearinghouse” – aberta apenas para convidados)

16:30-18:00 O Papel das rotas culturais para a construção da Aliança de Civilizações (organizada pela “Abraham Path Initiative”)

16:30-18:00 O comércio internacional como instrumento de apoio a diversidade cultural e ao desenvolvimento (organizada pelo Unidade Especial para a Cooperação Sul-Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD)

16:30-18:00 Apresentação de “Antes e agora: além das fronteiras e diferenças”, um projeto cinematográfico coletivo produzido pela “ART for the World” (os cineastas falarão sobre suas contribuições; a apresentação será precedida pela exibição de vídeos do Festival de Vídeo da Juventude PLURAL +)

16:30-18:00 Promovendo valores e princípios para um futuro sustentável (organizado pela “Earth Charter Initiative”)

II – RECOMENDAÇÕES DO EVENTO DA JUVENTUDE

1. Como embaixadores das nossas próprias culturas, nós temos trabalhado muito para a construção de pontes de diálogo intercultural com o intuito de mitigar mal-entendidos e estereótipos, que têm sido muitas vezes explorados pelos meios de comunicação. Para superar esses problemas, devemos continuar após este Fórum e usar esta experiência de aprendizado em nossas próprias comunidades.

2. Nós, estudantes do mundo, acreditamos que a educação é um poderoso meio para reforma. A educação deve ser acessível a todos e deve incluir a educação para a alfabetização mediática. Nós recomendamos que cada um de vocês considere atentamente que o nosso espaço físico está cada vez mais diversificado e mais interligado. A educação deve refletir essa nova realidade.

3. A nós, vítimas frequentes de exploração dos meios de comunicação, deve ser dada uma plataforma para expressar as nossas reais preocupações. Quando os jovens desempenham um papel na tomada de decisões, eles podem inverter os estereótipos que são gerados pelos meios de comunicação.

4. Nós, embaixadores das nossas próprias culturas, exigimos o selo da Declaração dos Direitos Humanos em nossos passaportes para que eles sejam respeitados, para onde quer que viajemos.

5. Nós, os migrantes e os que buscam mobilidade, encorajamos fortemente os governos a tomar como base para suas políticas um modelo inclusivo de convivência.

6. Nós, os mais profundamente afetados pela atual situação econômica e social, recomendamos fortemente que a proteção social e econômica dos jovens seja assegurada. Mais particularmente, o desemprego dos jovens precisa ser urgentemente levado em consideração pelos setores público e privado. Além disso, os investimentos na juventude devem ser substancialmente aumentados para permitir que os jovens atinjam seu pleno potencial.

7. Na sequência dos resultados do Evento Juventude do Fórum de Istambul, e levando em consideração o nosso compromisso expresso no Evento da Juventude do Fórum Rio, antecipamos a convocação para a Primeira Convenção Global da Juventude do Movimento para a Aliança das Civilizações, em Baku, em outubro de 2010. O apoio de vocês para fortalecer a participação da juventude de todo o mundo na Aliança das Civilizações é muito necessária.

8. É fácil para nós fazermos nossas recomendações, mas nós, os representantes da juventude no Fórum do Rio, queremos garantir a cada um de vocês que também estamos assumindo a responsabilidade por elas. Cada um de nós deve dar o exemplo para interligar nossas culturas.

III – A DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Nós, os Ministros das Relações Exteriores dos Estados pertencentes ao Grupo de Amigos das Nações Unidas para Aliança de Civilizações (lista abaixo);

Juntamente com os diretores-gerais e outros chefes de delegação das organizações internacionais que também pertencem à Aliança de Civilizações das Nações Unidas (lista abaixo);

Por ocasião do Terceiro Fórum Mundial da Aliança de Civilizações, realizado no Rio de Janeiro, Brasil, em 28 e 29 de maio de 2010;

Reafirmando o nosso compromisso com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal de Direitos Humanos, bem como outros instrumentos internacionais relevantes, tais como a Constituição da UNESCO e a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural da UNESCO;

Reconhecendo que todas as culturas, civilizações e religiões contribuem para o enriquecimento da humanidade;

Convencidos de que a diversidade cultural do mundo é uma riqueza a ser valorizada por todos como um fator de paz;

Sublinhando a importância do respeito e da compreensão da diversidade cultural e religiosa, e encorajando tolerância, respeito, diálogo e cooperação entre diferentes culturas, civilizações e povos;

Reconhecendo a importância do diálogo intercultural e inter-religioso para promoção da tolerância, do respeito mútuo e da paz, e expressando o seu apoio a diversas iniciativas tomadas por muitos países e regiões para esse diálogo;

Ressaltando o importante papel da UNESCO e de outras organizações internacionais sobre a matéria;

Acolhendo e estimulando os contínuos esforços feitos pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e seu Alto Representante para a Aliança de Civilizações para promover uma maior compreensão e respeito entre as civilizações, culturas e religiões, por meios “inter alia” de projetos concretos nas áreas prioritárias de juventude, educação, meios de comunicação e migração, em colaboração com os Governos, organizações internacionais e regionais, o setor privado, fundações e sociedade civil em geral;

Levando em consideração a “Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas 64/14, de 10 de novembro de 2009, adotada por consenso,

1. Acolhemos os novos membros do Grupo de Amigos da Aliança de Civilizações;

2. Reiteramos nosso compromisso com o avanço dos objetivos e princípios da Aliança de Civilizações das Nações Unidas;

3. Expressamos o nosso apoio às prioridades identificadas no Segundo Plano de Implementação da Aliança de Civilizações, apresentada em junho de 2009 ao Secretário-Geral das Nações Unidas e ao Grupo de Amigos;

4. Salientamos a importância de implementação dos objetivos da Aliança, em nível nacional, em colaboração com os governos e a sociedade

civil, nomeadamente por meio da implementação dos Planos Nacionais para o Diálogo Intercultural;

5. Apoiamos o desenvolvimento de processos regionais para aumento da cooperação entre os países para o diálogo intercultural, louvando, nesse contexto, a Conferência Regional para o Sudeste Europeu, realizada em Sarajevo, em dezembro de 2009;

6. Reconhecemos a importância dos Fóruns Globais anuais, envolvendo o Grupo de Amigos e parceiros, juntamente com personalidades de diversas áreas, como meios para discutir, aprovar e promover a Aliança de Civilizações, bem como seus programas e projetos;

7. Instamos por uma maior coordenação e consultas entre a Aliança e os membros do Grupo de Amigos por meio de uma rede de Pontos Focais Nacionais;

8. Reiteramos o nosso agradecimento à Espanha, pelo Primeiro Fórum Global, realizado em Madrid em janeiro de 2008, e à Turquia, pelo Segundo Fórum Global, realizado em Istambul, em abril de 2009;

9. Acolhemos as ofertas já feitas pelo Qatar e pela Áustria para sediar os próximos dois Fóruns Mundiais em Doha, em 2011, e em Viena, em 2012;

10. Estendemos a nossa gratidão ao Governo e ao povo do Brasil, em particular para a Cidade e Estado do Rio de Janeiro, pela convocação do presente Terceiro Fórum Global, no período de 27 a 29 maio de 2010;

11. Instamos pela completa implementação dos anúncios realizados no Fórum do Rio;

12. Expressamos a nossa convicção de que o Fórum do Rio alcançou seu principal objetivo de tornar a Aliança das Civilizações das Nações Unidas uma iniciativa realmente global, com objetivos universais.

Integraram, desde o início, a equipe que preparou o Fórum do Rio de Janeiro os seguintes diplomatas:

Embaixador José Augusto Lindgren Alves, Coordenador Nacional para a Aliança de Civilizações;

Ministro Carlos Alberto Michaelson den Hartog, Coordenador do Grupo de Trabalho de Logística do III Fórum da Aliança de Civilizações;

PS Heitor Sette Ferreira Pires Granafei;

SS Melina Espeschit Maia;

TS Mariana Lobato Benvenuti;
TS Camila Mandel Barros;
TS Fabiana Souza de Mello;
TS Marcela Magalhães Braga.

Participaram da elaboração deste volume os seguintes diplomatas:

Embaixador José Augusto Lindgren Alves;
Conselheira Márcia Maria Adorno Cavalcanti Ramos;
TS Mariana Lobato Benvenuti;
TS Fabiana Souza de Mello.

<i>Formato</i>	<i>15,5 x 22,5 cm</i>
<i>Mancha gráfica</i>	<i>12 x 18,3cm</i>
<i>Papel</i>	<i>pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)</i>
<i>Fontes</i>	<i>Times New Roman 17/20,4 (títulos), 12/14 (textos)</i>